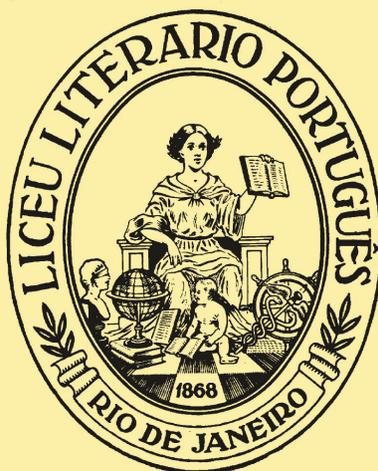


CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 55 – 2.º semestre de 2018 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 55 – 2.º semestre de 2018 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO
Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2017-2019

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Castelar de Carvalho
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Roque Rangel de Araújo
Presidente de Honra:	Antônio Gomes da Costa (<i>in memoriam</i>)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airoso Branco
Suplentes:	Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa
Evanildo Bechara
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Bernard Colombat (Universidade Paris 7 - Denis Diderot)
Carlos da Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Manuel Gonçalo de Sá Fernandes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henríquez Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara e Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)

Diagramação: Quadratto Comunicação e Design

Rossana Henriques / www.quadratto.com.br

Pede-se permuta

Pídese canje

On demande l'échange

Si chiede lo scambio

We ask for exchange

Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português

Rua Senador Dantas, 118 – Centro

CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044

E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.



EVANILDO CAVALCANTE BECHARA

SUMÁRIO

Em louvor a Evanildo Bechara	7
Artigos	
O que se há de entender por gramática: a voz de Bechara e seu tributo a outras vozes	17
MARIA HELENA DE MOURA NEVES	
Eugenio Coseriu no quadro da linguística moderna	41
CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA	
Saussure, general linguistics and grammaticography. Some reflections on the early Luso-Hispanic reception of Saussurean ideas.....	54
PIERRE SWIGGERS	
Sobre um uso estilístico do pretérito mais-que-perfeito na sintaxe clássica do português	71
JOSÉ CARLOS DE AZEREDO	
Linguistic relativity and language as epiphenomenon: two contradictory positions.....	82
GERDA HAßLER	
<i>Compendio de grammatica philosophica da lingua portugueza</i> , de A. da Costa Duarte: edições em confronto.....	99
MARLI QUADROS LEITE	
A evolução das ideias linguísticas de Evanildo Bechara na <i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	131
LEONOR LOPES FÁVERO	
MÁRCIA ANTONIA GUEDES MOLINA	
Por que deu essa nota na minha redação?	141
MARIA CARLOTA ROSA	
Zeitgeist	
Em homenagem a Evanildo Bechara por ocasião dos seus 90 anos.....	164
CRISTINA ALTMAN	

Gramática normativa: ensino, consciência e liberdade	183
NEUSA MARIA OLIVEIRA BARBOSA BASTOS	
REGINA PIRES DE BRITO	
Anotações manuscritas em exemplares portugueses das primeiras edições das de <i>Institvtione Grammatica Libri</i> <i>Tres</i> de Manuel Álvares	198
ROLF KEMMLER	
Bechara historiógrafo das ideias linguísticas: a revisão de uma tradição gramatical.....	218
RONALDO DE OLIVEIRA BATISTA	
Notas sobre a tradução para português dos tempos verbais do passado em gramáticas latino-portuguesas (1535-1615)	230
ROGELIO PONCE DE LEÓN ROMEO	
Elaboração da problemática lexicológica em gramáticas, tratados e diálogos da língua dos séculos XVI e XVII	246
MARINA A. KOSSARIK	
Ethos: a construção da imagem de si	284
CLAUDIA SOUSA ANTUNES	
MARIA APARECIDA LINO PAULIUKONIS	
Substantivos e adjetivos: classes flutuantes sob perspectiva semântico-discursiva.....	299
ROSANE SANTOS MAURO MONNERAT	
Marcadores discursivos de base perceptivo-visual: uma abordagem construcional	327
MARIANGELA RIOS DE OLIVEIRA	
VÂNIA ROSANA MATTOS SAMBRANA	
Pronominalidade variável de verbos inacusativos em português e italiano	350
DMITRY GUREVICH	
LIUBOV ZHOLUDEVA	
Colaboradores deste número	363

EM LOUVOR A EVANILDO BECHARA

Neste ano de 2018, a comunidade linguística brasileira comemora os noventa anos de nascimento de seu mais notável gramático: Evanildo Bechara. Em louvor de sua expressiva contribuição para a descrição e interpretação científica da fenomenologia linguística do português e mesmo, em maior amplitude, das línguas românicas, organizamos este número especial de *Confluência*, em que colaboram vários linguistas de expressiva posição no meio acadêmico nacional e internacional, a quem endereçamos os mais sinceros agradecimentos por haverem aceitado o convite para participar desta homenagem.

Como singela contribuição neste conjunto de estudos notáveis, que muito dignificam o homenageado, traçamos algumas linhas sobre um aspecto particular de seu perfil acadêmico. O que se lê nas linhas seguintes, conforme logo verificará o leitor, não vai além de uma breve referência elogiosa e nenhuma pretensão tem de aprofundamento analítico da obra de Evanildo Bechara, cuja variação temática e amplitude teórica decerto dariam oportunidade para profunda investigação da própria trajetória traçada pela Linguística no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Investigador de olhar arguto e sensibilidade aguçada, Bechara perpassa em sua obra alguns dos modelos teóricos que buscam dar sentido à fenomenologia da linguagem humana, desde os cânones da gramática filológica nascida com Friedrich Diez (1794-1876), que nos chegaram pela letra de um Adolfo Coelho (1847-1919) e de um Manuel Said Ali (1861-1953), passando pelas teses estruturalistas a que fomos apresentados pelos estudos de Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), para culminar no ideário funcionalista de Eugenio Coseriu, a quem Bechara, evocando Dante Alleghieri di Fiorenza, em certa oportunidade¹ assim reverenciou: “Tu se’ lo mio maestro e il mio autore”.

Convém advertir que um óbice intransponível, no nosso caso em particular, opõe-se a uma análise idônea da obra deste grande brasileiro: trabalhamos juntos há cerca de 26 anos na área da pesquisa e do ensino da língua portuguesa e nutrimos uma amizade que nos une fraternalmente em plano bem mais amplo do meramente profissional. Portanto, não se espere nestas linhas o rigor historiográfico, pautado nas diretrizes necessárias da neutralidade epistemológica e da isenção dogmática, pois, ainda que assim nos propuséssemos a escrever,

¹ Discurso em homenagem a Eugenio Coseriu na solenidade de concessão do título de *Doutor Honoris Causa* outorgado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1996.

a pena com certeza desviaria o rumo do texto para sendas afetivas e marcadas pela lembrança de tantas lições recebidas na convivência dessa amizade.

Ademais, ainda que em esforço maior, pudéssemos tentar escrever sobre Evanildo Bechara à margem do relacionamento afetivo que nos une, ainda que estivéssemos aqui, digamos, na condição de mero leitor e analista de sua obra linguística, não nos seria possível impor a disciplina de uma análise pautada em princípios linguístico-historiográficos. Com efeito, a pesquisa nessa área do saber impõe a utilização de ferramentas analíticas que conduzam a análise do texto linguístico em parâmetros científicos, sobretudo no tocante a sua contextualização e a sua leitura sistêmica no conjunto das obras publicadas pelo próprio autor analisado e por seus pares, coparticipantes na construção e difusão do conhecimento linguístico.

Semelhante tarefa impõe, a nosso juízo, imperativo afastamento temporal entre o analista e o texto analisado. Decerto que outras concepções sobre o escopo da Historiografia da Linguística hão de ser respeitadas, pois, afinal, os fatos tomam diferentes feições em face dos ângulos de visão. Assim é que um conceito de Historiografia da Linguística como “análisis histórico-reflexivo del pasado y del presente de los estudios sobre lengua(s) y sobre el lenguaje” (Gómez Asensio et alii, p. 266), não obstante nos soe temerário, terá seus defensores, com argumentos que se devem considerar. A hipótese de uma historiografia do presente oferece óbices de difícil transposição, tais como – o mais evidente - a necessária preservação da neutralidade epistemológica no tratamento do texto. Decerto que a postura científica do investigador será sempre a de afastar-se da avaliação subjetiva, mas, em última forma, essa é uma questão que decididamente não está no seu controle, já que ele próprio como linguista poderá deixar-se influenciar por fatores ideológicos decisivos para uma avaliação deturpada dos fatos.

Entre os procedimentos de que se serve o historiógrafo da linguística para melhor entender e descrever as bases epistemológicas do texto está o levantamento do horizonte de retrospectão tanto do autor quanto do próprio texto analisado. Nas lições de Silvain Auroux, (2006, p. 107), identificamos o horizonte de retrospectão como um conjunto de saberes e competências que uma dada pessoa adquire no curso de sua formação². Quando nos propomos a resolver um problema, ativamos esse conjunto de saberes, ainda que não tenhamos propriamente ciência de que dele estamos usufruindo, já que não temos absoluto controle de nossa cognição acumulada, sobretudo porque não nos é possível, igualmente, controlar integralmente o processo de memória.

² Sobre o tema, leia também Auroux (1987).

Sirva de exemplo a maravilhosa referência que nos oferece Leo Spitzer (1887-1960) acerca dos caminhos por ele percorridos para chegar à etimologia da palavra inglesa *conundrum*, que significa um enigma cuja resposta impõe um trocadilho. Spitzer revela que a cadeia fônica da palavra sugeriu-lhe que tivesse origem francesa, assim chegando ao termo *calembour*, cujo significado é o mesmo do inglês *conundrum*. Em sua viagem etimológica, Spitzer aportou em seu conhecimento sobre a técnica do trocadilho nos sermões seiscentistas, em seu saber sobre a evolução fonético-consonantal no francês e no inglês, em seu sólido domínio sobre o léxico popular medieval, bem como sobre a própria literatura medieval inglesa e francesa, entre outros saberes que se organizaram para abrir-lhe as sendas da etimologia da palavra *conundrum*, como se fosse, em suas próprias palavras, um “inner click” (1987, p. 211).

Conclui-se, pois, que, no plano da investigação historiográfica, a análise do horizonte de retrospectão revela-se fundamental para que se entenda o ideário linguístico de um dado autor, ou seja, investigar o horizonte de retrospectão implica vencer uma etapa metodológica, de caráter meta-historiográfico, como atividade essencial para que se possa atingir o escopo de reconstituição das ideias linguísticas de um autor ou mesmo de um conjunto de linguistas vinculados pela atividade intelectual coparticipativa.

Um aspecto que necessariamente temos de observar na concepção de horizonte de retrospectão diz respeito à relação entre o inventário de saberes e a temporalidade. Decerto que há uma relação intrínseca entre o conteúdo cognitivo que dada pessoa tem sobre um certo assunto e a referência temporal, já que tais saberes passam a integrar o conjunto do conhecimento em sequência cronológica bem definida. A questão é que, quando se vale dessa competência cognitiva para atuar cientificamente, por exemplo, numa atividade típica de pesquisa, o investigador atualiza todo seu conhecimento em plano atemporal, ou seja, seu horizonte de retrospectão manifesta-se sem que a temporalidade afete o conjunto de saberes acumulados. Em outros termos, “la co-présence des connaissances est une modalité nécessaire de l’horizon de rétrospection” (Auroux, 2006, p. 108).

Naturalmente, mais objetivamente se delinea o horizonte de retrospectão pelas referências bibliográficas que o linguista oferece em sua obra, de que se abstrai o conjunto de teses e postulados que integram as fontes em que se abeberou para produzir seus próprios textos científicos. Aqui surge uma questão crucial que decerto aflige o historiógrafo da linguística nesta tarefa: a, por vezes, total ausência de referências bibliográficas no texto analisado. Com

efeito, o hábito de oferecer informações claras e pormenorizadas acerca das obras e autores consultados – e aqui me sirvo da experiência como investigador da gramaticografia brasileira de língua portuguesa – não se estabelece senão após a segunda década do século XX. Antes, a referência é ordinariamente incompleta ou mesmo inexistente, tirante as exceções que naturalmente se apresentam no cotidiano da pesquisa³

Por outro lado, uma face menos evidente do horizonte de retrospectão na obra de um certo linguista revela-se pela investigação de sua formação intelectual, do contato mantido com seus pares no dia a dia do labor científico, bem como em certos aspectos de sua vida privada, tais como as crenças religiosas e os parâmetros de comportamento moral. Quanto a esses últimos fatores, por exemplo, pode-se perfeitamente inferir que uma formação dogmática em dada religião tenha sido a veia condutora dos interesses do linguista para a doutrina de outros que professam a mesma crença. Sirva-nos, como exemplo, a proximidade de Otoniel Mota (1878-1951) com a Linguística norte-americana, já pelo segundo decênio do século XX, tendo em vista sua identidade com os ideólogos da Igreja Presbiteriana. Mota foi cofundador da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, erigida sobre os pilares calvinistas, em companhia de Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) e mais cinco pastores evangélicos⁴. A doutrina linguística americana na obra de Otoniel Mota é consequência de sua viagem aos Estados Unidos da América, de onde recolheu os princípios da descrição sintática que viria a propor em suas *Lições de português* (1918 [1915]), com base nos diagramas sintáticos idealizados por Alonzo Reed (1841-1899) e Brainerd Kellogg (1834-1920)⁵.

A ausência de referência explícita das obras e autores consultados pode ser suprida pela análise contextualizada do texto linguístico, seja no interior de um dado paradigma, seja pela via da metalinguagem utilizada. Um exemplo expressivo da bibliografia linguística brasileira está no volume *Estrutura da língua portuguesa* (1970), de Joaquim Mattoso Câmara Jr (1904-1970). Como sabemos, esse texto foi publicado postumamente, logo após o falecimento do autor, sem que se tivesse o cuidado de preparação adequada. A rigor, trata-se de um rascunho, que Mattoso jamais teria publicado nas condições em que se

³ Entre as exceções, cite-se a cuidadosa referência bibliográfica que nos oferece Maximino Maciel em sua *Gramática descritiva* (1822 [1894]).

⁴ São eles Alfredo Borges Teixeira, Bento Ferraz (1865-1944), Caetano Nogueira Júnior (1856-1909), Ernesto Luiz de Oliveira (1875-1938) e Vicente Themudo Lessa (1874-1939).

⁵ Leia, a respeito, Cavaliere (2015).

apresenta, incluindo-se aí a total ausência de referências bibliográficas. No entanto, a leitura sistêmica da *Estrutura* no conjunto da obra de Mattoso Câmara permite-nos identificar claramente os textos teóricos de que se serviu o mestre do estruturalismo para compor seu trabalho descritivo.

No caso de Evanildo Bechara, os indícios extratextuais que nos remetem a seu horizonte de retrospecto são tão eloquentes quanto os que materialmente se encontram nas notas de rodapé ou nas referências bibliográfica de seus textos. Cite-se aqui, por exemplo, no plano das *connaissances communes*, conforme a elas se refere Auroux (2006, p. 107), a estratégia usada por Manuel Said Ali (1861-1953), pelos idos da década dos anos 40 do século passado, para introduzir o jovem Evanildo nos estudos filológicos. Sob a tutela do mestre fluminense, Bechara iniciou-se intelectualmente não pela leitura de textos teóricos da Linguística – muito provavelmente, o caminho que teria trilhado sob orientação de um linguista ortodoxo –, mas pela leitura de autores clássicos da literatura portuguesa e brasileira. Por aí se formou a mente filológica que reconhece a necessária precedência do texto à teoria. Destas lições iniciais forma-se um investigador que cedo habituou-se a buscar o fato linguístico no *corpus* literário, em total conformidade com a escola filológica que a tradição romanística do século XIX legara aos estudiosos do século seguinte.

Aliem-se a esse dado histórico da vida pessoal de Bechara outros que cedo o fizeram aproximar-se das rodas filológicas, tais como as frequentes visitas que, ainda jovem, fez às reuniões da Academia Brasileira de Filologia, acompanhando o acadêmico Lindolfo Gomes (1875-1953), época em que tomou ciência de teóricos romanistas e de gramáticos prestigiados que descreviam a língua pela ótica do uso literário em texto escrito. Nessas sessões acadêmicas, decerto surgiam referências a nomes expressivos da Filologia e da Linguística que habitavam os textos dos acadêmicos e, desse modo, instalaram-se no imaginário do jovem Evanildo, para depois tornarem-se fontes doutrinárias de seus estudos sobre a língua portuguesa. Verifica-se, enfim, que tanto as evidências seguras e materiais da referência bibliográfica quanto os fatos circunstanciais da formação do linguista pertencem ao domínio dos objetos históricos (cf. Auroux, 2006, p. 105) com que lida o historiógrafo na tarefa de recuperar o ideário linguístico de um dado autor.

Já no tocante às referências indexadas, uma consulta, ainda que superficial, às edições da *Moderna gramática portuguesa* (1989 [1961] e 1999) indicam-nos a trajetória trilhada pela construção do saber linguístico em Bechara. A história desse texto gramatical, como sabemos, cuja primeira edição remonta ao

ano de 1961 – coincidentemente, o ano em que se comemorou o centenário de nascimento de Manuel Said Ali - encontra um divisor de águas em 1999, quando Bechara traz a lume uma nova versão, não propriamente uma nova edição, de sua obra, agora com uma repaginação completa da matéria gramatical, em que se revela mesmo um novo conceito de gramática. O levantamento de autores e obras citados nas duas versões da *Moderna gramática portuguesa* dá-nos a exata medida da consolidação do saber linguístico em Bechara e sua aplicação na análise dos fatos gramaticais do português.

Tomemos as citações da primeira versão em particular. Servimo-nos aqui da 33.^a edição, saída em 1989, dez anos antes da publicação da nova versão, totalmente refundida. Esta escolha fundamenta-se no fato de que, segundo nos informou o próprio autor, os trabalhos para reformulação da *Moderna gramática* tomaram-lhe cerca de uma década de estudos e intensa pesquisa, ou seja, iniciaram-se exatamente à época em que saía a público a 33.^a edição. Por sinal, essa edição de 1989 reforça no título da obra – que conta com um subtítulo *Cursos de 1.º e 2.º graus* – o propósito expresso no prefácio de oferecer ao magistério brasileiro um manual escolar, “resultado dos progressos que os modernos estudos de linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país” (1989 [1961], p. 21)⁶. A análise de nomes e obras citados por Bechara dá conta da uma formação típica do intelectual linguista dos meados do século XX, em que a formação filológica se aliava às novas conquistas do modelo estruturalista que então dominava as rodas acadêmicas e viria a pontificar nos estudos linguísticos até o início dos anos 80.

Entre as fontes doutrinárias da primeira edição, citem-se Edward Sapir (1884-1939), Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), Bertil Malberg (1889-1958) e Leonard Bloomfield (1887-1949), cujas ideias linguísticas associam-se *lato sensu* ao modelo formal do estruturalismo. A letra de Sapir e Bloomfield, provavelmente, chegou à leitura de Evanildo Bechara pela obra de Mattoso Câmara, que, como sabemos, foi o introdutor do estruturalismo norte-americano no Brasil. A importância dessa referência situa-se no fato de que um certo perfil dogmático, ordinariamente atribuído ao trabalho de Bechara, em verdade não se justifica. Já na edição de 1961, a *Moderna gramática* envereda pelo conceito

⁶ Esse escopo, decerto, colide frontalmente com o da edição de 1999, em cujo prefácio o fim pedagógico não é referido, para dar lugar ao propósito de um texto “que alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, libertada do ranço do antigo *magister dixit* e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas” (1999, p. 21).

de unidade mínima distintiva, que se aplica claramente na noção de morfema, tanto na descrição estrutural do nome quanto do verbo.

Por sinal, embora não tenha feito da descrição fonológica a vertente mais expressiva de sua obra gramatical, é nesta área que Bechara mais se diversifica em referência bibliográfica, como se percebe em nomes como o próprio Mattoso Câmara, do já citado Bertil Malberg, a par de Tomás Navarro (1884-1979) e Léonce Roudet (1861-1935), os dois últimos, sobretudo Navarro, ligados à escola filológica que aliou estudos de geografia linguística com a investigação do texto literário. Dos brasileiros presentes na primeira edição da *Moderna gramática*, verifica-se certa predominância da corrente filológica em face da estruturalista, possivelmente devido ao fato de que, até o início dos anos 60, ainda não se havia espreado expressivamente no Brasil o ideário da escola estruturalista⁷. Disto resulta um apoio mais evidente em nomes como Antenor Nascentes (1886-1972), José Oiticica (1882-1957) e Martins de Aguiar (1893-1974), além de, evidentemente, Manuel Said Ali (1861-1953), que se sucedem mormente na fundamentação morfossintática.

O legado da formação filológica também se evidencia no espaço que Bechara dedica à estilística, com a chancela de um Charles Bally (1865-1947), e da versificação, momento da descrição gramatical em que mais se aproximam a doutrina linguística e o *corpus* de língua literária. Por sinal, a permanência na *Moderna gramática* de um capítulo sobre *Noções elementares de versificação*, em sua renovada edição de 1999, bem revela que a concepção de descrição gramatical em Bechara não sofreu ruptura, não obstante se tenha desviado do binômio Filologia - Linguística Estruturalista que domina a edição de 1961. O que se vê é uma amplitude doutrinária maior, em que as fontes do Funcionalismo coseriano vêm aliar-se às já presentes na versão original de 1961, sobretudo no tocante aos conceitos básicos sobre classes de palavras, categorias gramaticais, ato linguístico, entre outros.

É nesse renovado diapasão que ingressam no conjunto das leituras teóricas nomes como o próprio Eugenio Coseriu (1921-202), José Gonçalo Herculano de Carvalho (1924-2001), Emilio Alarcos Lhorach (1922-1998) e Michael Halliday, este último pela leitura dos textos coserianos. Percebe-se claramente, nesses nomes funcionalistas que agora se juntam aos antigos filólogos e estruturalistas, uma tentativa, a nosso juízo exitosa, de congregar teses e modelos distintos no labor descritivo. Talvez esteja nesse fato a evidência mais marcante

⁷ Esta, certamente, foi uma das causas do isolamento de Mattoso Câmara, ao lado de poucos seguidores, no seio da universidade brasileira.

de que o escopo de trabalho em Bechara está no objeto, não no método, fato que revela uma predominância do professor sobre o linguista. Ou talvez seja esse descompromisso com o dogmatismo um dos fatores que ainda insistem em ver na figura acadêmica de Evanildo Bechara um “gramático”, não um “linguista”.

Percebe-se, enfim, que o horizonte de retrospectiva em Evanildo Bechara bem traça o perfil de um intelectual que tem o privilégio de uma vida acadêmica longa, em que a rica experiência dual e dialogal nos campos da ciência linguística e da arte gramatical geram uma visão peculiar sobre o que é a língua em seus vários planos de enfoque: o sistêmico, o normativo e o didático. Talvez não se possa perceber nesse inventário de saberes o plano discursivo, e não se duvide que é exatamente esse o ponto em que distingue a obra gramatical de Evanildo Bechara de outras que lhe sucedem neste limiar de século, tais como a *Gramática Houaiss da língua portuguesa* (2018 [2008]), de José Carlos de Azeredo, para aqui citarmos apenas um dos principais trabalhos de que hoje dispomos. Cabe, entretanto, advertir que essa novel geração de gramáticas que o século XXI vem oferecendo ao leitor interessado estão inegavelmente presentes no horizonte de prospecção de Evanildo Bechara, bastando aqui observar, em comprovação, que praticamente todas incluem seu nome na lista nas referências bibliográficas. Mas este é assunto que merece outros comentários, em outro momento de reflexão sobre a contribuição deste grande nome da gramatização do português, a quem rendemos, aqui, com estas palavras finais, nosso preito de gratidão por ter feito tanto e tão bem em prol da ciência linguística em nosso País.

Ricardo Cavaliere

Referências

- GÓMEZ ASENCIO, José J.; Montoro del Arco, Esteban T.; Swiggers, Pierre. Principios, tareas, métodos e instrumentos en historiografía lingüística. In: Calero, M.L. et alii (eds.). *Métodos y resultados actuales en Historiografía de la Lingüística*. Münster: Nodus Publikationen, vol. 1., 2014, p. 266-301.
- AUROUX, Sylvain. Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques. Les horizons de retrospection. Schmitter, Peter (éd.). *Geschichte der Sprachtheorie 1: Zur Theorie und Methode der Geschichtsschreibung der Linguistik*, Tübingen: Gunter Narr, 1987, p. 20-42.

- AUROUX, Sylvain. Les modes d'historicisation. In: *Histoire Épistémologie Langage*, tome 28, fascicule 1, 2006, p. 105-116.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Publifolha, 2018 [2008].
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa; cursos de 1.º e 2.º graus*. 33 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989 [1961].
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1970.
- CAVALIERE, Ricardo. Linguistas presbiterianos no Brasil. In: Barros, Diana Luz Pessoa de; Hilgert, José Gaston; Neves, Maria Helena de Moura; Batista, Ronaldo de Oliveira (orgs.). *Linguagens e saberes: estudos linguísticos*. São Paulo: Annablume Editora, 2015, p. 39-54.
- MACIEL, M de A. *Grammatica descriptiva*. 8 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves; 1922[1894].
- MOTA, Otoniel de Campos. *Lições de portuguez*. 3 ed. melhorada. São Paulo: Weinsflog Irmãos, 1918 [1915].
- SPITZER, Leo. Linguistics and literary history. In: Lambropoulos, Vassilis. *Twentieth Century Literary Theory: an introductory anthology*. Albany: State University of New York Press, 1987.

O QUE SE HÁ DE ENTENDER POR GRAMÁTICA: A VOZ DE BECHARA E SEU TRIBUTO A OUTRAS VOZES

Maria Helena de Moura Neves¹
Universidade Estadual Paulista
Universidade Presbiteriana Mackenzie
mhmneves@uol.com.br

RESUMO:

Este artigo propõe discutir as obras de Evanildo Bechara como marcadas por duas direções centrais: (i) uma tendência constante de resgatar profundamente (e louvando) os “mestres” que balizam suas posições; (ii) sobre essa base de profundo saber gramatical, uma atenção constante para o que ele determina como a “exemplaridade” em linguagem. A análise se faz em artigos que Bechara publicou na coleção *Na ponta de língua* (Lucerna, 1998-2005). Conclui-se que, com tal arsenal teórico-metodológico de Filologia e Linguística, esse gramático “tradicional” se define como um ‘cultor’ da língua, sem enquadrar-se porém entre os “guardiães” de um padrão linguístico a ser prescritivamente imposto.

PALAVRAS-CHAVE:

saber gramatical, linguagem exemplar, correção

ABSTRACT:

The aim of this paper is to present the works of Evanildo Bechara as being marked by two fundamental traits: (i) a constant tendency to invoke (and defer to) the “masters” who ground his stances; (ii) a constant attention, coming from this foundation of deep grammatical knowledge, to what he labels as “exemplariness” in language. The analysis is carried out on articles published by Bechara in a collection named *Na ponta da língua* (Lucerna, 1998-2005). We conclude that, with a theoretical and methodological baggage comprising Philology and Linguistics, this “traditional” grammarian emerges as a “cultivator” of language, without adhering to a group of “guardians” of a linguistic standard to be prescriptively imposed.

¹ Professora emérita da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Câmpus de Araraquara, e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); pesquisadora 1A do CNPq.

KEYWORDS:

grammatical knowledge, exemplary language, correction

Introdução

Este número da Revista *Confluência* presta homenagem ao notável **mestre** Evanildo Bechara, e, no caso particular deste capítulo, a homenagem é bastante especial, porque quem a faz é, simplesmente, um ex-aluno. Ora, com toda a certeza, a visão de um aluno em referência a seu professor é a de maior revelação que pode existir: ninguém tem maiores oportunidades para apreciar o outro, no seu todo, do que aquele que, sentado em uma carteira, abre os olhos, posta os ouvidos e entrega a mente, naquela particular condição de quem está ali, essencialmente, para “crescer”, e, então, marca profundamente em si cada instância que lhe vai sendo oferecida na direção disso que ele busca... Meu testemunho é que até hoje tenho presentes na memória sensações que me marcaram, nessa direção, dentro de tal experiência. Presto, pois, uma homenagem especial ao Professor Evanildo Bechara, que acima referi como **mestre**, mas que faço questão de “correferir” como meu **mestre**.

Acentuo que as duas direções centrais em que este texto se define constituem exatamente uma retomada de impressões que a condução das lições do Professor Bechara me deixaram nesse significativo contato que tivemos em sala de aula: a primeira é sua tendência constante de resgatar (louvando) os inúmeros “mestres” que balizam suas posições, ou seja, os autores que ele faz questão de referir explícita e continuamente – e humildemente reverenciar – como formadores de seu amplo e profundo saber gramatical, ou como destacados representantes desse saber; a segunda (decorrente desse seu respaldo de conhecimento) é a bandeira, por ele levantada na sua visão da produção linguística, de “exemplaridade” na linguagem, uma proposição muitas vezes mal entendida, simplesmente porque mal “olhada”.

Para essa (dupla) empreitada fui despertada pelo material que encontrei na coleção *Na ponta da língua*, de 7 volumes, publicada entre 1998 e 2005². Obviamente não proponho uma varredura exaustiva nos artigos de EB que se pautam por essas duas direções, apenas pretendo colher, nesse material (e em uma ou outra fonte mais episódica), uma apreciação documental que delas provém: (i) resgato, no conjunto, a apreciação que EB faz de autores (propositores de teoria ou propositores de lições práticas) ligados a questões de gramática, por ele invocados (em certos casos, no ensejo de alguma homenagem) para abonar posições; (ii) resgato, em partes especiais do conjunto, a consideração dessa que é a marca significativa particular das lições de nosso homenageado, a sua noção de “linguagem exemplar”, a qual não deixa de ligar-se a um importante resgate de derivação teórica, que tento explicitar..

No primeiro caso, trata-se de uma amostra do arsenal teórico-metodológico de que o Evanildo Bechara dispõe, e que ele presentifica, para direcionamento e para sustentação de suas lições, e, no segundo caso, está o relevo do viés mais significativo daquilo que nós, leitores e aprendizes, apanhamos dessas lições que ele nos entrega recolhidas com sabedoria e entusiasmo.

É com uma incursão nesse valioso material que inicio esta incursão no que considero a mais legítima “voz” de Bechara na história do pensamento gramatical no Brasil.

1. Examinando a noção de gramática destacada pelo gramático Bechara: a exemplaridade em questão

No volume 7 da coleção que aqui está sob comentário, EB, introduzindo o que ele nomeia como “Repasse crítico da gramática portuguesa” (tema desen-

² Trata-se de uma coleção de 7 volumes (organizados por membros do Liceu Literário Português) que reúnem pequenos artigos sobre questões “do Idioma e da Gramática”, que haviam sido publicados semanalmente no “jornal *O mundo português*”, como está na “Abertura” do volume 1 (p. IX). Destaque-se que essa Abertura registra exatamente esta frase: “Foi uma sugestão do Prof. Evanildo Bechara” (p. IX). Na coleção, são 110 os artigos de Bechara, os quais vêm relacionados no final deste texto (segundo dados colhidos no *site* da Academia Brasileira de Letras). Observo, neste ponto, que todas as referências que a seguir forem feitas ao autor Evanildo Bechara, para referência aos artigos dessa coleção, terão tal autoria referida apenas com as iniciais EB (que é como ela consta no índice, em todos os volumes da coleção). E cada volume será referido, na exposição, apenas pelo seu número de ordenação: de 1 a 7.

volvido em sete pequenos artigos, da p. 74 à p. 92), e direcionando a questão para a “sala de aula”, afirma:

A gramática como disciplina escolar tem tentado não ficar alheia às contribuições que as demais ciências da linguagem trouxeram, especialmente depois de teóricos eminentes, entre os quais se podem citar Gabelenz, Paul, Saussure, Hjelmslev, Pisani, Pagliaro e Coseriu, cujas lições seguiremos muito de perto na presente exposição. (p. 74)

Está aí, pois, um primeiro painel de referência de nosso gramático a teóricos, já ficando marcada, na modernidade de visão que se entrevê, a figura de Coseriu, que vai ser particularmente destacada neste artigo. E é com ela que se entra exatamente no mote central bechariano. A argumentação do autor vai no sentido da necessidade de delimitar-se um “*objeto* de estudo” e de tentar-se “eleger um modelo e uma metodologia pertinente a tal empreendimento”. Ele vai, então, à indicação da existência de diversos conceitos de gramática, delimitando dois deles: a gramática entendida como “uma técnica que se utiliza ao falar e como tal constitui objeto de uma ciência” (p. 74) e a gramática entendida como “a descrição ou a investigação dessa mesma técnica” (p. 75).

O ponto a que EB quer chegar (e a que logo chega) é a discussão (com crítica) daquilo que ele invoca como a “corrente e tão aplaudida declaração” (aliás, para ele, “infeliz”) de que “se deve ensinar língua e não gramática” (p. 75). O suporte para a crítica é diretamente haurido de Coseriu (sem referência a alguma obra em particular³), autor que já se pode destacar como o teórico que vem marcando muito fortemente as diretrizes das propostas de EB:

É certo que se há de ensinar língua, porque os alunos não sabem toda a língua que se lhes deve ensinar, mas sim só sabem uma pequena parte dela. Também é certo que no ensino fundamental e médio não cabe ensinar gramática como disciplina e nomenclatura gramatical: o que se há de ensinar é o saber idiomático como tal, que implica o conhecimento das estruturas e procedimentos gramaticais da língua correspondente. O objetivo do ensino idiomático não consiste em que os alunos se

³ Observe-se, entretanto, que a *Moderna gramática portuguesa* (BECHARA, 1999) abriga quinze obras desse autor em suas Referências bibliográficas (p. 649-650). Em uma indicação paralela, observe-se, já de início, que obras que tenham sido referidas por EB em seus textos aqui examinados não farão parte da bibliografia que este artigo oferece ao seu final, mesmo que elas venham acompanhadas de alguma indicação bibliográfica (o que é raro).

convertam em linguistas e gramáticos, mas que adquiram conhecimento reflexivo e fundamentado das estruturas e possibilidades de sua língua e cheguem a manejá-la de maneira criativa. Porém, se a gramática (como disciplina gramatical [isto é, a gramática 2] não pode ser o objeto próprio do ensino idiomático, a língua – já que este consiste no saber idiomático, a língua –, a mesma gramática pode e deve ser seu instrumento, porque representa precisamente o passo de um conhecimento intuitivo a um conhecimento reflexivo, isso é, documentado e justificado. (p. 75)

O que a seguir EB recolhe desse trecho de Coseriu é que “saber falar não é só saber língua”, uma conclusão fulcral do Funcionalismo coseriano, que vê na linguagem um plano biológico (psicofísico) e um plano cultural, neste último inserindo-se três “escalões”, como refere EB (p. 76): o universal (que é o da elocução, em geral, centrado no falar com sentido, ou seja, na “congruência”); o histórico (que é o daquela língua particular, vista nas suas variedades, centrado na “correção idiomática”); e o particular. Como põe Coseriu (1992, p. 96, invocado por EB, p. 82): o primeiro se refere à “designação”, que é ligada à “realidade extralinguística”; o segundo se refere ao “significado”, que é “o conteúdo dado linguisticamente numa língua particular”; e o terceiro se refere ao “sentido”, que é “o conteúdo dado pelo texto”, expresso “mediante a designação e o significado, mas que vai além dos dois, já que corresponde a uma função discursiva do falante relativa a uma atitude, intenção ou suposição” (p. 82).

E é por via dessa lição “funcionalista” – não é por decurso de posições tradicionais conservadoras⁴ – que EB enquadra e explicita seu apregoado conceito de “exemplaridade”: na comunidade, a tendência é “estabelecer idealmente uma modalidade de língua para consubstanciar a unidade e a coesão dessa mesma comunidade”, e, assim, poder-se falar em um “ideário que liga toda uma comunidade a uma forma específica de cultura”. Desse modo, “sobre a língua comum pode criar-se outra língua idealmente mais normalizada e homogênea para servir a toda a comunidade e a toda a nação” (p. 79).

A conclusão de EB, extremamente significativa, é esta: “pertencem a níveis de valor diferente a norma de correção e a norma de exemplaridade”:

⁴ Quando, na p. 83, EB discute a não “sinonímia” entre as orações *A porta está aberta* e *A porta não está fechada*, ele é explícito ao contrastar a visão de fatos gramaticais colhida na gramática “tradicional” com aquela que se pode colher na visão coseriana, situada em outra fase histórica de sustentação teórica da gramática (mais científica e menos intuitiva): “A própria gramática tradicional, de que injustamente só se fala mal, já havia intuído essa distinção e, em muitos casos, usava de nomenclatura diferente, embora não soubesse trabalhar a aprofundar corretamente essa intuição.”

a norma exemplar resulta do julgamento “de quem dentro da sociedade está credenciado para fazê-lo, isto é, gramáticos e lexicólogos competentes” (p. 79); ela não é correta nem incorreta, já que são os fatos em si que são corretos ou incorretos, ou seja, que estão, ou não, “de acordo com a tradição linguística de uma comunidade ou de uma variedade dessa mesma comunidade” (p. 79).

E por aí vamos às questões centrais programadas.

2. Uma coleta de lições sobre gramática oferecida por Bechara: a trilha da exemplaridade, com defesa da variedade em linguagem

2.1 O tributo ao “saber” e à “sabedoria”, na sustentação da proposta

Neste primeiro resgate, estamos no século XX, (entrando no XXI), com olhos em um aparato teórico que EB colhe de Paul Teyssier (1918-2002), no volume 7 (p. 21-24) da coleção *Na ponta da língua*. O texto foi produzido no ensejo da morte desse que, apresentado como quem galgou “um dos mais altos postos na galeria dos lusitanistas e brasilianistas franceses” (p. 21), vem qualificado como “investigador admirável”, como “profundo cultor da Cultura, da língua e das Literaturas em português”, que lavrou “esses domínios humanísticos” com “a finura da *sagesse* e a erudição do *savoir*” (p. 24). Teyssier é celebrado, ao fim, por via do comentário de suas obras, como “conhecedor profundo da língua portuguesa na sua construção histórica e na sua funcionalidade sincrônica”. Ou seja, o que EB celebra é o peso da visão histórica da língua aliada à visão funcional dos fatos linguísticos (e já projetemos: no caminho da visão da exemplaridade).

Diz EB que, perspicaz e profundo, Teyssier mergulhou com mão de mestre na cultura portuguesa do Renascimento, da época de Gil Vicente e do Iluminismo. Centrou-se inicialmente no teatro vicentino, que oferecia à pesquisa personagens de variadas condições sociais que revelavam variedades linguísticas em todo o domínio do idioma: na fonética, na gramática (fonologia e sintaxe), no léxico e na estilística (campo que já tinha atraído a erudição de Michaëlis de Vasconcelos (*Notas vicentinas*), de Óscar de Pratt (*Gil Vicente: notas e comentários*), e de “seu próprio mestre” Georges Le Gentil, “onde

Manuel Sai Ali⁵ encontrara farto material para suas investigações linguístico-filológicas” (p. 21). Em sua obra *La langue de Gil Vicente*, diz EB, Teyssier estuda principalmente aspectos lexicais que sinalizam as variedades sociais e até sutilezas psicológicas, surpreendendo, por exemplo, as formas arcaicas utilizadas pelas mulheres mais velhas em contraste com as formas novas de Inês Pereira e de outras raparigas que estão em cena. Nesse exame, é destacada por EB, por exemplo, a atenção à variação dos ditongos *ou/oi* no linguajar dos judeus, à fala dos parvos, dos negros, em oposição ao linguajar pedantesco dos clérigos “de meia ciência”, dos advogados matreiros, do enamorado Velho da horta. E Teyssier não deixa de lado a questão do “sayagués” (língua pastoril) bem como os interessantes e intrigantes problemas que o emprego do pluri-linguismo vicentino sugere. Como diz EB, de tudo isso tratou o mestre com a pertinência do profundo conhecedor da língua portuguesa que era, e também do “linguista” preparado para essas investigações (p. 22).

A par de sua intensa atividade ligada à edição e à interpretação da obra vicentina – prossegue EB –, Teyssier foi penetrando cada vez mais em toda dimensão histórica, geográfica e social da língua portuguesa, oferecendo trabalhos como: a preparação crítica da *Comédia de Dio*, de Simão Machado; a avaliação da importância de Jerônimo Cardoso como o pioneiro da lexicografia portuguesa; e outros estudos dos mais variados. Em toda essa atividade, diz EB, vê-se o filão propriamente literário que nunca deixou de atrair Teyssier (bem como o nosso gramático, pode-se ressaltar), bastando invocar-se sua tradução para o francês de *Os Maias*, ao lado de seus diversos ensaios sobre literatura brasileira (no mito indianista; na brasilidade do Rio Grande do Sul vista pelos intelectuais modernistas; no Brasil primitivo e mágico de *Grande sertão: Veredas*) e sobre muitos e variados temas “de maior amplitude e permanente discussão” (por exemplo, “o avesso do ufanismo da epopeia na expansão do império português”), juntando-se, ainda, a esses temas de preocupação mais ampla, suas considerações sobre “o humanismo português e a Europa”, sobre “as fronteiras da latinidade” e “sobre a língua portuguesa no mundo” (p. 23).

EB destaca o conhecimento profundo que, duplo de filólogo e gramático, Teyssier possuía da língua portuguesa, e o louvor vai exatamente para o fato de que esse conhecimento passava pela “funcionalidade sincrônica” respaldada na “construção histórica”. Nessa linha é que EB destaca obras⁶ que ele considera

⁵ Observe-se: na verdade o dileto mestre de EB.

⁶ *História da Língua Portuguesa* (1890, traduzida e anotada por Celso Cunha em 1982) e o *Manual de Língua Portuguesa* (1976, traduzido por Margarida Chorão de Carvalho em 1989).

“sínteses magníficas” que revelam a “apreensão dos usos mais sutis de nossa língua nas duas bandas do Atlântico”. Ou seja, já se prenuncia aqui a sustentação da uma noção de exemplaridade que dispensa controle prescritivista.

2.2 A cultura, no conhecimento da língua

Entretanto, se há uma preocupação de estudo que envolve EB é a que se relaciona com os padrões de língua, questão que centra fortemente as reflexões que nosso gramático desenvolve.

O tema da “correção” entra aqui, neste ponto, por conta do tratamento que lhe foi dado por Gladstone Chaves de Melo (1917-2001) e que EB comenta⁷, sob o título “A lição dos mestres” (partes 1, 2 e 3, p. 35-42), no volume 3 da coleção que abriga os textos aqui examinados. EB invoca uma lição que esse filólogo deu, sob a rubrica *Respondendo a um leitor...* (p. 35), e que ele considera que “deveria ser recitada todas as manhãs, por aqueles que consideram luxo inútil de cultura o expressar suas ideias, pensamentos e vontades numa língua escorreita” (p. 35). O que ele invoca, no caso, é a necessidade de que “o nível de língua e de estilo ande *pari passo* com o nível de competência profissional, se a pessoa deseja, falando ou escrevendo, dizer o que sabe”. Ele insiste na validade da existência de uma variedade coloquial e familiar no mesmo nível da validade de uma língua “de cultura”, que, entretanto, se ativada em ambiente de coloquialidade, deixa de ter “adequação idiomática” (p. 35).

Nessa questão de adequação das competências e dos padrões, EB destaca o papel da escola, na qual deve haver uma ação que possibilite acesso ao que ele considera a “língua adquirida”, e para isso traz a palavra de Gladstone Chaves de Melo:

A outra [língua adquirida] (...) vai-se aprender na escola, com esforço, com método, e vai-se aprendendo o resto da vida, se não se quiser ficar no primeiro estágio, digamos, no curso primário. (p. 36)

Para EB essa é uma verdade que escritores, filósofos, linguistas e pedagogos repetem, encontrando-se nos escritores sobejas provas de que existe um esforço despendido no sentido do alcance da “maturidade do seu desempenho linguístico e expressivo” (p. 36). Ele invoca o caso de Machado de Assis, que

⁷ Esse comentário foi feito ainda em vida de Gladstone, já que a edição do artigo de EB é de 2001.

afirmava que “não lia gramática e não sabia gramática”, e no entanto deixou indicações que mostram que ele se preocupava com a “correção idiomática” (p. 36). Além disso, EB resgata material constante da *Revista da Academia Brasileira* que comprova que Machado lia e anotava os clássicos. Por outro lado, a respeito da ligação de Eça de Queirós com os padrões de escrita, EB (p. 36) cita este depoimento de João Ribeiro (um depoimento insuspeito, já que esse gramático mais se inclinava para a modernidade que representasse maturidade):

O mais moderno e o mais livre de todos os escritores portugueses, Eça de Queirós, consagrou os últimos restos de sua vida a limar e a castigar o seu formoso e suave estilo, restituindo-o, o quanto pôde, à nobreza antiga da língua (*Página de estética*, p. 131)

Considera EB que aí está uma lição de humildade que exemplifica casos de volta a uma tradição abandonada em razão da aceitação, por exemplo, de coloquialismos e vulgarismos, que poderiam estar bem no seu campo próprio, não “no domínio da língua de cultura” (p. 37).

Em outra crônica desse mesmo volume 3 da coleção *Na ponta da língua*, EB insiste na indicação de que “a língua de cultura, uma das múltiplas faces de que se reveste a língua histórica”, abrangendo todas as variedades e todos os estilos, “começa nos mais tenros períodos de infância” (diz-se a uma criancinha, por exemplo: “não é *sabo*, é *sei*”) “e se prolonga pela vida fora”. Obviamente, a variedade aí considerada “exemplar”, “ideal” vai cedendo a inovações assimiladas pelas pessoas cultas da mesma geração ou de gerações seguintes, existindo um espaço de tempo que pauta a aceitação das novidades, exatamente porque a língua de cultura “é a viga mais rija que une as gerações que falam e escrevem uma língua histórica” (p. 175). Muitas formas consideradas “incorretas” encontram explicação ou justificação científica plausível, entretanto não são “aceitas” na considerada “norma culta” exatamente porque não são as formas esperadas em uma pessoa suficientemente escolarizada. A legitimação desse argumento EB vai buscar (na p. 176) em Said Ali, seu mestre direto e dileto, que, nas *Alterações semânticas* ensina: “Explicar um fenômeno linguístico não significa recomendar a sua aceitação no falar das pessoas cultas” (p. 233).

E afinal é a Coseriu que EB vai em complementação (p. 165, citando as *Lecciones de Linguística General*, p. 321 e 322), para nos trazer a indicação de que a norma de uma variedade linguística “contém tudo aquilo que é rea-

lização tradicional”, “tudo aquilo que se se diz (e se entende) *assim e não de outro modo*”.

2.3 Um olhar para a gramática levada ao ensino a partir do século XIX, contemplada a variedade linguística

Se quisermos dirigir a atenção para a visão histórica que EB traz da gramática levada ao ensino (e mantida a atenção para o olhar bechariano privilegiadamente dirigido à exemplaridade), podemos colher, em pelo menos dois volumes da coleção que aqui se instituiu para exame, material referente ao século XIX que, com grande felicidade, pode ser comentado. Nos dois casos, trata-se de referência a gramáticos que são tratados, nesse particular, com grande reverência por EB: Augusto Epifânio da Silva Dias (1841-1916) e Mário Barreto (1879-1931).

No volume 1 está em foco o “grande mestre” Epifânio da Silva Dias – como EB o chama –, já no título dos dois pequenos artigos (p. 119-122; p. 122-123), publicados por ocasião do sesquicentenário do homenageado. Epifânio vem apresentado, destacadamente, como um dos professores aos quais coube a divulgação em Portugal dos “modernos estudos linguísticos desenvolvidos na Europa, especialmente na Alemanha, no início do século XIX” (p. 119).

Nessa tarefa – que EB destaca como iniciada por Adolfo Coelho, conforme se registra em outro ponto deste capítulo – vêm incorporados também os nomes de Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana, Ribeiro de Vasconcelos, Gonçalves Guimarães e D. Carolina Michaelis de Vasconcelos. A “difícil” tarefa que EB destaca para Epifânio Dias é a de reformulador dos compêndios gramaticais destinados ao ensino da língua portuguesa e do latim, na direção de introduzir neles “o resultado do progresso dos estudos linguísticos do seu tempo” (p. 120). Vem destacada a atenção ao tratamento da sintaxe, que até então era reduzido, ou até inexistente, nos compêndios, e vem citada a obra (para alunos do primeiro ano do curso dos liceus) *Gramática Prática da Língua Portuguesa* (1870), remodelada em 1876 com o título de *Gramática Portuguesa*, e em 1881 com o título de *Gramática Portuguesa Elementar* (esta, conforme está na p. 120, “de larga tradição entre os compêndios escolares até quase a terceira década do nosso século”).

EB acentua o “pioneirismo” de Epifânio Dias “na renovação dos livros didáticos para o ensino do português, do latim, do grego e do francês, com destaque para dois papéis: o de efetivar, no domínio do liceu, “as novas ideias

da Filologia Românica e da Linguística Geral” e, com isso, o de desviar do trabalho escolar a preocupação com pura censura a “solecismos e barbarismos” (p. 120). Ou seja, chega-se de novo à centrada atenção de EB na exemplaridade, constituída com sustentação teórica. Ele ressalva que Epifânio não chegou aos autores de sua época com a mesma leitura profunda que demonstra dos clássicos e dos pré-clássicos, mas registra que ele foi “receptivo ao registro de inovações sintáticas e práticas de linguagem, algumas das quais curiosamente até hoje não são merecedoras do beneplácito de gramáticos, puristas e escritores” (p. 120). Para essa indicação EB refere-se a duas questões sobre aceitação de uso de construções historicamente criticadas: a primeira é a abonação que a *Sintaxe Histórica Portuguesa* (e já, também, a *Gramática elementar*) de Epifânio dá ao uso sem valor reflexivo dos pronomes *se*, *si* e *consigo* (construção que – lembra EB – até hoje não é abonada no Brasil e que, mesmo em Portugal, só foi merecer aprovação com o uso por escritores representativos, como Camilo Castelo Branco); a segunda é a tranquila referência de Epifânio (*Gramática elementar*) a construções como *amor pelo próximo* (que durante muito tempo vinha sendo considerada errônea, “bárbara”), simplesmente como de “uso atual” (p. 21)⁸.

Uma indicação bastante relevante de EB, referente ao acolhimento, por Epifânio, de inovações na prática da linguagem, está nesta afirmação:

Epifânio andou ainda adiantado a gramáticos e puristas ao registrar sem admoestação a possibilidade de elipse da preposição no início de orações subordinadas que funcionam como objeto indireto ou complemento relativo e ainda complementos circunstanciais do tipo de *preciso (de) que, tenho necessidade (de) que, estou desejoso (de) que, convidado-o (a) que parta*. Sabemos que ainda hoje encontramos gramáticos e puristas que não veem com bons olhos esta construção. (p. 122)

EB ressalta que esses exemplos poderiam ser multiplicados, citando a *Sintaxe histórica* (parágrafo 347, obs. 1^a, p. 122), quanto ao caso do emprego da preposição *para* depois do verbo *pedir*, outra construção que, segundo Epifânio, constitui “objeto de repúdio de quase todos os nossos gramáticos”,

⁸ Cabe inserir o comentário de EB sobre o fato de que a edição póstuma da *Sintaxe Histórica* (1918) critica essas construções, atribuindo-as a “escritores modernos, menos cuidadosos da pureza de linguagem” (p. 122), entretanto considera que essa edição da obra de Epifânio merece ser revista (a obra merece uma edição crítica), já que tal modo de ver deve ser “uma posição anterior do filólogo, mais conservadora do que a que se viu no compêndio elementar de 1876” (p. 121).

mas que ele “registra sem crítica” (p. 122). Perceba-se que, já *à primeira vista*, o louvor do gramático Bechara a Epifânio tem o sentido oposto àquele que o desavisado espera encontrar em um gramático tradicional comprometido com a exemplaridade, como é o caso do nosso gramático. Verifica-se, no todo do artigo, que EB celebra em Epifânio um gramático que, com olhos no “resultado do progresso dos estudos linguísticos do seu tempo” e preocupado com desviar do trabalho escolar a preocupação com pura censura a “solecismos e barbarismos”, mostra-se “receptivo ao registro de inovações sintáticas e práticas de linguagem, algumas das quais, curiosamente, até hoje não são merecedoras do beneplácito de gramáticos, puristas e escritores” (p. 120). Na elogiosa avaliação de EB, Epifânio “revela um espírito atento não só à historicidade da língua, mas também à potencialidade para encontrar, através do trabalho de seus escritores, novos recursos de expressão” (p. 120)⁹. Ou seja, é a exemplaridade equilibrada que o nosso gramático celebra, na voz de um gramático do século XIX.

O segundo caso anunciado para comentário nesta seção constitui uma visita entusiasmada que EB faz a Mário Barreto, estudioso que ele coloca entre “os esquecidos inesquecíveis”, já no título dos cinco pequenos artigos sobre o tema que estão no volume 4 da coleção aqui em exame (p. 156-171). São os que ele lembra como aqueles que dedicaram sua vida a ocupar-se “de fatos da língua ou de questões atinentes à descrição, ensino ou política do idioma”, deixando nos livros, nas revistas ou nos jornais, “tal riqueza de lições, que, apesar de esquecidos do homem comum, usuário do patrimônio do idioma, se libertaram da lei da morte e vivem inesquecíveis na memória de quantos hoje e sempre arroteiam a mesma seara” (p. 156).

Historia EB que, quando Mário Barreto começou a escrever, a imprensa do Brasil e de Portugal, mais especialmente a nossa, mantinha consultórios gramaticais em que professores e jornalistas comentavam erros e dúvidas de linguagem, com base na lição dos clássicos, “e quase sempre em estilo ameno, discorriam sobre o que é correto e o que não se deve dizer” (p. 157). Para EB, se nem todos estavam aparelhados para esse mister, a verdade é que – destaque-se esta indicação – eles “prestavam relevantes serviços à causa da boa linguagem e, o que é mais importante, conseguiam despertar nos leitores a consciência de um instrumental idiomático culto” (p. 157). Assinavam esses consultórios

⁹ EB também se refere a essas características e à importância do trabalho de Epifânio Dias no volume 7 da coleção, mas aí ele trata mais especificamente das relações do gramático com Eça de Queirós.

Cândido de Figueiredo, Cândido do Lago, e, menos assiduamente, Gonçalves Viana, entre outros.

EB acrescenta que nem sempre essas lições “se alinhavam com o testemunho da boa tradição literária ou dos preceitos da boa linguagem”, razão pela qual surgiam as réplicas, muitas das quais “terminavam em acirradas polêmicas e algumas em descomposturas ou desforços físicos” (p. 158).

Essa “pertinente vigilância ao vernáculo” teve início nos primeiros anos do século XX, época da elaboração do Código Civil, quando “esgrimiram lanças” (p. 158) Rui Barbosa e seu antigo professor, o gramático Ernesto Carneiro Ribeiro (lembrando-se a *Réplica*, de 1904). Com o aparecimento dos consultórios, diz EB, foram surgindo jovens estudiosos e profissionais de outras áreas, especialmente do Direito, entre eles Heráclito Graça, “numa época em que os causídicos defendiam não só os seus clientes mas também a vernaculidade de seus escritos (p. 158).

É com a avaliação de Mário Barreto como “perfeito conhecedor do idioma e dono de segura informação filológica, alicerçada no testemunho literário e na leitura atenta de obras mestras da ciência linguística vigente na época” (p. 158) – ou seja, como um gramático pautado na exemplaridade – que EB o contrapõe a Cândido de Figueiredo, historiando que ele começou, em 1903, em uma coluna de jornal (“Notações filológicas”), uma série de artigos justamente refutando certos ensinamentos desse autor. Da reunião desses artigos saiu o livro *Fatos da linguagem* (1903), que “inaugura, na bibliografia linguístico-filológica, pelo menos brasileira, o termo *fato* numa acepção muito técnica em trabalhos dessa natureza”, termo que foi aproveitado por Mário Barreto em *Fatos da língua portuguesa* (1916) e por Joaquim Mattoso Câmara Júnior, no *Dicionário de fatos gramaticais* (1956).

Ao lado de Heráclito Graça, continua EB, Mário Barreto contraria em boa parte as lições (fortemente normativas) de Cândido de Figueiredo, colocando, já em 1903, nos *Estudos de língua portuguesa*, “apontamentos breves acerca de questúnculas gramaticais e lexicográficas [...] ou de falsos galicismos ou de expressões tidas por errôneas, mas que poderiam ser abonadas nos autores clássicos” (p. 159). Segundo EB, hoje pode-se discordar de algumas das lições e de certas orientações metodológicas de Mário Barreto – que eram de um autor “mal entrado nos vinte anos” (p. 160) –, e ele próprio dissentiu posteriormente de um ou outro ponto desse livro, entretanto aí já se revelam dotes de um estudioso sério.

E afinal – diz EB –, com seus *Novos estudos de língua portuguesa* (1911), Mário Barreto, recolhendo o mais rico material de fatos sintáticos da língua portuguesa, chega à maturidade de sua produção filológico-gramatical:

Já não se trata de pequenos aspectos de língua com vista a ensinamentos duvidosos espalhados em consultórios gramaticais da imprensa; são longos estudos de problemas ou pouco ventilados em livros especializados, ou de novidades resultantes da extensa e intensa leitura dos clássicos antigos e modernos. (p. 160)

2.4. Na direção da voz de Eugenio Coseriu: a direção explícita de “teoria” da linguagem

Entretanto, passando a lições da gramática portuguesa totalmente inseridas no século XX, EB avança nas suas considerações sobre a “natureza” que podem ter as lições gramaticais, recorrendo a proposições teóricas avançadas no campo da Linguística. A grande referência é Coseriu, que, na coleção aqui analisada, EB propõe como “o melhor teórico da linguagem” (volume 3, p. 176) e como “pensador profundo” (volume 7, p. 61) que sai do estreito limite da língua e vai ao terreno do “falar”; mais que isso, ainda, que toma o falar como “norma de todas as outras manifestações da linguagem”, ensinando que “o falar [...] é muito mais do que a simples realização de uma língua particular, o simples conjunto de regras para construir frases corretas” (p. 62). No resumo, volte-se à indicação de EB (volume 7, p. 76), recolhida de Coseriu, de que “saber falar não é só saber língua”, uma conclusão fulcral do Funcionalismo que o teórico propõe e a que EB dá relevo.

Refiro particularmente a significação que tem, na sequência das considerações que aqui se fazem, a filiação coseriana que EB atribui a Herculano de Carvalho, quando o eleva ao posto de “o mais rigoroso e competente teórico da linguagem em língua portuguesa”. No volume 6 da coleção aqui examinada estão cinco artigos (p. 119-129) de EB compostos *in memoriam* de José Gonçalo Herculano de Carvalho (1924-2001), nos quais ele apresenta esse estudioso como “figura de inteligência fulgurante e sólido saber”, assim como

o mais rigoroso e competente teórico da linguagem em língua portuguesa, a quem não faltava a presença alicerçada da Filosofia, da Antropologia Cultural, da História do Pensamento Linguístico no mundo ocidental e oriental, da Sociologia,

da Etnologia, da Psicologia, da Ecdótica, da Linguística do Texto e de outros domínios imprescindíveis às suas permanentes investigações. (p. 119)

Afirma EB que, em futuras pesquisas que se terá de fazer sobre as fontes do pensamento linguístico de Herculano de Carvalho e sua evolução, “ocupará lugar de honra, no que se refere aos temas da teoria da linguagem, a participação de Eugênio Coseriu” (p. 124), que ele ainda indica como um dos mais completos representantes desse campo científico na passagem do século XX para o século XXI, ao lado de Antonino Pagliaro, Luís Hjelmslev, Roman Jakobson, Emílio Benveniste e J. Kuryowicz

Essa filiação de Herculano de Carvalho a Coseriu EB documenta, no volume 6 (p. 124), com uma citação literal obtida no próprio Herculano:

A cada passo se encontrará, pois aqui o eco da voz de muitos mestres. Entre eles, parece-me que será particularmente audível a de um – Eugênio Coseriu – a quem desde 1958, quando nos encontramos pela primeira vez na longínqua cidade de Porto Alegre, me sinto ligado por uma fraterna amizade, e que pelas suas obras, pela sua palavra nas não muito frequentes mas fecundas horas de convivência que temos tido em dois continentes, me alegrou e estimulou decisivamente a seguir por um caminho que então começara a atrair-me com irresistível força. Não sei ao certo o quanto monta a minha dívida neste meu livro (como outros estudos publicados e a publicar) a Coseriu e a outros, mas é muito, sem dúvida (*Teoria da linguagem*, tomo I, 3ª tiragem, 1973).

EB destaca a importância que, para a formação de Herculano de Carvalho, teve a sua permanência de quatro anos, na Suíça, com oportunidade de inserção em ambiente marcado por fenômenos de contatos de línguas e culturas, acrescendo-se a oportunidade de aperfeiçoamento nos estudos romanísticos. Um aspecto da sua trajetória acadêmica e de suas incursões científicas que, em particular, vem acentuado historicamente refere-se, com grande significado, a seus estudos de Linguística. Ressalta a elaboração de uma obra especificamente configurada como um “Curso de linguística”, um compêndio da disciplina que foi publicado e continuamente revisado na Universidade de Coimbra.

3. O explícito tributo bechariano aos expositores da gramática do português: ainda a exemplaridade, na variedade linguística

3.1 Uma visão histórica da questão.

Já no volume 1 da coleção *Na ponta da língua* encontramos esta ilustrativa frase de Bechara sobre o tributo que ele se dispõe a pagar a estudiosos da língua portuguesa a que recorre em seus estudos. O artigo de EB “Harri Méier e seus estudos de língua portuguesa” (p. 109-112) assim se inicia:

A língua portuguesa já deve grande contributo a vários estrangeiros que se têm dedicado a ela com o mesmo entusiasmo e amor de estudiosos portugueses e brasileiros, que empregaram sua vida e inteligência a investigar-lhe as particularidades e segredos refletidos nas páginas estilizadas dos escritores ou na fala espontânea de seus utentes. (p. 109)

EB entra na questão por via de Diez¹⁰, que “inaugurou, em 1836, a Linguística Românica” (p. 110) e que – registra EB – Harri Méier (1905-1990) conheceu já em seus tempos de “curso secundário”, quando estudou as “regras para emprego” do infinitivo flexionado “consoante os ensinamentos de Frederico Diez¹¹ e Soares Barbosa” (a quem EB também se apressa em apresentar como “ilustre gramático português do século XVIII, pertencente ao período de investigação pré-científico”, p. 110).

E EB segue compondo resumidamente a história do aparecimento de gramáticas do português cientificamente orientadas, citando duas: a de Carl Reinhardtstoettner (1878), que foi a primeira gramática do português na orientação historicista de Diez (a qual teve alguns capítulos traduzidos por Francisco Adolfo Coelho); e a do suíço-alemão Júlio Cornu (1888), que traçou os contornos definitivos da gramática portuguesa, quando Brasil e Portugal já conheciam as lições de Diez “pela mão de” Adolfo Coelho. Lembra EB, para essa época: em Portugal (além de Adolfo Coelho), José Leite de Vasconcelos

¹⁰ Os estudos de EB têm filiação bastante forte em obras alemãs, língua em que ele é proficiente, tal como seu mestre dileto, Said Ali.

¹¹ Tenho lembrança de que, como aluna, aprendi com EB a pronunciar esse sobrenome (informação que ele também dá aos leitores desse artigo, na p. 110).

e Carolina Michaëlis de Vasconcelos; no Brasil, Júlio Ribeiro, Fausto Barreto, Pacheco da Silva Júnior, Lameira de Andrade, João Ribeiro e Said Ali.

Outros centros EB evoca para indicar estudiosos dos quais os “mestres” portugueses e brasileiros “hauriram o progresso da disciplina” (p. 110): o grande destaque inicial é para Wilhelm Meyer-Lübke, “mestre notabilíssimo” (e grandemente referido na história da ciência linguística), mas a atenção central de EB vai (como anuncia o título) a Harri Méier (1905-1990), que, fortemente destacado como “um dos mais conhecidos e competentes lusitanistas do nosso tempo”, tem seus primeiros estudos (datados de 1926 a 1941) considerados como “de consulta indispensável” (p. 111). Desse autor EB destaca particularmente os seguintes direcionamentos de estudo: relacionou a história externa com a história interna da língua; privilegiou as explicações etimológicas baseadas (morfologicamente) no sistema latino, em detrimento das explicações ligadas a substrato e superestrato (mais de natureza fonológica e semântica); nas pesquisas etimológicas levantou, pela conciliação da história linguística com a história cultural do vocábulo, grandes famílias de palavras e tentou reaproximar da fonte originária aquelas que se tinham afastado mais das irmãs que se mostravam mais fiéis ao étimo latino; afinal, chegou a “perscrutar matizes estilísticos muito interessantes” (p. 111).

No correr desta seção 3.1 claramente se pode percorrer a atenção à exemplaridade que governa as gramáticas da língua, ligada a um “progresso da disciplina” **gramática** haurido da ciência linguística: é a exaltação das “páginas estilizadas” dos escritores, dos “matizes estilísticos interessantes” e dos “matizes da gama rica” do tratamento, em português, de questões gramaticais”. Entretanto – e notavelmente –, toda essa língua exemplar vem vista no tranquilo convívio da “fala espontânea dos utentes” (p. 111), legitimamente ligada ao saber idiomático da comunidade.

3.2 Afinal, uma visita a dois expositores contemporâneos da nossa gramática

Entram nesta seção, para arremate do percurso (não exaustivo) empreendido, dois nomes de gramáticos contemporâneos que todos os estudiosos respeitam e admiram e nos quais EB recolhe justamente a sensibilidade para a noção funcional de linguagem exemplar: Celso Pedro Luft (1921-1955), homenageado por EB no volume 4 da coleção (p. 1-2), por ocasião de seu passamento, e Othon Moacir Garcia (1912-2002), homenageado por EB no volume 7 (p.

42-44), também por ocasião de seu passamento. Interessantemente, ambos são reverenciados, em particular, pela ligação com sua atividade de professores.

Celso Pedro Luft já vem elogiosamente à cena por referência a “professores excelentes”, esse que era o tema geral do artigo anterior do volume (p. 40-42), também de autoria de EB. E entra justamente pela linha central que nele é mais significativa, a do culto à língua, ou seja, a que representa com maior lucidez a atenção à exemplaridade: Luft é reverenciado como “um dos mais operosos cultores” da língua portuguesa (p. 1, grifo meu), “autor de prestantes livros, pelos quais estudava, ensinava e difundia a norma exemplar do idioma, norma desejada e praticada nas produções superiores de cultura” (p. 1, novamente grifo meu).

EB historia o percurso do gramático Luft, desde quando, “ainda sob o hábito de Irmão Arnulfo”, começou a escrever sobre ortografia e sobre questões gramaticais, pela Editora Globo, de Porto Alegre, firmando-se como autor de obras didáticas “de bom nível, alicerçadas nas novidades que tivessem repercussão oportuna no ensino normativo da língua”. Ressalta EB, sobre o percurso de Luft :

Com a chegada de ondas reformuladoras no âmbito da necessária reflexão universitária, soube não se deixar morder pelo vírus da modernose, e arcar com dignidade o peso da opção consciente e moderada, certo de que *non pudeat dicere quod non pudeat sentire*. Tal atitude num país como o nosso que ama a novidade de hoje, mesmo que amanhã seja desbancada por outra mais nova, ainda que inconsistente, é atitude de coragem. (p. 1)

EB chama a atenção para o fato de que um dos livros de Luft, que trazia a famosa crônica de Veríssimo “O gigolô das palavras” foi aproveitado incorretamente “como catilinária contra a gramática”, entretanto Luft, na 2ª edição do livro, procurou desfazer o equívoco afirmando:

Ninguém pode ser contra a verdadeira gramática (...). Muito ao contrário; este livrinho é uma defesa dela – defesa apaixonada (...). O que me preocupa profundamente é a maneira de se ensinar a língua materna, as noções falsas de língua e gramática, a obsessão gramaticalista (...). (p. 11-12 da 2.ª ed.) (p. 1)

Dos livros subsequentes de Luft (o *Dicionário prático de regência verbal* e o *Dicionário prático de regência nominal*), EB diz que eles coroam com

dignidade científica a trajetória desse ‘incansável professor de Língua Portuguesa’ (p. 1).

As palavras com que EB termina esse artigo de homenagem são extremamente reveladoras da maneira como ele constrói sua noção de exemplaridade, na língua: ele fala da perda de Luft como uma perda que atingiu “a pequena grei dos que teimam em acreditar que as produções superiores do espírito humano encontram seu melhor veículo na língua exemplar” (p. 2).

Quanto a Othon Garcia, os entusiasmados elogios de EB também iniciam pela atribuição ao homenageado de referências como “mestre emblemático” (p. 42), ao lado de “conhecedor admirável do sistema e das potencialidades expressivas do idioma” (p. 42), com “fina sensibilidade para dois campos de estudo: a análise literária e a técnica de redação” (p. 42), todas essas, classificações que se definem dentro da linha de exemplaridade desenvolvida no gramático Bechara. No destaque das atividades do homenageado em análise literária, EB acentua ter ele promovido a integração de jovens estudiosos que levaram adiante “os alicerces de uma nova crítica literária exposta e praticada primeiro por Afrânio Coutinho depois por Eduardo Portella”.

Ainda na mesma linha, o homenageado é relevantemente destacado pela sua dedicação à técnica de redação (com o inquestionavelmente notável *Comunicação em prosa moderna*, 1967), desenvolvida na sua atividade de magistério. E no que respeita especificamente à atenção à gramática da língua, dentro da explicitação da técnica que Othon Garcia oferece, EB propõe que, partindo de informações sobre os elementos estruturais da oração – que é a análise sintática, “atividade hoje execrada por modernos” –, ele imbricava essa atividade com a “compreensão das relações gramaticais e semânticas que as palavras e funções mantêm entre si para a adequada e conforme manifestação do que quer transmitir aos seus ouvintes e leitores” (p. 43). Afinal, o que EB recolhe, no “caminho percorrido por Othon no livro *Comunicação em prosa moderna*” é que, assentado no “conhecimento da estrutura gramatical”, vai ele à “variedade dos recursos expressivos [...] e à fundamentação da arte de pensar e dizer” (p. 44), ou seja, vai ele à linguagem exemplar.

O que concluir

Pode-se dizer que a defesa de Evanildo Bechara daquilo que ele invoca como “exemplaridade” tem um lugar especial na história das ideias linguísti-

cas que se colhem (pelo que nos dá nosso gramático) na tradição da descrição gramatical do português. A compreensão do real significado dessa proposta de exame do uso linguístico leva exatamente a enquadrar o nosso homenageado como um fiel ‘cultor’ da língua, sem de maneira alguma enquadrá-lo entre os devotados “guardiães” de um padrão de língua que nos caiba imperiosamente ‘preservar’. Claramente, e relevantemente, as duas noções não se misturam.

Na sua *Moderna gramática portuguesa* (BECHARA, 1999) EB oferece uma seção intitulada (destaque-se) como “O exemplar e o correto”, e o texto se desenvolve, com fonte em Coseriu, na direção de esclarecer uma oposição:

Há de distinguir-se cuidadosamente o exemplar do correto, que pertencem a campos conceituais diferentes. Quando se fala do exemplar, fala-se de uma forma eleita entre as várias formas de falar que constituem a língua histórica, a conceituação desses dois termos, razão por que o eleito não é correto nem incorreto.

Já quando se fala de correto, que é um juízo de valor, fala-se de uma conformidade com tal ou qual estrutura de uma língua funcional de qualquer variedade diatópica, diastrática ou diafásica. Por ele se deseja saber se tal fato está em conformidade com um ato de falar, isto é, com a língua funcional, com a tradição idiomática de uma comunidade, fato que pode ou não ser o modo exemplar de uma língua comunitária. (p. 51-52)

Consideradas as categorias estabelecidas em Coseriu (não nomeadamente invocadas, nesse ponto, mas desenvolvidas em outros pontos da obra), propõe EB que o modo exemplar pertence à arquitetura da língua histórica, enquanto o correto (ou incorreto) se situa no plano da “estrutura da língua funcional”. É a partir daí que a “correção” é particular de cada língua funcional, pois o que a respeito dela se põe em causa é “um modo de falar que existe historicamente” (p. 52).

E a condução da questão chega, ao final, à necessidade de diferenciação entre “gramática descritiva” (configurada com explícito recurso a Coseriu) e “gramática normativa”. Quanto à “gramática normativa”, que tem “finalidade pedagógica”, cabe-lhe “elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social”. Ela “recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos”. À “gramática descritiva”, disciplina científica que é, cabe-lhe

descrever um sistema linguístico em todos os seus aspectos, cabe-lhe, pois, “registrar como se diz em uma língua funcional”, sem preocupação de estabelecimento do “certo” e do “errado” no nível “do saber elocutivo”, “do saber idiomático” e “do saber expressivo” (p. 52). Mas, com certeza, preservando, na direção do olhar, aquela linguagem exemplar, dentro da variedade linguística.

Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa* (edição revista e ampliada). Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

Relação dos artigos de autoria de Evanildo Bechara na coleção *Na ponta da língua* (Editora Lucerna/Liceu Literário Português) (Fonte: site da Academia Brasileira de Letras)

- A concordância com títulos de textos e assuntos conexos. v. 7, 2005, p. 132-140.
- A concordância com *um dos que* na tradição gramatical do português. v. 6, 2004, p. 96-104.
- A contribuição de Herculano de Carvalho aos estudos linguísticos. v. 7, 2005, p. 178-189.
- A dimensão do texto e o ponto-e-vírgula. v. 5, 2003, p. 191-194.
- A divisão silábica e questões de concurso. v. 6, 2004, p. 78-82.
- A erudição de Camões. v. 4, 2002, p. 15-20.
- A gramática dos termos estrangeiros no português. v. 2, 2000, p. 170-176.
- A gramática no atual contexto das disciplinas linguísticas. v. 7, 2005, p. 112-117.
- A lição dos mestres. v. 3, 2001, p. 35-42.
- A língua de uso. v. 7, 2005, p. 159-166.
- A língua dos modernistas: revolução ou tradição? v. 2, 2000, p. 61-76.
- A língua e seus usos caprichosos. v. 2, 2000, p. 94-98.
- A língua exemplar. v. 5, 2003, p. 103-109.
- A língua portuguesa e a sua contribuição. v. 6, 2004, p. 130-140.
- A maior palavra do português. v. 1, 1998, p. 36-40.
- A missão dos consultórios gramaticais. v. 5, 2003, p. 94-103.
- A norma ortoépica. v. 1, 1998, p. 192-201.
- A polidez e as línguas. v. 1, 1998, p. 66-74.
- Adjuntos adnominais adverbializados e questões de concurso. v. 6, 2004, p. 83-86.

- Ainda outra vez: o que se entende por correção idiomática. v. 7, 2005, p. 145-149.
- Ainda uma vez a Carta de Caminha anotada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. v. 7, 2005, p. 63-74.
- Alberto de Faria – um filólogo diferente. v. 7, 2005, p. 197-208.
- Antônio de Morais Silva (1-8-1755–11-4-1824). v. 7, 2005, p. 92-99.
- Aonde não foram os acordos ortográficos: abreviaturas. v. 3, 2001, p. 139-141.
- As palavras também escondem a idade. v. 1, 1998, p. 114-116.
- As palavras têm o seu destino. v. 5, 2003, p. 212-222.
- Bate-nos à porta uma reforma ortográfica. v. 7, 2005, p. 226-230.
- Cá e lá más fadas há. v. 5, 2003, p. 27-45.
- Casos de fonética sintática. v. 2, 2000, p. 50-54.
- Celso Pedro Luft: *in memoriam*. v. 4, 2002, p. 1-2.
- Contribuições linguísticas de Filinto Elísio. v. 7, 2005, p. 24-39.
- Cumprimentos entre povos. v. 1, 1998, p. 160-165.
- Da latinidade à lusofonia. v. 6, 2004, p. 29-48.
- Duas afirmações muito complexas. v. 1, 1998, p. 74-82.
- É preciso ilustrar e promover a língua portuguesa. v. 7, 2005, p. 192-197.
- Elementos clássicos e a história de micróbio. v. 5, 2003, p. 138-144.
- Em torno da expressão comparativa *Que nem*. v. 7, 2005, p. 56-59.
- Em torno da palavra consenso. v. 4, 2002, p.
- Epifânio Dias e Eça de Queiroz. v. 7, 2005, p. 149-157.
- Esquecidas riquezas do português. v. 5, 2003, p. 181-190.
- Esses bons professores de concurso. v. 7, 2005, p. 40-42.
- Está na hora da onça (ou de a onça) beber água? v. 2, 2000, p. 176-188.
- Etimologia como ciência? v. 7, 2005, p. 130-132.
- Eugenio Coseriu (14-7-1921–7-9-2002). v. 7, 2005, p. 60-63.
- Famílias de palavras e temas conexos. v. 1, 1998, p. 116-119.
- Forró: uma história ainda mal contada. v. 5, 2003, p. 4-8.
- Gandavo ou Gândavo. v. 5, 2003, p. 222-228.
- Gramáticos e caturras. v. 4, 2002, p. 201-208.
- Harri Méier e seus estudos de língua portuguesa. v. 1, 1998, p. 109-112.
- Herculano de Carvalho: *in memoriam*. v. 6, 2004, p. 119-129.
- História e estória. v. 3, 2001, p. 15-20.
- Imexível não exige mexer. v. 1, 1998, p. 108-109.
- Imexível: uma injustiça a ser reparada. v. 1, 1998, p.1-3.
- José de Alencar e língua do Brasil. v. 6, 2004, p. 55-73.

- Lendo os cadernos de Mário Barreto. v. 3, 2001, p. 175-198.
Língua culta oclusa. v. 7, 2005, p. 157- 158.
Língua e cultura: denominações do arco-íris. v. 2, 2000, p. 25-30.
Linguagem e educação linguística. v. 3, 2001, p. 8-11.
Livros a mancheias: dicionários. v. 3, 2001, p. 80-89.
Má ideologia na linguagem? v. 2, 2000, p. 200-211.
Manuel Bandeira e a língua portuguesa. v. 6, 2004, p. 87-96.
Mau emprego de grandes inventos. v. 7, 2005, p. 172-177.
Na esteira da unidade: Moscou ou Moscovo? v. 1, 1998, p. 221-228.
Na seara de um dicionário histórico. v. 2, 2000, p.18-20.
Neologismos, prosódia e ortografia. v. 1, 1998, p. 40-42.
No tempo em que se lia. v. 5, 2003, p. 59-68.
Novos horizontes no estudo do léxico. v. 2, 2000, p. 122-137.
O Congresso Brasileiro e a unificação ortográfica. v. 1, 1998, p. 148-153.
O estrangeirismo e a pureza do idioma. v. 6, 2004, p. 73-78.
O estudo da fraseologia na obra de João Ribeiro. v. 5, 2003, p. 228-236.
O infinitivo: será um quebra-cabeça? v. 1, 1998, p. 210-213.
O Natal em línguas do mundo. v. 5, 2003, p. 209-212.
O novo vocabulário ortográfico da ABL. v. 5, 2003, p. 71-77.
O pior dos estrangeirismos. v. 6, 2004, p. 1-3.
O tempora! O mores! v. 3, 2001, p. 97-100.
O verbo pesar, fraseologia, etc. v. 1, 1998, p. 42-46.
O Vocabulário Portuguez e Latino de D. Raphael Bluteau. v. 6, 2004, p. 49-55.
Os animais na linguagem dos homens. v. 4, 2002, p. 54-63.
Os escritores e a gramática. v. 4, 2002, p. 83-92.
Os esquecidos inesquecíveis: Mário Barreto. v. 4, 2002, p. 156-171.
Othon Moacyr Garcia (19-6-1912–1-6-2002)”. v. 7, 2005, p. 42-44.
Palavras com padrinhos brasileiros. v. 1, 1998, p. 129-131.
Palavras também têm padrinhos. v. 1, 1998, p. 126-129.
Paul Teyssier (1918-2002). v. 7, 2005, p. 21-24.
Pecúnia, pecúlio e sua história. v. 5, 2003, p. 134-138.
Pertencer *para* e pertencer *a*. v. 3, 2001, p. 32-35.
Poetisa ou poeta? v. 4, 2002, p. 228-234.
Poluição linguística. v. 4, 2002, p. 25-34.
Por que se aprende latim. v. 4, 2002, p. 66-71.
Por que segunda-feira em português? v. 4, 2002 215-227.
Português ou brasileiro? v. 7, 2005, p. 15-17.

- Primos ricos e pobres da língua. v. 1, 1998, p. 138-143.
- Que ensinar de língua portuguesa. v. 1, 1998, p. 89-91.
- Que se entende por ‘correção de linguagem’? v. 4, 2002, p. 119-140.
- Repasso crítico da gramática portuguesa. Alguns aspectos aproveitáveis em sala de aula de nível fundamental e médio quanto à política do idioma e à descrição da língua. v. 7, 2005, p. 74-92.
- Revisitando um texto de D. Carolina: a Carta de Caminha. v. 7, 2005, p. 44-56.
- Sesquicentenário de um grande mestre. v. 1, 1998, p. 119-124.
- Silva Ramos: mestre da língua. v. 7, 2005, p. 117-130.
- Sob e debaixo de*. v. 3, 2001, p. 11-15.
- Sobre a Retórica e as chamadas figuras. v. 7, 2005, p. 17-20.
- Sobre a sintaxe dos demonstrativos. v. 6, 2004, p. 7-22.
- Última flor do Lácio. v. 2, 2000, p. 8-13.
- Um eco de S. Agostinho na língua de Vieira. v. 6, 2004, p. 23-29.
- Um novo dicionário do Português. v. 7, 2005, 166-172.
- Um processo sinonímico em D. Duarte. v. 7, 2005, p. 102-112.
- Uma justa homenagem. v. 7, 2005, p. 190-191.
- Usos da inicial maiúscula. v. 4, 2002, p. 212-215.
- Valor evocativo da grafia. v. 1, 1998, p. 190.
- Vieira como padrão de exemplaridade. v. 5, 2003, p. 195-201

Nota do editor: articulista convidado.

EUGENIO COSERIU NO QUADRO DA LINGÜÍSTICA MODERNA

EUGENIO COSERIU IN THE SCENARIO OF MODERN LINGUISTICS

Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Universidade Federal Fluminense
cefuchoa@gmail.com

RESUMO:

Os fundamentos essenciais da ideologia linguística de Eugenio Coseriu. A repercussão de sua obra no Brasil. A mudança que ela representou em relação à de Ferdinand de Saussure. O amplo conceito de competência linguística em três níveis: o universal, o histórico e o individual. O falar concreto como base para todas as manifestações da linguagem. As obras mais representativas de Coseriu para o conhecimento de seu pensar sobre a linguagem.

PALAVRAS-CHAVE:

Competência linguística; coerência teórica; atividade criadora.

ABSTRACT:

The essential foundations of Eugenio Coseriu's linguistic ideology. The repercussion of his work in Brazil and the changes it represented in relation to that of Ferdinand de Saussure. The broad concept of linguistic competence at its three levels: the universal, the historical and the individual one. Concrete talk as the basis for all manifestations of language. The most representative Coseriu's contributions for the knowledge of his thought about language.

KEYWORDS:

Linguistic competence, theoretical coherence, creative activity.

Eugenio Coseriu (1921-2002), nascido na Romênia e falecido na Alemanha, é uma das figuras de maior expressão da Linguística moderna, reconhecimento este que tem o respaldo de vários cientistas da linguagem de diversos países. Sua obra, das mais densas, extensas e abrangentes no cenário dos estudos do fenômeno linguístico no século XX, tem, desde o início de sua produção acadêmica, nos anos de 1950, a marca de um pensador, que irá constituindo,

com base em segura formação, haurida na leitura de grandes teóricos da filosofia e da linguagem, desde os gregos, um corpo de doutrina caracterizado por rara unidade de coerência teórica.

O eminente linguista mexicano Juan M. Lope Blanch, numa nota à edição de *Introducción a la Lingüística*, publicada pela Universidad Autónoma do México, em 1981, já reconhecia:

Treinta años después (a 1ª edición é de 1951), conserva todo su valor, cosa singular en nuestra época, proclive a improvisaciones y a las rectificaciones o los repudios conseguintes. Lo que há sido bien concebido y bien hecho mantiene su lozanía a través de los años. Es el caso de esta obra. Por ello, el Centro de Lingüística Hispánica la reedita ahora, como testimonio de la validez de la doctrina lingüística expuesta por Eugenio Coseriu en su entonces ya madura juventud. (COSERIU,1990)

Em 1993, o linguista espanhol Antonio Vilarnovo Caamaño, professor de Teoría del discurso, na Universidade de Navarra, em obra, “Lógica y lenguaje en Eugenio Coseriu”, fruto de minuciosa pesquisa sobre parte da obra do autor, relewa outra importante diretriz sobre o valor da produção intelectual coseriana:

Al mismo tempo, desde o el punto de vista de las relaciones entre la tradición y la modernidade en la ciência, la obra de Coseriu pose ela difícil y preciosa cualidad de presentar viejos problemas y viejas soluciones en relación con los problemas y soluciones actuales, mostrando vínculos reales entre unos y otros. (CAAMAÑO, 1993)

Não sem razão, pois, Coseriu tinha uma privilegiada competência para uma visão bem fundamentada sobre o desenrolar das ideias linguísticas até fins do século passado, uma visão abrangente dos vários saberes metalinguísticos ou modos de focalizar a linguagem, combatendo sempre a dogmatização deste saber, ou seja, tomar-se o que é apenas certo tipo de saber como o saber mesmo sobre a linguagem, como paradigma da ciência. O linguista romeno insistia, então, na complementariedade necessária desses saberes e, portanto, no reconhecimento da validade de cada um deles.

O significativo prestígio acadêmico de Coseriu, reconhecimento inequívoco do valor dos cursos e palestras ministrados em numerosos países e da sua produção incessante ao longo de cinquenta anos, espraiou-se mundialmente,

tendo recebido o título de doutor *honoris causa* de mais de quarenta universidades de tradição e peso acadêmico.

Suas publicações abrangem praticamente todas as áreas da investigação linguística: a filosofia da linguagem, a teoria da linguagem, a metodologia da linguagem, a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica, a lexicologia, a gramática, a linguística do texto, a dialetologia, a sociolinguística, a estilística, a teoria da tradução, a política linguística, a história linguística. Com a copiosa exemplificação apresentada, revela-se um respeitável indo-europeísta e sobretudo um seguro romanista.

De outra perspectiva, pode-se dizer com segurança que a sua obra cobre os cinco núcleos fundamentais da linguística contemporânea: a competência, a língua, o texto, a variação e a mudança, com importantes estudos sobre cada um deles.

O próprio Coseriu confessa que o seu interesse pela Linguística nasceu do seu interesse pelas línguas e suas respectivas literaturas. Sentia a necessidade de ler os textos literários na língua em que originariamente foram escritos. Dominava, falando muitas delas, as línguas românicas (manifestava-se fluentemente em português), as eslavas, o inglês, o alemão, o grego, e iniciou-se no japonês.

Sua profícua obra (com mais de 50 livros) foi publicada em diversas línguas, inclusive em japonês. A maior parte de seus escritos pode ser lida, o texto original ou o traduzido, mormente em italiano, em alemão e em espanhol, nesta última, acolhida, em muitos volumes integrantes da prestigiosa Biblioteca Românica Hispânica, da Editorial Gredos.

O ideário linguístico de Coseriu, em sua abrangência, é pouco conhecido no Brasil, apesar de sua longa permanência, de 1951 a 1962, na vizinha Montevideu, onde formou um grupo expressivo de linguistas ao seu redor, com a publicação de já esclarecedores ensaios. Tal permanência proporcionou-lhe vir ao Brasil várias vezes para diversos eventos, quando teve a oportunidade de entrar em contato com muitos filólogos e linguistas nossos como Mattoso Câmara, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Antenor Nascentes, entre outros. Apesar de ainda, nas décadas dos anos 80 e 90, ter ministrado cursos e palestras em várias universidades brasileiras, tornando-se doutor *honoris causa* da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Na primeira, contou com um pequeno grupo de professores a divulgar a sua obra, a publicar sobre ela e a orientar dissertações e teses com base em fundamentos de sua teoria. Apesar, enfim, de ter traduzidas oito de suas publicações para o português. Uma delas, assinale-se, *Lições de linguística geral* (1980, traduzida

do italiano por Evanildo Bechara) teve uma acolhida expressiva, embora longe de poder representar um arcabouço mais global da ideologia linguística cose-riana, pois a primeira edição dela data de 1973, *Lezione di linguística generale*, quando ainda longe estava de ter desenvolvido cabalmente a sua abrangente teoria sobre o universo verbal.

No nosso país, o famoso ensaio “Sistema, norma e fala”, ensaio que integra a obra *Teoria da linguagem e linguística geral* (tradução brasileira de 1979 do texto espanhol, de 1962) é que se tornou de fato bem conhecido. Nele Coseriu desenvolveu a sua proposta teórica de norma nas preocupações da linguística descritiva, a contrapor-se à concepção tradicional de norma identificada com a prescrição gramatical. Este conceito de “norma normal” pertence hoje à Linguística. Já aqui, distinguindo entre língua, sistema funcional, e norma, sistema normal, Coseriu se afasta de Saussure, que opunha apenas a *langue* à *parole* (fala, discurso).

O mestre genebrino não considerou o nível ainda abstrato da norma, que vem a ser aquilo que se diz habitualmente numa comunidade, um modo de agir verbal. Mas é a língua, como sistema funcional, que se apresenta como um sistema de possibilidades, logo sistema na sua condição de saber criativo, que irá permitir ao falante desrespeitar o uso fixado, particularmente quando o intento expressivo se torna altamente elaborado na criação estética, promovendo, na feliz expressão de Manoel de Barros, os versos “Porque eu não sou da informática/ eu sou da invencionática” (Barros, 2003, IX). Graças a tal conceito de língua como sistema de possibilidades, tão bem fixado por Coseriu, fica mais fundamentada a noção de que saber uma língua não é só saber o que se diz, mas também saber o que possa ser dito.

Mas o ideário cose-riano, por parte certamente de muitos estudiosos brasileiros, parece ter ficado mais restrito, em geral, a apenas este ensaio, em meio a uma produção vastíssima e abrangente de livros, conferências, artigos e resenhas, como a de poucos linguistas.

Como explicar tal fato? perguntam muitos que se dedicam ao estudo da linguagem entre nós. Houve várias razões, pensamos nós, que atuaram. Seus primeiros livros entre nós, publicados pela editora Presença (RJ), são dos fins da década de 70, quando a Linguística já se mostrava mais vivamente interes-sada pela Sociolinguística e pelo estudo do texto, embora Marcuschi, em obra de 1983, já se refira à publicação então recente de Coseriu em alemão sobre *A Linguística do Texto*, de 1980. As obras do linguista romeno editadas entre nós reuniam, cada uma delas, um conjunto de ensaios sobre diversos temas, ainda

que muito importantes, de teoria e metodologia linguística, o que certamente não atraía os leitores, a não ser para um ou outro destes ensaios. Por eles, todavia, não se configurava ainda claramente as diretrizes centrais de seu pensamento. Só a citada *Lições de linguística geral* dedicava uns poucos e abreviados capítulos sobre alguns fundamentos essenciais do que ainda viria a se constituir numa sólida teoria da linguagem. Obra, já o dissemos, que se tornou bem divulgada em nosso meio acadêmico, mas muito esquematicamente estruturada no tocante aos princípios essenciais da teoria de Coseriu.

A produção dele, intencionalmente direcionada a fundamentar uma teoria abrangente sobre a linguagem verbal, ainda viria a contrapor-se ao gerativismo então em voga, em seus sucessivos modelos. Certamente isto teve o seu peso no considerar-se apressadamente o linguista romeno como mais um estruturalista (já então fortemente repudiado entre nós), um mero continuador do ideário saussuriano, em suma, um linguista afastado das preocupações linguísticas do seu tempo. Teve certo peso ainda, reconhecemos, poucos textos de Coseriu serem publicados em inglês, que se tornara, em nosso país, a língua mais presente das novas contribuições que iam surgindo sobre Linguística.

Iniciador, sem contestação, da Linguística moderna, Saussure, com o seu *Curso de linguística geral* (1916), continuou, é certo, irradiando a importância de suas elucubrações sobre a linguagem, mencionado por linguistas das mais diferentes orientações teóricas. Cabia aos linguistas seus sucessores interpretar com rigor o seu pensamento, alterando ou sugerindo-lhe desenvolvimentos. Decorridos mais de 100 anos da publicação do *Curso*, poucos linguistas terão cumprido tal tarefa, como leitor atento, assíduo e perspicaz de Saussure quanto Coseriu, que, em ensaio significativamente intitulado *O meu Saussure* (1997, p.5), explicita:

Com tudo isto, por certo, muito me afastei de Ferdinand de Saussure; cheguei até ao pólo oposto de Saussure do saussurianismo “ortodoxo” [entendido por Coseriu como repetição, confirmação e aplicação do dito por Saussure]; porém, conforme creio, também cheguei a isto em contato permanente com Saussure, e não sem Saussure, e muito menos contra Saussure.

Não se negue, contudo, que Coseriu se apresenta como um estruturalista – era a teoria dominante então nos de 1950 – em algumas de suas importantes obras e ensaios, como os dos anos 50, a exemplo de “Forma y sustancia en los sonidos del lenguaje” (1954) e “Sincronia, diacronia e historia. El problema de

cambio linguístico” (1958). Amplia mesmo o campo descritivo estruturalista, como em “Princípios de semântica general” (1976).

Coseriu, no entanto, evidencia, ao longo de sua extensa obra, o dever da Linguística de ir além do estruturalismo, portanto, além de Saussure, propondo para tanto “uma linguística integral”, nela integrando tudo o que a teoria estrutural exclui. Acerca dos limites do estruturalismo, escreveu o pertinente ensaio “Au-delà du structuralisme” (1982).

De modo que com Coseriu se ultrapassa o estruturalismo, e mais, se dá uma mudança muito significativa em relação à doutrina saussuriana, ao contrário do que tantos estudiosos brasileiros parecem manifestar, deixando de ter como objeto apenas o estudo da língua, sistema abstrato.

Defende ele então uma tricotomia primária fundamental no abordar o falar como objeto de reflexão da linguagem, correspondente a três níveis linguísticos: o nível universal do falar em geral, o nível histórico das línguas e o nível individual de uma fala concreta. Claro que cada um destes três níveis só têm autonomia teoricamente, no plano do entendimento, já que, no plano real, são indissociáveis na fala.

Evidencia-se pois com Coseriu esta mudança diríamos radical mesmo em relação ao ideário de Saussure: o conceito de competência linguística se amplia consideravelmente, com o reconhecimento da existência dos três níveis do falar. Passamos a contar então com uma linguística do falar (nível universal), uma linguística da língua (nível histórico) e uma linguística da fala ou do discurso (nível individual).

Ante tal tricotomia, Coseriu inverte um bem conhecido postulado saussuriano, qual seja, o de partir-se da língua, vale dizer, o de explicar o falar do ponto de vista da língua. Para ele, ao contrário, deve-se sempre partir da atividade verbal do falante para as outras formas de linguagem. A língua corresponde a “momento historicamente objetivo do falar”. De modo que o falar concreto será sempre tomado com referência para a linguagem, ou seja, o falante, ainda que por intuição, é o ponto de partida para o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a linguagem.

O linguista romeno evidencia assim que o falar, o saber prático de que os falantes fazem uso, em sua atividade cognoscitiva e comunicativa, não se reduz apenas ao conhecimento das regras de uma língua determinada, mas comporta três níveis de conhecimento manifestados sempre em cada ato de fala: um nível universal, um nível histórico e um nível individual. Lembra Coseriu (1980, p.91): “A linguagem é uma atividade humana *universal que se realiza*

individualmente, mas sempre segundo técnicas *historicamente* determinadas (“línguas”).”

Cada um destes três níveis comporta saberes, competências e conteúdos distintos. Assim, no nível universal, tem-se o saber elocucional ou competência linguística geral: é o saber falar em geral, o saber falar segundo os princípios que se aplicam normalmente a todas as línguas, independente de como se apresentem estruturadas. É o falar de acordo com os princípios universais do pensamento e com o conhecimento geral que o homem tem das coisas do mundo. Logo, o falar deve levar em conta não apenas um saber linguístico, mas também um conhecimento do mundo.

No nível histórico tem-se o saber idiomático, ou competência linguística particular: é o saber falar uma língua determinada, ter o domínio das regras que permitem a produção e a compreensão de textos nesta língua, em qualquer de suas variedades.

Por fim, no nível individual, já se tem o saber expressivo ou competência textual: é o saber estruturar textos em situações comunicativas determinadas, segundo os fatores gerais do falar: o falante, o destinatário, o objeto do que se fala e a situação.

Estes três níveis do saber linguístico vão comportar diferentes tipos de juízo sobre o falar ou o desempenho linguístico de qualquer falante. No nível universal, a não conformidade com o saber elocucional corresponde ao juízo de incongruente, como na desconexão semântica presente na frase “Há uma grande diferença entre os candidatos à matrícula e as vagas na escola”, em que a diferença a que se quer aludir na frase é evidentemente entre o número de candidatos e o de vagas.

No nível histórico, a ocorrência de uma forma que não se reporta à fala habitual de determinado segmento social de uma língua, a não conformidade, pois, com certo saber idiomático, corresponde ao juízo de incorreto, como a construção “As moça bonita”, no discurso de uma pessoa de quem não se espera, pelo seu nível social, a falta de concordância nominal que abranja os termos “moça” e “bonita”.

Por fim, no nível individual, a presença de forma ou expressão que venha causar estranheza em certas circunstâncias, por envolver certa situação, certo destinatário ou certo objeto sobre que se fala, em suma, a não conformidade com o saber expressivo ou textual, corresponde ao juízo de inadequado. Em “far-se-á o possível para ratificar a sua avaliação”, teremos uma construção inadequada a qualquer situação de informalidade, ou de não monitoramento.

Os três níveis que o amplo conceito coseriano de competência linguística comporta vão se distinguir ainda quanto aos conteúdos. No plano do falar se terá a designação, ou seja, a relação entre uma expressão linguística e um “estado de coisas”, entre signo e “coisa” designada (1980, p.99), independente da língua. A designação, através de um signo, não se identifica, pois, com a “coisa” designada, que pertence ao mundo extralinguístico. Só mencionando, por exemplo, o signo “laranja”, referente a determinada fruta, é que se tem designação. A fruta em si é mera “coisa” do mundo real.

No plano histórico das línguas já se terá o significado: conteúdo de uma expressão enquanto dado numa determinada língua. Assim, quem sabe português entende, porque sabe português, que “azul-marinho” corresponde a um nome de cor, que pode, através de outro significante, significar tal nome de cor em outra língua, ou simplesmente não existir tal significante.

Por fim, no plano individual da fala ou discurso, se terá o sentido como o conteúdo próprio de uma forma linguística, através da designação e do significado. Será pelo sentido que o falante, em cada situação, expressa atitudes, opiniões ou intenções. No dia a dia, as pessoas deixam de entender, tantas vezes, o que se diz precisamente, porque não apreendem o sentido do que se diz. Daí ser frequente a indagação “o que você está querendo dizer?”. Num enunciado com propósito pilhérico, em que se fale “Lá vem o gordinho”, para se reportar a uma pessoa muito magra, pode-se perceber com mais clareza a importância da distinção entre significado e sentido. A pilhéria já é um sentido proporcionado pelo texto. Na linguagem literária, caracterizada por um intento estético, a noção de sentido adquire, então, relevância essencial para a compreensão dos textos. Costuma-se então dizer que é uma linguagem essencialmente conotativa.

O estudo da tradução, campo de investigação linguística tão importante, é um dos objetos da linguística do texto, e não da linguística das línguas. Só se traduzem, na verdade, textos: este é o princípio básico de que depende qualquer teoria da tradução. Nela, deve se expressar um mesmo conteúdo textual (ou seja, o sentido) em línguas diferentes. Uma oração como “Bons ventos o embalem” que manifesta a função textual de desejo, através da categoria idiomática do subjuntivo, ao ser traduzida para uma outra língua deve ter este sentido mantido, não importa se através ou não da mesma categoria idiomática do português, em que outros valores textuais ou sentidos – conselho, ordem, convite...– podem também atualizar-se nos textos, na dependência dos contextos, como categorias textuais. Coseriu escreveu um percuciente ensaio sobre a tradução: “Lo erróneo y lo acertado en la teoría de la traducción” (1977, pp.214-230).

Evidencia-se pois de todo que a fala deve ser considerada como um marco fundamental da teoria linguística de Coseriu, que assim se afasta de Saussure, que defendia, como arauto do estruturalismo, que o estudo da linguagem deveria partir da língua, sistema abstrato. Deste modo, reiteramos que o linguista romeno não pode nem deve ficar conhecido na história da Linguística como um estruturalista, a não ser em algumas obras iniciais.

Na profícua produção escrita de Coseriu, podemos, para uma compreensão dos postulados essenciais de sua teoria sobre a linguagem, destacar os seguintes textos: os ensaios “Sistema, norma y habla”, “Forma y sustancia en los sonidos del lenguaje” e “Determinación y entorno”, constantes da obra *Teoría de lenguaje y lingüística general: cinco estudios*, edição inicial de 1962; *Competencia lingüística: elementos de la teoría del hablar*, de 1992 e *Lingüística del texto: introducción hermenéutica del sentido*, de 2007, sendo de 1980 a primeira edição em alemão.

Para Coseriu, o falante se apresenta como medida de todas as coisas, reconhecendo, mesmo que por intuição, o falar em seus três níveis. Por outro lado, destaca Coseriu (1980, p.92):

a linguagem se realiza, certamente, de acordo com saber adquirido como tal (“aprendido”) e se apresenta sob forma de fatos objetivos ou “produzidos”, mas, consoante célebre caracterização formulada em termos aristotélicos por W. von Humboldt, não é essencialmente (...) coisa feita, “produto”, e sim (...) atividade criadora (atividade que vai além de sua própria (...) “potencialidade”, isto é, além da técnica “aprendida”).

Deste modo, dentro desta ordem de ideias, é que Coseriu, já em 1956, publica, reeditado em 1962 pela Gredos, com mais quatro ensaios, um dos seus textos fundamentais (“Determinación y entorno”) para a época em que foi escrito e para a própria elaboração de sua teoria linguística, postulando uma “linguística do falar” concernente, como vimos, ao nível universal da linguagem, assentada em certos princípios bem fixados. Estes princípios são os seguintes:

1. Consideração da linguagem (ato linguístico) como ação;
2. consideração da situação comunicativa.

Portanto, para Coseriu, a linguagem é antes de tudo uma atividade (enérgeia), um fazer livre e finalístico, e são os atos linguísticos concretos as

manifestações linguísticas primeiras, de modo que estes modos de fazer se convertem em modelos para um fazer linguístico posterior: neste sentido, os atos linguísticos são o fundamento da língua e do saber linguístico.

A situação comunicativa também é estudada por Coseriu, que estabelece uma classificação detalhada dos tipos de contextos e das operações de determinação dos signos linguísticos (localização das coisas). Também leva ele em conta o emissor, o receptor, visto que a essência da linguagem se dá no diálogo. Assim é que este ensaio citado de Coseriu pode, como reconhece Caamaño (1993, p.275-6), dar luzes ainda hoje para os estudos da pragmática, embora siga sendo necessária uma linguística do falar.

É inconcebível, pois, profundamente redutora, a crítica que vê em Coseriu um estruturalista. Crítica que revela o desconhecimento de suas mais importantes ideias, expostas ao longo sobretudo das obras que acima assinalamos. A base de sua teoria linguística é a compreensão da linguagem como atividade produtiva e, pois, criativa. Em outras palavras, como algo que se faz, e não como algo feito e acabado, repetindo o aprendido. Considera ele mesmo um erro estudar a linguagem pela perspectiva da língua; ao contrário, defende, deve-se partir do falar concreto.

A língua, na verdade, se acha toda contida na fala, mas a fala não se acha toda contida na língua. Os contextos coparticipam dos atos de fala, não da língua como sistema. O valor básico, por exemplo, de um diminutivo em português é o de “diminuição objetiva”, que metodologicamente irá poder explicar todos os múltiplos valores expressivos do diminutivo ocorrentes nos textos: carinho, ironia, desprezo... Portanto, a fala tem muito mais possibilidades do que a língua, pois nos comunicamos através de textos, ainda que constituídos de uma só palavra, proferida então com um intento comunicativo próprio (sentido), que lhe confere o *status* de texto. Os sentidos ou acepções textuais são sempre então mais variáveis do que os significados da língua, possíveis estes por isso mesmo de serem dicionarizados.

Na fala concreta, como vimos, leva-se em conta uma série de juízos de conformidade segundo o que é congruente (com respeito ao falar em geral), correto (com respeito a uma língua) ou adequado (com respeito a um texto concreto). Como o que é adequado é ser concernente a uma situação comunicativa determinada, torna-se perfeitamente possível anular ou suspender as normas do falar em geral e de certa língua para se atender ao propósito comunicativo-expressivo de um texto. Com a ressalva de Coseriu:

Como es natural, la anulación sólo tiene lugar quando la infracción de la corrección o la incongruencia es intencional, i.e. buscada o querida. Cuando alguien no sabe como es lo congruente o lo correcto y habla, sin intención, incorrecta o incongruentemente, siguen existiendo la incorrección o la incongruencia. Ahora bien, si son intencionales, siguen existiendo, pero non sólo son toleradas sino reconocidas precisamente como lo necesario. (1992, p.202-3)

Coseriu (1992, p. 144-5) apresenta um exemplo bem elucidativo sobre a anulação da incongruência pela adequação textual, nomeando este caso de anulação metalinguística. João diz, por qualquer razão, que “três vezes três são dez”. Pedro, então, tendo ouvido o que João disse, comenta: “João disse que três vezes três são dez”. Tal expressão é naturalmente incongruente, por contrariar a realidade. Mas João efetivamente a empregou. Pedro, se quer informar acerca da realidade do dizer de João, tem de dizer exatamente o que João disse. Pedro utiliza metalinguisticamente a expressão incongruente para dizer o mesmo. Sua informação é, sem dúvida congruente, já que reproduz um fato como ele se passou, com o dizer verbal empregado.

O linguista romeno fala também numa anulação que chama de extravagante da incongruência pela adequação textual, nos casos de uma afirmação intencional ser absurda e incongruente, como quando alguém se vê ante um mundo fantástico, em face da experiência quotidiana, ao ouvir algo incongruente em nosso mundo, mas empregado intencionalmente, como “As árvores falam”.

Um exemplo já da anulação da incorreção pela adequação textual encontramos em Manoel de Barros (2003, p. VIII), em que o escritor do Pantanal mostra a consciência, a intenção, do recurso de que se valeu na fala da mãe:

Quando a Vó me recebeu de férias, ela me apresentou aos amigos. Este é meu neto. Ele foi estudar no Rio e voltou de ateu. Ela disse que voltei de ateu. Aquela preposição deslocada me fantasiava de ateu. Como quem dissesse no Carnaval: aquele menino está fantasiado de palhaço. Minha avó entendia de regências verbais. Ela falava de sério. Mas todo-mundo riu. Porque aquela preposição deslocada podia fazer de uma informação um chiste. E fez.

Uma leitura mais abrangente da profícua obra do linguista Eugenio Coseriu nos leva inequivocamente a considerar, antes de mais nada, o conceito amplo atribuído por ele à competência linguística e, em relação a esta, ver o falar como norma de todas as manifestações da linguagem, inclusive das lín-

guas, manifestações históricas do falar. O estudo da língua será sempre, pois, o estudo de um aspecto do falar, fundamental, já que o falar é sempre histórico, é sempre falar uma língua. (1961, p.288)

O conceito amplo de competência linguística de Coseriu, nos três níveis por ele reconhecidos, é estendido a vários campos do estudo da linguagem verbal, como os da gramática (gramática geral, gramática descritiva e análise gramatical) ou dos conteúdos semânticos (designação, significado e sentido).

Na verdade, a linguagem é concretamente falar, atividade livre, portanto criadora, finalística. Cremos, assim, estar longe de um linguista estruturalista, se se tiver da obra coseriana a leitura das obras fundamentais, assinaladas ao longo deste presente texto, que irão marcar a sua ideologia linguística. Valhamo-nos de suas palavras, no lúcido ensaio “El lenguaje y la comprensión del hombre actual” (1977):

Como actividade livre, es, asimismo, el primer fenómeno de la libertad del hombre. Como actividade intersubjetiva, es la base de lo social y la forma fundamental de la historicidade del hombre, por lo cual es también instrumento de comunicación y instrumento de la vida práctica. Y como aprehensión del mundo, es supesto y condición de la interpretación del mundo.

Referências

- Barros, Manoel de. *Memórias inventadas. A infância*. São Paulo: Planeteta, 2003.
- Caamaño, Antonio Vilarnovo. *Lógica y lenguaje en Eugenio Coseriu*. Madrid: Gredos, 1991.
- Coseriu, Eugeniu. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Gredos, 1962.
- _____. *Sincronía, diacronía y historia*. Madrid: Gredos, 1973.
- _____. *Principios de semántica estructural*. Gredos: Madrid, 1977.
- _____. El lenguaje y la comprensión de la existencia del hombre actual. In: *El hombre y su lenguaje*. Madrid: Gredos, 1977, p. 14-65.
- Coseriu, Eugeniu. Los diminutivos: “noción” y “emoción”. In: *El hombre y su lenguaje*. Madrid: Gredos, 1977, p.160-170.
- _____. Lo erróneo y lo acertado en la teoría de la traducción. In: *El hombre y su lenguaje*. Madrid: Gredos, 1977, p.214-239.

- _____. *Lições de linguística geral*. Tradução de Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- _____. *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Tradução de Maris Christina de Motta Maia. Rio de Janeiro: Presença, 1991.
- _____. *Competencia lingüística: elementos de la teoria del hablar*. Madrid: Gredos, 1992.
- _____. “Au-delà du structuralisme”. *Linguistique e letteratura*, VII, 1-2, Pisa, 1982, p.9-16
- _____. *Lingüística del texto: introducción hermenéutica del sentido*. Madrid: Arco Libros, 2007.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. *A linguística do texto: o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983. Série Debates, 1.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Coseriu e a linguística do texto. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *A linguagem: teoria, ensino e historiografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008 (Lucerna Dispersos).

Nota do editor: articulista convidado.

SAUSSURE, GENERAL LINGUISTICS AND GRAMMATICOGRAPHY.
SOME REFLECTIONS ON THE EARLY LUSO-HISPANIC RECEPTION
OF SAUSSUREAN IDEAS

Pierre Swiggers

Center for the Historiography of Linguistics (CHL)

University of Leuven (BELGIUM)

pierre.swiggers@arts.kuleuven.be

ABSTRACT:

This paper, following up on Bechara's (2015) pioneering study, is a contribution to the study of the reception of Saussure's ideas in the field of grammar writing, or grammaticography. After discussing the preliminary conditions for a study of the reception of Saussure's conceptions, especially as to their relevance for grammar writing, the paper focuses on two cases of early reception in the Luso-Hispanic world. Following Bechara (2015), we first take a look at Manuel Said Ali's use of Saussurean concepts in his *Dificuldades da lingua portugueza* (second edition of 1919) and *Grammatica historica da lingua portugueza* (1921, and second edition, 1931). The second case examined is that of the Catalan author Aragó i Turón, who was the first to present Saussure's ideas to scholars and intellectuals in Spain. A brief comparative assessment is offered as a conclusion.

KEYWORDS:

diachronic linguistics; general linguistics; grammaticography; linguistic theory; Saussurean linguistics; sign (linguistic –); synchronic linguistics; Ricard Aragó i Turón; Manuel Said Ali; Ferdinand de Saussure

Introduction

The present contribution, in honour of Prof. Evanildo Bechara, takes up the issue of the early reception¹ of Ferdinand de Saussure's general linguistics. In his thought-provoking paper² "Primeiros ecos de F. de Saussure na grammatografia de língua portuguesa", Evanildo Bechara has pointed to the first traces of the reception of Saussure's thoughts on general linguistics in (Brazilian Portuguese) *grammaticography*. This is a topic which has hardly received attention in linguistic historiography, given that the reception of Saussurean general linguistics has almost exclusively been studied from the point of view of its being reflected in, and having impacted upon, linguistic theory, i.e. in works belonging to what is either called "general linguistics", "theory of language", or "theoretical linguistics"³. The issue of Saussure's reception in works presented as 'grammars' (either synchronic or diachronic grammars) is one that deserves a comprehensive investigation.

1. Defining the research topic

The topic of Saussure's influence on conceptions concerning grammar and grammar-writing (grammaticography) is in several respects a fascinating one. In the first place, there is the question of the 'transmission channels' and their chronology: through which authors, and through which (type of) works did the ideas put forward in the *Cours de linguistique générale* penetrate into the textual 'genre' of (descriptive and historical) grammars, and did this occur

¹ The reception of Saussure's general linguistics is a vast research topic, given the geographical (and chronological) extension and the theoretical diversity of lines of reception of Saussure's ideas. A comprehensive investigation of this topic would require international cooperation worldwide, covering the fields of linguistics, semiotics, philosophy of language, etc. To gain an idea of the complexity of the task, one may consult the *Bibliographia saussureana* (Koerner 1972) and the various installments of Rudolf Engler's "Bibliographie saussurienne" (Engler 1976-1989) in the *Cahiers Ferdinand de Saussure*.

² The text was first presented at the 4th 'Congresso Internacional de Língua Galego-Portuguesa: Em homenagem a Ferdinand de Saussure', which was held at the university of Vigo from October 28 till November 1st, 1993. It was included as "Apresentação" in the seventh edition of M. Said Ali's *Dificuldades da língua portuguesa* (see Bechara 2008), and republished in *Confluência* in 2015 (Bechara 2015). I will quote from the last published version.

³ See especially the comprehensive study by Koerner (1973).

around the same time in different national traditions⁴, and was the early reception of these ideas the start of a continuous line of impact, or are we faced with discontinuous traces of influence? Addressing this question will require a thoroughly documented epihistoriographical study (preferably limited to the grammatical description of a single language), and will involve accurate and meticulous bibliographical research on grammars and grammatical descriptions, and prosopographical research on authors⁵, and, of course, a close inspection of their indebtedness to Saussurean ideas.

A second major question is that of the theoretical ‘incidence’ of the influence of Saussurean ideas, and of the momentum of their impact. Among the ideas put forward in the *CLG*⁶, which ones had the most important, or weighty, role in the reception by authors of grammars or scholars interested in grammaticography? Various possible points of theoretical incidence can be mentioned here⁷: the distinction between synchronic and diachronic linguistics (entailing the distinction between system-focused and value-bound vs. fact-focused organization of the materials to be dealt with); the adoption of the linguistic sign as the central unit of description (which may have led to a bipartition between the description of the *signifiant*-side and the analysis of the *signifié*-side of linguistic entities); the distinction between the two major organizational axes of linguistic structure, viz. the associative (or ‘paradigmatic’) and the syntagmatic axes; the dichotomy between *langue* and *parole* (possibly involving the decision to distinguish between a grammar of the *langue* and a grammar of the *parole*, the latter subsuming syntax and stylistics). The study of this second question will require thorough familiarity with national traditions of grammaticography, with models

⁴ We may safely assume that the earliest reception took place in the French and Francophone tradition, and subsequently in other Romance traditions.

⁵ I.e. on their theoretical and socio-professional profile, on their background, on their research interests, their linguistic-didactic involvement, etc.

⁶ In the following I will use the abbreviation *CLG* for Saussure’s *Cours de linguistique générale*. In view of the fact that the two cases of early reception analysed here (in sections 3 and 4) have to be related to the first edition (1916) of the *CLG*, the mention “*CLG*” should be taken to refer to the bibliographical item “Saussure 1916”.

⁷ Although this issue calls for a thorough systematic investigation, I want to highlight its relevance: if we compare, e.g., the early reception of Saussure’s ideas in the ‘genre’ of French grammaticography, we notice that French grammarians, such as Damourette and Pichon, or Galichet (see *infra*), were mostly interested in Saussure’s concept of language system, in his theory of the linguistic sign, and in the concept of *valeur*, whereas the Dutch linguist Cornelis de Boer, author of a work on French syntax (De Boer 1947), focused on the Saussurean dichotomies of synchrony vs. diachrony, and *langue* vs. *parole*.

of grammatical description, and with techniques and principles of descriptive linguistics, especially with reference to the period 1900–1950. Fortunately, in this field we have at our disposal a model-study, viz. Peter Lauwers’ thoroughly documented and ground-breaking study of the tensions between traditional(ist) grammaticography and the first “breakthrough” of general linguistics in the field of French language studies (Lauwers 2004). As shown by Lauwers, influence of Saussure’s ideas on authors of French grammars is only visible, and then only to a slight degree, from the 1930s on⁸. In 1930, Jacques Damourette and Édouard Pichon, in the first volume of their monumental grammar *Des Mots à la Pensée* (Damourette – Pichon 1930–1956), refer to Saussure. However, their early reception of Saussure’s ideas is quite ambiguous: on the one hand, while they endorse the idea of language as a *system*, they clearly view it not so much as a system of values, but rather as a system of lingually expressed ideas (*système de pensée* or *système taxiématique*). Also, while these two authors seem to accept the theoretical distinction between a synchronic and a diachronic approach, in their actual practice, they do not operate with this distinction, and in fact adopt the idea of a linguistic-psychological unity of the French language since its first attestations up to the 20th century! Adopting a ‘mentalist’ and ‘psychologistic’ view on language (both *langue* and *langage*), the authors ultimately reject Saussure’s thesis of the arbitrariness of the linguistic sign⁹. A brief mention of Saussure’s sign theory (also interpreted in a mentalist and

⁸ Cf. Lauwers (2004: 643): “Vers 1930, les idées de Saussure et de l’École de Prague commencent à être diffusées en France. Les données du corpus montrent que les conceptions linguistiques de Saussure ont eu peu d’écho avant les années 30”; and see also Lauwers (2004: 644): “Le fait que le *CLG* soit cité [in the grammar of the two Le Bidois] d’après la 3^e édition (celle de 1931), tout comme dans les autres grammaires où figure le nom de Saussure, souligne le peu d’influence directe qu’a eu de Saussure avant 1930”. As also noted by Lauwers (quoting Chervel 1995: 40), it is remarkable that in official documents concerning the education of teachers of primary schools and ‘*écoles normales*’ Saussure’s ideas and those of the Prague school seem to have left their traces already by 1930, i.e. before their reception in French universities!

⁹ See Damourette – Pichon (1930–1956: volume VI, 9-11, 95-97). See Lauwers (2004: 647): “Comme la langue n’est pas (conçue comme) autonome par rapport à la pensée (la langue est enracinée dans la pensée qu’elle structure), il leur [= Damourette & Pichon] est impossible d’accepter le caractère non motivé, arbitraire du signe saussurien (VI, 10; VI, 95-97); le langage est trop important comme principe structurant de la pensée – issu aussi de l’évolution naturelle de la pensée – pour être abaissé à une branche de la sémiologie (VI, 10). Pour ce qui est du signifiant, il faut souligner que dès 1927 (publication: 1930) ils parlent d’individus phonétiques – par opposition aux phonèmes (= sons) –, en renvoyant à Saussure (VI, 166), qui, lui, les avait appelés espèces phonétiques (VI, 166)”.

psychologicistic way) can also be found in the second volume of the *Syntaxe du français moderne* (1935–38) of Georges and Robert Le Bidois. But we have to wait until 1947 for a more integrated ‘recuperation’ of Saussure’s ideas in French grammaticography. This occurred in Georges Galichet’s *Essai de grammaire psychologique* (1947). Although here again Saussure’s ideas were adopted in a psychologicistic key (cf. Galichet 1947: VIII), Galichet’s merit is to have integrated notions such as ‘system (of the language)’ and ‘arbitrariness (of the linguistic sign)’ within a functionalist view of grammar. But when Galichet refers to the non-perceptible status of linguistic entities, thus seemingly endorsing Saussure’s ideas, he in fact distorts Saussure’s view on the differential nature of the linguistic sign, and replaces it with a dualistic view on abstract thought vs. linguistic expression (cf. Lauwers 2004: 649).

A third important question to be addressed when faced with the problem of studying the reception of Saussure’s ideas in (traditions of) grammaticography relates to two basic aspects, viz. (a) whether the contextual conditions were appropriate for the *CLG* to enjoy an early reception, and (b) whether the *CLG* contained ideas that could have been sufficiently inspiring or engaging for authors of grammatical works or scholars interested in grammar writing. I will briefly address these two aspects.

- The contextual conditions

The *CLG* appeared in May 1916¹⁰, in the midst of World War I. The diffusion of the *CLG*, published by Payot (in Lausanne), was not only hampered by the difficult political and economic situation in Europe at the time; in addition, Germany and Austria refused to import books published by Payot, because the publishing house had issued in 1915 a radically anti-German publication. This fact explains the paucity of reviews of the *CLG* in German linguistic and philological journals¹¹. It may also provide the explanation for the fact that German

¹⁰ Officially, the book was released on May 16, 1916 (see Sofia – Swiggers, to appear).

¹¹ The first edition of the *CLG* was reviewed in two German philological journals: the *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie* (1917, review by Hugo Schuchardt), and the *Jahresbericht über die Erscheinungen auf dem Gebiete der germanischen Philologie* (1919, unsigned book notice, to be ascribed to the editors Franz Hartmann and Gotthold Boetticher). Two other, extensive reviews written in German appeared in 1916 in Swiss-German newspapers: *Sonntagsblatt der Bund* (1916, review by Karl Jaberg), and *Sonntagsblatt der Basler Nachrichten* (1916, by Jacob Wackernagel). A shorter presentation, by Max Niedermann, appeared in the *Neue Zürcher Zeitung* in August 1916. A collection of the reviews of (the various editions of) the *CLG*, with translation into French for the reviews originally published in another language is being prepared for publication by Estanislao Sofia and myself.

linguistic scholars took a long time to engage in a critical discussion of the ideas of the *CLG*. A notable exception was Hugo Schuchardt, a native German who spent most of his active life in Graz, and who ranks among the prominent linguists of the late 19th and early 20th century. Schuchardt wrote a detailed review of the *CLG*, and submitted Saussure's ideas to a critical examination¹².

Also, apart from France and French-speaking Switzerland, the reception of the *CLG* in the Romance-speaking countries was limited¹³. This may have felt frustrating for the two main editors of the *CLG*, Charles Bally and Albert Sechehaye, and it may explain why one of them, viz. Sechehaye, took the initiative of writing a detailed exposition of Saussure's ideas (see Sechehaye 1917)¹⁴.

- The place of grammar within Saussure's lectures on general linguistics

From the outset it must be stated that grammar did not have a central place in Saussure's discussion of linguistics. This is, at least, the impression one gets when looking at the posthumously published 1916 edition, prepared by Charles Bally and Albert Sechehaye, with the help of Albert Riedlinger. The passages where Saussure deals with grammar are not very numerous.

In the chapter "La grammaire et ses subdivisions", Saussure deals explicitly with the concept of grammar, which he defines in a larger sense:

"La linguistique statique ou description d'un état de langue peut être appelée *grammaire*, dans le sens très précis, et d'ailleurs usuel, qu'on trouve dans les

¹² Schuchardt's review, is together with that of Karl Jaberg, one of the very few in which the principles of Saussure's general linguistics are discussed with insight (cf. Swiggers 2016b: 267).

¹³ The *CLG* was presented to Switzerland's French-speaking readership in various newspapers: *La Semaine littéraire* (May 1916, by André Oltramare), *Journal de Genève* (June 1916, by Jules Ronjat), and *Gazette de Lausanne* (August 1916, by Léopold Gautier). On the Swiss-German reception, see note 11. For France, special mention must be made of the reviews by Saussure's former students Antoine Meillet (*Bulletin de la Société de Linguistique de Paris*, 1916 and *Revue critique d'histoire et de littérature*, 1917) and Maurice Grammont (*Revue des Langues romanes*, 1917). All these reviews and book presentations will be included in the collection of reviews mentioned in note 11.

¹⁴ Sechehaye's text was translated into Spanish; this translation appeared in an educational journal ("Los problemas de la lengua a la luz de una teoría nueva", *Boletín de la institución libre de enseñanza* 50, 1926, pp. 343-349; 51, 1927, pp. 19-24 and 42-48). This presentation of Saussure's ideas does not seem to have exerted much influence on Spanish linguists at that time. Concerning the influence of Saussure on Sechehaye's work in the field of general linguistics and grammar writing, see Frýba-Reber (1994).

expressions “grammaire du jeu d’échec”, “grammaire de la Bourse”, etc., où il s’agit d’un objet complexe et systématique, mettant en jeu des valeurs coexistantes.

La grammaire étudie la langue en tant que système de moyens d’expression; qui dit grammatical dit synchronique et significatif, et comme aucun système n’est à cheval sur plusieurs époques à la fois, il n’y a pas pour nous de “grammaire historique”; ce qu’on appelle ainsi n’est en réalité que la linguistique diachronique” (Saussure 1916: 185).

As appears from this passage, Saussure directly relates grammar to the description of a system, and considers inadequate the use of the term ‘historical grammar’. However, the rejection is not a radical one, as we can see in the third part of the *CLG*, dealing with “diachronic linguistics”. There, Saussure reverts to the concept of grammar, and raises the question whether there is “a history of grammar”, and what it would comprise. He gives no definite answer to the question, but seems to imply that there is an ‘historical line of grammar’ (i.e. of grammatical systems, comprising the non-phonetic side of language evolution):

“Si donc la phonétique intervient le plus souvent par un côté quelconque dans l’évolution, elle ne peut l’expliquer tout entière; le facteur phonétique une fois éliminé, on trouve un résidu qui semble justifier l’idée “d’une histoire de la grammaire”; c’est là qu’est la véritable difficulté; la distinction – qui doit être maintenue – entre le diachronique et le synchronique demanderait des explications délicates, incompatibles avec le cadre de ce cours” (Saussure 1916: 196-197).

Given that Saussure, in his cursory view of the history of language studies at the beginning of the *CLG*, also speaks about grammar, viz. as the traditional normative discipline, influenced by logic, and leading to the trend of general grammar, we have to conclude that Saussure’s concept of grammar was a complex one, since it included traditional grammar (as practiced in school), theoretically slanted grammar (‘philosophical’ or ‘general’ grammar)¹⁵, grammar

¹⁵ It should be recalled that the trend of general grammar explicitly took up the notion of the arbitrariness of the linguistic sign, and thus exerted direct influence on Saussure, who was familiar with the doctrine of the *grammaire générale* (see Joseph 2012: 80, 144).

as the study of the use of language forms¹⁶, and grammar as an integral part of ‘static linguistics’¹⁷. The tasks of ‘static linguistics’ were defined by Saussure in his second series of lectures on general linguistics of the academic year 1908–1909, especially in January 1909. On January 19, 1909, Saussure had a meeting with Albert Riedlinger in which he discussed the contents of static linguistics (cf. Joseph 2012: 552).

2. A first general look at Saussure’s reception in the Luso-Hispanic world

In his “Panorama de la lingüística iberoamericana” (Coseriu 1977)¹⁸, Eugenio Coseriu pointed out, next to the important role of Amado Alonso’s Spanish translation of the *CLG* (Coseriu [1968] 1977: 118), the overall familiarity of Ibero-American linguists with the ideas of Saussure and of other European linguists:

“[...] el nivel general de la información lingüística ha aumentado considerablemente en Iberoamérica, en particular en algunos países, como la Argentina y el Brasil, y muy particularmente entre los lingüistas jóvenes, a menudo mejor informados que los más viejos. Los primeros resultados de ello son, en parte, tangibles: nombres como los de Vendryes, Saussure, Vossler, Spitzer, Bally, Bühler son de dominio común entre los lingüistas iberoamericanos y suelen pertenecer a las listas de lecturas en las universidades en las que se enseña la lingüística – además, naturalmente, de los principales lingüistas españoles (y, en el Brasil, portugueses) –, y a esos nombres, por lo menos en un segundo plano, se agregan otros, como los de: Humboldt, Meillet, Sapir, Trubetzkoy, Wartburg y algún otro” (Coseriu [1968] 1977: 306; see also p. 363).

¹⁶ This is the concept of grammar expounded by Saussure in a class of December 21, 1908, where at the close of the lecture Saussure pointed out that grammar is concerned with the functions of language forms, and morphology with their states; see Joseph (2012: 546-547) for a discussion of this idea.

¹⁷ Saussure viewed ‘grammar’ as confined to the synchronic approach of language; properly speaking, there could not be any ‘historical grammar’, since systems are limited to (and defined by) well-determined periods.

¹⁸ First published in English as Coseriu (1968).

However, the depth and locus of influence of Saussure's ideas in the writings and teaching of Ibero-American linguists is a research topic that needs to be investigated in close detail. In the light of this desideratum, Evanildo Bechara's (2008/2015) text serves as a good starting point for addressing the topic, with respect to the situation in Brazil.

3. Saussurean echoes in the writings of Manuel Said Ali

Evanildo Bechara's paper has brought to light an early reference to, and use of Saussure's ideas in the writings of a prominent Brazilian scholar of Romance linguistics, Said Ali. It should perhaps be pointed out that Manuel Said Ali Ida (1861–1953) had European roots, being the son of a Turkish father and a German mother. After a career as a teacher of several modern European languages – German¹⁹, French and English –, he embarked upon a career as a linguist, grammarian and philologist, focusing on the historical grammar²⁰ and language history²¹ of Portuguese, as well as on the (didactic) grammaticography²² of the Portuguese language. During his long life, he combined his linguistic (and literary) interests with an interest in natural sciences, such as geography²³, botany and entomology. Interestingly, Said Ali, in the second edition of his *Dificuldades da língua portuguesa*²⁴, which appeared in 1919, pointed out the

¹⁹ In 1894 he published a learner's grammar of German (*Nova Grammatica Alleman*).

²⁰ Said Ali's approach in his historical grammar of Portuguese is guided by the crucial distinction between the lexico-semantic study of words, and the study of formative processes (ranging from word formation to syntax). This explains the bipartition of his *Grammatica historica* into two parts: "Lexeologia" on the one hand (this part includes basic information on historical phonetics, but essentially deals with word classes), and "Formação de palavras e syntaxe", on the other. In fact, Said Ali takes "lexeologia" as the study of words in their categorematic and semantic aspects (cf. Said Ali 1921: Prologo, reprinted in the second edition of 1931).

²¹ In his linguistic and philological works, Manuel Said Ali divides the history of the Portuguese language into two major periods: the period of ancient Portuguese, and that of modern Portuguese (cf. *infra*, note 27).

²² Said Ali is the author of a *Grammatica elementar da língua portuguesa* (1923a) and of a *Grammatica secundária da língua portuguesa* (1923b).

²³ In 1905 he published a *Compêndio de geografia elementar*.

²⁴ Modern orthography: *Dificuldades da língua portuguesa*. It should be pointed out that *Dificuldades da língua portuguesa/língua portuguesa* is not a 'puristic' and prescriptive work: the book has a grammatical (and partly stylistic) focus and is based on knowledge about the history of the Portuguese language. The book contains studies on the position of personal pronouns, on the inflected infinitive (*infinitivo pessoal*), on the pronoun *se*, on *haver* and *ter*, on the use of the future, etc. The first edition of *Dificuldades* appeared in 1908.

relevance of Saussure's distinction between synchrony and diachrony²⁵. Also, Said Ali stressed the novelty of the dichotomy, and of its terminology, which must have been an eye-opener for linguists raised and trained in a scholarly context dominated by philological work and historical-comparative linguistics. As rightly pointed out by Bechara, Said Ali immediately realized the methodological and science-pedagogical consequences of the dichotomy:

“Das distinções primárias estabelecidas por Saussure (sincronia e diacronia; língua e fala²⁶), a primeira parece que foi a inicial nas preocupações do mestre e a que oferecia maior possibilidade de operacionalização imediata em livro destinado a descrever o idioma com objetivos pedagógicos, já que, por meio dela, se fugia à metodologia praticada na época, de considerar a língua cavalgando em dois domínios, o dos estados e o das sucessões. Colocando-se o investigador dentro da perspectiva diacrônica, como bem procedera Saussure, “ce n'est plus la langue qu'il aperçoit, mais une série d'événements qui la modifient [Saussure 1916: 129]” (Bechara 2015: 11).

In conformity with Saussure's concept of synchrony, as the (description of the) systemic language-state (*état de langue*) during a particular period, Said Ali applies to the history of the Portuguese language a periodization scheme,

²⁵ “Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística sincrônica e linguística diacrônica” (Said Ali [1919 =] 2008: XII).

²⁶ On Said Ali's restricted exploitation of Saussure's dichotomy between *langue* and *parole*, see Bechara (2015: 14): “Embora a natureza prática e pedagógica do livro de Said Ali [= 1937] não enfrentasse a oposição *língua e fala*, não passou despercebida a lição saussuriana de que é na fala “que se trouve le germe de tous les changements: chacun d'eux est lancé d'abord par un certain nombre d'individus avant d'entrer dans l'usage (...) Mais toutes les innovations de la parole n'ont pas le même succès, et tant qu'elles demeurent individuelles, il n'y a pas à en tenir compte, puisque nous étudions la langue; elles ne rentrent dans notre champ d'observation qu'au moment où la collectivité les a accueillies” ([Saussure]1916: pág. 138). Eis como Said Ali se expressa a respeito: “Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-se, a princípio, mas com o tempo sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide também a aceitar a mudança” ([Said Ali] 1937, pág. IV)” (Bechara 2015: 14).

which is reduced to two periods: Old Portuguese and Modern Portuguese²⁷. His ‘historical grammar’ of Portuguese is, then, the description of these two large synchronies.

4. The early reception of Saussure in Spain

Already in 1921 the ideas contained in Saussure’s Geneva lectures were presented²⁸ to scholars and intellectuals in Spain. Interestingly, this happened in a work written not by a university professor, nor a language theorist or professional grammarian, but by an enlightened clergyman interested in both language policy and linguistic correction, and in general issues involving language, culture and society. This author was the priest Ricard Aragó i Turón (1883–1963), who wrote extensively about topics of linguistic normalization and purification, as well as on the use of language in the Church (*La lengua de l’Esglesia*), and about the (history of the) Catalan language. Aragó i Turón, who in 1903 founded the *Lliga del Bon Mot*, often wrote under the pseudonym Ivon l’Escop, and it is precisely in one of his books published under this pseudonym that he made known Saussure’s conceptions to the Spanish-speaking and -reading public. The book is titled *La Paraula*, and was published in 1921²⁹; it testifies to Aragó i Turón’s familiarity with the linguistic *episteme* of

²⁷ See Said Ali (1931: IV): “Distingo no portuguez historico dous periodos principaes: o portuguez antigo, que se escreveu até os primeiros annos do seculo XVI, e o portuguez moderno. A esta segunda phase pertencem já a Chronica de Clarimundo (1520), de João de Barros, as obras de Sá de Miranda, escriptas entre 1526 e 1558, as de Antonio Ferreira, a chronica de Palmeirim de Inglaterra e outros trabalhos produzidos por meiodos do seculo. Robustecida e enriquecida de expressões novas a linguagem usada nas chronicas desta epoca, que relatam os descobrimentos em Africa e Asia e os feitos das armas lusitanas no Oriente, culmina o apuro e gosto do portuguez moderno nos *Lusiadas* (1572). É o seculo da Renascença literaria, e tudo quanto ao depois se escreve é a continuação da linguagem desse periodo”.

²⁸ Mollfulleda (1983: 245) notes: “En la *Revista de Filología Española* se encuentra la primera alusión al *Cours* en 1917, pero es sólo una cita bibliográfica y no vuelve a tratarse de él hasta el año 1922, con motivo de la aparición de la recopilación de las publicaciones científicas de Saussure, en Heidelberg, en 1922, un año, por tanto, después de la publicación de Aragó. Puede también citarse como una de las primeras exposiciones de las teorías de Saussure en España un ciclo de conferencias sobre fonética realizado por P. Fabra en Barcelona, en 1933, y del que tenemos constancia por un raro manuscrito – se trata en realidad, de unos apuntes de clase – que editó en facsímil el Colegio de Arquitectos de Barcelona”.

²⁹ The book was published with official permission of a censor (Dr. Francisco Faura) and of the bishop of Barcelona.

the late 19th and early 20th century. Among the (numerous) quotations of, and references to linguistic literature we find the names of Bréal³⁰, A. Darmesteter, Meillet, and Vossler, not to mention various prominent Catalan authors (such as Alcover or Griera). In the second chapter³¹ of *La Paraula*, Aragó i Turón extensively quotes³² from the *CLG*, in its first edition (1916). In fact, this chapter can be viewed as offering a condensed (albeit selective) account of several main themes³³ of Saussure's general linguistics: the distinction between *langue* and *parole*; the definition of language as a system of terms defined by mutual oppositions, which establish the 'value' of each of them; the theory of the linguistic sign (involving the distinction between *signifiant* and *signifié*, the concept of linguistic arbitrariness, the immutability of the sign). Also, Aragó i Turón presents a summary of Saussure's theory of language change. It should be noted that the author often proceeds by assembling passages from Saussure, which are either translated, or paraphrased, or quoted and also translated. In

³⁰ Bréal is also explicitly mentioned by Said Ali in his *Dificuldades da lingua portuguesa/língua portuguesa*: "Não é só em português que tais alterações se produzem; as de sintaxe, como de qualquer outro gênero, são inerentes ao próprio fenômeno da linguagem. Leia-se o que Bréal, no seu excelente livro *Sémantique*, escreve sobre as aquisições novas e sobre as formas superabundantes produzidas pelo mecanismo gramatical" (quoted after Said Ali 2008: 18).

³¹ The book has three chapters: "La paraula en l'Esriptura, en la Gramática i en les Acadèmies"; "La paraula en la llengua", and "La paraula a Catalunya". The third chapter can be read as a 20th-century 'defense and illustration' of the Catalan language; cf. Aragó i Turón (1921: 266-267): "La llengua catalana ha entrat en un moment de plenitud. La *unificació* de la llengua i la seva *fixació* es van obtenir, entre altres col·laboracions, mercès a la secció de Filologia de l'Institut d'Estudis Catalans [...] I la seva *depuració* i *glorificació*, l'ennobliment integral de l'idioma, aixecat al rang d'instrument essencial de la Cultura, es va obtenir, mercès a la Lliga del Bon Mot, en la farga viva de tot idioma: els llavis del poble".

³² In fact, the first quote from the *CLG* is given on p. 17, in a list of quotations at the beginning of the first chapter (the quotation concerns Saussure's statement about the relationship between writing and language stability or change). Within the first chapter, the first 'integrated' citations from Saussure are on pp. 53-54; they relate to Saussure's appraisal of traditional grammar: "La grammaire traditionnelle ignore des parties entières de la langue, telles que la formation des mots; elle est normative et croit devoir édicter des règles au lieu de constater des faits; les vues d'ensemble lui font défaut; souvent même elle ne sait pas distinguer le mot écrit du mot parlé" (*CLG*, p. 121); "Les divisions traditionnelles de la grammaire peuvent avoir leur utilité pratique, mais ne correspondent pas à des distinctions naturelles et ne sont unies par aucun lien logique" (*CLG*, p. 193).

³³ Aragó i Turón also takes up the comparison between language and chess; on this comparison, see Swiggers (2016a).

the section on the arbitrariness and immutability of the linguistic sign, Aragó i Turón (1921: 158-162) has selected the following passages:

“Non seulement un individu serait incapable, s’il le voulait, de modifier en quoi que ce soit le choix qui a été fait, mais la masse elle-même ne peut exercer sa souveraineté sur un seul mot; elle est liée à la langue telle qu’elle est” (Saussure 1916: 106);

“L’acte par lequel, à un moment donné, les noms seraient distribués aux choses, par lequel un contrat serait passé entre les concepts et les images acoustiques – cet acte, nous pouvons le concevoir, mais il n’a jamais été constaté” (Saussure 1916: 107);

“Un état de langue donné est toujours le produit de facteurs historiques, et ce sont ces facteurs qui expliquent pourquoi le signe est immuable, c’est-à-dire résiste à toute substitution arbitraire” (Saussure 1916: 107);

“Tout ce que le temps a fait, le temps peut le défaire ou le transformer” (Saussure 1916: 322);

“Le temps altère toutes choses; il n’y a pas de raison pour que la langue échappe à cette loi universelle” (Saussure 1916: 114).

It should be remarked that Aragó i Turón does not make any explicit statement about Saussure’s theory as a comprehensive doctrine. Neither does he engage in a discussion of linguistics³⁴ (or general linguistics), although he adheres to Saussure’s view of a *linguistique de la langue*, which hinges on the definition of language as a (formal) system. We can refer here to passages dealing with language as a form rather than a substance, and on language as displaying a proper organization (cf. Aragó i Turón 1921: 132-133), as well as to passages about language as a system of values (cf. Aragó i Turón 1921: 138-139).

³⁴ In fact, Aragó i Turón, in dealing with the (formal) study of language, prefers the term *gramàtic* (‘grammar’); see especially chapter 2 of his book.

Conclusion

In conclusion, the two cases of early reception of Saussure in Brazil and Spain call for a brief comparative assessment. A first fact to be noted is that both precede by several years the publication of the first Portuguese and Spanish translations of the *CLG*³⁵. A second fact to be noted is the divergence of the respective profiles of the authors: whereas Manuel Said Ali was an academic scholar and a philologist, Aragó i Turón was an amateur scholar, though acquainted with some relevant publications in the field of (Romance) linguistics³⁶. However, to some extent their publishing strategies coincide, since both scholars shared an overall educational concern; in the case of Said Ali, this concern was a specifically linguistic-didactic one, addressing an audience of scholars, students and intellectuals interested in the history of the Portuguese language and in the grammar and stylistics of contemporary (Brazilian) Portuguese. Aragó i Turón, on the other hand, had a broader ‘proselytic’ aim, viz. the purification and promotion of the Catalan language, as well as the propagation of a general concern with proper language use.

Finally, in their reception of Saussure’s ideas the two authors take different stands. Said Ali focuses on the distinction between synchrony and diachrony, and on the correlative distinction between a systemic language state vs. the succession of periods in the history of a language. Aragó i Turón, on the other hand, although he presents an account of the central themes of the *CLG*, seems specifically interested in Saussure’s view of a *langue* as having a proper organization, defined by the value relationships between the elements that compose the whole.

Bibliographical references

Aragó i Turón, Ricard. [Pseudonym: Ivon L’Escop]. 1921. *La Paraula*. Barcelona: Editorial Polígrafa.

³⁵ The first Spanish translation of the *CLG*, by Amado Alonso, appeared in 1945 (= Saussure 1945). A Brazilian-Portuguese translation of the *CLG*, by A. Chelini, J.P. Paes and I. Blikstein, appeared in 1970 (= Saussure 1970); in Portugal, a Portuguese translation by J.V. Adragão appeared in 1971 (= Saussure 1971).

³⁶ See *supra*, section 4. However, one notes that he misquotes the name of Meyer-Lübke as “Meye-Lücke” on the two occasions where he refers to the latter’s introduction to Romance linguistics.

- Bechara, Evanildo. 2008. “Apresentação: Primeiros ecos de F. de Saussure na gramaticografia de língua portuguesa”. In: Said Ali 2008. XVII-XXVI.
- Bechara, Evanildo. 2015. “Primeiros ecos de F. de Saussure na gramaticografia de língua portuguesa”. *Confluência* 48:1. 9-16.
- Chervel, André. 1995. *L'enseignement du français à l'école primaire. Textes officiels concernant l'enseignement primaire, de la Révolution à nos jours*. Paris: INRP Economica.
- Coseriu, Eugenio. 1968. “General Perspectives”. In: T.A. Sebeok (ed.), *Current Trends in Linguistics*, vol. IV: *Ibero-American and Caribbean Linguistics*, 5-62. The Hague: Mouton. [Revised Spanish translation published under the title “Panorama de la lingüística iberoamericana (1940–1965)” in: E. Coseriu, *Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje. Estudios de historia de la lingüística*. Madrid: Gredos, 1977, pp. 264-364]
- Damourette, Jacques – Pichon, Édouard. 1930–1956. *Des Mots à la Pensée. Essai de grammaire de la langue française*. Paris: d'Arthey.
- De Boer, Cornelis. 1947. *Syntaxe du français moderne*. Leyde: Universitaire Pers Leiden.
- Engler, Rudolf. 1976–1989. “Bibliographie saussurienne” [(1), (2), (3), (4), (5)]. *CFS* 30. 99-138; 31. 279-306; 33. 80-145; 40. 131-200; 43. 149-275.
- Fryba-Reber, Anne-Marguerite. 1994. *Albert Sechehaye et la syntaxe imaginative. Contribution à l'histoire de la linguistique saussurienne*. Genève: Droz.
- Galichet, Georges. 1947. *Essai de grammaire psychologique*. Paris: P.U.F.
- Joseph, John E. 2012. *Saussure*. Oxford: Oxford University Press.
- Koerner, E.F. Konrad. 1972. *Bibliographia saussureana 1870–1970. An annotated, Classified Bibliography on the Background, Development, and Actual Relevance of Ferdinand de Saussure's General Theory of Language*. Metuchen: Scarecrow Press.
- Koerner, E.F. Konrad. 1973. *Ferdinand de Saussure. Origin and development of his linguistic thought in Western studies of language*. Braunschweig: Vieweg.
- Lauwers, Peter. 2004. *La description du français entre la tradition grammaticale et la modernité linguistique. Étude historiographique et épistémologique de la grammaire française entre 1907 et 1948*. Leuven – Paris – Dudley: Peeters.
- Le Bidois, Georges – Le Bidois, Robert. 1935–38. *Syntaxe du français moderne. Ses fondements historiques et psychologiques*. Paris: Picard. (2 volumes)
- Meillet, Antoine. 1918. *Les langues dans l'Europe nouvelle*. Paris: Payot.
- Mollfulleda, Santiago. 1983. “La introducción de la doctrina saussureana en España”. *Revista de la Sociedad española de lingüística* 13:2. 241-247.

- Said Ali, Manuel. 1919. *Dificuldades da lingua portuguesa*. [Segunda edição]. Rio de Janeiro. [1908¹] [Edition used: 7.^a edição, 2008]
- Said Ali, Manuel. 1921. *Grammatica historica da lingua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo.
- Said Ali, Manuel. 1923a. *Grammatica elementar da lingua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo.
- Said Ali, Manuel. 1923b. *Grammatica secundária da lingua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo.
- Said Ali, Manuel. 1931. *Grammatica historica da lingua portuguesa*. 2.^a edição melhorada e augmentada. I. *Lexeologia*. II. *Formação de palavras e syntaxe do portuguez historico*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo. [1921¹]
- Said Ali, Manuel. 2008. *Dificuldades da língua portuguesa. Estudos e observações*. 7.^a edição. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional.
- Saussure, Ferdinand de. 1916. *Cours de linguistique générale*. Lausanne – Paris: Payot.
- Saussure, Ferdinand de. 1945. *Curso de lingüística general*. Spanish translation by A. Alonso. Buenos Aires: Losada. [1955²; 1959³; 1961⁴].
- Saussure, Ferdinand de. 1970. *Curso de lingüística geral*. Brazilian-Portuguese translation by A. Chelini, J.P. Paes and I. Blikstein. São Paulo: Ed. Cultrix. [Repr. 2006]
- Saussure, Ferdinand de. 1971. *Curso de lingüística geral*. Portuguese translation by J.V. Adragão. Lisboa: D. Quixote. [Repr. 1977]
- Schuchardt, Hugo. 1917. Review of: Ferdinand de Saussure, *Cours de linguistique générale*, publié par Ch. Bally et Alb. Sechehaye, avec la collaboration de Alb. Riedlinger. *Literaturblatt für germanische und romanische Philologie* 38: 1-2. columns 1-9.
- Sechehaye, Albert. 1917. “Les problèmes de la langue à la lumière d’une théorie nouvelle”. *Revue philosophique de la France et de l’étranger* 21:7. 1-30.
- Sofia, Estanislao – Swiggers, Pierre. To appear. “La traduction allemande du *Cours de linguistique générale* et sa diffusion dans les pays germanophones (1916–1935)”.
- Swiggers, Pierre. 2016a. “La langue mise en échec(s)”. *Recherches sémiotiques/Semiotic inquiry* 34:1-3 (Saussure: *Le Cours de linguistique générale 100 ans après / The Course in General linguistics 100 years later*). 59-74.

Swiggers, Pierre. 2016b. “Not waiting for Goblot: Saussure’s sett(1)ing of linguistics”. In: W. Beividas *et al.* (eds.), *Cem anos com Saussure*, t. II, 249-292. São Paulo: FAPESP – Annablume.

Nota do editor: articulista convidado. Excepcionalmente, mantiveram-se as referências bibliográficas originais.

SOBRE UM USO ESTILÍSTICO DO PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO NA SINTAXE CLÁSSICA DO PORTUGUÊS

ON A STYLISTIC USE OF THE PLUPERFECT TENSE IN CLASSICAL PORTUGUESE SYNTAX

José Carlos de Azeredo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro | CNPq

jc.azeredo@terra.com.br

RESUMO:

Nossa tradição descritiva, amparada exclusivamente em traços morfológicos, assegura ao pretérito imperfeito do subjuntivo [PIS] e ao futuro do pretérito [FtP] o status de tempos distintos. No entanto, se levarmos em conta o comportamento de ambos no plano sintático e no papel de meios de expressão do tempo e da atitude do falante, o grau dessa separação fica bem reduzido. PIS e FtP ocupam, nos períodos hipotéticos, posições complementares, e só esporadicamente são permutáveis entre si. Os sentidos de tempo e modo expressos em cada um acabam por ser exatamente os mesmos. Esse fato favoreceu a substituição de ambos pelo pretérito mais-que-perfeito, um recurso estilístico da sintaxe clássica portuguesa que transfere para o plano formal uma simetria presente no conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE:

Sintaxe, verbo, neutralização.

ABSTRACT:

Our descriptive tradition, based exclusively on morphological traits, assures the subjunctive imperfect past [SIP] and the future in the past [FtP] the status of distinct tenses. However, if we take into account the behaviour of both on the syntactic level and in the role of means of expression of the time and the attitude of the speaker, the degree of this separation is very reduced. In conditional constructions, SIP and FtP occupy complementary positions, and only sporadically they are interchangeable with each other. The meanings of time and mode expressed in one and in the other end up being exactly the same. This fact favoured the replacement of both by the pluperfect

tense, a stylistic feature of classical Portuguese syntax that transfers to the formal plan a symmetry present in the content.

KEY-WORDS:

Syntax; verb; *neutralization*

Introdução

A chave de ouro de um soneto célebre de Camões figura em várias gramáticas pedagógicas como exemplo de um emprego especial do pretérito mais-que-perfeito em português. São dois versos que resumem o compromisso de devotamento amoroso assumido por Jacó diante da trapaça de Labão, pai de Raquel.: “Mais servira, se não fora/ para tão longo amor tão curta a vida”¹. A *Moderna Gramática*, do Prof. Evanildo Bechara, também acolhe esse exemplo. Sobre esse uso do pretérito mais-que-perfeito, eis o comentário de mestre Bechara: “...serve hoje como traço estilístico de linguagem solene” (1999, p. 279).

A formação sintática do período – que sem as inversões do original poderia ser algo como “mais servira [= serviria] / se a vida não fora [= fosse] tão curta para tão longo amor” – é submetida a uma disposição rítmica que dá realce ao contraste entre a constância no amor e a brevidade da vida: *mais servira X se não fora, tão longo amor X tão curta a vida*. No plano sintático, temos uma organização simétrica (adv. [*mais*] + verbo [*servira*] X adv. [*não*] + verbo [*fora*] // adv. [*tão*] + adj. [*longo*] + nome [*amor*] X adv. [*tão*] + adj. [*curta*] + nome [*vida*]). À simetria do plano sintático contrapõe-se o jogo antitético dos adjetivos, que realçam o conflito entre a duração do amor e a brevidade da vida. O jogo contrastivo tem um recurso coadjuvante no cruzamento fonológico – semelhante à figura do quiasmo em sintaxe – urdido pelas vogas tônicas i/o em *servira/fora* e o/i em *amor/vida*.

As formas verbais aí presentes – ambas no pretérito mais-que-perfeito – contribuem para o arranjo simétrico e exemplificam um padrão correlativo

¹ Sete anos de pastor Jacob servia / Labão, pai de Raquel, serrana bela; / mas não servia ao pai, servia a ela, / e a ela só por prêmio pretendia. / Os dias, na esperança de um só dia, / passava, contentando-se com vê-la; / porém o pai, usando de cautela, / em lugar de Raquel lhe dava Lia. / Vendo o triste pastor que com enganos / lhe fora assi negada a sua pastora, / como se a não tivera merecida, / começa de servir outros sete anos, / dizendo: “Mais servira, se não fora / para tão longo amor tão curta a vida”. (CAMÕES, 1980, p. 168).

em que se reconhece um traço da sintaxe antiga e clássica do português. Camões valeu-se dessa construção com frequência, quer nas composições líricas (note-se ainda seu uso no último verso do primeiro terceto: *tivera* por *tivesse*), quer no texto épico²; poetas árcades brasileiros serviram-se dela com alguma regularidade (“Destes penhascos fez a natureza/ O berço, em que nasci; oh quem *cuidara*, / Que entre penhas tão duras se *criara*/ Uma alma terna, um peito sem dureza!”³), e no Eurico, de A. Herculano, ainda se lê “Que *fora* a vida se nela não *houvera* lágrimas?” (1944, p. 28), outro exemplo recorrente nas gramáticas pedagógicas.

Essa construção constitui uma variedade de enálage⁴, figura de linguagem de amplo uso, mas que, no caso específico em apreço, ostenta, no uso atual, ares de arcaísmo ou de afetação literária, conforme a observação do prof. Bechara acima mencionada. Sua sobrevivência na linguagem corrente se acha restrita a umas poucas expressões cristalizadas, ordinariamente exclamativas ou interjetivas, como “Quem me dera!” e “Pudera!”. Com valor de tempo passado, o pretérito mais-que-perfeito simples ainda resiste em registros formais escritos; a língua falada só conhece a forma composta do tipo “tinha cantado”.

O presente artigo reunirá, comentando-as, considerações da autoria de alguns filólogos/linguistas brasileiros e oferecerá subsídios para uma explicação estrutural da utilização, por escritores antigos e clássicos, do pretérito mais-que-perfeito nos contextos referidos nesta introdução.

1. Tempo e modo em português

Diferentemente do aspecto e da voz, categorias também associadas ao verbo, o modo e o tempo “põem o sujeito falante como ponto de referência do que enuncia” (CÂMARA JR., 1967, p. 15). Desde que essas categorias foram formuladas na história dos estudos gramaticais, entende-se que cabe ao modo traduzir o ponto de vista subjetivo do falante sobre a ‘realidade’ do que ele enuncia, ao passo que ao tempo compete organizar a cronologia dos acontecimentos relatados em função do momento em que o enunciador produz seu texto.

² “E, se mais mundo houvera, lá chegara.” (CAMÕES, s/d.)

³ Soneto XCVIII de Claudio Manuel da Costa. (Proença Filho, 1996, p. 95).

⁴ Emprego de uma unidade linguística em função que seria própria de outra: um adjetivo na função de um advérbio; o plural na função do singular; o presente na função do passado etc.

Tradicionalmente, usam-se os termos ‘passado’, ‘presente’ e ‘futuro’ para representar conceitos firmados a partir do eixo primário da enunciação, que designamos com a expressão ‘aqui-agora’. De acordo com o senso comum, o presente compreende um espaço-tempo coincidente com o ‘aqui-agora’; o passado compreende um tempo anterior ao ‘aqui-agora’, e o futuro compreende um tempo posterior ao ‘aqui-agora’.

A tradição gramatical – que difundiu a representação da categoria linguística do tempo como um correlato da experiência cronológica tripartida em passado, presente e futuro – se enraizou firmemente na sociedade graças à ação escolar. Ao longo do século XX, vários linguistas rejeitaram essa correlação, por entenderem que o ‘aqui-agora’ do ato de linguagem não é a única âncora do posicionamento temporal dos fatos enunciados. De fato, a linguagem opera com relações temporais bem mais variadas do que indica essa triangulação: a contemporaneidade, a anterioridade e a posterioridade não estão restritas ao eixo ‘aqui-agora’; são noções lógicas que também estão ancoradas no passado e no futuro. Ou seja: um fato pode ser anterior, contemporâneo ou posterior tanto a algo que já aconteceu, quanto a algo que ainda vai acontecer. Desse modo, presente, passado e futuro são âncoras ou pontos de referência, e os fatos relatados no texto se situam em momento anterior, contemporâneo ou posterior a essas âncoras.

Não há em português – e provavelmente em nenhuma língua – um conjunto de formas encarregadas de expressar com exclusividade e distinguir com precisão essas nove possibilidades de relações temporais.

Uma explicação mais adequada para as escolhas que o falante faz entre as expressões morfológicas do tempo deve tomar por base pelo menos duas âncoras – o presente e o passado – ‘prendendo’ a cada uma delas três momentos referidos como anterior, contemporâneo e posterior à respectiva âncora (ou ‘ponto de referência’). É evidente que até mesmo o que aqui chamamos ‘passado’ representa um momento que é fixado linguisticamente a partir do ‘aqui-agora’ do ato físico de produzir sons vocais ou sinais gráficos. Esse ato se dá ‘fisicamente’ em um momento que chamamos de ‘presente’. Nosso conceito de âncora ou ponto de referência é, no entanto, outra coisa. Ele permite explicar a expressão do tempo gramatical como um sistema de relações que se estabelecem em dois conjuntos de formas: um organizado em torno do presente e outro organizado em torno do passado.

Quando o prof. Evanildo Bechara escreveu que se emprega o pretérito imperfeito [do indicativo] “quando nos transportamos mentalmente a uma época passada e descrevemos o que então era presente” (1999, p. 277), estava assinalando, de fato, que a diferença entre o presente e o pretérito imperfeito do indicativo repousa tão somente no ponto de referência escolhido. Ainda como reforço a essa posição que vimos assumindo, lembremos que a simetria entre o pretérito imperfeito e o presente do indicativo é ratificada pelo conjunto comum de valores aspectuais associados a esses dois tempos: um e outro exprimem a duração, a momentaneidade ou a habitualidade do processo. Por isso mesmo, é o pretérito imperfeito – e não o perfeito – que ordinariamente assume o lugar do presente do indicativo na passagem do discurso direto para o discurso indireto, ou seja, quando um enunciador 1 assume como um passado em relação a si o presente de um enunciador 2 ao qual se reporta.

Estabelecido isso, entendemos que as formas verbais podem traduzir a *posterioridade X não posterioridade* e/ou *conclusão X não conclusão* do processo relativamente aos polos do presente e do passado. Daí que se distinguem dois conjuntos simétricos de três formas: um conjunto ancorado no ponto de referência PRESENTE (p. ex. *acordo / acordei / acordarei*) – e um conjunto ancorado no ponto de referência PASSADO (p. ex. *acordava / tinha acordado [ou acordara] / acordaria*). Não há novidade nisso; trata-se de uma sistematização já implícita nas designações tradicionais “pretérito-mais-que-perfeito”, “futuro do presente” e “futuro do pretérito”.

Essa visão do sistema temporal equivale a considerar que a forma denominada “pretérito perfeito” não exprime necessariamente um passado; seu valor constante é o de um processo ou estado de coisas concluído ou consumado relativamente a algum ponto de referência. Quando o momento que serve de âncora dessa conclusão é o próprio ato enunciativo, podem ocorrer duas situações: uma delas é a que é expressa pelo enunciado ‘Achei!’ de alguém que procura um objeto perdido e depara repentinamente com ele; a outra é aquela em que o pretérito perfeito vem – ou pode vir – acompanhado de uma expressão adverbial que posiciona explicitamente o fato no passado, como no enunciado ‘Achei esse retrato há dois dias’. O primeiro exemplo expressa um ato performativo, provido de alguma carga dramática, já que a enunciação é parte do acontecimento em curso. O segundo exemplo expressa um depoimento ou relato, cujo objeto não faz parte da cena em que ocorre a enunciação, já que é trazido somente na memória do enunciador.

2. O modo subjuntivo

No modo subjuntivo, as relações temporais apresentam peculiaridades a que o modelo proposto para o indicativo não se adapta integralmente. A esse respeito, é oportuno transcrever o trecho de Gérard Moigner citado por Celso Cunha:

... os tempos do subjuntivo não representam noções de época da forma por que o fazem os do indicativo. Pode-se, no entanto, falar de certos hábitos de concordância dos tempos que não procedem de um automatismo rígido e puramente formal, antes resultam do funcionamento de mecanismos delicados e complexos (Cunha e Cintra, 1985, p. 461).

Segundo a tradição descritiva, o modo subjuntivo tem o papel de representar o processo verbal como algo hipotético, incerto ou possível, distinguindo-se, portanto, do modo indicativo, responsável por *indicar* o caráter fatural do processo. Comparem-se “Ela pede que eu venha” e “Ela sabe que eu virei”. No primeiro exemplo, o ato de vir é o resultado direto do ato de pedir, e encerra uma possibilidade, ao contrário do que se passa no segundo exemplo, em que o ato de vir existe por si e constitui um fato. Nas orações substantivas, o emprego do subjuntivo atende a uma exigência sintático-semântica do verbo da oração principal; já nas orações adjetivas atua um dado extraoracional: a pressuposição. Quando dizemos “Corte as árvores que *estão* cobertas de erva daninha”, *indicamos* que essas árvores existem de fato. Já não temos, porém, essa certeza quando dizemos “Corte as árvores que *estejam* cobertas de erva daninha”.

Quanto aos tempos no subjuntivo, deve-se observar, de início, que o conteúdo “futuro”, ou “posterior”, não dispõe de uma forma que o concretize por oposição ao presente, como se observa no indicativo. A escolha da forma *vier* no lugar de *venha*, por exemplo, não atende à intenção de situar o processo em um momento posterior àquele em que se fala, mas se prende ao tipo de conjunção que introduz a oração subordinada adverbial. Diremos “*Se* você *vier* [fut./subj.] amanhã, passa lá em casa”, mas “*Caso* você *venha* [pres./subj.] amanhã, passa lá em casa”. Do mesmo modo, ao afirmar “Quem *souber* [fut./subj.] o nome do Rei Sol ganha um doce”, o autor da brincadeira tanto pode estar propondo uma questão a ser respondida dali a minutos, horas ou dias (futuro), como testando a cultura geral das pessoas que tem diante de si (presente).

Se a forma verbal empregada para situar o processo no presente ou no

futuro é precedida de expressão do tipo *quem quer que / onde quer que*, a oscilação entre presente e futuro do subjuntivo também é comum: “Quem quer que seja (ou for) eleito vai governar um país dividido”. Tal oscilação é comprovada nos seguintes exemplos tomados a *Os Lusíadas*:

E vós, Deuses do mar, que não sofreis
Injúria alguma em vosso reino grande,
Que com castigo igual vos não vingueis
De quem quer que por ele *corra* e *ande*,
Que descuido foi este em que viveis?
(Camões, s.d., p. 28)

Enquanto apascentar o largo Polo
As estrelas, e o Sol der lume ao mundo
Onde quer que eu *viver*, com fama e glória,
Viverão teus louvores em memória.
(Camões, s.d., p. 105)

Não há no subjuntivo formas específicas para a expressão da posterioridade do processo; emprega-se indiferentemente o pretérito imperfeito do subjuntivo para a simultaneidade e a posterioridade do processo. É o que se observa em “Eu acreditava que ele me apoiasse” e “Eu esperava que ele me apoiasse”. No primeiro exemplo, *acreditava* e *apoiasse* denotam processos – uma crença e uma atitude – que decorrem no mesmo segmento de tempo; no segundo, *apoiasse* situa o processo em uma época logicamente posterior à do processo contido em *esperava*. No indicativo, teríamos que escolher entre *apoiava* e *apoiaria* (Eu tinha certeza que ele me apoiava X Eu tinha certeza que ele me apoiaria). A oposição temporal no subjuntivo resume-se, portanto, à distinção entre *passado* e *não passado*. A distinção *conclusão* X *não conclusão* do processo fica a cargo das perífrases verbais com *ter* + *participio*.

3. Imperfeito do subjuntivo; pretérito mais-que-perfeito do indicativo e futuro do pretérito: suas relações no português

O futuro do pretérito, enquanto expressão de um tempo, denota um processo posterior à âncora ‘passado’, nos termos que expusemos nas seções anteriores.

A exemplo do futuro do presente, ele assume em alguns contextos um papel essencialmente modal, a que Said Ali chamou “futuro problemático”, nele identificando “um processo engenhoso de dizer, de afirmar e de fazer crer uma coisa verdadeira ou não verdadeira, que não acarreta responsabilidade para o indivíduo que assim se exprime” (1964, p. 319-20).

Era este corregedor muito honrado e de sua casa e estado e muito praxeiro e de boa conversaçom, e seeria estonce em mea hidade. (LOPES, s.d., p. 119).

É sintomático esse emprego, tanto mais quanto se percebe que o *seeria* pode dar lugar a *fosse*, desde que o contexto sintático favoreça o subjuntivo (algo como “e he possível que...”). A afinidade entre o futuro do pretérito e o imperfeito do subjuntivo já foi aqui demonstrada quando comentamos os empregos de *apoiasse* e *apoiaria*. Comparem-se ainda “Ela sabia que eu viria” e “Ela esperava que eu viesse”. Qualquer das duas formas traduz a posterioridade do processo à âncora ‘passado’. Na língua arcaica, a variação se dá sem restrição contextual de forma mais ampla. Said Ali aduz na Gramática Histórica um extenso rol de exemplos dessa dupla ocorrência em orações que servem de complemento ao verbo cuidar (= imaginar)

“Este emprego é sobretudo notável quanto ao imperfeito do conjuntivo (subjuntivo), o qual aparece nas narrações alternando com o futuro do pretérito e como seu equivalente: Estavã todos tam contentes e confiados de se acharem juntos que cada hũs *cuydavã que* a outra parte *seria* mais fraca (Francisco de Moraes, Palm. 1, 237) – *Cuydando que* per aquella via mais prestes se *vencessem* (ib. 1, 250) – Sempre eu *cuidei*, oh padre poderoso, que pera as cousas que eu do peito amasse te *achasse* brando, affabil e amoroso. (Camões, s.d., p. 328).

Também Claudio Brandão (1963, p. 527) refere-se à possibilidade dessa alternância, citando o mesmo exemplo *d’Os Lusíadas* apontado por Said Ali, no qual ‘achasse’ pode dar lugar a ‘acharia’:

Sempre eu cuidei, ó Padre poderoso,
Que, para as cousas que eu do peito amasse,
Te achasse brando, afâbil e amoroso,
Posto que a algum contrário lhe pesasse.
(CAMÕES, s.d., p. 39)

Finalmente, cabe considerar que elas instauram correlações que põem em jogo formas da mesma categoria temporal. Isto é: do mesmo modo que dizemos “Se eu o visse, falaria com ele”, temos “Se eu o vir, falarei com ele”, com dois futuros, ou “Se eu o vejo, falo com ele”, com dois presentes. Na crônica de *D. Pedro*, acima citada, temos “... porque a huus prazeria que o rrecebessem” (LOPES, s.d., p. 250). Se trocássemos o prazeria por praz – presente – *rrecebessem* cederia lugar a *rrecebam* – também presente. Do mesmo modo, a ocorrência do futuro *prazerá* implica a correlação com *recebam*, o que é explicável sabendo-se que a escolha do futuro do subjuntivo ou do presente do subjuntivo está sujeita a fatores distribucionais (cf. a escolha entre SE e CASO já mencionada), e que, como comentamos na mesma passagem, não há distinção temporal entre essas formas.

Nas variedades arcaica (séculos XIV-XV) e clássica (séculos XVI – XVIII) do português, quer na prosa quer na poesia, era comum o pretérito mais-que-perfeito desviar-se de seu valor aspectual e temporal – processo concluído em relação à âncora ‘passado’ – em substituição ao par pretérito imperfeito do subjuntivo/futuro do pretérito, como se viu em exemplos citados na introdução deste artigo. Não se trata, naturalmente, de um subsistema triádico, mas, ao que parece, de dois subsistemas alternativos estilisticamente diferenciados. A indiferença das formas em *-ra* a certos contextos sintáticos que requerem ora a forma em *-ria* ora a forma em *-sse* opera e evidencia, como opção estilística, a neutralização dessas formas, fato que me parece explicável à luz das afinidades que vimos apontando. Insistimos nesse ponto: a prevalência do caráter modal sobre o temporal em certos contextos favorece a substituição das referidas formas por uma terceira. Para Mattoso Câmara, o pretérito mais-que-perfeito em *-ra* é uma das formas do passado do indicativo que “funciona nas línguas românicas para a expressão do irreal”.

Em relação ao futuro, o caráter modal ainda é mais nítido e se pode dizer pacificamente compreendido e aceito, embora não se tenham tirado daí todas as inferências que o fato comporta. Pode-se mesmo adiantar que a intromissão da dúvida, da mera potencialidade, da expectativa, do anelo, da volição com a ideia de futuro é constante na linguagem espontânea. Sem subintenções subjuntivas, potenciais, optativas, imperativas, o tempo futuro, para a asserção franca, se realiza essencialmente pela forma de presente.

Ainda é Mattoso Câmara quem acrescenta: “Na correlação condicional, o uso da forma em *-ra* na apódose estende-se, em regra, à prótase, em vez do pretérito imperfeito do subjuntivo”.

É essa construção antiga, ampliada no latim tardio para a apódose da irrealidade intemporal, que explica historicamente o uso românico da forma em *-ra* como pretérito irreal (CÂMARA JR., 1967, p. 79).

Observe-se, a propósito, o seguinte exemplo do latim citado por Ernout e Thomas (1964, p. 380): “quingentos simul, // ni hebes machaera *foret*, uno ictu *occideras*” (Se tua espada não estivesse (*foret*) cega (*hebes*), abaterias (*occideras*) quinhentos inimigos num só golpe).

Conclusão

O foco de nossa tradição descritiva na morfologia assegura ao pretérito imperfeito do subjuntivo (PIS) e ao futuro do pretérito (FtP) o status de tempos distintos. Ao observá-los no plano sintático e, sobretudo, no papel que têm relativamente à expressão do tempo e à atitude do falante, levantam-se algumas dúvidas sobre o grau da diferença que os separa. O mesmo se pode dizer da distinção entre o presente do subjuntivo e o futuro do subjuntivo. As formas reunidas em cada um desses pares ocupam, nas construções hipotéticas, posições complementares, e quando eventualmente são permutáveis entre si, revelam-se variantes estilísticas. Os conteúdos temporais e modais de uma e outra acabam por ser exatamente os mesmos, fato que favoreceu a substituição de ambos pelo pretérito mais-que-perfeito (forma em *-ra*), menos sensível que é à restrição de contexto sintático. O presente artigo reúne, comentando-as, considerações da autoria de alguns filólogos/linguistas brasileiros e oferece subsídios para uma explicação estrutural do recurso ao pretérito mais-que-perfeito como captação da equivalência modo-temporal entre PIS e FtP.

Diacronicamente falando, esse paralelismo pode ser interpretado como uma sobrevivência do padrão sintático do latim – tanto clássico como vulgar – cujas formas verbais presentes na prótase e na apódose tendiam a igualar-se em tempo e modo. Em termos sincrônicos, explica-se como uma solução que assegura, como opção estilística, o emprego de uma mesma forma – *servira / fora* – para a expressão de um mesmo conteúdo – princípio responsável pela simetria que permitiu a Camões realçar a antítese entre o excesso – *mais (servira)* – e a carência – *não (fora)* – com que Jacó reafirma e enaltece sua paixão.

Referências

- ALI, Manuel Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1964. p. 319-20.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. p. 279.
- BRANDÃO, Cláudio. *Sintaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1963. p. 527.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *A forma verbal portuguesa em -ria*. Washington: George University Press, 1967. p. 15.
- CAMÕES, Luís de. *Lírica completa*, v. II. (Prefácio e notas de Maria de Lurdes Saraiva). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1980. p. 168.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Canto VII, estrofe 14. Porto: Porto Editora, s/d.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 461.
- ERNOUT, Alfred THOMAS, François. *Syntaxe latine*. Paris: Klincksiek, 1964. p. 380.
- HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o presbítero*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1944. p. 28.
- LOPES, Fernão. *Crônica de D. Pedro*. Edizione critica con introduzione e glossario a cura di Giuliano Mácchi. Roma: Edizioni dell'Ateneo, s.d.
- PROENÇA FILHO, Domicio (org.). *A poesia dos Inconfidentes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996. p. 95.

Nota do editor: articulista convidado.

LINGUISTIC RELATIVITY AND LANGUAGE AS EPIPHENOMENON: TWO CONTRADICTORY POSITIONS

Gerda Haßler

University of Potsdam

gerda.hassler@uni-potsdam.de

ABSTRACT:

The assumption of linguistics relativity and the definition of languages as epiphenomena are certainly known as two contradictory positions from the last century. But I will start my discussion of them in the period of their appearance and then use this as a basis to evaluate the heuristic value of these positions in present day linguistics. I will start with the definition of language as an epiphenomenon and then I will go on with the linguistic relativity.

The notion of 'epiphenomenon' is usually used to exclude certain aspects of a scientific object because they are considered to be deduced from others. In linguistics, restrictions of the research object were made, invoking the notion of 'epiphenomenon', which was partially done with a polemical attitude, and was always responded to polemically.

KEY-WORDS: linguistic relativity, epiphenomenon, two positions.

1. Epiphenomena of language in Chomsky and his adversaries

The best-known definition of languages as an epiphenomenon is that proposed by Chomsky, who declared that the specific realisations of language do not warrant scientific attention. This is an important point which has led to critical evaluations from the viewpoint of descriptivism and functional grammarians and from structuralists whose work is based on corpora. If one reads the following passage written by Ludwig Jäger in the *Festschrift* for Peter von Polenz, the definition of languages as an epiphenomenon can be understood as destruction of the identity of linguistics and of its research object:

Wenn auch die Unterscheidung des grammatischen von anderen kognitiven Systemen, die der Sprachverwendung zugrunde liegen, auf den ersten Blick nur einen begrifflich-methodischen Sinn zu haben scheint, so wird bei näherem

Besehen deutlich, dass ihre eigentliche Intention in der radikalen definitonischen Einschränkung des linguistischen Erkenntnisobjektes liegt: es geht Chomsky nämlich um eine zweifache Transformation des Sprachbegriffs, die sich zweier Begriffs-Substitutionen bedient: einmal der Substitution des Begriffs Kommunikation durch den der Sprache und zum zweiten der Substitution von Sprache durch Grammatik. Der Begriff Sprache wird nicht nur seines kommunikativen Gehalts entleert, sondern er wird auch seinerseits im Lichte der überragenden Bedeutung des grammatischen Kenntnissystems zur Peripherie erklärt. (Jäger 1993: 15)

Jäger reproaches Chomsky for having eliminated functional elements from his notion of language, which are considered as constitutive aspects in concurring theories“ (Jäger 1993: 23). Following Jäger, Chomsky assumes that these functional, concurring theories represent a vague notion of language.

But the arguments proposed by Jäger are problematic as well. He insists that all linguistic research should take communication as its point of departure and should define its categories on this basis. The notion of function which has been largely integrated into generative and cognitive linguistics as well, is in a way appropriated by Jäger for communicative functions.

In linguistic theories related to text and communication, the notion of epiphenomenon refers in the opposite way to linguistic structures. In this sense Hopper declares:

[...] that the study of grammaticalization tended to undermine the assumption of a pre-existent a priori grammatical component that stood as a prerequisite to discourse and a precondition for communication, and he proposed instead that grammar was an emergent property of texts. “Structure” would then be an epiphenomenal by-product of discourse (Hopper 1996: 231).

From this follows that texts are considered by Hopper as a lower level, from which emerge the grammatical structures as a higher level. This higher level is however considered as an emergent by-product which depends on the lower level, which means it is an epiphenomenon (Dahl 2004: 37). As we have already seen, the term epiphenomenon in linguistics can be used with two different meanings. First, it can signify a non-functional property or a by-product. Secondly, it may refer to the non-essential effects arising from a central cause or object.

Actually, for Chomsky the question of the nature of knowledge of a language has priority in relation to the study of language acquisition or the usage of language. The fundamental cognitive relation is a grammar: the knowledge of a language is deduced from it, meaning that it is epiphenomenal. Chomsky underlines the fundamental cognitive distinction between the generation of phrases by a grammar on the one hand and the production and interpretation of utterances by the speaker on the other hand. These are of less importance and do not refer to any element of what we call knowledge of language:

The ultimate outcome of these investigations should be a theory of linguistic structure in which the descriptive devices utilized in particular grammars are presented and studied abstractly, with no specific reference to particular languages. (Chomsky 2002 [1957]: 11)

But how seriously should we take the attribution of an epiphenomenal character to language in light of Chomsky's polemics against American structuralism? Chomsky's research object is the genetically anchored universal capacity of humans to produce and to understand correct utterances by a computational system of a mental language. Language is understood in this sense as an epiphenomenon of language. In order to justify this, he had to delimit himself strictly from Bloomfield, who attributed a less fixed role to syntax than to morphology. Bloomfield justified this by the complexity of an utterance and the possibilities of variation:

The forms of syntax are less fixed than those of morphology, because the utterance of a sentence is a more complex process and one more easily displaced than that of a word. In exclamation, especially, the usual syntactic habit is often disturbed, the elements of the experience effecting expression in other than the accustomed form. Thus we may exclaim *A rabbit – white!* Instead of *a white rabbit* (Bloomfield 1914: 168).

Even the multiplicity and diversity of languages in the expression of the discursive relations of predication and attribution, such as the non-explicit expression of predication in Latin *Magna culpa*, one-word sentences in Nahuatl or the omission of the personal pronoun in zero subject languages (Bloomfield 1914: 167-169), were by no means epiphenomenal for Bloomfield.

To be able to reduce such linguistic elements to universal syntactic structures, Chomsky had to regard them as epiphenomena and as derived from deep structures. Already in his early works he took this derivation of linguistic specificities very seriously, regarding the delivery of a grammar for each language as one of the tasks of his theory:

One function of this theory is to provide a general method for selecting a grammar for each language, given a corpus of sentences of this language (Chomsky 2002 [1957]: 11).

Nevertheless, even some statements in the Minimalist Program show that Chomsky did consider the epiphenomenon of languages in the elaboration of his theory. So, he recognises that the unexpected (!) richness and complexity of the phenomena of language created a tension between the goals of descriptive and explanatory adequacy:

Recognition of the unsuspected richness and complexity of the phenomena of language created a tension between the goals of descriptive and explanatory adequacy. (Chomsky 1995: 4)

However the main task of Chomsky's research is to show that the apparent richness and diversity of linguistic phenomena is illusory and epiphenomenal, the result of interaction of fixed principles under slightly varying conditions:

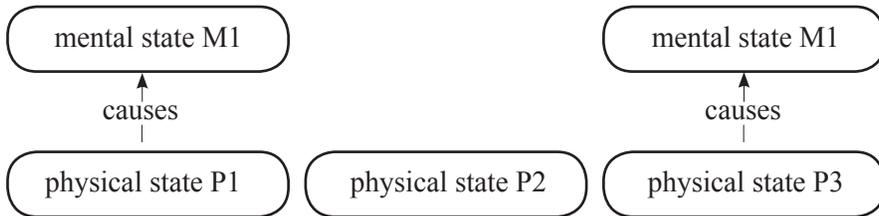
The primary one [task] is to show that the apparent richness and diversity of linguistic phenomena is illusory and epiphenomenal, the result of interaction of fixed principles under slightly varying conditions. (Chomsky 1995: 8)

1.2. The heuristic value of the declaration of languages as an epiphenomenon

What is the heuristic value of the declaration of languages as an epiphenomenon? We can see that the notion of epiphenomenon was used from different points of view to eliminate disturbing aspects of language in order to obtain a coherent theory. If in doing so the chosen point of abstraction remains transparent, this procedure seems to be legitimate. States of a system are declared

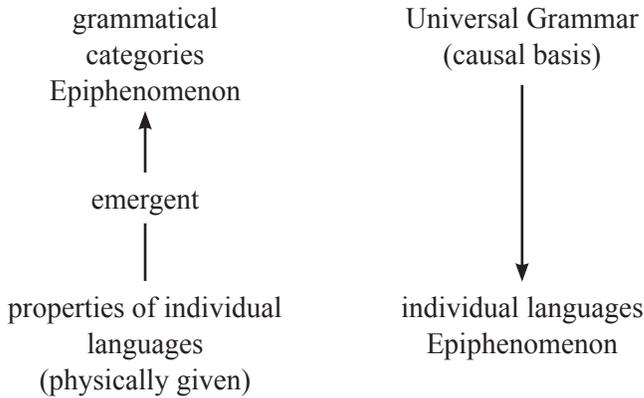
as epiphenomena, if they have no significant effect or no causal effect at all on the system.

In philosophy epiphenomenalism became popular especially through the works of Thomas Henry Huxley (1825-1895), but it was already asserted by Charles Bonnet (1720-1793), who used it as a specific kind of rebuttal of Descartes' dualism. Bonnet had pushed aside the dualistic opposition of matter and the mental, non-physical word with his objection that there was a sufficient physical cause for each action. A causation by immaterial entities would thus be unnecessary. Mental states were explained as epiphenomena of physical states, while causal effects on subsequent physical states were ascribed to preceding physical states.



In its application to language, this explanation would rather confirm the position of descriptivism and the derivation of physical linguistic elements of individual languages from other physical elements.

As we have seen on the example of Hopper, there had been such explanations of the mental and abstract categories of language description as emergent und epiphenomenal, while Chomsky, at the contrary, reversed the relation and defined grammar as the causal principle and the languages themselves as epiphenomena.



The definition of certain aspects of language as an epiphenomenon should therefore not simply be rejected out of hand; it is indeed valid as an instrument for managing the unwieldy complexity of human language and the diversity of individual languages under a certain point of abstraction. It is, however, important that this point of abstraction remains conscious.

The move to emancipate theoretical linguistics from languages, their diversity and heterogeneity had been made before Chomsky from scholars embracing different points of view. Let me recall Wilhelm von Humboldt's (1767-1835) reproach of language scientists, in which he said that most of them would spend their life wandering around without even once adopting a point of view from which they would be able to see the whole and its arrangements „die Meisten, Gelehrte und Sprachgelehrte nicht ausgenommen, ihr ganzes Leben in ihnen [den Sprachen] herumwandern, ohne sich einmal auf den Standpunkt zu stellen, von welchem sie das Ganze und seine Anordnung zu übersehen im Stande wären“ (Humboldt 1903-1936: V, 625). For Humboldt, the object of a theoretical consideration of language was of course not cognitive grammar; he simply called this kind of language study “philosophical”:

Die Grundlage alles Sprachstudiums muss immer die philosophische seyn, und bei jedem einzelnen Punkt, jedem noch so concreten Falle muss man sich mit vollkommener Klarheit bewusst werden, wie er sich zum Allgemeinen und Nothwendigen in der Sprache verhält (Humboldt 1903-1936: V, 450).

In the same way for Saussure language was not an object given immediately to our perception, but linguistics has to determine which unities are valid

in research (vgl. Jäger 1993: 18). In his lecture on general linguistics, which in this point agrees with the manuscripts found at the end of the last century, we can read that language in its whole is polymorphic and heterogeneous, but that the system of language is an instrument of classification:

In ihrer Gesamtheit ist die Sprache vielgestaltig und heterogen; sie wurzelt gleichzeitig in verschiedenen Bereichen, dem physischen, dem physiologischen und dem psychischen, sie gehört weiter sowohl dem individuellen als auch dem sozialen Sektor an; sie lässt sich [als Ganzes] keiner der Kategorien menschlicher Gegebenheiten zuordnen, denn man weiß nicht, wie man ihre Einheit erfassen könnte. Das Sprachsystem dagegen bildet für sich genommen eine Einheit und ist ein Klassifikationsinstrument. Sobald wir ihm den ersten Platz unter den sprachlichen Gegebenheiten zuweisen, führen wir eine natürliche Ordnung in einen Komplex ein, der sich jeder anderen Klassifikation entzieht (Wunderli 2013: 73).

Pris dans son tout, le langage est multiforme et hétéroclite ; à cheval sur plusieurs domaines, à la fois physique, physiologique et psychique, il appartient encore au domaine individuel et au domaine social ; il ne se laisse classer dans aucune catégorie des faits humains, parce qu'on ne sait comment dégager son unité. La langue, au contraire, est un tout en soi et un principe de classification. Dès que nous lui donnons la première place parmi les faits de langage, nous introduisons un ordre naturel dans un ensemble, qui ne se prête à aucune autre classification (CLG, Chapitre III, §1. La langue ; sa définition).

As for the role of the point of abstraction for the determination of the object of linguistics, Saussure gave a clear, but often neglected answer: the viewpoint creates the object:

Der Gegenstand ist keineswegs vor dem Gesichtspunkt dar, vielmehr ist es der Gesichtspunkt, der den Gegenstand schafft; überdies sagt uns nichts im vornherein, daß eine dieser Betrachtungsweisen den andern vorangeht oder ihnen übergeordnet ist (Wunderli 2013: 71).

Bien loin que l'objet précède le point de vue, on dirait que c'est le point de vue qui crée l'objet, et d'ailleurs rien ne nous dit d'avance que l'une de ces manières de considérer le fait en question soit antérieure ou supérieure aux autres (CLG, Chapitre III, §1. La langue ; sa définition).

We can summarise so far that the characterisation of individual languages as an epiphenomenon does not mean their discreditation, but it only marks explicitly the research interest and the point of abstraction. In real research individual languages occupy an important place in generative grammar as well.

1.3. Explanations of individual languages as epiphenomena in earlier language theories

In the following I will examine if a definition of individual languages as epiphenomena appeared already in earlier eras of thought and if we should attribute continuity to this idea. For this, two preliminary remarks are necessary:

- (1) First of all, I have to remark that the so-called spin-off of linguistics in the early 19th century does not represent a threshold for me. For the task of discovering the nature of language for itself, formulated by Jacob Grimm, „selbstständige entdeckungen zu machen und in die natur der sprachen um der sprache selbst willen vorzudringen“ (Jäger 1993: 11), one could give earlier examples. Furthermore, from the standpoint of today, postulating an autonomous cognitive interest of linguistics might be regarded as a temporary phase of history.
- (2) Second, if we are looking for explanations of individual languages as epiphenomena in earlier periods of thought about language, we have to proceed onomasiologically, that means we must not look for the term *epiphenomenon*, but we have to search for conceptual relations and their development under different denominations and in texts.

In the 17th and 18th centuries, the diversity of languages was regarded as a proof of the idea, that their physical manifestation as a corporeal fact had nothing to do with the mental world of thought. Diversity of languages served as well as an argument, to put Cartesian dualism into doubt and to finally overcome it.

Statements like the one given by John Wilkins (1614–1672), that peoples would coincide in their concepts despite different forms of expression, show a possible exclusion of language differences which become the basis of the development of a universal language:

Though several Nations may differ in the Expression of Things, yet they all agree in the same Conceit of them (Wilkins [1641/1707] 1984: 58).

The innate principles, common to all humans, are the basis to which Johann Amos Comenius (1592–1670) traces back the rules of all individual languages whether they were Indian, Ethiopian or European. Compared to the universal method of all languages that Comenius wants to establish, the individual languages are epiphenomenal in their diversity:

Nam *Notionum innatarum syntagma*, utcunq; mansit integrum: nec ubi opinionum prava phantasmata rectificanda sunt, aliis ratiocinandi Regulis opus habet Indus, aut Æthiops, qvàm Europæus. *Sed cùm de Rebus loqvendum est, ùm in diversa abimus*, mille modis aliter atq; aliter easdem res experimentibus his, illis, istis. *Qvæ Lingvæ varietas qvid fit, & unde, & qvanta*, si rationabiliter fuerimus contemplati, ad universalem Lingvarum Methodum vestigandam inde etiam momenti aliquid accedere posse spero (Comenius [1648] 1978: 29).

The common ground of all languages is traced back by Comenius to the fact that they were given to humanity as an instrument by god. As such an instrument they allow communication and the acquisition of other languages as well:

Habent tamen omnes Lingvæ aliquid, qvô in commune prosint. Nempe Omnes Sapientiæ DEI organon sunt: & omnes hominibus usum qvem debent (unaqvæqve locô suô, pro modulo suo) præstant: & omnes deniqve sororibus cæteris aliquid conferre possunt, qvantillum etiam illud sit. Puta ad melius rem hanc vel illam intelligendum; ad aptius nomen huic vel illi rei indendum: verbô, ad locupletandum & acuendum sese invicem: modò hominum industria non desit (Comenius [1648] 1978: 48).

The actual language of theoretical rationalism was not developed by Descartes, but already in the 17th century and still more in the century of Enlightenment several attempts were made to supply a complement to Descartes' doctrine in the theory of language. The authors of these attempts saw the action of a soul which does not depend on corporeal circumstances in different instances of actual communication between human beings, such as the invention of universal languages, the acquisition of a foreign language and in language acquisition by children.

Gérau(l)d de Cordemoy (1626–1684) can be considered as an author who elaborated such a linguistic complement to Descartes. Following Cordemoy the universal rules of grammar are already present in the language acquisition process of children in which the principles of reason manifest themselves in a simple and observable way. In the language acquisition process in which children learn their language, distinguishing meanings of words and arranging their thoughts, and behind all arbitrariness and contingency of circumstances one could discover the reason. This would deliver sufficient arguments for distinguishing between body and soul. On this basis, differences between languages are considered as unproblematic, because they constitute only the exterior, corporeal appearance, and not the nature of language, which subsists in reason and soul. Words are interchangeable, as soon as one has found the concepts named by them:

Il n'est pas difficile maintenant de concevoir, pourquoy nous avons tant de facilité à apprendre une langue estrangere d'une personne qui la sçait, & qui sçait aussi la nostre: car alors nous pouvons nous enquerir aysément, du nom de chaque chose. Nous pouvons aussi par ce moyen apprendre plusieurs langues, estant manifeste qu'après avoir appris le mot qui signifie une chose en François, l'on peut apprendre encore par quels mots les Italiens, les Espagnols & d'autres Nations expriment cette chose: & ce qu'il y a de remarquable est, que quand nous sommes une fois convenus que plusieurs mots signifient une mesme chose, nous joignons si bien l'idée ou la pensée de cette chose à chacun de ces mots, que souvent nous nous souvenons tres-bien qu'on nous en a donné l'idée, sans nous souvenir duquel de tous ces mots on s'est servy; d'où vient, que quand on se trouve avec des personnes de differens Pays dont on sçait les langues, on retient aisément chaque nouvelle, & tout ce qui a esté dit sur les sujets dont on a parlé, sans pouvoir précisément se ressouvenir des mots ny de la langue dont on s'est servy, pour nous donner les idées qui nous en restent (Cordemoy [1668/1677] 1970: 60–62).

The rationalist-Augustinian tradition the *Grammaire générale et raisonnée* of Port-Royal (1660) offers another example of regarding language differences as epiphenomena. At the beginning of its second part we find Descartes' comparison of the mechanical use of language with the speech production of parrots. Arnauld and Lancelot give much more attention to the mental side of language than to the corporeal one. It is remarkable that they reduce the unlimited number of possibilities of expression to a very limited number of sounds,

of phonemes, we would say today. This production of an infinite quantity of utterances, using a finite number of sounds corresponds to the nature of man and to the independency of his action:

Jusqu'ici, nous n'avons considéré dans la parole que ce qu'elle a de matériel, et qui est commun, au moins pour le son, aux hommes et aux perroquets.

Il nous reste à examiner ce qu'elle a de spirituel, qui fait l'un des plus grands avantages de l'homme au-dessus de tous les autres animaux, et qui est une des plus grandes preuves de la raison: c'est l'usage que nous en faisons pour signifier nos pensées, et cette invention merveilleuse de composer de vingt-cinq ou trente sons cette infinie variété de mots, qui, n'ayant rien de semblable en eux-mêmes à ce qui se passe dans notre esprit, ne laissant pas d'en découvrir aux autres tout le secret, et de faire entendre à ceux qui n'y peuvent pénétrer, tout ce que nous concevons, et tous les divers mouvements de notre âme.

Ainsi l'on peut définir les mots, des sons distincts et articulés, dont les hommes ont fait des signes pour signifier leurs pensées (Arnauld / Lancelot (1969 [1660]: 22).

The concept of economy of elements and of their organisational levels seems to have accompanied the development of theories of language which oppose a natural, mental principle, determined by reason, to the arbitrary forms of expression, already in very early occurrences.

It would be possible to enumerate more examples of the removal of differences between languages into the domain of epiphenomena. César Chesneau Du Marsais (1676–1756), for example, in his encyclopedia article on construction mentions various differences between languages, but then he traces them back to the function of representation common to all words and to their relations:

Il est vrai qu'il y a des différences dans les langues; différence dans le vocabulaire ou la nomenclature qui énonce les noms des objets & ceux de leurs qualificatifs; différence dans les terminaisons qui sont les signes de l'ordre successif des cor-relatifs; différence dans l'usage des métaphores, dans les idiotismes, & dans les tours de la *construction usuelle*: mais il y a une uniformité en ce que par-tout la pensée qui est à énoncer est divisée par les mots qui en représentent les parties, & que ces parties ont des signes de leur relation. (*Encyclopédie*, Artikel *Construction*, Du Marsais 1754: IV, 75).

For Charles De Brosses (1709–1777) the common ground of all languages goes back to their common origin, which remains recognizable despite the apparently very dissimilar shapes and histories of the different languages:

Que les choses étant ainsi, il existe une langue primitive, organique, physique & nécessaire, commune à tout le genre humain, qu’aucun peuple au monde ne connoît ni ne pratique dans sa première simplicité; que tous les hommes parlent néanmoins, & qui fait le premier fond du langage de tous les pays: fond que l’appareil immense des accessoires dont il n’est chargé laisse à peine appercevoir. [...] Que néanmoins toutes les routes, malgré la diversité de leur tendance apparente, ramènent toujours enfin, en revenant sur ses pas, au point commun dont elles se sont si fort écartées (De Brosses 1765: I, xv-xvji).

James Beattie (1735–1803) assigns the tasks of collecting the specificities of individual languages to their grammars and vocabularies, while he raises the description of the *commonalities* to the object of a science, called *Universal* or *Philosophical Grammar*.

[...] therefore, resemble men in this respect, that, though each has peculiarities, whereby it is distinguished from every other, yet all have certain qualities in common. The peculiarities of individual tongues are explained in their respective grammars and dictionaries. Those things, that all languages have in common, or that are necessary to every language, are treated of in a science, which some have called *Universal* or *Philosophical Grammar*; whereof I shall now endeavour to unfold the principles. The knowledge of it will not only illustrate what we may already have learned of the grammatical art; but also, by tracing that matter to its first elements, will give us more comprehensive views of it than can be obtained from any particular grammar; and at the same time make us better judges of the nature and extent of human language, and of the connection, that obtains between our words and thoughts (Beattie [1788] 1968: 105–106).

Whereas Beattie sees and recognizes the large differences in the individual languages on the level of sound, he assigns the commonalities to the mental part constituted by the meanings and the use of language:

The words of different languages differ greatly in sound. Nay, in this respect two languages may be so unlike, that the most perfect knowledge of the one would not

enable us to understand a single word of the other. If, therefore, all languages have some things in common, those things must be sought for, not in the *sound* of the words, but in their *signification* and *use* (Beattie [1788] 1968: 125).

An outstanding example of the separation of general and particular grammar is Nicolas Beauzée (1717–1789), who regarded general grammar as a *science* and relegated the grammars of particular languages to the domain of *art*, regarding them as inessential for a scientific consideration of language.

The existence of general basic principles is deduced by Beauzée, among other reasons, from the fact that people would not be able to communicate among each other without them. He was able to determine the nature of the universal basis of language as mental and obligatory, while he assigned a hypothetical and contingent character to the principles of particular individual languages. General grammar is therefore prior to the individual languages and their arbitrary conventions. It is a science because its object is the immutable and generally valid basic principles, whereas the grammars of particular languages have only to apply these principles to particular languages. Without the guidance and the principles given by general grammar, the grammar of particular languages would not be able to come to reliable statements:

La Grammaire admet donc deux sortes de principes. Les uns sont d'une vérité immuable & d'un usage universel; ils tiennent à la nature de la pensée même; ils en suivent l'analyse; ils n'en sont que le résultat. Les autres n'ont qu'une vérité hypothétique & dépendante de conventions libres & muables, & ne sont d'usage que chez les peuples qui les ont adoptés librement, sans perdre le droit de les changer ou de les abandonner, quand il plaira à l'usage de les modifier ou de les proscrire. Les premiers constituent la Grammaire générale, les autres sont l'objet des diverses Grammaires particulières. La Grammaire générale est donc la science raisonnée des principes immuables & généraux de la parole prononcée ou écrite dans toutes les langues. Une Grammaire particulière est l'art d'appliquer aux principes immuables & généraux de la parole prononcée ou écrite, les institutions arbitraires & usuelles d'une langue particulière. La Grammaire générale est une science, parce qu'elle n'a pour objet que la spéculation raisonnée des principes immuables & généraux de la parole: une Grammaire particulière est un art, parce qu'elle envisage l'application pratique des institutions arbitraires & usuelles d'une langue particulière aux principes généraux de la parole (*voyez ART*). La science grammaticale est antérieure à toutes les langues, parce que ses

principes sont d'une vérité éternelle, & qu'ils ne supposent que la possibilité des langues: l'art grammatical au contraire est postérieur aux langues, parce que les usages des langues doivent exister avant qu'on les rapporte artificiellement aux principes généraux. Malgré cette distinction de la science grammaticale & de l'art grammatical, nous ne prétendons pas insinuer que l'on doive ou que l'on puisse même en séparer l'étude. L'art ne peut donner aucune certitude à la pratique, s'il n'est éclairé & dirigé par les lumières de la spéculation; la science ne peut donner aucune consistance à la théorie, si elle n'observe les usages combinés & les pratiques différentes, pour s'élever par degrés jusqu'à la généralisation des principes. Mais il n'en est pas moins raisonnable de distinguer l'un de l'autre, d'assigner à l'un & à l'autre son objet propre, de prescrire leurs bornes respectives, & de déterminer leurs différences (*Encyclopédie*, article *Grammaire*, Beauzée 1757: VII, 841–842).

The example of Beauzée shows clearly that the individual properties of language are given a subordinate place in rationalistic general grammar and that they are regarded as an epiphenomenon. Despite this, even Beauzée himself assigns only a relative signification to the separation of *science* and *art*, as far as he regarded their objects as different, but considered a cooperation of both kinds of grammar as possible and expedient.

Already at the beginning the establishment of a universal grammar was seen as problematic and provoked many critiques. One of these critiques should be mentioned: Dieudonné Thiébauld (1733–1807) asked in 1802 “Do we really have a philosophical grammar?”, and he gave his answer immediately: certainly not, and what concerns the general grammars, we shall never have one which deserves this name. The reason for this estimation is seen in the impossibility to compare all languages and to reduce them to the same principles. Besides this, such a comparison would be impossible because nobody could know all languages:

[...] mais avons-nous une Grammaire vraiment *philosophique*? on peut assurer que non; et quant aux Grammaires *générales*, on peut affirmer que même nous n'en aurons jamais qui soient parfaitement dignes de ce nom: car comment tracer un code qui devienne celui de toutes les langues? comment rattacher les usages de toutes les langues aux mêmes principes? Et si la chose n'étoit pas impossible, quel homme seroit assez savant pour l'entreprendre et n'y pas échouer? (Thiébauld [1802] 1977: I, 5)

Obviously Thiébauld was not ready to consider the diversity of languages as an epiphenomenon. Even the rationalistic assumption of a universal mental basis of all languages which could be postulated as a universal grammar, was no longer accepted in the 18th century. But we can conclude that there were early relegations of properties of individual languages to the domain of an epiphenomenon of grammar, to the domain of an art and not a science. These relegations from a certain point of abstraction did advance theories of language, even though they took a point of abstraction that did not correspond to the complexity of language.

Selective bibliography

- ARNAULD, Antoine / Claude Lancelot (1969 [1660]): *Grammaire générale et raisonnée, contenant les fondemens de l'Art de parler expliqués d'une manière claire et naturelle, les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, et les principales différences qui s'y rencontrent*, etc. Avec les Remarques de Duclos. Nouvelle édition, préface Michel Foucault. Paris: Republications.
- BEATTIE, James (1968 [1788]): *The Theory of Language in Two Parts*. Part I. *Of the origin and general nature of speech*. Part II: *Of Universal Grammar*. Facsimile Reprint. (English linguistics, 88). Menston: The Scholar Press.
- BLOOMFIELD, Leonard (1914): *An introduction to the study of language*. New York: Henry Holt and Company.
- CHOMSKY, Noam (1995): *The Minimalist Program*. Cambridge, London: The MIT Press.
- CHOMSKY, Noam (2002 [1957]): *Syntactic Structures*. Second edition with an introduction by David W. Lightfoot. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- COMENIUS, Johann Amos (1978 [1648]): *Novissima linguarum methodus*. Die neueste Sprachenmethode und andere seiner Schriften zur Sprachlehrforschung. (FSV-Handbuch, 4). Konstanz: Archiv für Fremdsprachenvermittlung.
- CORDEMOY, Géraud de (1970 [1668/1677]): *Discours physique de la parole*. Nouvelle impression en facsimilé de l'édition de 1677 avec un commentaire par Herbert E. Brekle. (Grammatica universalis). Stuttgart / Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog.

- DAHL, Östen (2004): *The Growth and Maintenance of Linguistic Complexity*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- DE BROSSES, Charles (1765): *Traité de la formation mécanique des langues, et des principes physiques de l'étymologie*. Paris: Chez Saillant / Vincent / Desaint, 2 Bde.
- BEATTIE, James (1968 [London/1788]): *The Theory of Language in Two Parts*. Part I. *Of the origin and general nature of speech*. Part II: *Of Universal Grammar*. Facsimile Reprint. (English linguistics, 88). Menston: The Scholar Press
- Encyclopédie*: Diderot, Denis / D'Alembert, Jean Le Rond (1751–1780): *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres*. Paris: Chez Briasson, rue Saint Jacques, à la Science. David l'aîné, rue Saint Jacques, à la Plume d'or. Le Breton, Imprimeur ordinaire du Roy, rue de la Harpe. Durand, rue Saint Jacques, à Saint Landry, & au Griffon.
- HASSLER, Gerda / Cordula Neis (2009): *Lexikon sprachtheoretischer Grundbegriffe des 17. und 18. Jahrhunderts*. Berlin, New York: Walter de Gruyter.
- HOPPER, Paul J. (1996): "Some recent trends in grammaticalization". *Annual Review of Anthropology* 25, 217-236.
- HUMBOLDT, Wilhelm von (1903-1936): *Gesammelte Schriften*. Ausgabe der Preußischen Akademie der Wissenschaften, hrsg. im Auftrag der : Königlich-Preußischen Akademie der Wissenschaften von Albert Leitzmann. Berlin: B. Behr (Nachdruck 1968).
- JÄGER, Ludwig (1993): "Sprache oder Kommunikation? Zur neuerlichen Debatte über das Erkenntnisobjekt der Sprachwissenschaft". *Sprachgeschichte und Sprachkritik: Festschrift für Peter von Polenz zum 65. Geburtstag*, hrsg. von Hans Jürgen Heringer und Georg Stötzel. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 11-33.
- THIÉBAULT, Dieudonné (1977 [1802]). *Grammaire philosophique, ou la métaphysique, la logique, et la grammaire, réunies en un seul corps de doctrine*. Faksimile-Reprint. Avec une introduction par Daniel Droixhe. (Grammatica Universalis, 11). Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 2 Bde.
- WILKINS, John (1984 [London/1641/1707]): *Mercury, or the Secret and Swift Messenger*. Based on the Third Edition, 1707. Gen. Ed. Achim Eschbach. (Foundations of Semiotics). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

WUNDERLI, Peter (2013): *Ferdinand de Saussure: Cours de linguistique générale* [1916]. *Zweisprachige Ausgabe französisch-deutsch mit Einleitung, Anmerkungen und Kommentar*. Tübingen: Narr Francke Attempto Verlag.

Nota do editor: articulista convidado. Excepcionalmente, manteve-se a formatação original das referências.

COMPENDIO DE GRAMMATICA PHILOSOPHICA DA LÍNGUA
PORTUGUEZA, DE A. DA COSTA DUARTE: EDIÇÕES EM CONFRONTO

COMPENDIO DE GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUEZA
BY A. DA COSTA DUARTE: EDITIONS IN CONFRONTATION

Marli Quadros Leite

Universidade de São Paulo | CNPq

mqlite@usp.br

RESUMO:

O *Compendio* de Antônio da Costa Duarte, publicado no Maranhão, teve seis edições, situação que comprova o sucesso editorial da obra, originariamente destinada ao ensino de língua portuguesa, nível básico (“Licêo do Maranhão e aulas de primeiras letras da Provincia”). Das seis edições, quatro são conhecidas e referidas (1ª 1829, 3ª 1853, 4ª 1859, e 6ª 1877), das demais não se conhecem as datas. Neste artigo, tomam-se três dessas edições, a primeira, a quarta e a sexta, para compará-las, destacando e analisando algumas alterações havidas entre a primeira e as duas outras examinadas. Depois de considerações sobre as edições, serão examinadas alterações devidas tanto ao acréscimo de notas de rodapé quanto a modificações existentes no corpo do texto. A investigação mostra que Duarte aproximou-se mais da teoria racional nas edições posteriores à primeira, pelo acréscimo de explicações teóricas e aplicações da teoria à descrição da língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE:

Gramática brasileira; século XIX; gramática filosófica; história das ideias linguísticas.

ABSTRACT:

The *Compendio* by Antônio da Costa Duarte, published in Maranhão, had six editions, which proves the editorial success of the work, originally destined for entry level Portuguese language teaching (“Licêo do Maranhão e aulas de primeiras letras da Provincia”). Of the six editions, four are known and referenced (1st 1829, 3rd 1853, 4rd 1859, e 6th 1877) whilst the dates of the others are unknown. In this article, we take three of these editions, the first, the fourth and the sixth, in order to compare them, highlighting and analysing some of the changes that have been made between the first and two other editions examined. After consideration of the edits, changes to both the addition of footnotes and modifications to the body of the text will be examined.

The investigation shows that Duarte came closer to rational theory in the later editions of the first edition, by the addition of theoretical explanations and applications of the theory to the description of the Portuguese language.

KEY-WORDS:

Brazilian grammar; nineteenth century, philosophical grammar; history of linguistic ideas.

Considerações iniciais¹

O *Compendio* (1829) foi publicado no Brasil quando ainda não havia no país produção de gramáticas filosóficas, o que já era realidade em Portugal desde 1783, pela publicação da *Grammatica philosophica, e orthographia racional da lingua portugueza*, de autoria de Bernardo de Lima e Melo Bacelar. Pode-se dizer que apenas tardiamente as gramáticas filosóficas, ou racionais, fizeram sucesso em Portugal, muito depois da publicação, em 1660, da *Grammaire générale et Raisonnée* (GGR), por Arnauld e Lancelot, na França. A obra gramatical portuguesa que mais repercussão teve no mundo lusófono² foi a *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822), de Jeronimo Soares Barbosa (1737-1816), cuja redação, embora finalizada no início dos anos oitocentos (1802), somente foi publicada vinte anos mais tarde, tendo, portanto, vindo à luz postumamente.³ Alguns anos depois, então, publicou-se no Brasil o

¹ O *Compendio* de Antonio da Costa Duarte, organizado por Leite e Pelfrêne (2017) está disponível em <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/218> e tem estudo introdutório de Leite (2017, p. 12-34).

² Pelo menos em Portugal e no Brasil.

³ Jeronimo Soares Barbosa publicou, em 1807, a obra *As duas linguas ou grammatica philosophica da lingua portugueza*, comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo, que, como o título indica, tem a finalidade de comparar a língua portuguesa com a latina, sob a luz da gramática racionalista. Essa gramática, contudo, como afirmam Assunção; Fontes e Coelho (2016), não exerceu nenhuma influência em obras gramaticais posteriores.

Compendio de grammatica portuguesa (1829), de Antonio da Costa Duarte, uma das primeiras gramáticas filosóficas⁴ brasileiras, objeto de estudo neste artigo.

Essa gramática teve seis edições, publicadas entre os anos 1829 e 1877, todas dedicadas ao ensino e, mais especificamente, redigidas para serem utilizadas tanto pelos estudantes do *Licêo do Maranhão* quanto por alunos das séries iniciais de outras escolas maranhenses. O exame da obra revela que a gramática sofreu modificações ao longo do tempo, o que pretendemos mostrar pela comparação de certos aspectos da primeira (1829), quarta (1859) e sexta (1877) edições.⁵ As diferenças entre essas edições começam pelo título que na primeira (1829) é *Compendio da grammatica portuguesa*, e nas demais, quarta e sexta aqui em foco, o título inclui o adjetivo “philosophica” e passa a ser *Compendio da grammatica philosophica portuguesa*. A análise trata de aspectos da teoria gramatical em que a convicção do autor foi fortalecida a respeito de fundamentos da gramática filosófica, ou foi reforçada naquilo em que o pensamento gramatical do autor mudou, no curso do tempo: conceito de gramática; conceito de oração ou proposição; conceito de verbo; conceito de identidade e conveniência; classificação da interjeição; consideração sobre o número dual.

Para a elaboração da pesquisa, partimos da hipótese de que a produção de conhecimento novo se faz pela conexão entre o que já é dado e pela continuidade do que se produziu na longa duração do tempo, o que conforma o *horizonte de retrospectação* (Auroux, 1987, 1995, 2007) do autor. Assim, trabalhando com a possibilidade de alteração do que já é *dado*, para que seja possível a produção do *novo*, examinaremos as quatro edições citadas do *Compendio*. O exame do *horizonte de retrospectação* de Antonio da Costa Duarte deve explicar a alteração do título da obra, assim como as modificações realizadas no corpo do texto

⁴ Diz-se que a primeira é o *Epitome de grammatica da lingua portuguesa* (1806), de Antonio Moraes e Silva (1756-1758(?)1825). O autor nasceu no Rio de Janeiro e viveu também em Portugal, onde, como afirma Gonçalves (1998), foi magistrado e conselheiro de cortes supremas de justiça. O *Epitome* foi concluído no Brasil, como escreve o próprio autor: “Acabou-se este Epitome da Grammatica Portuguesa no Engenho Novo de Moribeca em Pernambuco, aos 15 de Julho de 1802”. Aqui não a considero a primeira gramática filosófica brasileira porque não está, efetivamente, de acordo com as premissas da gramática geral, embora apresente traços dessa teoria. Sobre essa obra, leia-se Cavaliere (2014).

⁵ Não temos as datas das três outras edições. Polachini (s.d.) cita uma outra edição, datada de 1859, mas não lhe referiu a edição.

e, principalmente, a revisão a que procedeu em notas de rodapé existentes, ou a inclusão de novas notas, a ponto de levá-lo a alterar substancialmente o conteúdo e a forma da gramática.

Neste momento, não nos comprometemos com a busca de informações acerca do *horizonte de retrospectão* mais longínquo do autor, vale dizer, com as fontes anteriores ao século XVII. Trataremos, portanto, de sua relação com as ideias de autores franceses dos séculos XVII e XVIII, representantes da teoria da gramática geral, e, igualmente do diálogo próximo e do aproveitamento das lições de um autor português do século XIX, Jerónimo Soares Barbosa, cujas ideias compõem, de modo muito evidente, a obra de Antonio Duarte da Costa.

Como mostraremos por alguns exemplos, as alterações havidas no corpo do texto são curtas, objetivas, embora, em alguns casos, sejam substanciais, já aquelas das notas são longas e profundas. O autor não somente faz, nas notas, esclarecimentos pontuais sobre questões menores do conteúdo como também, conforme diz Leite (2017, p.13), trata de problemas da teoria e de filosofia gramaticais, discutindo conceitos e ampliando sua análise sobre alguns fatos linguísticos, além de abrir discussão com outros gramáticos a respeito de questões acerca das quais tem interpretação divergente.

Tratemos, pois, de diferenças existentes entre as edições do *Compendio*.

1. Um panorama sobre as edições do *Compendio*

O exame das três edições de que dispomos, a primeira de 1829, a quarta de 1859 e a sexta de 1877 mostrou, primeiro, que diferenças aparecem entre a primeira e a quarta e, depois, que elas se repetiram na sexta, embora haja alteração mínima e nada relevante entre essas duas últimas.⁶

Antes de tratar dos aspectos gramaticais do *Compendio*, vejamos, pela análise de dados paratextuais, algumas poucas alterações gerais existentes entre a primeira e as duas outras edições antes referidas. A primeira diferença a ser destacada refere-se, evidentemente, ao título, que na primeira edição é *Compendio da grammatica portugueza*, e na quarta, *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*, o qual permaneceu até a última edição, a sexta. Os dois acréscimos, o da qualificação da obra como “philosophica” e

⁶ O fato de não haver nenhuma indicação da presença de um adaptador, nem prefácio em que haja referência ao falecimento do autor, autoriza nossa hipótese de terem sido todas as edições publicadas enquanto viveu.

também a inclusão do substantivo “lingua” no sintagma que especifica a obra como um todo, indicam logo que a gramática não somente sofreu alterações, mas que teve seu escopo mais definido e ampliado. O autor sinalizou explicitamente, já no título, a introdução de uma nova teoria, a geral ou racional, acrescida à primeira, aquela a que se pode referir como “teoria natural” da descrição gramatical, a greco-latina, para a interpretação do fato linguístico.

Essa segunda teoria, designada na França como “*générale et raisonnée*” (Arnauld; Lancelot 1660; Arnauld; Nicole 1662), cujos termos são traduzidos em português como *geral e racional*, ou *geral e razoada*, é denominada no mundo português, predominantemente, como *philosophica*. A origem dessa fonte é o trabalho dos padres franceses do convento de Port-Royal, les *Messieurs de Port-Royal*, como são muitas vezes referidos (Colombat; Puech; Fournier 2017). Essa, então, é a *segunda teoria*⁷ da qual Duarte se beneficia para compor seu *Compendio*.

Vale registrar que desde a primeira edição do *Compendio*, a que não levou a qualificação *philosophica*, Duarte conhecia a teoria geral e já estava com ela engajado, embora, naquele momento, talvez não estivesse ainda preparado para explorá-la, como veio a fazer depois que reeditou o *Compendio*. Na *Introdução* da obra, cujo texto se repete inalterado em todas as edições, ou ao menos nas três sob nosso domínio, é assim que o autor se posiciona quanto aos princípios de sua obra:

Na formação de seus pensamentos é uniforme, unico, e imutavel o procedimento do espirito humano; pois que todo o homem, de qualquer Nação que seja, pensa porque tem idéas, e comparando-as aprende as relações que entre ellas ha: mas como entre as operações de nosso espirito e a Linguagem articulada, por meio da qual se exprimem, ha uma intima connexão e correspondencia; é forçoso que esta mesma imutabilidade se communique ás Linguas de todos os Povos. (Duarte 1877, p. 3)

Nesse trecho é evidente a premissa da generalidade da *linguagem* e a da particularidade das *línguas*. A afirmação da relação pensamento (espírito) / linguagem articulada (língua) é própria a toda a humanidade, por meio de processo comum: ideias > pensamento > linguagem, cuja descrição pertence à gramática geral/filosófica. O autor vale-se do termo “universal” para referir-se

⁷ A primeira é a da tradição greco-latina.

à gramática que deve dar conta da descrição e das regras desse procedimento geral que subjaz à produção de todas as línguas. Do que dele emana, mas que não é igual em todas as línguas, compete às gramáticas *particulaires*. São estas as palavras do autor:

Sendo porém á Grammatica Universal a Arte, que analysando o pensamento, ensina com que especie de palavras se devem exprimir as idéas e as relações, de que elle póde constar; segue-se que a Grammatica Universal é tambem immutavel e a mesma em todas as Nações. Mas como estas escolhêrão para signaes de suas idéas vocabulos differentes *só no material dos sons*, é preciso accommodar aquelles mesmos principios invariaveis á indole de cada Lingua, começando pelo estabelecimento dos preceitos geraes da Linguagem, e applicando-os depois aos usos da que se pretender ensinar: eis aí o que se chama Grammatica Particular. (Duarte 1859, Introdução)

Fica, portanto, evidente, na afirmação de Duarte que ele segue a tese da generalidade da linguagem, acreditando que as ideias e pensamento dos homens são as mesmas e que apenas a referência concreta a elas, ou seja, as palavras, é diferente de língua para língua. Uma gramática particular, desse modo, deve dar conta, de um lado, das regras gerais do pensamento, o que se faz pela análise das proposições enunciadas, e de outro, das regras particulares de uma dada língua.

A ideia da existência de *gramática geral* x *gramática particular* surge ao mesmo tempo em que emerge a *Grammaire générale et raisonnée de Por-Royal* (GGR), pois, como esclarecem Fournier e Raby (2013, p. 59), os métodos de ensino para o espanhol e italiano,⁸ redigidos por Claude Lancelot surgiram ao mesmo tempo em que a GGR, em 1660. Fournier e Raby, nesse estudo que se desenvolve na trilha da reavaliação do estatuto dos referidos métodos, feita por Auroux e Mazière (2007), afirmam que “pour une bonne part, la construction de la généralité dans la *Grammaire* des Messieurs accompagne celle d’une ‘matrice romane’ de la réflexion linguistique.” O que nos interessa aqui sobre essa história é que, como lembram Raby e Fournier, Lancelot, no prefácio da GGR, fala de seus dois métodos e das dúvidas que lhe vieram à mente quando os redigia. Assim, Lancelot relata que compartilhou suas inquietações linguísticas com seu amigo Antoine Arnauld, e esse, como lógico que era, se propôs a discuti-las. Disso resultou que as dúvidas sobre essas gramáticas particulares originaram

⁸ Nouvelle méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue espagnole et Nouvelle méthode pour apprendre facilement et en peu de temps la langue italienne.

“resoluções e reflexões” que fizeram emergir a GGR (Fournier e Raby (2013, p. 60). Em geral, contudo, a crítica historiográfica não descreve desse modo a história da relação dessas três obras. Ao contrário, diz que a gramática geral não é “de uso”, sem indicação clara de que ela *vem do uso*, entenda-se, do estudo de línguas particulares, *para servir ao uso*. Seria a GGR a teoria geral a ser utilizada para que se pudesse compreender o funcionamento da linguagem e das línguas e, assim, ser aplicada à descrição de cada uma delas, constatação que poderia desfazer muita confusão.

Essa história esclarece como as duas modalidades de gramática, *particular* e *geral*, nessa ordem, de acordo com os acontecimentos históricos relatados, mantêm relações. Logicamente, contudo, a gramática geral, que traz a reflexão sobre “a linguagem e suas regras gerais”, constituiu uma teoria que passou a ser aplicada à descrição de muitas línguas, inclusive do português, razão por que a ordem preferencial de citação desse par terminológico passou a ser *geral* x *particular*.

A declaração da diferença existente entre os diversos tipos de gramática, ou, pelo menos, ao conceito de gramática *geral* x gramática *particular*, portanto, é presente em quase todas as gramáticas filosóficas produzidas a partir da segunda metade do século XVII até o século XIX. Em Portugal e no Brasil, por exemplo, até os anos 70 do século XIX ainda se publicavam gramáticas filosóficas, e, para situá-las no cenário da gramaticografia, era comum a abertura dessas obras pela apresentação de conceitos de diferentes tipos de gramática (gramática comparada, geral, normativa, expositiva, elementar etc.). O *Compendio* de Duarte, por exemplo, foi publicado de 1829 a 1877 e apresenta a oposição aqui discutida, mas em vez de *geral* o autor se refere a *gramática universal* x *gramática particular*.

Outro ponto que diz respeito às diferenças gerais vistas no paratexto das edições é referente ao público ao qual o *Compendio* é destinado. Na primeira edição, o frontispício traz a afirmação de que ela se volta para “uso das escolas de primeiras letras”; já na quarta e na sexta, isso se altera e o público alvo passa a ser outro, como se pode ler: “Escolhida pela Congregação do Lycêo do Maranhão para uso do mesmo Lycêo, e das aulas de primeiras letras da provincia”.⁹ Essa orientação parece um tanto confusa, porque é difícil uma obra didática servir com eficácia e proveito a um público tão heterogêneo, como para alunos

⁹ Na sexta edição, essa inscrição aparece levemente diferente: o y da palavra Lycê é substituído por i e a repetição dessa palavra é eliminada, como se lê: “Escolhida pela Congregação do Licêo do Maranhão para uso do mesmo, e das aulas de primeiras letras da provincia”

mais adiantados no estudo da língua, os do liceu, e para os mais atrasados, aqueles dos primeiros anos de estudo, referidos como os “das primeiras letras”.

A análise das duas obras nos leva a inferir que o Pe. Antonio da Costa Duarte, depois da publicação da primeira edição do *Compendio*, aprofundou e aperfeiçoou seus conhecimentos sobre a teoria da gramática geral francesa, que deu origem às filosóficas portuguesas. Essa mudança de *status* do conhecimento gramatical de Duarte é declarada pelas referências que há na capa da obra. Na primeira edição, na capa e folha de rosto, não há referência à especialização do conhecimento gramatical do autor, mas apenas que o *Compendio* era recomendado ao público interessado por ser “ordenado segundo a doutrina dos melhores grammaticos”. Já na quarta e na sexta edições, a recomendação é apresentada com outro teor, pois na capa e na folha de rosto vê-se a referência específica à qualificação do autor, assim: “Padre Antonio da Costa Duarte lente da grammatica philosophica da lingua, e analyse dos nossos classicos.” Esse *ethos* resta confirmado, pois, internamente, o *Compendio* mudou sua aparência e, em certa medida, sua essência, pela inclusão de inúmeras notas de caráter teórico, embora o corpo do texto tenha permanecido *quase* inalterado.

Além disso, na primeira edição, como comenta Leite (2018, p. 13) os dados paratextuais mostram a configuração político-religiosa da primeira edição, o que desapareceu na quarta e sexta edições.

A seguir, examinaremos o conteúdo de três notas de rodapé acrescentadas às edições quarta e sexta do *Compendio*, e duas ocorrências de alteração havidas no corpo do texto principal, em relação à redação da primeira edição.

2. As notas de rodapé: análise comparativa

A segunda diferença entre as edições diz respeito às notas de rodapé. A primeira edição do *Compendio* tem quarenta e duas notas e as outras duas aqui em exame, sessenta e oito. Diante desse quadro, seria possível dizer que, numericamente, a diferença existente entre as edições quanto à quantidade de notas não é tão grande, já que apenas vinte e seis foram acrescentadas nas edições seguintes à primeira, pelo menos da quarta em diante. Essa impressão, contudo, revela-se falsa logo ao primeiro exame do *Compendio*. Os acréscimos feitos às notas existentes, em muitos casos, são relevantes, como a 4, por exemplo, sobre a descrição dos ditongos e contestação da doutrina de “um gramático”, pois, na primeira edição, tal nota tem apenas oitenta e duas palavras e na quarta

passa a mil, cento e noventa e seis. Tal situação nos leva a classificar dois tipos de notas nas edições seguintes à primeira aqui em análise: (i) novas notas; (ii) notas revistas, pelo acréscimo de informações ou de mudança de orientação relativamente às já existentes.

As notas acrescentadas nas edições seguintes à primeira, como na quarta e sexta aqui analisadas, têm papel importante para a doutrina, tanto sob o ponto de vista do conteúdo, da discussão teórica dos fatos linguísticos, quanto do ponto de vista formal, por sua quantidade e extensão, pois *quase* constituem nova obra inserida na original. O recurso tecnológico nos permite dimensionar com certa precisão tais dados: o corpo do *Compendio* conta 42.711 palavras e 197.906 caracteres. O texto das notas é escrito em 13.818 palavras e 64.308 caracteres, o que significa quase um terço da obra, o que é muito significativo. Algumas dessas notas serão analisadas adiante. Um quadro-resumo das notas existentes nas edições que constituem o *corpus* desta pesquisa encontra-se em Leite (2018, p. 15-18))

2.1. O conceito de gramática

A primeira nota do texto é nova, e seu conteúdo confirma o que dissemos antes sobre o aprofundamento da teoria geral da obra. Logo na definição de “gramática”, Duarte (1859, p. 7; 1877, p. 1) acrescenta explicações teóricas que confirmam o aprofundamento na teoria da gramática geral, que decidiu implementar no *Compendio*. Veja-se o texto da definição de gramática, constante em todas as edições e a nota (1) acrescentada nas demais:

Grammatica Portugueza é a Arte que ensina a fallar, ler, e escrever sem erros a Lingua Portugueza.¹ (Duarte 1877, p. 1)

A nova nota tem o seguinte conteúdo, aqui parcialmente mostrado:

(1) Arte é um systema, rasoado de operações proprias a produzir um effeito importante á vida, e que se não podia esperar da natureza só.

Lingua é todo o systema do signaes que directamente manifestão o pensamento. Esta definição comprehende a linguagem articulada e a linguagem da acção.(...) (Duarte 1877, p. 1)

O conceito dado no texto, combinado com o da nota, opera claramente com a definição de gramática da GGR.¹⁰ Já a nota vai além disso e traz a ideia e a explicação iluminista do conceito de “arte”. Diderot, em sua definição de *arte*, diz que o termo é abstrato e metafísico, mas que no curso da história se chegou à conclusão de que “arte”, “ciência” ou “disciplina” seriam termos usados para designar um sistema de regras ou de instrumentos voltados a um mesmo objetivo. Na reflexão sobre uso e emprego de palavras, cujo estudo ficou designado pelo termo “gramática”, Duarte aproxima-se das ideias de Diderot ao definir “arte”.

Nota-se que Duarte se beneficiou dessas ideias ao também formular a explicação para o conceito de gramática como “arte”. O conceito de Diderot “sistema de instrumentos e regras relativas a um objeto determinado, o som articulado” está presente na formulação de Duarte: “systema, rasoado de operações próprias a produzir um effeito importante á vida, e que se não podia esperar da natureza só”. Como se vê na citação anterior e, também na seguinte, a ideia de *sistema* de operações, regras de instrumentos, relativa a um objeto determinado, como defendido por Diderot, é equivalente à de Duarte, pois o “sistema de operações próprias” são as regras que possibilitam a articulação da linguagem que interfere na realidade, “a linguagem da ação”. Também, a afirmação de que a língua é todo o sistema de sinais que manifesta o pensamento está em correlação com o que diz o filósofo sobre os signos da fala, “a expressão do pensamento”. Esta é a definição de Diderot para “art”, na *Encyclopédie*:

Grammaire est le nom d’un systèmè d’instrumens & de regles rélatifs à un objet déterminé ; & cet objet est le son articulé, les signes de la parole, l’expression de la pensée, & tout ce qui y a rapport ; il en est de même des autres Sciences ou Arts.(Diderot 1751, p. 713)

2.2 Conceito de oração e proposição

Outra nota mostra como Duarte aprofundou-se na teorização e aplicação de princípios da gramática geral e dos preceitos iluministas. A definição de “oração” desde a primeira edição foi feita nos termos da gramática filosófica pela aproximação sinonímica entre *oração* e *proposição*. Como pontua Beau-

¹⁰ La grammaire est l’art de parler. Parler est expliquer ses pensées par des signes que les hommes ont inventés à ce dessein. (Arnauld; Lancelot 1803, p. 247)

zée (1765, p. 549a-b),¹¹ «Oraison, s. f. DISCOURS, s. m. (Synonym.) ces deux mots en grammaire signifient également l'énonciation de la pensée par la parole ; c'est en quoi ils sont synonymes.» A partir dessa premissa, a definição se faz pelo pressuposto da gramática geral, segundo o qual é pela *proposição* que o homem enuncia seus pensamentos, conectando um sujeito a um atributo, pelo verbo substantivo *ser* (Arnaud, Nicole 1992, p. 105 [1662]). Vejamos a definição de Duarte, na primeira edição e, também nas outras duas, pois essa sofreu alteração:

1.^a edição

Oração ou Proposição é a **união** de um attributo com um sujeito, como: O homem é racional. Discurso é um encadeamento de proposições. (Duarte 1829, p. 64) (Grifo nosso)

4.^a e 6.^a edições

Oração ou Proposição é a **enunciação** de um attributo em um sujeito, como o homem é racional. (1)8 (Duarte 1829, p. 26)(Grifos nossos)

A troca dos termos “união” por “enunciação” é uma clara indicação da conexão de Duarte com a lição de Beauzée (Ibidem) que diz o seguinte: “Dans le discours on envisage surtout l’analogie & la ressemblance de l’énonciation avec la pensée énoncée.”, e depois, no mesmo verbete (*oraison* | *discours*) emprega oito vezes o termo “enunciação”, para referir-se ao modo como o pensamento é expressado pela língua, ou seja, quando há a “enunciação do pensamento”.

Jeronimo Soares Barbosa (1822, p. 361), que, segundo dissemos, está no *horizonte de retrospectão* mais próximo de Duarte, tem, igualmente tanto a teoria da GGR quanto a dos iluministas Du Marsais e Beauzée em seu horizonte, e toma como sinônimos os termos *oração* e *proposição*, acrescentando ainda a essa dupla o termo *frase*.

Oração, ou Proposição, ou Frase (pois tudo quer dizer o mesmo) he qualquer juizo do entendimento, expressado com palavras. (Barbosa 1822, p. 361)

¹¹ Artigo *oraison discours*, (Synonym.), vol. XI (1765), p. 549a–b.

Essa definição de Barbosa relaciona-se ao que disse Duarte na nota acrescentada à definição constante da quarta e sexta edições pelo termo “juízo”. Explica Duarte na nota:

(1) Juizo é a percepção da relação de conveniencia ou repugnancia entre duas idéas. Idéa é o resultado da acção d’alma sobre um sentimento unico. Proposição é um juizo enunciado. A esta definição equivale exactamente a que démos a cima. (Duarte 1829, p. 26)

No capítulo *Da syntaxe, e construcção* (Duarte 1822, p. 102), esse tema é retomado quando o autor, então, explica como a “oração ou proposição” é construída sintaticamente. Nesse momento, então, a definição se compõe sob os três termos, *proposição, enunciado e juízo*:

Oração ou Proposição é a enunciação de um attributo em um sujeito, isto é, um juizo enunciado, como : *O vicio é detestavel.* (Duarte 1877, p. 103)

Ainda na exploração do emprego dos termos e conceitos, vejamos a mudança realizada tanto no corpo do texto quanto na nota nova. Examinemos a seguir o conceito de “verbo”.

2.3 Conceito de verbo

No texto da primeira edição, o verbo é concebido, antes de tudo, como o elemento conector do sujeito da oração com seu atributo, o que coincide com o preceito da GGR. Contudo, Duarte amplia o conceito ao se referir à relação do sujeito com o atributo e a considerar a incidência das categorias verbais, *modo, tempo e pessoa*, nessa relação. Assim, fica dito o conceito:

Verbo é a parte do discurso, a qual une o attributo da oração com seu sujeito, enunciando por diferentes modos a coexistencia de um no outro, com relação a certos tempos e pessoas, como: *Eu sou, Tu Foste, Elle Será.* (Duarte, p. 35)

Essa definição valida o conceito da GGR, ao prever que o verbo «ne devoit point avoir d’autre usage que de marquer la liason que nous faisons dans notre esprit des deux termes d’une proposition, mais il n’y a que le verbe être, qu’on appelle substantif (...)» (Arnaud e Lancelot 1803, p. 332). Os padres de Port-

-Royal também concordam com o fato de o verbo ter diversas inflexões pelas quais os pensamentos são enunciados. Uma pequena diferença de conceito de verbo, para Duarte em relação ao da GGR, porém, surge nas definições, constantes da quarta e sexta edições, como se vê no trecho a seguir:

Verbo é a palavra que anima os termos da proposição, e por diferentes modos, tempos, e pessoas exprime a união de um attributo com um sujeito, como : Deus é justo : O homem não he infallível : Applico-me ao estudo. (15) (Duarte, p. 51)

Nesse caso, é a palavra *anima* que imprime uma diferença em relação à teoria da GGR, uma vez que “animar” é mais do que “conectar”, pelo efeito de sentido de dinamismo e ação. Contudo, essa definição ainda não aporta a maior discordância que Duarte tem com a teoria da GGR. A nota nova repete a definição dada no texto e tem o objetivo de explicá-la nos termos da teoria racional, que parte da capacidade do homem de conceber o mundo e sobre ele formular juízos, enunciando-os por meio de proposições, formadas por três elementos: sujeito + verbo substantivo + atributo. Isso é o que vem dito no texto da nota a seguir transcrita:

(15) Verbo é a palavra que anima os termos da proposição, e que por diferentes modos, tempos, e pessoas, exprime a relação de conveniencia entre um attributo, ou modo de existir, e um sujeito ; como : Deus é justo : O homem não é infallível : Applico-me ao estudo. Esta definição, que vem a ser a mesma do texto, é fundada nos princípios seguintes. A definição do Verbo deve tirar-se de sua natureza. O Verbo é um dos elementos da proposição : esta é um juizo enunciado : juizo é a percepção ou conhecimento da relação de conveniencia, isto é, concordancia, ou discordancia entre duas idéas. Não tem portanto um juizo, mais que dois termos de comparação, isto é, duas idéas, uma das quaes necessariamente é a principal, e a outra de uma propriedade ou modificação, que nosso espirito examina se convem ou não á principal. Conhecida sua conveniencia ou discordancia, o juizo está feito, sem que nelle haja nem affirmação, nem negação alguma. (Duarte 187, p.51)

Percebe-se que Duarte mais concorda do que discorda da GGR a respeito da natureza, definição, forma e função do verbo, embora essa concordância não seja absoluta. Em certo ponto, ele abandona o preceito de o verbo *ser* constituir-se como o “verbo único” que expressa *afirmação* por meio da proposição. Nesse caso, então, Duarte encontra-se mais próximo da ideia de Beauzée (1765). O

pensador francês refuta a ideia de que o verbo *ser* seja “o único verbo” e entende também que não conserva em si a ideia de afirmação. Além disso, define que o verbo designa uma “existência intelectual” que preside às relações entre os elementos. Talvez a palavra “anima” escolhida por Duarte para a composição de seu conceito abrigue essa ideia. Em Leite (2017) pode-se ler uma discussão maior sobre o conceito de verbo para Duarte.

A análise desses três exemplos de notas novas revela como Duarte, nas edições posteriores à primeira de seu *Compendio*, tornou-a mais racionalista / filosófico, pela explicitação do que já estava dito e pela inclusão de explicações que confirmam sua filiação teórica. Nos casos analisados, vemos um Duarte mais próximo de Beauzée (1765).

A seguir, examinaremos algumas alterações feitas no corpo do texto do *Compendio*, examinando como a teoria geral foi relevante em cada uma delas.

3. Diferenças no corpo do texto

O terceiro tipo de diferença entre as edições diz respeito às alterações feitas no corpo do texto do *Compendio*. Nesse espaço, a obra passou por três tipos de alteração: (i) reorganização do texto, com manutenção do conteúdo; (ii) deslocamento de informações constantes no corpo do texto da primeira edição, para as notas, na quarta e sexta edições; e (iii) alteração de parte, ou inserção de nova informação. Examinaremos aqui apenas um exemplo que contempla os itens (ii) e (iii), com base na introdução do capítulo *Da etymologia* que, nas demais edições passa a ocupar o espaço de nota de rodapé.

3.1 Sobre o capítulo *Da etymologia: identidade e conveniência*

Nas edições examinadas, o capítulo *Da Etymologia* (Duarte 1829, p. 17; 1877, p. 26) abre-se de modo diferente, da primeira para as duas outras. Na edição de 1829, há inicialmente uma apresentação do assunto para, depois, vir a essência do capítulo. Nas outras duas edições, o capítulo abre-se diretamente e com a definição de *proposição/oração*, a que vem agregada uma nova nota, que, como mostraremos adiante, trata do conceito de *juízo* e *proposição*. O texto de abertura do capítulo em questão é deslocado para o rodapé e passa a constituir a nota (2) da página 26, como explicação das partes do discurso

que o autor denomina “partes elementares do discurso”, seguindo, nesse caso, Barbosa (1822).

No texto de *Introdução* do *Da Etymologia*, na primeira edição, o autor expõe princípios da teoria racionalista, utilizando termos que não são exclusivos dessa teoria, para alicerçar sua descrição e interpretação da língua. Então veem-se, de um lado, em destaque, os termos, *relação, pensamento, ideia, percepção de relações, identidade, conveniência, determinação*, típicos dos textos primários da teoria geral, racionalista, filosófica (Arnaud e Lancelot 1803; Du Marsais 1753; Beauzée 1765; Barbosa 1822); e, de outro, termos como *substância, qualidade, nexa e ordem*, empregados por Barbosa (1822), e também por Duarte, que marcantes na *teoria natural* de interpretação da linguagem, a de tradição greco-latina, dos quais Duarte faz uso pontual nesse passo da gramática. Decorrente disso, há a classificação das palavras em cinco espécies: *nome substantivo*, nome *adjetivo* (em que se incluem o artigo, o pronome e o particípio), *verbo* (substantivo, adjetivo e auxiliar), *preposições* (incluem os advérbios) e *conjunções*. Tal classificação, especialmente no que tange ao tratamento do *verbo* e do *advérbio* apresenta diferenças nas edições do *Compendio* posteriores à primeira, sobre o que não há espaço para tratar aqui.

O texto introdutório ao qual nos referimos, e que vem a seguir citado, é programático por anunciar a hipótese com base na qual Duarte parte para a analisar a língua. Trata-se da relação da língua com o pensamento, evidente pelo entendimento de que as palavras são sinais do pensamento. Isso justifica, portanto, o lugar de destaque do texto, na primeira edição, como introdução da parte *Da Etymologia*. Vejamos os textos, que, como advertimos, têm *quase* o mesmo teor em todas as edições, embora na primeira estivesse posicionado em lugar diferente do das demais. O *quase* refere-se quantidade do texto alterado, embora a pequena mudança, de um termo a outro, evidencie o trabalho do autor e a evolução de seu pensamento.

Como em toda a natureza ha unicamente substancias, qualidades, e relações; tambem no pensamento ha só idéas de substancias, de qualidades, e percepção [de] relações, ou de **identidade**, ou de determinação, ou de nexa e ordem entre as mesmas ideas e sendo as palavras signaes de nossas ideas e pensamentos, segue-se que em toda e qualquer Lingua ha sómente cinco especies de palavras, correspondentes á analyse que fizemos do pensamento : porisso com os Nomes Substantivos significamos as substancias ; com os Adjectivos as qualidades ; com o Verbo Substantivo as relações de **identidade** ; com as Preposições as de

determinação ; e com as Conjuncções as de nexo e ordem.(...) (Duarte 1829, p. 17) (Grifos nossos)

O segundo excerto traz uma alteração, pela substituição do termo *identidade* por *conveniência*. Leia-se o texto e, depois, vejam-se os comentários sobre tais alterações.

Como em toda a natureza ha unicamente substancias, qualidades, e relações, tambem no pensamento ha só idéas de substancias, de qualidades, e percepção das relações, ou de **conveniencia**, ou de determinação, ou de nexo e ordem entre as mesmas idéas ; e sendo as palavras signaes de nossas idéas e pensamentos, segue-se que em toda e qualquer Lingua ha sómente cinco especies de palavras, correspondentes á analyse que fizemos do pensamento : porisso com os Nomes Substantivos significamos as substancias ; com os Adjectivos as qualidades ; com o Verbo Substantivo as relações de **conveniencia** ; com as Preposições as de determinação ; e com as Conjuncções as de nexo e ordem. (...) (Duarte 1877, p. 26) (Grifos nossos)

No primeiro excerto, vê-se o termo *identidade* que, no segundo, foi substituído por *conveniencia*. A simples alteração do texto, pela troca dos termos, parece não ter tanto significado, mas é uma opção teórica relevante. Apesar de Barbosa (1822) compor o horizonte de retrospectção de Duarte, de modo mais próximo e direto, nesse caso, a troca dos termos *identidade* por *conveniencia* indica que o brasileiro se afastou um pouco do português.

Barbosa (1822) emprega os dois termos em sua gramática, mas *identidade* tem sentido preciso, não como sinônimo de concordância nominal ou verbal, para o que seu termo é mesmo *concordancia*. O termo *identidade* é empregado pelo português sempre em relação à combinação de sentido entre termos da proposição. Já *conveniencia*, é palavra usada apenas três vezes, e no sentido de concordância, o que revela ser esse um termo usado acidentalmente em sua gramática. Concordância, por sua vez, é o termo sempre empregado em referência ao acordo sintático entre as palavras.

É impossível afirmar se Duarte teve, ou não, contato direto com as obras francesas, quer com as obras de Arnauld e Lancelot, ou com as de Arnauld e Nicole, quer as de Du Marsais e de Beauzée, pois esses são, também, autores fonte para Barbosa (1822). Embora seja esse o autor que está no *horizonte de retrospectção* mais próximo de Duarte, o que se evidencia pela identidade de

teoria, terminologia e classificações, o *Compendio* revela, igualmente, alguma divergência, ou diferença, de sua fonte primeira. Tais diferenças, perceptíveis em pontos dos quais Duarte tira suas próprias conclusões, são muito próximas de posições dos gramáticos enciclopedistas franceses quando esses divergem dos gramáticos de Port-Royal, por exemplo. Por isso, não é descabida a hipótese de ele ter tido algum tipo de relação com essas outras fontes, por exemplo com a GGR e a *Encyclopédie*, embora dessa relação não haja uma comprovação mais concreta. A hipótese da relação primeira e mais direta de Duarte com Barbosa é, então, a mais aceitável, porque claramente comprovável. Com outros autores, da GGR e da *Encyclopedie*, pode-se postular, então, que a relação tenha sido tardia, secundária, isto é, que tenha acontecido depois de publicada a primeira edição do *Compendio* e, talvez, indireta, por outros autores.

Barbosa (1822) se beneficiou dos conceitos da gramática geral, pelas obras dos autores franceses citados, e os aplicou à sua leitura dos fatos da língua portuguesa, o que foi aproveitado por Duarte, não somente no que tange à teorização sobre a linguagem e à interpretação dos fatos gramaticais da língua portuguesa. Essa proximidade pode ser verificada pela comparação dos textos dos dois autores, mesmo nos casos frequentes em que Duarte discorda de sua fonte (ver Leite 2017).

Uma das pistas que evidencia a maior concordância de Duarte com Barbosa é ter ele adotado muitas de suas ideias e, dentre essas, algumas dissonantes daquelas dos autores da GGR, mas acordes com as dos iluministas. Duarte utiliza, para estruturar sua interpretação do português, por exemplo, termos e conceitos não caracterizadores da teoria geral, racional, filosófica. Exemplos são *substancia* e *qualidade* oriundos da teoria natural à interpretação das línguas. Os padres de Port Royal usam o termo *substance* para tratar do nome e, assim, dos conceitos de substantivo e adjetivo, mas deixam claro que as duas classes de palavra não se definem nem se distinguem por tal conceito, já que os nomes (substantivos e adjetivos) são reversíveis por critério que denominam “confuso”. Além disso, não há referência à *qualidade* como critério definidor do adjetivo, mas a *acidente*. Outras menções ao termo *substance* aparecem, em outros contextos, por exemplo, quanto aos pronomes e à oratória (substância do discurso)¹².

Esses termos, porém, foram empregados pelos enciclopedistas, Du Marsais e Beauzée, no sentido que os gramáticos de língua portuguesa o fizeram.¹³

¹² Arnauld et Lancelot (1803, p. 458).

¹³ No artigo Adjectivo, Du Marsais (1751, p. 133a) se refere, por exemplo, aos termos substância

Nesse caso, portanto, não é possível decidir se a opção de Duarte, em desacordo com a orientação da GGR, resulta de um acordo com a proposta iluminista por intermédio de Barbosa, ou se lhe chega diretamente.

Já *ordem* é termo próprio da sintaxe e tem lugar relevante e especial na GGR e na *Encyclopédie*. A ideia de ordem organiza o conceito sintático de *construção*, que segundo os autores da GGR corresponde a uma das regras gerais da linguagem, já que em todas as línguas as palavras são dispostas em uma ordem, segundo o uso. Do mesmo modo entende Du Marsais (1753, p. 821b), segundo o que explica no verbete *concordance*. A ideia de *nexo* está incluída na de conjunção, ligação (*lien*), relação (*relation*) etc, mas, pelo que conhecemos o conceito não aparece nas obras francesas designado pela palavra *nexo* (*nexus*).

O quadro a seguir apresentado (Leite 2018, p. 25), resume como Barbosa trata a segunda operação do pensamento, a de julgar, que ocorre quando, depois de o indivíduo ter percebido ou concebido algo da realidade, procede a outra operação mental, a comparação. Essa operação consiste no movimento intelectual de reconhecimento do que já é *dado*, ou seja, do que já faz parte do universo de conhecimento do indivíduo, e da colocação desse “dado” em relação como o “novo”, os novos objetos de conhecimento, aquilo que o indivíduo não conhecia, nunca tinha visto antes e que vem a apreender da realidade. Isso é o que se realiza por meio de operações de *identidade*, de *determinação* e *nexo*. O quadro mostra essa segunda operação:

2ª operação Julgar	comparação	<ol style="list-style-type: none"> 1. identidade [em uma ideia há outra] 2. ou determinação [uma ideia determina outra] 3. Nexo e ordem [razão paralela entre ideias]
-----------------------	------------	--

Quadro 1 – Segunda operação do pensamento

Os conceitos de *identidade* e *determinação* são empregados tanto na GGR quanto na *Encyclopédie*, embora nesta estejam mais explicados e desenvolvidos do que naquela. Na GGR, o termo *identidade* é usado para tratar da *relação sintática* e *morfológica* existente entre as palavras, por exemplo, daquela do substantivo com o adjetivo a ele referente e do verbo com seu atributo (Arnaud e Lancelot 1780, p. 238). A *identidade*, explicam os autores (Arnaud e Lancelot

e qualidade para conceituar o adjetivo, distinguindo-o do substantivo.

1780, p. 239), diz respeito à compatibilidade gramatical de uma palavra com outra, e a *determinação*, à regência. Sobre *identidade*, por exemplo, veem-se as seguintes referências:

*Dans le premier exemple, je vois que Luculle est qualifié de riche. Le nom propre substantif Luculle & l'adjectif riche ne marquent, par le **raport d'identité**, qu'un seul & même individu.* (Arnaud e Lancelot 1780, p.239) (Grifos nossos)

*Toutes les lois de la syntaxe tous les rapports des mots, peuvent se rapeler à deux ; le **raport d'identité**, & le raport de détermination.* (Arnaud e Lancelot 1780, p.239) (Grifos nossos)

Na primeira citação, o termo identidade é usado sob o critério lógico, pelo qual se identifica a relação existente entre o sujeito (Luculle) e o atributo (riche). Na segunda citação, porém, o mesmo termo é empregado quando os autores falam de sintaxe, de relação de palavras, ou, em outras palavras, de concordância. Também no campo da sintaxe, usam o termo determinação, nesse caso em referência a regime, à regência. Os excertos expõem claramente a importância dos termos identidade e determinação no contexto da GGR. (Grifos nossos)

Le **raport d'identité** est le fondement de la concordance du genre , du nombre , &c. Le raport de détermination est le fondement du régime ;(...). (Arnaud e Lancelot, 1780, p. 239) (Grifos nossos)

Os padres de Port-Royal usam o termo *conveniencia*, como conceito paralelo ao de *concordância*, pois diz respeito à compatibilidade morfológica das palavras, da solidariedade que mantêm entre si, isto é, de quando uma alteração morfológica em uma palavra se reflete em outra. Dizem eles, quando distinguem *convenance* de *construction* e de *régime*:

La construction des mots se distingue généralement en celle de **convenance**, quand les mots doivent convenir ensemble, & en celle de régime, quand l'un des deux cause une variation dans l'autre. (Arnaud e Lancelot 1803, p. 385) (Grifo nosso)

Les verbes, de même, doivent avoir la **convenance** des nombres & des personnes avec les noms & les pronoms. (Arnaud e Lancelot 1803, p. 386) (Grifo nosso)

Na *Encyclopédie* os termos são definidos de modo um pouco diferente. Em geral, a terminologia é tratada com mais profundidade, pois os autores explicam-na pormenorizadamente, tratando-a metagramaticalmente, teorizando a seu respeito.¹⁴ Para o termo *determinação*, por exemplo, Du Marsais abre um artigo, esse bem curto, para defini-lo e, por ele remete o leitor a outros relacionados com a questão (*concordância e construção*).

DÉTERMINATION, s. f. terme abstrait ; il se dit en Grammaire, de l'effet que le mot qui en suit un autre auquel il se rapporte, produit sur ce mot-là. L'amour de Dieu, de Dieu a un tel rapport de détermination avec amour, qu'on n'entend plus par amour cette passion profane qui perdit Troie ; on entend au contraire ce feu sacré qui sanctifie toutes les vertus. Dès l'année 1729 je fis imprimer une préface ou discours, dans lequel j'explique la maniere qui me paroît la plus simple & la plus raisonnable pour apprendre le latin & la grammaire aux jeunes gens. Je dis dans ce discours, que toute syntaxe est fondée sur le rapport d'identité & sur le rapport de détermination ; ce que j'explique page 14. & page 45. Je parle aussi de ces deux rapports au mot **Concordance** & au mot **Construction**. Je suis ravi de voir que cette réflexion ne soit pas perdue, & que d'habiles grammairiens la fassent valoir. (F) , Du Marsais (1753, p. 901b)

No artigo *concordance*, Du Marsais (1753, p. 822) emprega esse termo e explica que, quanto à *construção*,¹⁵ há dois tipos de relação entre as palavras: (i) *identidade* e (ii) *determinação*. Se há *identidade* entre elementos eles estão no mesmo nível gramatical e, portanto, têm os mesmos acidentes, ou seja, concordam entre si; se há *determinação*, a relação entre as palavras é de restrição ou complementação de uma a respeito da outra para a inteireza do sentido.

Beauzée (1775, p. 495b) desenvolve um artigo intitulado *identidade*, para tratar da relação que serve de fundamento à concordância. Para esse autor, o termo *identidade* é uma inovação terminológica no âmbito da gramática “para exprimir a relação que serve de fundamento à concordância”. Pelo que se percebe, foi um termo empregado, primeiro, pelos autores da GGR e, depois, estabelecido por Du Marsais. Beauzée, no artigo citado, se refere a uma crítica que um gramático chamado Fromant fez a Du Marsais. Os textos transcritos a seguir expõem essa situação:

¹⁴ Trata-se do gênero enciclopédia e esse aprofundamento pormenorizado em cada “entrada” faz parte desse gênero do discurso.

¹⁵ No sentido de ordem das palavras na proposição.

Identité, (Gramm.) terme introduit récemment dans la Grammaire, pour exprimer le rapport qui sert de fondement à la concordance. Voyez Concordance. (Beauzée (1775, p. 496a) **Et un petit défaut d'exactitude peut-il empêcher que M. du Marsais n'ait à se glorifier beaucoup d'être l'auteur de ce principe ?** M. Fromant lui-même ne doit guere se glorifier d'en avoir fait une censure si peu mesurée & si peu juste ; je dis, si peu juste, car il est évident que c'est pour avoir mal compris le vrai sens du principe de l'identité, qu'il est tombé dans l'inconséquence qui a été remarquée en un autre lieu. (Beauzée (1775, p. 496a) (Grifo nosso)

Quanto ao termo *conveniência*, Beauzée o utiliza, embora não tenha teorizado sobre ele. Esse termo aparece quando trata de outros assuntos como, por exemplo, *relação* e *proposição* (Beauzée 1765, p. 61b), pontos em que o emprega em sentido gramatical ao descrever a relação incompleta da proposição “*je suis attentif*”, afirma que “il équivaut à suis lisant ; attentif n'annonce que la *relation de convenance du sujet à l'attribut.*” (Beauzée, 1765, p. 474a).

No mesmo sentido de Du Marsais, Barbosa, ao desenvolver sua teoria da linguagem, explica que no mundo existem indivíduos e relações, as quais aqueles mantêm consigo e com os outros e com a realidade (natureza) dentro de uma certa ordem. De acordo com essa premissa o autor diz que a 1ª coisa que surge ao indivíduo por meio da sua relação com a natureza são as ideias, por meio das quais o indivíduo procede às operações de *percepção* e *juízo* da realidade em que vive. Assim como Du Marsais, no trecho antes citado, Barbosa diz que

a 2.a couza, que ha em nosso Espirito, he a Combinação, ou Comparação, que elle [o indivíduo] faz destes mesmos objectos e ideas, ou consigo mesmas, olhando-as por diferentes faces, ou com outras diferentes, para perceber as diversas relações, que humas tem com outras ou de **Identidade**, ou de **Determinação**, ou de Nexo e de Ordem. De Identidade, quando em huma idea se contém a outra, como por ex. : na idea de Deos se contém a de Ser ou Ente. (Barbosa 1822, p. 104)

O gramático português parte da concepção filosófica da relação do homem com o mundo para explicar o conceito de *identidade*, e essa tomada de posição filosófica é fundamental para o estabelecimento de seu conceito. Ao tratar das relações de nosso espírito com os objetos e as ideias, o autor esclarece que há relação “De Identidade, quando em huma idea se contém a outra, como por

ex. : na ideia de Deos se contém a de Ser ou Ente” (Barbosa 1822, p. 104), e é essa concepção lógico-semântica que predomina em sua interpretação. Ele diz:

A mesma correlação pois, que ha entre as ideias, devia tambem haver entre as palavras, que as representão, variando de terminações á proporção que as mesmas ideias varião de genero, e de numero, e concordando entre si para mostrarem pela conformidade mesma de sua forma exterior a identidade Logica do attributo com o sujeito. (Barbosa 1822, p. 112)

Mesmo a variação morfológica referida nesse excerto está, para Barbosa, a serviço da relação lógico-semântica existente entre as ideias e as coisas. Das vinte e quatro ocorrências do termo *identidade*, na *grammatica* de Barbosa, a maior parte é referente às relações lógico-semânticas existentes entre termos e proposições como se percebe, embora Barbosa se utilize da mesma classificação de Du Marsais, sua interpretação do conceito de *identidade* é um pouco diferente daquela dos filósofos franceses. A concepção de Barbosa é, pois, predominantemente semântico-ontológica, enquanto a de Du Marsais é predominantemente morfo-sintática.

Em resumo, as duas posições podem ser assim ilustradas:

identidade	relação morfo-sintática
conveniência	relação lógico-semântica

Quadro 2 - Encyclopédie

identidade	relação lógico-semântica
conveniência	relação morfo-sintática

Quadro 3 - Grammatica philosophica

Essa longa exposição mostra que a troca do termo *identidade* para *conveniência* vista no texto de Duarte não foi graciosa, mas resultante de uma

tomada de posição teórica consciente e de acordo com a de Barbosa (1822). Embora Duarte prefira o termo conveniência, e não concordância, seu conceito é correspondente ao de Barbosa. O brasileiro serve-se do termo *conveniência*, no sentido de concordância gramatical, mais de trinta vezes, o que confirma ser seu *horizonte de retrospectção* mais próximo do de Barbosa.

3.2 Sobre a interjeição

Em *Da Etymologia*, o texto de introdução deslocado de sua posição original de abertura de capítulo, na primeira edição, para uma nota de rodapé na quarta e sexta edições, Duarte levantou uma questão gramatical muito presente nas gramáticas filosóficas: o papel da interjeições. A dificuldade de classificação dessa “parte do discurso” é inerente à gramática, por sua diversidade formal e textual. Nem mesmo os gregos,¹⁶ os fundadores da gramática, consideraram-na como uma parte do discurso, pela dificuldade de distingui-la de outras classes, e as deixaram dentre os advérbios. Os latinos,¹⁷ depois, incluíram-nas entre as partes da oração, e a discussão sobre seu estatuto desde então jamais abandonou a crítica à teoria linguística acerca dessa questão. No contexto da gramática filosófica, vinte e um séculos depois do surgimento da gramática, contudo, a interjeição incorpora um papel discursivo importante por, mesmo sendo do nível dos sentimentos e não da razão, estar relacionada à linguagem e ao pensamento do homem.

Barbosa, desde sua obra *As duas linguas, ou Grammatica portugueza* (1807) separa as partes do discurso em dois grupos: no primeiro, *Das palavras exclamativas, ou interjeições*; no segundo, *Das palavras analyticas ou discursivas* e essa divisão é a mesma da *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822).¹⁸ Essa diferença na classificação das partes do discurso está na GGR que separa dois tipos de palavras: as que se relacionam aos objetos do pensamento, que são os *nomes, pronomes, artigos, participios, preposições e advérbios*, e as que dizem respeito à forma e à maneira dos pensamentos, que são os *verbos, as conjunções e as interjeições* (Arnauld e Lancelot, 1803, p.

¹⁶ Por exemplo, Dionísio da Trácia (séc. II a.C.) e Apolônio Discolo (séc. II d.C).

¹⁷ Por exemplo, Prisciano (séc. VI d.C.)

¹⁸ Beauzée (1765, p. 828a), sobre as interjeições diz: “l y a donc en effet des parties d’oraison de deux especes ; les premieres sont les signes naturels des sentimens, les autres sont les signes arbitraires des idées : celles là constituent le langage du cœur, elles sont affectives : celles ci appartiennent au langage de l’esprit, elles sont discursives.”

272). Essa divisão foi retomada e sistematizada por Beauzée (1765, p. 753a) que disse serem umas os signos arbitrários das ideias, as palavras enunciativas, e outras que nada têm de arbitrário, são afetivas, as interjeições. Essa opção de considerá-las, de um lado como elementos classificáveis como uma das partes do discurso ligadas à paixão e não à razão levou Duarte à confusão de dizer que elas são também uma parte elementar do discurso, mas também que não são parte.

A terminologia adotada para designar a classificação geral das palavras também comprova a relação direta de Duarte a Barbosa. No contexto da gramática portuguesa é Barbosa (1807; 1822) que denomina as partes do discurso como “partes elementares do discurso”, e é assim, também, que Duarte as denomina. Sobre as *partes elementares*, então, cabe considerar o papel das interjeições para entender porque na primeira edição do *Compendio* Duarte não discutiu a classificação dessa categoria. Em edições posteriores, porém, ele o fez, deixando claro ter pensado em seu estatuto.

A doutrina da interjeição, pois, constitui uma diferença importante entre as edições do *Compendio*, o que a habilitou a ser discutida aqui, como mostraremos a seguir. No texto de 1829 a *interjeição* entrava como uma “parte elementar do discurso”, pois não somente era considerada uma das partes como contou dentre as demais. Nas edições de 1859 e 1877 vem a confusão, pela inclusão da nota que nega o que o texto principal afirma, para ficar de acordo com os princípios da teoria racional (ver Leite 2016). Lê-se na primeira edição:

As Partes elementares da oração e do discurso são **seis**: Nome Substantivo, Nome Adjectivo, Verbo, Preposição, Conjuncção, e a **Interjeição**. (Duarte 1829, p. 18) [Grifo nosso]

E nas outras duas:

São **cinco** as Partes elementares da oração, a saber : Nome Substantivo, Nome Adjectivo, Verbo, Preposição, Conjuncção, e a **Intrejeição (sic) que não é Parte elementar**, porque ella per si só equivale a uma oração, e ás vezes a muitas 9. Discurso é um composto de proposições, e porisso ellas *são os* seus elementos. (Duarte 1859, p. 21 e 1877 p. 26) [Grifos nossos]

Fica assim estabelecida uma mudança de posição do autor quanto à inclusão, ou não, das interjeições com parte do discurso. O autor, contudo,

prosegue seu raciocínio e explica mais um pouco sua posição, que não diverge da de Barbosa, nem da dos Encyclopédistas, embora sem a clareza com que expõem suas ideias: há as palavras próprias para a expressão das ideias e as interjeições para a manifestação dos sentimentos. O autor, contudo, mostra que compreende e interpreta com propriedade o papel das interjeições, ao dizer que elas equivalem a um discurso. Leia-se a texto seguinte:

Estas diferentes especies de palavras tem sim logar quando expomos miudamente nossas idéas : mas se as enunciamos junctas e em confusão, como succede ordinariamente, se nosso espirito está occupado de alguma paixão violenta, **nestes casos nos exprimimos com Interjeições, outra especie de palavras, equivalente a todas as cinco, e por isso mesmo a um discurso**, em que expozessemos pelo miúdo os sentimentos de que o espirito está occupado. Com a Interjeição vem a ser seis as classes das palavras, que podem entrar no discurso. Estas ainda que em diferentes Povos variem no material dos sons, não podem deixar de ser a pintura do pensamento, de representar as mesmas idéas e as mesmas relações, e por consequencia de ser as mesmas em todas as Linguas, assim cultas, como selvagens, antigas e modernas.(....) (Duarte 1859, p. 21 e 1877 p. 26) [Grifos nossos]

Não obstante isso, a posição de Duarte é incerta quanto à classificação da interjeição, considerando que tanto a considera como uma das *partes elementares do discurso*, e, também, não como uma delas, mas como um tipo especial de sequência discursiva, o que, como vimos, não está desse modo definido.

Para concluir a análise, mais um fato que mostra a diferença existente entre as edições do *Compendio*.

3.3 A consideração do gênero dual

Algumas alterações a que o autor procedeu no texto são relativas à atualização da teoria gramatical “natural”, aquela primeira teoria a que já nos referimos antes. Essa teoria é responsável pelo que Auroux (2014, p. 44-46) denomina “gramática latina estendida”, para explicar o que ocorreu com o fenômeno da “gramatização dos vernáculos europeus” (idem), quando as diversas línguas foram descritas decalcando a gramática latina.

O conceito de gramática *latina estendida* é assim definido:

O quadro teórico que se constitui assim corresponde grosso modo a uma descrição comum que convém mais ou menos à língua inicial e às outras. Neste sentido, pode-se falar em uma Gramática latina estendida (GLE). (Auroux, 2014, p. 46)

Por “gramática latina” entenda-se a teoria de descrição da língua latina, que engloba tanto sua terminologia quanto seus conceitos, isso quer dizer que é relativa à aplicação dessas regras à descrição das línguas. Tratamos dessa questão aqui porque o objeto deste item envolve diretamente uma regra do latim aplicada ao português, sobre a descrição do número dos substantivos. A terminologia latina foi traduzida e adaptada a cada uma das línguas e os conceitos acompanharam as descrições, em um trabalho que, a depender do gramático, foi mais ou menos crítico.

Para o português, por exemplo, o primeiro gramático, Fernão de Oliveira (1536), reconheceu que a língua portuguesa tinha características próprias e que, portanto, não podia ser totalmente descrita pelo modelo latino, tanto que critica a adoção cega das regras latinas e diz:¹⁹

Mas nos somos tão grãdes bogios dos latinos que tomamos suas cousas sem muito sentir dellas quanto nos são neçessarias: e por nossa vôtade damos nossas auantagês aos latinos e gregos que tão pouco sabẽ as vezes o que hão mester como os que antre nos pouco sintem. (Oliveira 1536, p. 23)

Não foi, contudo, esse “sentir” de Oliveira que predominou na gramatização do português. Os gramáticos que o sucederam, sendo João de Barros (1540) o sucessor imediato, ignoraram essa crítica e, por outros motivos, enquadraram o português ao molde da gramática latina, adequando-a, em alguns pontos, às características do latim. Como exemplo, podemos tomar a declinação de nomes, adaptada, com ajuda de artigos e preposições, para simular os diversos casos. Assim com a declinação dos nomes, a flexão de plural aparecia repetindo a gramática latina, como vemos, ainda no século XIX, como o fazem Barbosa (1807 e 1822) e Duarte (1829), primeira edição do *Compendio*:

Numero é a quantidade de individuos ou cousas, que os nomes significão. Os Numeros *são* tres Singular, Dual e Plural. (Duarte 1829, p. 21)

¹⁹ Sobre a posição de Fernão de Oliveira (1536) ver Leite (2007).

Essa descrição, contudo, é alterada nas edições posteriores ora examinadas, como se vê no trecho abaixo, em que a referência ao número *Dual* é eliminada:

Numero é a quantidade de individuos ou cousas, que os nomes significão. Os Numeros *são dois* Singular, e Plural.

A classificação do gênero dual foi um latinismo do autor, corrigido nas edições seguintes à primeira, pelo menos nas que conhecemos. Essa classificação ecoa as gramáticas de Barbosa, tanto a de 1807, *As duas linguas, ou grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo* (1807), quanto a de 1822, *Grammatica philosophica da lingua portugueza* que vimos analisando aqui. Na primeira, Barbosa trata do latim e do português, com o objetivo de descrever as duas línguas, também fundamentado na GGR. Nessa obra, os autores franceses, embora partam de princípios da existência de regras gerais possíveis para todas as línguas preveem igualmente especificidades de cada uma delas, o que dá origem às gramáticas particulares.

Na GGR os autores se referem ao dual, porque há línguas em que ele existe. Depois de dizerem que o número é composto de singular e plural, talvez pensando nas regras do francês, *lembram* da existência do dual em línguas como a grega, para os nomes que convêm aos dois números, como se vê a seguir:

Pour distinguer ces deux sortes de manières de signifier, on a inventé les deux nombres; le singulier, homo, homme; et le plurier, homines, hommes.

Et même quelques langues, comme la langue grecque, on fait duel lorsque les noms conviennent à deux. (Arnaud e Lancelot 1803, p. 278-279)

Fundamentado nisso, Barbosa (1807) registra a existência do gênero dual no português. É o que se lê no seguinte trecho:

Chama-fe Numero a differente terminação de hum nome pel'a qual indica fe , ou hum *só*, ou dous, ou mais os individuos, ou coufas que elle significa. Daqui a divisão dos numeros em Singular, Dual, e Plural. (Barbosa 1807, p. 7)

Lição que é repetida por Barbosa também na *Grammatica philosophica* de 1822, pois está lá:

Chama-se Numero a differente terminação de hum nome, pela qual indica ser hum so, ou dous, ou mais os individuos, ou couzas que elle significa. Daqui a divisão dos Numeros em Singular, Dual, e Plural. Dos nomes Portuguezes, huns tem so Singular, outros so Dual, outros so Plural, e outros Singular e Plural ao mesmo tempo, debaixo da mesma terminação, e os mais Singular e Plural com differentes terminações.

Talvez isso tenha apoiado a ideia de Duarte (1829), o que foi alterado posteriormente, nas outras edições analisadas. Nesse caso, Duarte desligou-se de suas fontes, talvez por concluir que as regras da morfologia do português, também para número, não são as mesmas do latim.

Considerações finais

Esta pesquisa, realizada segundo princípio e método próprios à teoria denominada *História das Ideias Linguísticas*, seguiu os rastros deixados por Antonio da Costa Duarte quando da redação de seu *Compendio da Grammatica Portugueza* (1829) e do *Compendio da Grammatica Philosophica Portugueza* (1859; 1877). A hipótese que guia a investigação é a de que o conhecimento linguístico é produto de um processo de acumulação ou continuidade de saberes, pontuado por descontinuidades, que se constroem na longa duração do tempo. O princípio é buscar as *causas* de um *efeito* e o método é o da perseguição, por meio de pistas textuais - diretamente referidas, ou não - do caminho trilhado pelo autor para construir o conhecimento que levou a público. Tal procedimento metodológico configura o trabalho de reconstrução do *horizonte de retrospectão* do autor/obra, o que implica a volta no tempo para encontrarem-se respostas às perguntas feitas a respeito das opções do autor.

Neste caso, nossa questão foi obter respostas a uma cadeia de efeitos. Primeiro, aquele que se evidencia com a mudança de título da obra; depois, aqueles que levaram o autor a alterar pontos específicos de seu texto. Para levantar alguns desses pontos, procuramos comparar as edições do *Compendio* a que tivemos acesso, as de 1829, primeira, a de 1859, quarta, e a de 1877, sexta.

Essa comparação das edições, procurou, pelo *efeito*, ou seja, pelos pontos da alteração de aspectos teóricos da obra, mostrar que o autor, Antonio Duarte da Costa, depois de publicada a primeira edição em 1829, aprofundou seus conhecimentos sobre a teoria geral da linguagem e alterou seu texto. Essa teo-

ria, configurada pela *Grammaire générale et raisonnée* em 1660, por Arnaud e Lancelot, e desenvolvida pelos enciclopedistas, especialmente por Du Marsais (1753) e Beauzée (1765), que foi difundida em português, por Jerônimo Soares Barbosa, especialmente pela *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822), consiste na fonte principal dos conhecimentos de Duarte.

Os efeitos analisados - aspectos dos conceitos de gramática, de oração, de verbo, interjeição, de identidade e conveniência, e do número dual – na forma em que se apresentam no *Compendio*, têm como causa a aplicação de fundamentos teóricos oriundos da GGR que, para a época, era inovadora. Essa teoria foi aprofundada e desenvolvida nos textos dos iluministas, como Du Marsais e Beauzée aqui citados. Assim, a gramática, denominada, então, racional e filosófica, passou a ser entendida como a arte que explica a relação da língua com o pensamento, a *arte de falar*, por meio do estudo da oração/proposição, composta por um sujeito e um atributo, articulados pelo verbo substantivo *ser*.

Segundo a teoria geral, as partes da oração dividem-se em dois grupos, o das palavras afetivas, ou exclamativas, e o das analíticas, ou discursivas. Essa divisão, não adotada por Duarte em seu *Compendio*, mas certamente conhecida, o levou à instabilidade na descrição da interjeição. Além disso, a assimilação da “nova teoria”, a geral e racional, implicou a adoção de terminologia específica, como o par *identidade* e *conveniência*, cujos conceitos na gramática portuguesa são diferentes daqueles da fonte francesa, embora próximos, pela interpretação que lhes dá Barbosa (1822). Sem teorizar sobre essa questão, mas com base na percepção da diferença, Duarte substituiu o termo *identidade*, constante da primeira edição, por *conveniência*, nas outras duas.

Anota-se, também, que, do *horizonte de retrospectão*, carregado da teoria tradicional, especialmente daquele de descrição da gramática latina, Duarte, na primeira edição, admitiu a existência do número *dual* para os nomes portugueses que são empregados, em tese, apenas no plural. Essa interpretação é desprezada em edições do *Compendio*, naquelas posteriores à primeira, e o autor admitiu terem os nomes portugueses apenas dois números, singular e plural, podendo as palavras estarem no singular ou no plural, mais, ainda, havendo palavras que são empregadas apenas no singular ou apenas no plural.

Finalmente, ressalta-se que os dados paratextuais referentes à obra e os fatos linguísticos analisados comparativamente e postos em relevo neste texto mostram claramente que as alterações na obra a que Duarte procedeu decorreram do maior conhecimento a respeito da teoria racional que passou a ter, no curso do tempo.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, avec un Essai sur l'origine et les progrès de la langue française. 4^{ème} édition Paris : Duran, 1780. Acessível em <https://archive.org/details/grammairegn00arnauoft/page/n5>
- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*, avec un Essai sur l'origine et les progrès de la langue française, par M. Petitot, et suivie du commentaire de M. Duclos. Paris: Perlet, 1803. Acessível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6117192g>.
- ARNAULD, Antoine; NICOLE, Pierre. *Logique ou art de penser*. Notes et postf. de Charles Jourdain. Paris: Gallimard, 1992. [1662]. Acessível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k25788r>.
- BARBOSA, Jeronymo. *As duas linguas, ou Grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina*. Coimbra, 1807. [s.n.]
- BARBOSA, Jeronymo. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. Lisbonne: Typographia de Academia das Sciencias, 1822. Edição semi-diplomática de Carlos Assunção & Gonçalo Fernandes, 2017. http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?num=3317
- BEAUZEE, Nicolas. *L'Encyclopédie*. Article Identité, vol. VIII, p. 495, 1765, p. 549. Éditions numérique, colaborative et critique, Disponible dans <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia>
- BEAUZEE, Nicolas. *L'Encyclopédie*. Article Interjection, vol. VIII, p. 828, 1765, p. 549. Éditions numérique, colaborative et critique, Disponible dans <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia>
- BEAUZEE, Nicolas. *L'Encyclopédie*. Article Oraison, vol. XI, 1765, p. 549. Éditions numérique, colaborative et critique, Disponible dans <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia>
- BEAUZEE, Nicolas. *L'Encyclopédie*. Article Proposition, vol. XIII, p. 474, 1765, p. 549. Éditions numérique, colaborative et critique, Disponible dans <http://enccre.academie-sciences.fr/encyclopedia>
- COSTA DUARTE, Antonio da. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*. 4^a ed. Maranhão: Tipografia do Frias, 1859.
- COSTA DUARTE, Antonio da. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza*. 6^a ed. Maranhão: Na Livraria do Editor Antonio Pereira Ramos D'Almeida, 1877. Acessível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/t_resul.asp?num=3373

- COSTA DUARTE, Antonio da. *Compendio de grammatica portugueza, para uso das Escolas de Primeiras Letras*. Maranhão: Tipografia Nacional, 1829.
- DIDEROT, Denis. *L'Encyclopédie*. Art, vol. I, 1751, p. 713.
- DU MARSAIS. *L'Encyclopédie*. Adjectif, vol. VI, 1753, p. 132.
- DU MARSAIS. *L'Encyclopédie*. Article Concordance, vol. VIII, 1753, p. 821.
- DU MARSAIS. *L'Encyclopédie*. Article Détermination, vol. VI, 1753, p. 901.
- Fontes secundárias
- ASSUNÇÃO, Carlos. COELHO, Sónia; FONTES, Susana. *As duas linguas ou grammatica philosophica da lingua portugueza*. Notice, 2016. Disponível em *Corpus de textes linguistiques fondamentaux* http://ctlf.ens-lyon.fr/n_fiche.asp?num=3314
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: UNICAMP, 2014.
- AUROUX, Sylvain. Histoire des sciences et entropie des systèmes scientifiques. Les horizons de rétrospection. *Geschichte der Sprachtheorie*. P. Schmitter (éd.), 7 vol. Tübingen: G. Narr. Vol. I. *Zur Theorie und Methode der Geschichtsschreibung der Linguistik. Analysen und Reflexionen*, p. 20-42, 1987.
- AUROUX, Sylvain. *La question de l'origine des langues, suivi de L'historicité des sciences*. Paris: PUF (Quadrige-Essais), 2007. [trad. port. Editora RG, Campinas, 2008].
- AUROUX, Sylvain. L'histoire des sciences du langage et le paradoxe historiographique. *Le Gré des langues*, 8, 40-62
- CAVALIERE, Ricardo. *A gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2014.
- COLOMBAT, Bernard; PUECH, Christian; FOURNIER, Jean-Marie. *Uma história das ideias linguísticas*. Tradução de Marli Quadros Leite e Jacqueline Léon. São Paulo: Contexto, 2017. [Título original *Histoire des idées sur le langage et les langues*, 2010]
- FOURNIER, Jean-Marie; RABY, Valérie. Grammaire générale et grammaires particulières : relire la *Grammaire* de Port-Royal à la lumière des Méthodes espagnole et italienne. Documents pour l'histoire du français langue étrangère et ou seconde, Grammaire et enseignement du français langue étrangère et seconde – Permanences et ruptures du XVIIe siècle au milieu du XXe siècle. *Actes du colloque de Raguse Grammaire et enseignement du français langue étrangère et seconde (permanences et ruptures, du XVIe au milieu du XXe siècle)* 2013, p. 59-86.

- LEITE, Marli Quadros e PELFRÊNE, Arnaud (org.) e com estudo introdutório de Leite Marli Quadros. *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza* [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2017. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/218>
- LEITE, Marli Quadros. Anotações sobre o Compendio da grammatica philosophica. In Leite, Marli Quadros e Pelfrêne, Arnaud (org.). *Compendio da grammatica philosophica da lingua portugueza* [recurso eletrônico]. São Paulo: FFLCH/USP, 2017. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/218>
- LEITE, Marli Quadros. *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Humanitas/Paulistana, 2007.
- LEITE, Marli Quadros. Partes do discurso/Classes de palavras: um estudo das ideias sobre a interjeição em gramáticas portuguesas. *Estudos linguísticos*, Porto, vol. 11, p. 199-225, 2016.
- POLACCHINI, Bruna. Análise de textos e metatextos gramaticais: Costa Duarte (1829, 1853, 1859, 1877) e Bithencourt (1862) sobre o ‘verbo substantivo’. Editora revistas, (s.d.). Disponível em: mackenzie.br/index.php/cpgl/article/viewFile/9527/5834

Nota do editor: articulista convidado.

A EVOLUÇÃO DAS IDEIAS LINGÜÍSTICAS DE EVANILDO BECHARA
NA MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA

THE EVOLUTION OF EVANILDO BECHARA'S LINGUISTIC IDEAS
IN *MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA*

Leonor Lopes Fávero

Universidade de São Paulo

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

lplfaver@uol.com.br

Márcia Antonia Guedes Molina

Universidade Federal do Maranhão

maguemol@yahoo.com.br

RESUMO:

Nosso objetivo neste trabalho é homenagear o ilustre estudioso Evanildo Bechara, no ano em que completa seus noventa anos, muitos dos quais dedicados ao estudo de nosso idioma, historiando a evolução de seu pensamento linguístico, por meio do exame da *Moderna Gramática Portuguesa*, em duas edições, na de 1970 (16ª edição) e na de 1999 (37ª edição), revista e ampliada. Dadas às limitações especiais, selecionamos para análise neste trabalho os conceitos iniciais de sintaxe de período simples, apontando como o estudioso apoderou-se de conceitos linguísticos e os inseriu em suas considerações acerca dessas noções sintáticas. Nosso trabalho ancora-se nos pressupostos da História das Ideias Linguísticas e na História Cultural.

PALAVRAS-CHAVE:

Evanildo Bechara; homenagem; Análise; *Moderna Gramática Portuguesa*.

ABSTRACT:

In this work, we want to honor the illustrious professor Evanildo Bechara, when he completes his ninety years, many of them dedicated to study our language. We also want historicizing his linguistic thought, through the examination the *Moderna Gramática Portuguesa* into two editions: the 1970 edition (16th edition) and the 1999 (37th edition) revised and expanded edition. Given the spacial limitations of this paper, we selected for analysis the initial concepts of simple period syntax, pointing out how he took over linguistic concepts and inserted them in his considerations about

these syntactic notions. Our work is anchored in the presuppositions of the History of Linguistic Ideas and Cultural History

KEYWORDS:

Evanildo Bechara; homage; Analysis; Moderna Gramática Portuguesa.

Introdução

Para Certeau (1982) fazer história é buscar um lugar deixado em branco ou escondido pela análise que revela a relação de um sujeito individual com seu objeto. Nosso objetivo neste trabalho é o de buscar esta lacuna, como uma forma de prestigiar Evanildo Bechara, este grande nome da Filologia e da Linguística Brasileira, no ano em que completa 90 anos, muitos dos quais dedicados aos estudos linguísticos e ao ensino.

E quão árdua é a tarefa de produzir um artigo em homenagem a ele! Quão vasto e profundo é o seu conhecimento! Quão profícua sua produção! Já nos arriscamos em empreitada similar quando em 2010 publicamos “O pro-nome na *Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara*”, mas nossa responsabilidade agora é ainda maior, afinal, trata-se de pontuar a evolução do pensamento linguístico desse que há muito mais de meio século vem se dedicando aos estudos do nosso vernáculo.

Apesar do desafio ser desmesurado, vamos enfrentá-lo. Recortamos para exame neste trabalho os conceitos iniciais de sintaxe: frase e período, na mesma obra outrora analisada, nas edições de 1970 e na de 1999, avaliando agora o desenvolvimento das ideias linguísticas do autor, ancoradas nos pressupostos da História das Ideias Linguísticas e da História Cultural, cujo principal objeto é identificar o modo como em diferentes momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada à luz (CHARTIER, 1990). Nosso papel aqui não é o de apenas historiar o passado, mas recuperá-lo, pois, como diz Bloch (2010, p.100):

...é tal a força da solidariedade das épocas que as ligações da inteligibilidade se tecem nos dois sentidos: a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas não vale a pena esforçarmo-nos para compreender o passado, quando nada se sabe do presente.

Assim, nosso papel não é nem o de reconstruirmos fatos dispersos, nem o de nos focarmos em estudar um fato passado como objeto inerte, mas o de buscarmos estabelecer um diálogo entre o Evanildo Bechara de antes e atual, permeado por saberes adquiridos ao longo desses anos. Antes porém, para que melhor possamos compreender o processo dessa evolução, traçaremos um breve perfil desse importante estudioso brasileiro.

1. Evanildo Bechara, o professor, o estudioso

Evanildo Bechara, pernambucano de nascença, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou, aos 18 anos no curso de Letras Neolatinas, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Instituto Lafayette. Lá concluiu tanto o bacharelado quanto a licenciatura, porém antes mesmo de se formar, logrou aprovação no Exame de Suficiência, promovido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), na então Faculdade Nacional de Filosofia.

Aos 17 anos, publicou seu primeiro ensaio: “Fenômenos de entoação”. Seu interesse pela Língua Portuguesa fê-lo aproximar-se desde muito cedo de grande nomes da filologia, dentre eles, de Manuel Said Ali, de quem se tornou grande amigo e é profundo conhecedor de sua obra.

Lecionou em inúmeras instituições escolares e, em 1954, com a tese “Meios de expressão do Pensamento Concessivo em Português”, submeteu-se a concurso no Colégio Pedro II. O trabalho não lhe garantiu aprovação, mas um veemente elogio publicado no Jornal do Comércio, pelo Professor Vieira Souto, um dos membros da banca examinadora do referido concurso.

Anos depois, foi convidado por Antenor Nascentes a ser seu assistente na disciplina de Filologia Românica, na Faculdade em que se formara.

Em 1960, lançou sua “Lições de Português pela análise sintática” e submeteu-se à prova de livre docência nessa Instituição, com a sete “O Futuro em Românico” e em 1962, com a tese “A sintaxe nominal na Peregrinatio Aetheriae ad Loca Sancta” foi aprovado para a cátedra. No ano anterior, convidado a rever a “Gramática de Curso Superior” de Eduardo Carlos Pereira, adequando-a à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), resolveu produzir sua própria gramática, objeto desse estudo.

Em 1964, com a tese “Manuel Said Alie sua contribuição à filologia portuguesa”, foi aprovado para a cátedra de Língua e Literatura Brasileira do Instituto de Educação do Rio de Janeiro Foi secretário geral do Conselho de

Estado de Educação, membro da Academia Brasileira de Filologia e professor visitante em inúmeras universidades no Brasil e no exterior e dirigiu várias revistas de nossa área.

Inúmeros foram os artigos publicados aqui e no exterior. Incontáveis as bancas de mestrado e doutorado por ele examinadas. Mas dessa sua longa trajetória, não podemos deixar de mencionar que é membro da Academia Brasileira de Letras, onde ocupa a cadeira de número 33, e o fato de que foi o primeiro a traduzir “Lições de Linguística Geral”, de Eugênio Cosériu, em 1979, obra que muito influenciou o pensamento linguístico de nosso autor.

2. A evolução dos conceitos de *período e frase*, na “Moderna Gramática Portuguesa”, edições de 1970 e 1999

Damos início, revisando a definição de **período** observada na “Moderna Gramática Portuguesa”, edição de 1970, P. 246

Chama-se *período* o conjunto oracional cuja enunciação termina por silêncio ou pausa mais apreciável, indicada normalmente na escrita por ponto.

O *período* se diz simples quando constituído por uma só oração. Nesta circunstância. A NGB chama-lhe oração *absoluta*. (...)

Nesta definição, três fatos tornam-se importantes de serem pontuados: quer-nos parecer que o autor:

- (a) considera como período, a estrutura do enunciado: “conjunto oracional”;
- (b) aponta a NGB como parâmetro para suas considerações gramaticais. Recordemo-nos que essa foi assinada em 1959 com implementação exigida em 1960:

PORTARIA N° 36, DE 28 DE JANEIRO DE 1959

O Ministro do Estado da Educação e Cultura, tendo em vista as razões que determinaram a expedição da Portaria n° 152, de 24 de abril de 1957, e considerando que o trabalho proposto pela Comissão resultou de minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e linguistas, de todo o País, ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, resolve:

Art.1º - Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que segue anexa à presente Portaria, no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino.

Art.2º - Aconselhar que entre em vigor: a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959; b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91 a, partir dos que se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960.

Clóvis Salgado

(a) já considera o termo “enunciação”, apontado por Emile Benveniste.

Prosseguindo, completa:

A importância da situação e do contexto – Num intercâmbio de nossos pensamentos, desempenham relevante papel a situação e o contexto.

Entende-se por SITUAÇÃO o ambiente físico e social onde se fala CONTEXTO é o ambiente linguístico onde se acha a oração. (p. 241).

- sublinhando a importância de fatores contextuais.

Na obra, revista e ampliada, de 1999 (p. 406), assim assevera o autor, em relação ao mesmo termo:

Enunciado ou período: Toda manifestação da linguagem com vistas à comunicação com nossos semelhantes se constrói com uma sequência de unidades delimitadas por um silêncio que precede o início dessa atividade e o que lhe

seque, acompanhada de contorno melódico, também chamado curva de entonação e normalmente marcada, na escrita, pelos sinais de pontuação e pelo emprego de letra maiúscula inicial (...)

Nessa definição, muito mais abrangente, o caráter social da língua está lembrado: “Toda manifestação da linguagem com vistas à comunicação com nossos semelhantes...”, mostrando-nos a importância agora dada à análise relacionada a seu uso, ou seja, avaliada em situações comunicativas.

Recordamos com Cunha (2008, p. 157) que a corrente funcionalista é aquela que, “em oposição ao estruturalismo e o gerativismo, se preocupa em estudar a relação entre estrutura gramatical da língua e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas”. Reunindo uma série de subteorias, a abordagem funcionalista postula que a língua tem funções cognitivas e sociais responsáveis pela estrutura e sistema que estabelecem a gramática de uma determinada língua. (CASTILHO, 2012, p. 21).

Na definição acima foi também pontuada a questão da *entoação*. Recordemo-nos com Cagliari (1994) que são várias as possibilidades que um falante tem para produzir determinados efeitos semânticos e pragmáticos ao seu dizer. Assim, “Esta curva de entonação é o significante ou expressão material que evoca a modalidade de intenção comunicativa do enunciado (BECHARA, 1999, p. 407).

Nessa concepção, a língua é analisada no uso, nas situações comunicativas, avaliando-se sua função numa determinada frase, como o faz nosso gramático.

Na sequência, nessa mesma obra, prossegue: “A esta unidade linguística que faz referência a uma experiência comunicada e que deve ser aceita e depreendida cabalmente pelo nosso interlocutor se dá o nome de *enunciado ou período*.”, mostrando-nos também a força de teorias cognitivistas, interacionistas agora presentes na definição. Fato destacado na continuidade da conceituação:

Apesar de tão variadas as formas por que se apresentam os enunciados, há traços comuns que devem ser ressaltados [AL.1,256]:

- (a) são mensagens completas e de acordo com a situação em que se acham falante e ouvinte;
- (b) são unidades sequenciais delimitadas por um silêncio precedente a ele e uma pausa final;

(c) são proferidos com um contorno melódico particular.

Esta curva de entonação é o significante ou expressão material que evoca a modalidade de intenção comunicativa do enunciado (significado ôntico) que o falante quer transmitir ao seu interlocutor”

Notemos que na edição revisada não há mais menção à NGB, visto que a mesma já estava totalmente absorvida pela comunidade linguística e a referência AL. 1, diz respeito à *Gramática de la Lengua Española*, ou seja, trata-se do gramático, estudando outras importantes obras gramaticais.

Além disso, o tripé, postulado pelos funcionalistas, centrado no falante ecoa com profundidade nesta edição da obra de Evanildo Bechara, ou seja, percebe-se que releva a capacidade natural de o falante estabelecer a ligação entre esquemas cognitivos e linguagem; o seu saber sobre uma língua particular; a sua competência linguística em um evento comunicativo, mostrando-nos que embora independentes, os aspectos formais, semânticos e discursivos de uma língua devem ser articulados, uma vez que representam diferentes faces de um mesmo objeto. Mostrando-nos mais uma vez a influência advinda de várias teorias em suas ideias linguísticas.

O autor não trata do conceito de frase na edição de 1970, mas na de 1999, assumindo agora a voz de autor de livros de gramática, assim a conceitua:

Oração e frase: Entre os traços de enunciados há um conhecido pelo nome de oração que, pela sua estrutura, representa o *objeto* mais propício à análise gramatical, por melhor revelar as relações que seus componentes mantêm entre si, sem apelas fundamentalmente para o entorno (situação e outros elementos extralinguísticos) em que se acha inserido. É neste tipo de enunciado chamado *oração* que se alicerça, portanto, a gramática (...)

Mas antes devemos adiantar que o enunciado também aparece sob forma de *frase*, cuja estrutura interna difere da oração porque não apresenta relação predicativa. São às vezes simples palavras, outras vezes uma reunião delas, que são transpostas à função de enunciado. (...) (p, 407)

Parecendo alinhar-se com Said Ali (opus cit.), seu amigo e grande influenciador, que define a oração como sendo uma combinação de palavras (e às vezes uma só palavra) com que nos dirigimos a alguém; e a Perini (1995) que

informa ser a oração uma frase que apresenta determinado tipo de estrutura interna, incluindo sempre um predicado e frequentemente um sujeito.

Considerações Finais

A formação e o percurso profissional de Evanildo Bechara atestam o quão denso, amplo e profundo é seu conhecimento linguístico e mostram como suas ideias linguísticas evoluíram ao longo dos anos.

Apesar do pequeno recorte aqui examinado, pode-se perceber que em sua gramática de 1970 (16ª edição), o autor mostra-se preocupado com o ensino da Língua Portuguesa, atendendo ao determinado pela NGB. Na ocasião, como se pode ver do breve perfil traçado do autor, era docente, necessitava alinhar sua gramática ao determinado pelo Ministério da Educação.

Recordemo-nos de que ao historiar um passado linguístico, não devemos somente descrever o fato, mas buscar os pontos que ligam contexto, autor e obra produzida. O que vemos na edição em questão é que o autor não está desvencilhado do que era na ocasião: professor; e produz uma obra comungando com as necessidades do grupo em que estava inserido. Além disso, como desde muito cedo era um meticoloso pesquisador, nessa obra já se ouve o eco de teorias linguísticas que foram, ao longo dos anos, constituindo seu saber.

As últimas décadas do século XX foram de inúmeras transformações em nossa área e, repetindo o mesmo Bloch (id.,p.94):

...nunca um fenômeno histórico se explica plenamente fora do estudo de seu momento. E isto é válido para todas as etapas da evolução. Para aquelas em que vivemos, como para as outras. Já um provérbio árabe o dissera: “ os homens parecem-se mais com o seu tempo que com seus pais”. Foi por ter-se olvidado desta sabedoria oriental que se desacreditou às vezes o estudo do passado.

O estruturalismo dominante cedeu a muitas outras teorias linguísticas, com intersecções com várias outras áreas de saber. Aquele saber monolítico que imperou durante muito tempo deu lugar à pluralidade de saberes que se somaram aos linguísticos. Assim, dialogando com esse cenário deparamo-nos com a edição de 1999, que deixa de ser uma gramática para os bancos escolares para tornar-se uma obra de consulta àqueles que desejam um estudo aprofundado de nosso idioma, com profundas reflexões acerca de gramática e de linguística.

Não se poderia compreender esse processo por que passou nosso autor se o dissociássemos de sua prática. Ao longo desse percurso, o que vemos é uma articulação entre o aplicado estudioso, o profundo conhecedor da Língua Portuguesa e o professor dedicado.

Referências

- ALI, Manuel Said. *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, s/d
- AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques*. Paris: Pierre Mardaga, t.1, 1989.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa* (curso médio). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970 [16ª edição]
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 1999.
- BLOCH, M. *Introdução à História*. Lisboa: Europa/América, 2010
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização & Linguística*: São Paulo: Editora Scipione, 1994.
- CASTILHO, A. T.de. Funcionalismo e Gramáticas do Português Brasileiro. In: SOUZA, E. R. de et. al. *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto 2012.
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982
- CHARTIER, R. *História Cultural : entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COSÈRIU, E. *Lições de Linguística Geral*. Edição revista e corrigida pelo autor. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- CUNHA, M.A. F. da. Situando o Funcionalismo. In SOUZA et. al. *Sintaxe em foco*. Ebook., Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.
- FÁVERO, L.L. & MOLINA, M.A.G. O pronome na Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. 33/34, 2010, p.85 – 100,
- PERINI, M.A. *Gramática descritiva da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1995.

Outras fontes:

Site da Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br/noticias/academico-e-professor-evanildo-bechara-fala-na-abl-sobre-antenor-nascentes-na-abertura-do>. Acesso em agosto de 2018.

Nota do editor: articulistas convidados.

POR QUE DEU ESSA NOTA NA MINHA REDAÇÃO?¹

WHY HAVE I RECEIVED SUCH A GRADE IN MY COMPOSITION?

Maria Carlota Rosa

Universidade Federal do Rio de Janeiro

carlota@ufrj.br

RESUMO:

A correção de redações é uma tarefa difícil para qualquer professor de Português língua materna. Este artigo relata pesquisa desenvolvida com nossas turmas de Primeiro Grau entre os anos de 1984 e 1986, que procurou transformar a correção numa parte do processo que fosse também importante para o aluno.

PALAVRAS-CHAVES:

ensino de L1; ensino de redação; avaliação holística

ABSTRACT:

Composition evaluation is a hard task for any teacher of Portuguese as L1. In this paper I relate an experience concerning this specific issue in the teaching of writing. My central focus is how to use writing assignment as an important part in a process of mastering writing.

KEYWORDS:

L1 teaching; teaching of writing; holistic evaluation

¹ O presente texto é o Relatório da pesquisa desenvolvida entre os anos de 1984 e 1986. Embora nunca publicado, esse Relatório vem circulando como manuscrito e tem tomado parte na bibliografia de algumas disciplinas de cursos de Letras e essa a razão de publicá-lo no formato original. Agradecemos ao CNPq o auxílio, materializado na então existente bolsa de Pesquisador 3A (300699-84). Agradecemos também as sugestões do avaliador *ad hoc* do CEPG-UFRJ ao relatório 320406P005-7 apresentado quando encerrada a pesquisa na UFRJ e aos colegas Professores de Língua Portuguesa Iza Mello e Cícero Siqueira, que conosco trabalharam na mesma UE. Mas agradecemos principalmente a todos os que foram nossos alunos naqueles três anos, não somente pelo material que nos deram, mas pelo desafio que nos apresentaram.

Introdução

O presente texto relata uma experiência com o ensino de redação no Primeiro Grau (5a. a 8a. séries). Buscávamos um método para avaliar redações escolares não apenas para o fim administrativo de promover ou não um aluno, mas principalmente para diagnóstico e acompanhamento de seu desempenho escrito.

O corrigir redação é uma tarefa difícil, que exige do professor preparo distinto daquele empregado na correção de trabalhos de outro tipo. Pressupõe o desiderato de que um mesmo texto deveria receber valores ao menos semelhantes em avaliações feitas quer por diversos professores, quer pelo mesmo profissional em ocasiões diferentes. Além de difícil, é tarefa árdua, porque os professores têm muitas turmas e muitos alunos em cada uma. É difícil, trabalhosa, mas tem suas vantagens.

Enquanto instrumento instrucional, as redações fornecem ao professor de L1 um quadro preciso das falhas no que respeita ao domínio da modalidade escrita e, conseqüentemente, dos pontos a merecer ênfase no estudo, permitindo, de algum modo, um atendimento individualizado². Pode-se contra-argumentar que chegamos ao mesmo resultado apelando, por exemplo, para exercícios de respostas simples ou de múltipla escolha, cuja correção é bem mais fácil e, assim, nada do que vem a seguir despertaria interesse. Embora possível, tal tarefa exigiria uma grande perícia na elaboração de questões e uma bateria delas, para que fosse capaz de cobrir todas as possíveis áreas de problemas. Diagnosticados os problemas, as redações são a vitrine dos progressos e das dificuldades.

Para realizar a pesquisa, nosso *corpus* — 264 redações feitas em classe, com tempo de execução de 90 minutos, ou feitas em casa, em ambos os casos sempre com tema escolhido pelo professor — foi colhido em turmas de 5ª a 8ª séries do Primeiro Grau, numa escola municipal localizada num subúrbio da Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Os alunos faziam uma vez por semana redações em sala de aula, o que tornava possível acompanhar seu desempenho ao longo do ano. A clientela dessa Unidade Escolar (doravante UE) era, na sua

² Temos por pano de fundo a utilização das redações segundo a classificação tripartite de Charles Cooper e Lee Odell (1977: ix) para o National Council of Teacher of English. Além dos *usos instrucionais*, que permitiriam ao professor um diagnóstico acerca dos problemas do aluno, Cooper & Odell apresentam-nos os *usos administrativos*, tais como aqueles voltados à promoção, recebimento de certificado, isenção, admissão e nivelamento; por fim os *usos de avaliação e pesquisa*, caso, por exemplo, do acompanhamento de um aluno ou grupo.

maior parte, de classe média baixa. As idades dos alunos variavam entre 12 e 18 anos e, em geral, eram elevadas para a série cursada. A variante linguística desses adolescentes não gozava de prestígio, o que não lhes passava despercebido: não era incomum dizerem que “não sabiam português”, que português era “mais difícil que inglês”.

1. A “demanda” do bom texto

Dois modos de avaliação de redações são tradicionalmente arrolados na literatura. Um deles faz com que o avaliador conte negativamente determinados itens e chegue à pontuação que será dada a uma composição. O senão deste método é que o avaliador dificilmente consegue fugir a deter-se na contagem de falhas, especialmente nas falhas mecânicas (a esse respeito, *vide Jacobs et alii*, 1981: 29). O segundo modo, que adotamos, toma por princípio que um texto é um todo. Daí ser referido como *holístico*³.

Holístico era o modo que utilizávamos desde sempre, mas numa versão pré-teórica: o texto era lido, em geral uma única vez, anotavam-se nele os erros, atribuía-se-lhe um valor de 0 a 10, e o texto era devolvido ao aluno. O parâmetro, implícito, de avaliação era o *bom texto*.

Pudemos perceber o quanto de imprecisão havia no *bom texto* quando, com a finalidade de expressar claramente o parâmetro, procedemos a uma sondagem com seis professores de Português na mesma UE. Pedimos a eles que atribuíssem notas a três narrações escritas por alunos de sétima série, apresentadas em cópias datilografadas, seguidas de um pequeno questionário. A primeira redação era muito má no tocante à ortografia⁴, embora razoável nos outros aspectos; a segunda quase não apresentava erros ortográficos, mas era incoerente; por fim, um texto sem coesão (*vide Apêndice 1*). Previmos, ingenuamente, certa equivalência nos resultados. A variação das notas, no entanto, foi significativa: a pior redação para um dos professores, graduada com zero, era a melhor para outro, recebendo oito. Nossa primeira reação foi de espanto. Deixou-nos estupefatos principalmente a quase unanimidade com que se julgara como a mais fraca a primeira das três redações.

³ Do gr. *hólos, é, on* ‘inteiro’.

⁴ Havíamos incluído nesta redação mais erros ortográficos do que ela originalmente apresentava. As demais redações foram mantidas como no original.

O espanto duraria até lermos acerca de uma antiga pesquisa, realizada para o Educational Testing Service norte-americano por Paul Diederich, John W. French & S. T. Carlton⁵ (*apud* Jacobs *et alii*, 1981: 24 ss). Trezentas redações datilografadas haviam sido lidas e avaliadas por 53 leitores de ocupações diversas, que não receberam qualquer critério em que se basear para realizar a tarefa. O avaliador deveria escrever em cada redação um pequeno comentário no qual justificasse a nota dada. Cada redação obteve pelo menos cinco notas diferentes, sendo que a 33% delas foram atribuídas todas as notas de uma escala de nove pontos. O estudo de Diederich, French & Carlton concluía que, de modo geral, os avaliadores atribuíam graus às redações na dependência de um entre cinco aspectos que privilegiavam num texto: as *ideias* (i.e., fatores como clareza, persuasão, relevância), a *forma* (a organização do texto), o *sabor* (estilo, originalidade, interesse), a *mecânica* (como gramática, pontuação), o *vocabulário* (a seleção, a gíria). Resultados semelhantes haviam sido obtidos algum tempo antes pelo psicólogo italiano C. Remondino⁶. Remondino demonstrara, no entanto, que, em trabalhos manuscritos, o aspecto visual do texto, resultante de fatores como limpeza e clareza da letra, podem influir positiva ou negativamente no leitor. Esse fator viria a ser confirmado posteriormente por Diederich, French & Carlton, bem como por outros autores (Jacobs *et alii*, 1981: 27).

O teste que aplicáramos respondia, assim, a perguntas que não tínhamos feito: a maior sensibilidade aos erros ortográficos (caso da primeira redação) era confirmada como diretamente proporcional ao número de anos de magistério⁷; resultados unânimes não brotaram dos dados; ao editarmos as redações, apagáramos um dos fatores que influem fortemente numa avaliação. Teríamos de procurar o “bom texto” por outros caminhos.

⁵ Paul B. DIEDERICH, John W. FRENCH & Sydell T. CARLTON. 1961. *Factors in judgements of writing ability*. Princeton, New Jersey: Educational Testing Service, 1961.

⁶ C. Remondino. 1959. A factorial analysis of the evaluation of scholastic compositions in the other tongue. *British Journal of Educational Psychology*, 29 (3): 242-251. Trabalho originalmente apresentado no International Congress of Applied Psychology, Roma, em abril de 1958, e publicado em *Le Travail Humain*, 1959 (22): 27-40. Referência neste trabalho *apud* Jacobs *et alii*, 1981: 27).

⁷ Os professores consultados tinham todos mais de dez anos de magistério.

2. Primeira proposta de avaliação

Uma vez que os critérios que orientassem a avaliação não iriam emanar dos dados, fizemos uma espécie de amálgama dos padrões de textualidade (Beaugrande & Dressler, 1981)⁸ com quatro das dez *qualidades da boa prosa*⁹ de que nos fala Rocha Lima (1957 [1965]: 501-509), cuja consequência foi uma lista dos critérios que orientassem nosso trabalho (*vide Quadro 1*). Tal lista era manuscrita logo abaixo da composição do aluno.

Itens	Valor máximo	Valor obtido
Coesão	2,5	
Coerência	2,5	
Gramática	1,5	
Vocabulário	1,5	
Ortografia	1,0	
Parte formal	1,0	
TOTAL	10,0	

Quadro 1: primeira proposta de correção

O item *coesão* dizia respeito aos elos de coordenação e de subordinação entre as unidades sintáticas do texto. *Coerência* tratava dos significados, conceitos, enfim, do “mundo real” e sua expressão pelo aluno. *Gramática* visava à avaliação da expressão sintática. No item *vocabulário* observavam-se a propriedade na utilização e o grau de domínio do léxico. Já a distinção entre os tópicos 5 e 6 mostrou-se necessária a partir dos textos que compuseram nosso *corpus*, uma vez que alguns alunos ignoravam convenções da escrita como, por exemplo, a percepção de qual a primeira página de um caderno.

Cada item do *Quadro 1* tinha por finalidade obrigar o professor a ver o texto como um todo, evitando que erros fortemente rejeitados o levassem de imediato a lançar zero como nota da redação. Em conjunto, esses itens tinham

⁸ A saber: *coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade*.

⁹ A saber: *correção, a mais importante segundo o A., clareza, elegância e propriedade*. Além destas, Rocha Lima arrola a *concisão, a precisão, a naturalidade, a nobreza, a originalidade e a harmonia*.

sido propostos para responder às perguntas formuladas no *Quadro 2*, adiante. Tais perguntas ficaram numa folha-volante. Esquecidas.

Itens	Questões
Coesão	A ligação entre as unidades do texto: As unidades sintáticas/textuais, como orações, parágrafos, apresentam ligação entre si?
Coerência	A expressão do “mundo real”: O texto faz sentido? A conclusão desmente a introdução ou o desenvolvimento? As ideias expostas nos diferentes parágrafos são conflitantes?
Gramática	Uso culto da língua: As concordâncias dão-se como no uso culto? Palavras invariáveis são flexionadas? Verbos e nomes apresentam a complementação precedida das preposições previstas no uso culto?
Vocabulário	Conhecimento de vocabulário: Os vocábulos são empregados com os significados esperados? Há emprego de gíria?
Ortografia	Convenções ortográficas: A capitalização é empregada corretamente? A pontuação está correta? Há erros na grafia das palavras?
Parte formal	Convenções da escrita: Dentre os itens abaixo, algum é desrespeitado? distinção entre letras semelhantes, como e <d>, <t> e <l>, <g> e <q> ... margens recolhido na indicação do parágrafo direção da escrita do reto para o verso da folha translineação baseada na noção de sílaba ausência de conglomerados gráficos

Quadro 2: perguntas-guias

No *Quadro 1* apontavam-se apenas os valores máximos de cada item, pressupondo zero como o mínimo. De início não vimos qualquer problema nisto, nem mesmo no conteúdo das perguntas-guias. Mas logo começariam a aparecer os problemas.

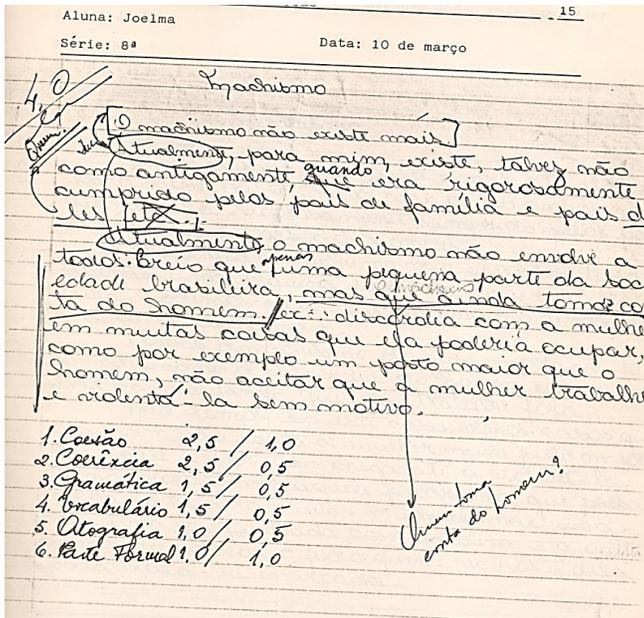
Primeiramente a proposta no *Quadro 1* permitia que um aluno muito fraco apesar de esforçado e outro, desinteressado a ponto de não fazer as redações, pudessem igualar-se com zero. Pedagogicamente era um resultado indesejável. Em segundo lugar, indicava-se o *excelente*; o *muito fraco* ficava subentendido; indefinidos eram quaisquer níveis intermediários.

À medida em que se memorizavam os itens e respectiva pontuação não mais se retornava à folha-volante, e a inconsistência na pontuação aumentava. Mesmo que se voltasse à folha-volante, as perguntas levavam a respostas sim/não, que excluía um possível contínuo.

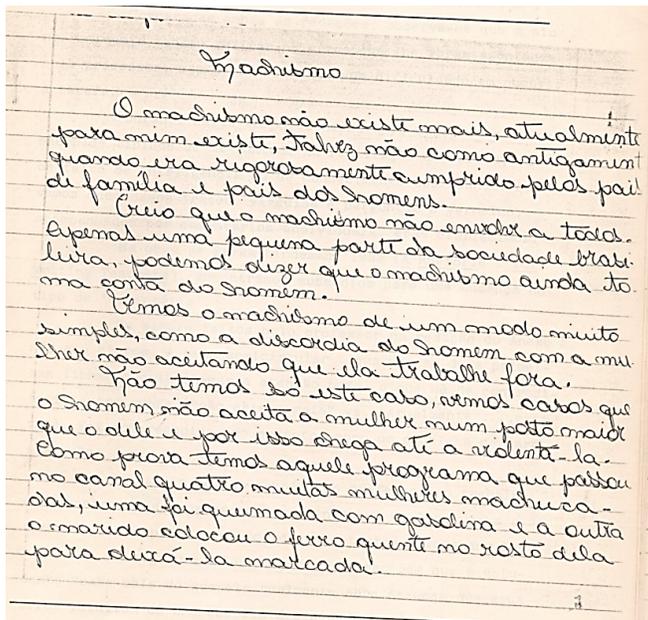
Havia ainda um outro aspecto indesejável: o aluno via a nota como mostra de seu efetivo desempenho e não conseguia entender o que estava mal. Questionava o valor final obtido, mas não o que poderia ser feito para alcançar uma nota mais alta na vez seguinte em *coesão*, por exemplo. Cabe observar que os alunos cujas redações exibiam muitos problemas ortográficos não questionavam a pontuação recebida, ao contrário dos que perdiam pontos em *coesão* ou *coerência*. Isto nos levou a perceber que havia falhas na proposta. Ela tinha o intuito de funcionar como auxílio para o professor, mas justamente por isso descurara do outro lado do processo ensino-aprendizagem. Para o aluno, a indicação de que recebera 2,0 em *coesão* ou 0,5 em *vocabulário* dizia muito pouco.

3. Na outra ponta da correção

Pedíamos ao estudante cuja redação fosse considerada fraca (isto é, abaixo de 5,0) que a refizesse. Acreditávamos que nossos riscos em vermelho e algumas perguntas eram autoevidentes como comentários e como guias nessa tarefa. Nos *Exemplos 1 e 2* ilustramos o que comumente acontecia.



Exemplo 1: Redação – 8.ª série



Exemplo 2: redação refeita

Comparados ambos os textos nos *Exemplos 1 e 2*, observa-se que a aluna efetivamente tentou sanar os erros que lhe foram apontados, mas é evidente a dificuldade em cumprir a tarefa. Durante certo tempo consideramos casos como esses típicos exemplos de má vontade, falta de conhecimento ou mesmo de inteligência. Afinal, nossos traços, nossos sublinhados e perguntas em vermelho eram comentários claríssimos e auto-evidentes.

Seriam realmente claros? Retornemos ao *Exemplo 1*. Tomemos como ilustração a seta semicircular que une as primeiras linhas dos dois parágrafos iniciais: queria chamar a atenção para o que há de contraditório entre ambas as frases (“*não existe mais*” vs. “*Atualmente existe*”); foi entendida, porém, como sinal de um problema de paragrafação. Estávamos, pois, pressupondo que o estudante “*sabe mais do que realmente sabe que seus erros resultam de uma escrita descuidada ou de falha na aplicação das regras*” (Lindemann, 1982: 229). A correção no *Exemplo 1* apontava defeitos na redação da aluna, indicava haver modificações a fazer, mas não ajudava a aluna a escrever melhor.

4. Uma avaliação diferente

O conjunto de trabalhos formado por Jacobs *et alii* (1981), Hughey *et alii* (1983) e Hartfiel *et alii* (1985) daria novo rumo ao trabalho. Voltados para o ensino de Inglês enquanto segunda língua, esses autores que, em conjunto escreveram esses três volumes, propunham uma tabela para avaliação que apresentava diversos pontos positivos, quer do ponto de vista da atividade docente, quer da perspectiva do aluno.

Primeiramente a proposta de Jacobs *et alii* (1981) permitia a avaliação do texto do aluno como um todo. Impedia, dessa forma, que o professor privilegiasse apenas um aspecto, como a ortografia, por exemplo, e perdesse de vista os restantes componentes da redação. Para isso o professor deveria ler duas vezes o texto. Na primeira leitura atentaria para o *conteúdo* e *organização*; na segunda, para o *vocabulário*, o *uso linguístico* e a *parte formal*. A proposta coibia ainda o zero para um aluno que tivesse feito o dever pedido. Ao apresentar níveis intermediários entre o *excelente* e o *muito fraco*, com opções de pontuação bem restrita (cerca de 3 pontos para cada nível num dado aspecto, num total de 100 para a redação), e os critérios para a seleção de cada nível apresentados na tabela, dois leitores divergiriam pouco na nota final atribuída a uma redação. Deixava-lhes ainda a opção de assinalar o motivo que os levava a

enquadrar determinado aspecto do trabalho num nível específico, para discussão num possível conselho de classe.

Resolvemos, então, adaptar essa tabela à realidade das turmas da UE em que trabalhávamos. A princípio isso consistiu na tradução da tabela, retirados os itens apropriados apenas no ensino de L2 (*vide Quadro 3*). Alguns dos quesitos podiam ser mais adaptados à nossa prática. Começamos, então, alterações sucessivas, com base naquilo que mais nos incomodava na rotina das classes.

Aluno		Turma	Data	Tema
pontos	nível	critérios		comentários
CONTEÚDO	30-27	EXCELENTE A MUITO BOM: aprofundado • sólido • desenvolvimento completo da tese • relevante para o tema proposto.		
	26-22	BOM A MEDIANO: algum conhecimento do tema • âmbito adequado • desenvolvimento limitado da tese • na maior parte, relevante para o tópico, mas carente de detalhes.		
	21-17	RAZOÁVEL A FRACO: conhecimento limitado do tema • pouca substância • desenvolvimento inadequado do tópico.		
	16-13	MUITO FRACO: não demonstra conhecimento do tema • não substantivo • não pertinente • OU não o bastante para avaliar.		
ORGANIZAÇÃO	20-18	EXCELENTE A MUITO BOM: expressão fluente • ideias claramente apresentadas/ sustentadas • sucinto • bem organizado • sequência lógica • coeso .		
	17-14	BOM A MEDIANO: um tanto solto • organizado frouxamente, mas com as ideias principais • argumentação limitada • sequência lógica, mas incompleta.		
	13-10	RAZOÁVEL A FRACO: não fluente • ideias confusas ou desconexas • carente de desenvolvimento e sequência lógica.		
	9-7	MUITO FRACO: não comunicativo • sem organização • OU não o bastante para avaliar.		

VOCABULÁRIO	20-18	EXCELENTE A MUITO BOM: sofisticado ● registro apropriado	
	17-14	BOM A MEDIANO: adequado.	
	13-10	RAZOÁVEL A FRACO: limitado.	
	9-7	MUITO FRACO: significado confuso/ obscuro ● gíria, calão ● OU não o bastante para avaliar.	
USO LINGÜÍSTICO	25-22	EXCELENTE A MUITO BOM: construções complexas ● concordância/ regência segundo o uso culto..	
	21-18	BOM A MEDIANO: construções simples ● poucos problemas em construções complexas ● concordância/ regência nem sempre em acordo com o uso culto, mas que não obscurecem o significado.	
	21-17	RAZOÁVEL A FRACO: problemas sérios nas construções ● concordância/regência em desacordo com o uso culto ● significado confuso ou obscuro.	
	16-13	MUITO FRACO: sem domínio da sentença ● dominado por erros ● não comunicativo ● OU não o bastante para ser avaliado.	
PARTE FORMAL	5	EXCELENTE A MUITO BOM: domínio das convenções ● erros eventuais de pontuação, paragrafação, grafia.	
	4	BOM A MEDIANO: alguns erros de pontuação, paragrafação, grafias mas significado não obscurecido.	
	3	RAZOÁVEL A FRACO: erros frequente de pontuação, paragrafação, grafia ● significado confuso/ obscuro ● má caligrafia.	
	2	MUITO FRACO: pouco/ nenhum domínio das convenções ● dominado por erros de pontuação, capitalização, paragrafação ● caligrafia ilegível ● OU não o bastante para avaliar.	
TOTAL OBTIDO	PONTUAÇÃO MÁXIMA 100	LEITOR	

Quadro 3: primeira adaptação da proposta de Jacobs *et alii* (1981)

Primeiramente tínhamos o problema da cópia (a chamada *cola*) quer do livro-texto, quer de outros alunos que costumavam ter melhor desempenho. Queríamos que os alunos percebessem o quanto isso era grave e, por conseguinte, à exceção da *parte formal*, todos os demais itens automaticamente recebiam zero. Considerávamos que ainda assim era melhor entregar uma cópia que nada; por isso mantivemos uma pontuação irrisória, nesse caso, para a *parte formal*.

Em segundo lugar, mas para nós o pior problema, especialmente nas turmas altas da quinta série (as turmas 506, 507 508) — isto é, as turmas com alunos mais velhos, acima de 15 anos —, era o lutarmos contra um problema formal grave, a saber, a inobservância de convenções que diziam respeito ao próprio uso do espaço da página, daquilo a que Nunberg (1990) se refere como a “gramática do texto”. Encontrávamos problemas tais como a escrita do reto para o verso da folha, o desconhecimento da noção de margem¹⁰, capaz de transformar a mancha em algo amorfo, a escrita somente em maiúsculas, o desconhecimento da letra manuscrita cursiva, o uso do ponto como início do texto¹¹. Em outras palavras, deparávamo-nos com o desconhecimento de requisitos gráficos que se foram firmando ao longo da padronização das línguas do Ocidente e que se tornaram partilhados por aqueles a quem consideramos alfabetizados. Resolvemos então atribuir à *parte formal* bem mais que os 5 pontos em 100 da tabela original: 15 pontos. Acreditamos, no entanto, que, num contexto diferente, em que haja o domínio dessa gramática gráfica, poderiam ser mantidos os 5 pontos.

Em terceiro lugar, trabalhávamos com português L1. Em vista das questões prementes de sintaxe do texto, diminuimos a importância do *vocabulário*. Ou melhor, das chamadas *palavras de conteúdo*, uma vez que as *palavras funcionais* faziam parte do item *uso linguístico*. Como havia pouca prática no uso do dicionário, era comum as palavras de conteúdo que estavam sendo aprendidas serem usadas inapropriadamente, ou num contexto errado de formalidade. Dito de outro modo: resolvemos não cobrar o que não estávamos ensinando. Passamos esse item para o máximo de 5 pontos. Não foi essa uma solução que nos deixasse satisfeitos; apenas reconhecíamos que o ensino de

¹⁰ Chegamos a ouvir a pergunta “*para que serve essa linha vermelha na página?*”.

¹¹ Apresentamos alguns desses problemas em Rosa (1984). Aparentemente o uso do ponto como primeiro caracter do texto decorria de uma reinterpretação do sinal que a professora que introduzira (ou que fixara) a noção de parágrafo fazia no quadro-negro, a fim de indicar o recolhido. O sinal não seria necessário no começo dos demais parágrafos porque estes alinham-se pelo primeiro.

vocabulário mereceria uma pesquisa especial (para algumas propostas, *vide* Carter & McCarthy, 1988).

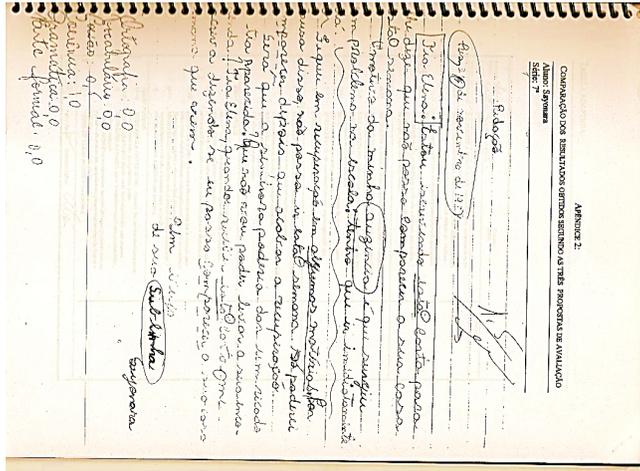
Para que não houvesse um desequilíbrio na pontuação atribuída à primeira metade da tabela, que trata da mensagem, e a segunda, que avalia efetivamente a comunicação dessa mensagem, aumentamos a pontuação de *uso linguístico* para 30 pontos. Afinal, o ensino do português padrão é o que mais se cobra da Escola. Por entendermos que *conteúdo* e *organização* eram mais claros e mais abrangentes que, respectivamente, *coerência* e *coesão*, preferimos os primeiros. Ficou a tabela como no *Quadro 4*, a seguir.

Aluno		Turma	Data	Tema
pontos	nível	critérios		comentários
CONTEÚDO	30-27	EXCELENTE A MUITO BOM: desenvolvimento completo da tese ● relevante para o tema proposto.		
	26-22	BOM A MEDIANO: algum conhecimento do tema ● desenvolvimento limitado da tese ● relevante para o tópico MAS carente de detalhes.		
	21-17	RAZOÁVEL A FRACO: conhecimento limitado do tema ● pouca substância ● informação não pertinente ● desenvolvimento inadequado do tópico.		
	16-13	MUITO FRACO: não demonstra conhecimento do tema ● não pertinente ● informação contraditória ●OU não o bastante para avaliar.		
	0	CÓPIA DE TEXTO ALHEIO: em parte, cópia de trabalho alheio ● na íntegra, cópia de trabalho alheio.		
ORGANIZAÇÃO	20-18	EXCELENTE A MUITO BOM: o tópico dos parágrafos é sustentado ● presença de introdução e conclusão ● presença dos elementos pressupostos nas relações coesivas ● elementos de transição entre parágrafos.		
	17-14	BOM A MEDIANO: ideias principais MAS pouco desenvolvidas ● sequência lógica MAS incompleta ● carente de alguns elementos para a interpretação das relações coesivas.		
	13-10	RAZOÁVEL A FRACO: confuso ● carente de desenvolvimento ● OU desenvolvimento não pertinente.		
	9-7	MUITO FRACO: não comunicativo ● sem organização ● OU não o bastante para avaliar.		
	0	CÓPIA DE TEXTO ALHEIO: não avaliável.		

VOCABULÁRIO	5	EXCELENTE A MUITO BOM: tentativa de domínio de novas palavras de conteúdo • escolha e uso eficientes • registro apropriado	
	4	BOM A MEDIANO: tentativa de domínio de novas palavras de conteúdo • alguns problemas na escolha e emprego tentativa de domínio de novas palavras de conteúdo • adequado.	
	2	RAZOÁVEL A FRACO: limitado.	
	1	MUITO FRACO: significado confuso/ obscuro • gíria, calão • OU não o bastante para avaliar.	
	0	CÓPIA DE TEXTO ALHEIO: não avaliável	
USO LINGUÍSTICO	30-27	EXCELENTE A MUITO BOM: construções complexas • concordância/ regência segundo o uso culto • emprego de diferentes palavras funcionais na ligação de orações .	
	26-22	BOM A MEDIANO: construções simples • concordância/ regência nem sempre em acordo com o uso culto MAS que não obscurecem o significado.	
	21-17	RAZOÁVEL A FRACO: concordância/regência em desacordo com o uso culto • alguns problemas com seqüências de tempos no período • frases longas/ confusas e obscuras/ mal delimitadas.	
	16-13	MUITO FRACO: subordinadas sem principal • tempos conflitantes entre parágrafos • OU não o bastante para ser avaliado.	
	0	CÓPIA DE TEXTO ALHEIO: não avaliável.	
PARTE FORMAL	15-22	EXCELENTE A MUITO BOM: domínio das convenções • erros eventuais de pontuação, paragrafação, grafia.	
	11-8	BOM A MEDIANO: alguns erros MAS significado não obscuro.	
	5	RAZOÁVEL A FRACO: erros frequentes • significado confuso/ obscuro • má caligrafia.	
	4	MUITO FRACO: pouco/ nenhum domínio das convenções • dominado por erros de pontuação, capitalização, paragrafação • caligrafia ilegível • OU não o bastante para avaliar.	
	3	CÓPIA DE TEXTO ALHEIO: não avaliável.	
TOTAL OBTIDO	100	LEITOR	

Quadro 4: segunda adaptação da proposta de Jacobs et alii (1981)

Para efeitos comparativos, apresentamos uma redação escrita e avaliada em 1984 segundo os critérios no *Quadro 1*, seguida da avaliação segundo a tabela de Jacobs *et alii* reformulada (*vide Exemplo 3*).



ALUNO:	TEMA:	DATA:	COMENTÁRIOS
Jaysara Calle Personal			
CONTEÚDO-27	EXCELENTE A MUITO BOM: desenvolvimento completo de todos os pontos para o tema proposto.		
26-22	BOM A MEDIANO: desenvolvimento completo de todos os pontos com algumas lacunas para o tópico MAS ausência de detalhes.		
21-17	RAZÓVEL A FRACO: desenvolvimento limitado de todos os pontos com algumas lacunas para o tópico MAS desenvolvimento limitado de todos os pontos.		
16-13	MUITO FRACO: desenvolvimento limitado de todos os pontos com algumas lacunas para o tópico MAS desenvolvimento limitado de todos os pontos.		
0	FRACO: desenvolvimento limitado de todos os pontos com algumas lacunas para o tópico MAS desenvolvimento limitado de todos os pontos.		
ORGANIZAÇÃO			
20-18	EXCELENTE A MUITO BOM: o tópico dos parágrafos é contínuo e apresenta introdução e conclusão próprias dos elementos propostos nos tópicos anteriores e conclusão de transição entre parágrafos.		
17-14	BOM A MEDIANO: o tópico dos parágrafos é contínuo e apresenta introdução e conclusão próprias dos elementos propostos nos tópicos anteriores e conclusão de transição entre parágrafos.		
13-10	RAZÓVEL A FRACO: desenvolvimento de desenvolvimento OU desenvolvimento de todos os pontos.		
9-7	MUITO FRACO: desenvolvimento de desenvolvimento OU desenvolvimento de todos os pontos.		
0	FRACO: desenvolvimento de desenvolvimento OU desenvolvimento de todos os pontos.		
VOCABULÁRIO			
5	EXCELENTE A MUITO BOM: variedade de escolha de novas palavras de vocabulário e uso adequado de conectivos.		
4	BOM A MEDIANO: variedade de escolha de novas palavras de vocabulário e uso adequado de conectivos.		
3	RAZÓVEL A FRACO: variedade de escolha de novas palavras de vocabulário e uso adequado de conectivos.		
2	MUITO FRACO: variedade de escolha de novas palavras de vocabulário e uso adequado de conectivos.		
0	FRACO: variedade de escolha de novas palavras de vocabulário e uso adequado de conectivos.		
USO LINGÜÍSTICO			
20-17	EXCELENTE A MUITO BOM: construção completa e coerente de frases segundo a norma culta e emprego de diferentes palavras de acordo com o contexto.		
26-22	BOM A MEDIANO: construção completa e coerente de frases segundo a norma culta e emprego de diferentes palavras de acordo com o contexto.		
21-17	RAZÓVEL A FRACO: construção completa e coerente de frases segundo a norma culta e emprego de diferentes palavras de acordo com o contexto.		
16-13	MUITO FRACO: construção completa e coerente de frases segundo a norma culta e emprego de diferentes palavras de acordo com o contexto.		
0	FRACO: construção completa e coerente de frases segundo a norma culta e emprego de diferentes palavras de acordo com o contexto.		
PARÊNTISE FORMAL			
15-12	EXCELENTE A MUITO BOM: domínio das convenções de escrita de pontuação, parágrafos, etc.		
11-8	BOM A MEDIANO: domínio das convenções de escrita de pontuação, parágrafos, etc.		
7	RAZÓVEL A FRACO: domínio das convenções de escrita de pontuação, parágrafos, etc.		
4	MUITO FRACO: domínio das convenções de escrita de pontuação, parágrafos, etc.		
3	FRACO: domínio das convenções de escrita de pontuação, parágrafos, etc.		
0	FRACO: domínio das convenções de escrita de pontuação, parágrafos, etc.		
TOTAL	49	LEITOR	COMENTÁRIOS

Exemplo 3: comparação dos resultados obtidos

A diferença entre as notas é grande: 15 (ou 1,5 em 10) e 49, respectivamente. A análise da primeira avaliação leva-nos a perceber o quanto a *ortografia* foi valorizada, em detrimento de tudo o mais: a aluna S... perdeu pontos no item *ortografia*, mas também, por conta das convenções de ortografia, na *gramática* (“Tia Elena estou escrevendo...” ; “poderia dar um recado a tia Aparecida que...”) e na *parte formal* (pontuação na data, vocativo inicial não destacado do corpo da carta).

5. Comentários à parte

Uma vez que nossa proposta era o uso da redação como instrumento para o domínio da escrita, nosso comentário deveria merecer também um tratamento mais cuidadoso do que os riscos a vermelho e algumas perguntas eventuais. No caso das redações com muitos problemas, criávamos uma teia vermelha (ou de outra cor forte) por sobre o texto do aluno. Interpretar essa teia não era tarefa fácil para ele.

Lindemann (1981: 230-233) propõe um conjunto de procedimentos para os comentários que acompanham as redações. Resumimo-los aqui.

1. Leia a redação sem assinalá-la.
2. Identifique apenas um ou dois problemas.
3. Formule uma hipótese para a explicação desses problemas.
4. Examine o que o estudante fez bem.
5. Comece a assinalar a redação.
6. Faça perguntas com *por que*, *como*, *o que*, que guiem a redação do aluno, evitando perguntas de resposta *sim/não*.
7. Caso diga que algo é *obscuro*, diga o porquê.
8. Lembre-se de comentar o progresso feito nos últimos trabalhos.
9. Não faça o trabalho do aluno: deixe que ele examine uma linha assinalada para localizar e tentar corrigir o erro.
10. Escreva um cuidadoso comentário final, que resuma seus comentários ao longo da redação e estabeleça a meta da redação subsequente.
11. Mantenha na pasta referente ao aluno as observações sobre o progresso e áreas problemáticas.

Mantivemos as duas leituras para uma redação, também constantes da proposta de Jacobs *et alii*. Os dois problemas (item 2 acima) que Lindemann sugere saíam, portanto, um de cada metade da tabela no caso de alunos com redação muito deficiente, ou basicamente da parte inferior. Quanto ao longo comentário final, que pareceria impossível de realizar para um professor com muitas turmas, Lindemann (1981: 234) revela o segredo para consegui-lo:

Embora o longo comentário final ... sugira que dependi longo tempo compondo-a, isso não é verdade. Quero que meus alunos pensem que assim foi, suponho, mas utilizei-me de um “comentário final armazenado” que já usei muitas vezes, simplesmente modificando-o de leve, para que sirva à redação específica que estou corrigindo.

Ilustramos tais comentários no *Exemplo 4*.

Você demonstra sentido de organização.
 O 1º e o último parágrafo tratam da mesma ideia geral, que é desenvolvida nos parágrafos intermediários.
 Boa, no entanto, problemas a que deve atentar-se.
 Em 1º lugar, ^{o problema} férias, embora signifique um todo indivisível (não tiramos uma férias, mas férias), é plural. Revise seu texto e procure saber por que digo isto. O mesmo parece ter acontecido com moças e rapazes, que você parece ter visualizado como gente.
 Em 2º lugar, cheque as vírgulas (cada sinal , na margem indica um problema com as vírgulas). Volte às regras, que estão na sua gramática. Se não conseguir resolver todas as marcas, posso ajudá-la. Vejamos como ficará a pontuação do próximo trabalho.
 Br fim: não esqueça de escrever em linhas alternadas, para que eu possa fazer meus comentários. Fiquei sem espaço extra!

Gostei de ver que, na sua redação, você conseguiu relacionar o primeiro e o último parágrafo: no primeiro você cancela o compromisso com sua tia; no último, propõe a ela uma nova data.

Mas você não precisava ter dito novamente no 3º parágrafo "não posso ir esta semana": isso já estava dito na 3ª linha.

Outro problema é que você usa sempre a forma está. Observe a diferença: está com mas ela está triste.

Por fim: nem todos os me, te, se são antecedidos por hífen: escreva-me, mas me escreva. Agora, carta-me faz algum sentido para você? É imediatamente-lá? (O lá que pode ligar-se por hífen a outra palavra não tem acento nunca: delimito-la na cama, por exemplo)

Na sua próxima redação vamos ajustar todos os hífens e acentos?

Em Brasília o sol não estava muito forte, minhas férias foi maravilhosa.

Meus pais decidiram viajar para Cabo Verde, passar alguns dias em um camping.

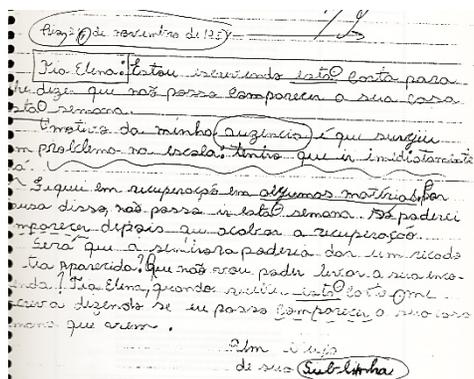
✓ No 1º dia, achei um pouco chato, pois, eu não conhecia ninguém e não tinha com quem conversar, a não ser com meus pais. No mesmo dia, eu fui logo se enturmando com um grupo, onde havia tanta música como rapazes e meninas de uma hora, lá estava eu... alegre, descontraída, brincando, e tudo que eu poderia fazer para que essas férias seja as mais animadas de todas.

✓ Todas as manhãs nós fomos para passear, nadar e ficar um bom fresquinho no praia, pois lá, o sol não parecia ser tão forte quanto aqui no Brasil. Para eu, fiquei com tanta um clube que se chamava "lightclub", onde se encontrava música e rapazes de 15 a 30 anos.

✓ Muita música, luz e animação, e quem não faltava lá.

Para mim, essas férias foram das melhores.

(Comentário no verso)



Exemplo 4: redações comentadas segundo o modelo Lindemann

Com o texto de Lindemann começava uma nova fase no trabalho. De início todas as redações eram devolvidas ao aluno com uma nota. Em geral, os resultados obtidos ficavam sempre abaixo de 50, isto é, alinhavam-se entre os resultados que teríamos de classificar como de conceito D ou E. Por mais esforço despendido, tornava-se muito difícil para a maioria dos alunos alcançar ou superar 50 pontos. Não era uma situação estimulante. Alteramos, por conseguinte, a rotina: receberiam pontos as redações feitas como teste, com dia marcado. As demais eram devolvidas sem a folha de avaliação, que guardávamos para controle. Pode-se perguntar para que ter o trabalho de preencher algo que não seria entregue. Simples: porque (a) os critérios da tabela obrigavam-nos a analisar a redação sob diferentes aspectos; (b) assim mantínhamos o acompanhamento dos alunos.

Conclusão

Tentamos mostrar, ao longo deste relato, que podemos utilizar as redações como um meio eficaz de acompanhamento no desenvolvimento da escrita do aluno e otimizar nosso próprio trabalho. De modo algum pensamos em qualquer das propostas aqui apresentadas como instrumento de avaliação de uma única redação, pedida como teste a cada bimestre. Afinal, aprender a redigir compreende um longo processo de escrita/reescrita, até que o aluno se torne um editor eficiente de seus próprios textos.

Vemos pontos positivos na pesquisa aqui relatada no que respeita a outros aspectos do trabalho docente, não focalizados aqui, caso da avaliação única numa UE. Facilita-se o trabalho em equipe, no caso de provas únicas para toda a série. A tabela retira da avaliação de redações utilizadas como teste muito da subjetividade que cada professor imprimiria à própria leitura. Com algum treinamento prévio, os resultados divergiriam minimamente. Some-se a isso que, no caso de ser solicitada uma revisão, o professor evitaria situações constrangedoras que podem advir quando critérios pouco claros são questionados. Argumentar que *evidentemente a redação R tirou a nota x porque é má* é falacioso e, como tal, arriscado: pode levantar o contra-argumento, também falacioso, de que não é tão má como isso.

Referências

- BEAUGRANDE, Robert Alain de & DRESSLER, Wolfgang U. 1981. *Introduction to Text Linguistics*. Londres: Longman.
- CARTER, Ronald & McCARTHY, Michael. 1988. *Vocabulary and Language Teaching*. Londres: Longman.
- JACOBS, Holly L. *et alii*. 1981. *Testing ESL Composition: A Practical Approach*. Rowley, Mass.: Newbury House Publishers.
- HARTFIEL, V. Faye *et alii*. 1985. *Learning ESL Composition*. Rowley, Mass.: Newbury House Publishers.
- HUGHEY, Jane B. *et alii*. 1983. *Teaching ESL Composition: Principles and Techniques*. Rowley, Mass.: Newbury House Publishers.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. 1957. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1965.
- LINDEMANN, Erika. 1982. *A Rhetoric for Writing Teachers*. Oxford: Oxford University Press.
- NUNBERG, Geoffrey. 1990. *The Linguistics of Punctuation*. s.l.: CSLI/Leland Stanford Junior University.
- ROSA, Maria Carlota Amaral Paixão. 1984. O ensino de Português no segundo segmento do primeiro Grau: algumas observações. *Legenda*, 4 (8): 13-27.

Apêndice

Sondagem: Que seria uma boa redação para um professor de português?

Nome:

Séries com que trabalha:

Tempo de magistério:

A. Os textos abaixo foram escritos por alunos da 7a. série.

I. Texto A

os estudantes Felipe, Augusto, Fabricio e leopoldo estavam dialogando no quarto onde rezidia Augusto. Felipe um dos estudantes convida os colegas para passar alguns dias na ilha de ... onde rezidia sua vó D. Ana.

Felipe para convencelos a irem, falou de suas primas e sua irma. Logo ficarão interessados. Alem disso, felipe e augusto fizeram uma aposta, se Augusto amace uma só mulher 15 dias teria de escrever um romance. e com Felipe aconteceria o mesmo. Eles chegaram a ilha de ..., cada qual, conversava com uma garota. Pobre Augusto! D. Violante o segurou contou suas historias ... Logo após o jantar ouve um passeio pelo jardim, Augusto deu o braço a D. Ana contou-o a lenda de Ahi e Aoitin e Augusto contouli a historia dos breves. Augusto foisse e carolina ficou triste. Augusto volta a ilha e Carolina revelase a menina da praia. Ficam noivos.

Perdida a aposta Augusto escreve o romance, com o título de a Moreninha.

II. Texto B

No dia 7 de março de 1984, um rapaz de 23 anos, louro, de olhos azuis, de barba e com calça Jeans e tenis branco saiu de casa há 4 anos e 3 meses, de sua casa em Campos, no Rio de Janeiro. Num dia de muito calor em sua casa, lhe deu uma vontade de tomar cerveja e até hoje não voltou.

No dia 3 de novembro de 1984, teve um telefonema dos sequestradores, pedindo uma soma de 2 mil dólares. Não poderam fazer nada. Não tinham dinheiro para dar.

Depois ele foi encontrado num campo aberto, com o corpo esquartejado e deformado.

Na localidade de Nova Iorque, no camping de Nova Iorque, sua família disse que o corpo era dele.

Mas depois de muitos anos ele apareceu na casa de sua mãe. Sua mãe e seus familiares tomaram até um susto, pensando que ele tinha morrido em Nova Iorque.

III. Texto C

Reunidas em casa, um convite feito por Filipe foi citado aos seus colegas. Um convite a pitoresca ilha de ...

Uma aposta feita por Filipe e Augusto. Quando nesta mesma aposta Augusto tinha que conseguir o amor da bela irmã de Filipe, também conhecida como “A Moreninha”, uma menina de apenas quinze anos que no começo pareceu um tanto egoísta para Augusto.

Uma grande festa foi feita no dia de Sant’Ana. Unindo mais o rapaz Augusto e a menina Carolina, como contada a lenda de dois índios apaixonados.

Passados alguns dias um belo romance surgiu.

Uma meiga e velha senhora chamada D. Ana com suas histórias.

Uma história apaixonante que seu simbolo foi dois Breves, um branco e outro verde. É a história de um menino apaixonado por uma menina de menos de oito anos que resolveram ajudar um pobre homem humano e doente. Que lhe prometeram amor infinito.

As travessuras de D. Carolina bela jovem e as Malvadezas de D. Clementina.

Emfim, um final de romance com Augusto e Carolina — Ele, um jovem estudante de medicina; ela, a pequena e bela Moreninha.

B.

1. Para você, que problemas os textos que acabou de ler apresentam?

Texto A	Texto B	Texto C

2. Imaginando que os textos acima fossem redações de seus alunos, que notas você atribuiria a cada um, numa escala de zero a dez?

Texto A	Texto B	Texto C

3. Justifique as notas dadas aos textos.
4. Que problemas você considera mais graves num texto escrito?
5. Que problemas você considera menos graves num texto escrito?
6. Observações.

Nota do editor: articulista convidado.

ZEITGEIST¹
EM HOMENAGEM A EVANILDO BECHARA POR
OCASIÃO DOS SEUS 90 ANOS

ZEITGEIST
IN HOMAGE TO EVANILDO BECHARA ON THE OCCASION
OF HIS 90 YEARS

Cristina Altman
Universidade de São Paulo
altman@usp.br

RESUMO:

O texto retoma um problema recorrente na pesquisa historiográfica em ciências da linguagem: a questão das *influências* e do *clima intelectual* (*Zeitgeist*) no processo de produção de conhecimento em uma tradição linguística. O objetivo é reverenciar os 90 anos de Evanildo Bechara que, em vários momentos de sua longa trajetória, rendeu tributos àqueles que considerou seus maiores mentores. Escolhi, por achar oportuno à ocasião, revisitar o diálogo que se estabeleceu entre Said Ali e o homenageado, na tese que apresentou em 1954 para concorrer à cátedra de Língua Portuguesa no Colégio Pedro II: *Evolução do pensamento concessivo em português*, dedicada à “*memória do mestre dilettissimo e amigo inesquecível M. Said Ali Ida (1861-1953)*”, a quem Bechara reconheceu, explicitamente, dever sua formação filológica.

PALAVRAS-CHAVE:

Evanildo Bechara, Said Ali, influências, clima intelectual

ABSTRACT:

The article revisits a recurring problem in the language sciences historiographic research: the question of the *influences* and of the *intellectual climate* (*Zeitgeist*) in the knowledge production process within a linguistic tradition. Its purpose is to celebrate

¹ Esta é uma versão escrita do texto proferido no encerramento do 17. Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, realizado conjuntamente ao 8º. Congresso Internacional de Lusofonia, na Pontifícia Universidade Católica, em 28 de abril de 2018. Agradeço uma vez mais às organizadoras do encontro, em especial a Neusinha Bastos e a Nancy Casagrande, a oportunidade de testemunhar, mais uma vez, a vitalidade, a erudição e o bom humor do Professor Evanildo Bechara, a quem presto respeitosa reverência, por ocasião dos seus 90 invejáveis anos.

the 90th anniversary of Evanildo Bechara who, at several moments of his long trajectory, paid tribute to those he considered his greatest mentors. As it was appropriate for the occasion, I chose to readdress the *dialogue* between Said Ali and the honoree, in the thesis he presented in 1954, to compete for the Chair of Portuguese Language at the Pedro II School: *The evolution of the concessive thinking in Portuguese*, dedicated to “*the memory of the most beloved master and unforgettable friend M. Said Ali Ida (1861-1953)*”, to whom Bechara explicitly acknowledged that he owed his philological training.

KEY-WORDS:

Evanildo Bechara, Said Ali, influences, intellectual climate

“... [Taine] dizia que todos nós começamos imitando, amanhã não imitamos a mais ninguém e, depois de amanhã, imitamos a nós mesmos, isto é, somos originais.”

(*Evanildo Bechara em Primeira Pessoa*,
in D. V. Palma et al., 2008: 23)

Introdução

Em entrevista concedida a Neusa Bastos (Bechara, 2008a), Evanildo Bechara, ao discorrer sobre sua metodologia nas aulas de português, mencionou Humberto de Campos (1886-1934) que, em suas *Memórias*, revelara que lera tanto Coelho Neto (1864-1934) que, aos 16 anos, ao escrever um conto, não sabia se assinava Humberto de Campos, ou Coelho Neto. Em meio a esta pequena digressão do entrevistado, o que mais chamou minha atenção foi a citação que fez a seguir,² aqui reproduzida: “... [Taine] dizia que todos nós começamos imitando, amanhã não imitamos a mais ninguém e, depois de amanhã, imitamos a nós mesmos, isto é, somos originais.” (Bechara, 2008a: 23). Dedicada ao estudo das tradições brasileiras de pesquisa linguística e ao cultivo da sua memória há tantos anos, não poderia me escapar essa pequena citação de Bechara, que remete a um problema recorrente em historiografia linguística: a questão das *influências* que um autor exerce sobre o trabalho do

² Atribuída a Hippolyte Taine (1828-1893)

seu leitor, ou discípulo, principalmente em ciências como as da linguagem, cujo conhecimento se constrói em entrelinhas, em intertextos, em hipertextos. Esta questão é um tema tão recorrente quanto complexo em historiografia linguística, e ainda perturba os historiógrafos, tanto os mais experientes, quanto os que se iniciam na prática.

De fato, é muito difícil mapear a rede de influências sobre as ideias de um autor sem esbarrar no conceito mais amplo de *clima de opinião, ou de clima intelectual*, (que aqui aproximo do *Zeitgeist* alemão),³ ou então, sem lidar com conceitos ainda mais fugidios como os de *originalidade* e *autoria* do trabalho intelectual: qual a fronteira entre se inspirar nas ideias de alguém, mesmo que parcialmente, e entre adotar uma ideia, ou um ponto de vista, que circula de forma dominante em nosso ambiente intelectual? Eu arriscaria reafirmar que, no caso brasileiro, para além de todas as dúvidas que temos sobre como tratar essa questão com um mínimo de rigor, há um complicador a mais. A pesquisa linguística no Brasil, como sabemos, tem se caracterizado por ser uma linguística eminentemente ‘de recepção’ (*inter alia* Altman, 1996, 1998), isto é, nossa prática de trabalho tem consistido em aplicar, ao português sobretudo, teorias e metodologias produzidas em outros centros irradiadores de pesquisa ‘avançada’. Aliás, é preciso observar que, se por um lado, costumamos exaltar a originalidade de um autor, valorando negativamente a dinâmica da ‘recepção’, por outro, não deixamos de praticá-la. Com efeito, o Brasil não é considerado pela historiografia linguística canônica um centro produtor e divulgador de novas ideias. Ao contrário, é lugar comum na literatura crítica sobre a pesquisa linguística no Brasil, no século XX, a constatação de que não desenvolvemos um pensamento linguístico original, antes, ‘recebemos’ as teorias de outros centros mais ‘desenvolvidos’ e as aplicamos, replicamos e reproduzimos (Coseriu, 1976 [1968]; Mattoso Câmara, 1976 [1968]; Borges Neto, 1986).

Mesmo reconhecendo que a ciência enquanto tal não tem fronteiras, já que há hoje extrema facilidade de intercâmbio de textos e de ideias entre pesquisadores, algo impensável há 50 anos, é preciso admitir que qualquer pesquisador está sujeito às coerções do seu contexto imediato, inevitavelmente. Em outras palavras, se a ciência não tem nacionalidade, o cientista tem. Neste sentido, em vez de cavoucarmos a história em busca de pioneiros e de heróis, ou de

³ O conceito de *clima de opinião*, segundo Koerner 1975, é do século XVII e foi revivido por Alfred North Whitehead (1861-1947) nas suas conferências de 1925. Nos termos do autor: “‘*Climate of opinion*’ denotes the particular intellectual atmosphere prevailing in a given period of time [...]” (Koerner, 1975: 719-720).

produtores e receptores, talvez fosse mais produtivo recolocar a questão das influências em termos de *diálogos* que se estabeleceram entre pesquisadores que atuaram em contextos diferentes, em tempos diferentes, em mundos intelectuais diferentes. De fato, em uma relação dialógica, pesquisadores não ‘copiam’ simplesmente informações uns dos outros, mas prestam, cada um a seu ‘turno’, sua contribuição em uma direção mutuamente aceita. Claro que essa direção pode ser — e frequentemente é — renegociada ao longo do diálogo (Grice, 1982), mas dificilmente é unidirecional, ou unidimensional.

Longe de querer esgotar a complexidade do problema, retomo aqui a questão das *influências* e do *clima intelectual* em historiografia linguística para reverenciar os 90 anos de Evanildo Bechara que, em vários momentos de sua longa trajetória, rendeu tributos àqueles que considerou seus maiores mentores.⁴ Escolhi, por achar oportuno à ocasião, revisitar o diálogo que se estabeleceu entre Said Ali e o homenageado, na tese que apresentou em 1954 para concorrer à cátedra de Língua Portuguesa no Colégio Pedro II: *Evolução do pensamento concessivo em português* (Bechara, Marlit, 2008: 53),⁵ dedicada à “*memória do mestre diletíssimo e amigo inesquecível M. Said Ali Ida (1861-1953)*”, a quem Bechara reconheceu, explicitamente, dever sua formação filológica.

1. O contexto imediato da pesquisa linguística brasileira na década de 1950

1.1 Um contexto em mutação

Retrospectivamente, os anos 1950 no Brasil simbolizam o momento do cruzamento de duas gerações de *scholars* brasileiros que se perceberiam em domínios opostos. Foi o ponto de chegada de uma geração de ‘filólogos’ voltados para o estudo histórico (notadamente gramatical) do português, para a variação dialetal (notadamente do léxico) e para a definição de um padrão fonético brasileiro. Ao mesmo tempo, foi o ponto de partida de uma futura geração de ‘linguistas’ que privilegiaria, em nítida reação à geração anterior,

⁴ Entre outros: M. Said Ali Ida (1861-1953), J. Mattoso Câmara (1904-1970) e Eugenio Coseriu (1921-2002).

⁵ Também denominada *Estudos sobre os Meios de Expressão do Pensamento Concessivo em Português*.

o estudo sincrônico do português, a variação socioletal e as questões de teoria gramatical (Altman, 2016).

Nesse contexto em incipiente mutação, os *scholars* brasileiros voltados para o estudo de questões de língua e linguagem se percebiam, de maneira geral, filólogos. Tanto é que Coseriu (1976 [1968]: 19), ao discorrer sobre os centros de pesquisa latino-americanos, os definiu como centros eminentemente filológicos, em que a linguística, embora pudesse prevalecer em alguns casos, nunca era exclusiva.⁶ Na sua interpretação: “*Isto se deve à antiga ligação entre linguística e filologia, que foi preservada até hoje em alguns campos, às necessidades do ensino, e, sobretudo, a uma tradição espanhola e portuguesa de raízes bastante profundas.*” A propósito, observe-se neste sentido o comentário de Mattoso Câmara, também de 1968, que reforça essa interpretação:

Não obstante o progresso feito em linguística geral, linguística do português e dialetologia, a filologia em seu sentido estrito continua a merecer o interesse predominante dos estudiosos brasileiros. O ensino do português nas universidades brasileiras é principalmente de caráter filológico e frequentemente se confunde com estudos literários. (Mattoso Câmara, 1976 [1968]: 58)

Com efeito, no Brasil, a Linguística Geral, como disciplina distinta e autônoma em relação à Filologia, só se institucionalizaria como disciplina obrigatória aos alunos de Letras em 1962. Até então, os estudiosos brasileiros faziam parte de uma tradição de pesquisa vista pelos seus contemporâneos como contínua, passaram para a literatura crítica posterior como grandes filólogos e, como grandes filólogos, ocuparam as principais cátedras universitárias do país; fundaram os primeiros centros de pesquisa dedicados a assuntos linguísticos; dominaram o cenário das publicações monográficas e periódicas e, por isso mesmo, foram aqueles capazes de congregar, até meados dos anos 60, pelo menos, o maior número de adeptos (cf. Castilho, 1962; Altman, 1998). O centro principal de irradiação do ‘clima intelectual filológico’ nos anos 1950 era o Rio

⁶ Entenda-se aqui por ‘linguística’ a linguística estrutural, enquanto descrição autônoma de formas e funções de uma língua natural.

de Janeiro, e seu líder intelectual e organizacional, nos termos de Murray 1994, era Serafim da Silva Neto (1917-1960) (v. Coelho, 1998; Altman, 2016).⁷

De outro ponto de vista, é interessante observar que diferentes estilos de trabalho acadêmico também apontavam, ainda que timidamente, para mudanças. Se, no modelo histórico-comparativo, predominante entre os gramáticos brasileiros desde as décadas finais do século XIX (cf. Danna, 2014) e permeado de motivações didáticas e normativas, o estudo da matéria linguística era percebido como da esfera de competência de apenas alguns poucos eruditos, a partir dos anos 1950 e 1960, assistiríamos à lenta diluição das funções administrativas e científicas das antigas cátedras.⁸ Ao final dos anos 1960, as ciências da linguagem no Brasil passariam a ser uma atividade de grupos que se aglutinariam em torno de novos temas e de novas metodologias de pesquisa (Altman, 1998).

Em 1954, entretanto, quando Bechara apresentou sua tese ao Colégio Pedro II, essas mudanças eram ainda por demais incipientes para que a geração do consagrado mestre Said Ali e do jovem Bechara delas se dessem conta. Said Ali, aliás, falecera no ano anterior, em 27 de maio de 1953, e Bechara, seu precoce discípulo, apenas despontava profissionalmente, não como o leitor dos ‘estruturalistas’ que circulavam no ambiente acadêmico do Rio de Janeiro, como Joaquim Mattoso Câmara (1904-1970) ou Eugenio Coseriu (1921-2002), mas sim como o leitor dos renomados filólogos europeus e brasileiros e de suas bibliografias.

Foi neste contexto imediato que, em 1954, Bechara publicou seu primeiro volume, que reunia seus ensaios esparsos, e defendeu sua tese sobre o ‘pensamento concessivo’ no concurso do Colégio Pedro II, diante de uma banca,

⁷ O processo de institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil começa, a rigor, com a geração acadêmica anterior, responsável pela criação das primeiras Faculdades de Filosofia em São Paulo e no Rio de Janeiro, na década de 1930. A rigor, entretanto, a primeira Faculdade de Filosofia regularmente organizada no país foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras *Sedes Sapientiae*, fundada em 1933, em São Paulo (*Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. USP, 1953). Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo (USP), que incorporou às instituições já existentes -- Direito, Medicina, Engenharia, Escola Agrícola, Farmácia e Odontologia -- uma Faculdade de Filosofia. Em 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, que também instituiu uma Faculdade de Filosofia e Letras. A criação destas Faculdades simbolizaram o fim do autodidatismo em matéria de linguagem e marcaram, na percepção das gerações que se seguiram, o início da carreira do profissional de Letras (v. Altman, 1998).

⁸ O regime da cátedra só se extinguiria, ao menos do ponto de vista legal, em 1969, quando foi implantado o sistema departamental, embora, como é sabido, perdurasse na prática ainda por mais alguns anos.

certamente, de renomados filólogos. Circunstâncias de vida pessoal, pois, (e só neste caso elas têm importância para o historiógrafo) fizeram com que o jovem Bechara emergisse dentro de um determinado modelo de atuação acadêmica e de um conjunto de valores compartilhados que aqui rotulo de ‘filológico’ (v. também Cavaliere, 2008: 87 e Bechara, 2017). Estar em um certo lugar em um certo momento também contribui para a direção por onde vai o conhecimento.

1.2 As condições ambientais da pesquisa filológica

Nas primeiras décadas do século XX, isto é, no Rio de Janeiro de Said Ali e do jovem Bechara, ainda imperava o *Zeitgeist* alemão do século XIX, aqui retomado por alguns grandes traços caracterizadores do período, depreensíveis da tese de Bechara de 1954: as condições materiais de pesquisa no Rio de Janeiro; a orientação histórico-evolutiva no estudo das formas e funções linguísticas e o mentalismo funcional de Said Ali, que também caracterizaria todo o percurso intelectual de Bechara (Neves, 1999: 72).

Esta tese, cujo objetivo era apresentar um estudo da história das conjunções concessivas no português, consistiu em um pequeno trabalho de erudição de cerca de 50 páginas, copioso em citações de filólogos europeus, notadamente romanistas, e em exemplos retirados de consagrados escritores do que Bechara denominou *Fase latina* (p.16-18), *Fase Românica* (p. 19-25) e *Português Quinhentista e Seiscentista* (p. 26-42). O exame das *operações mentais* que constituíam o *pensamento concessivo*, nos termos do autor, o levaram a propor outra designação para o que a tradição gramatical chamava de subordinadas concessivas: para Bechara, as orações que encerram o pensamento concessivo, deveriam se chamar *hipotéticas opositivas*.

Desde o início, na página que prefacia a tese, Bechara nos revela um aspecto importante das condições materiais da pesquisa filológica no Rio de Janeiro dos anos 1950, das práticas autorizadas no trabalho acadêmico; e dos valores compartilhados pela comunidade científica então relevante.

Observe-se:

*Empenhamo-nos em conferir, na medida do possível, todas as citações deste livro, inclusive aquelas exaradas pelas obras que consultamos. Salvo casos raríssimos, podemos afirmar que todas as passagens transcritas foram por nós cuidadosamente confrontadas. **Redigidos estes estudos em dois meses e em altas***

horas da noite, não nos foi permitido visitar bibliotecas, cingindo-nos, portanto, aos volumes que possuíamos. (Bechara, 1954a: prefácio, os grifos são meus)

Este pequeno parágrafo é revelador, se lembrarmos que a linguística brasileira dos anos 1950, ou 1960, não tinha autonomia ideológica, nem metodológica, como acertadamente apontou Coseriu (1976 [1968]: 15). As bibliotecas eram individuais, ou seja, raramente planejadas e nem sempre acessíveis aos jovens interessados;⁹ os critérios de coleta e de seleção de dados eram igualmente assistemáticos; a erudição, entendida aqui como o conhecimento linguístico adquirido através de vasta literatura estrangeira, altamente valorizada. Como as fontes de estudo dependiam basicamente dos livros e periódicos que cada pesquisador pudesse adquirir, ou ter acesso, a formação dos estudiosos, muitos ainda autodidatas, era bastante heterogênea (Coseriu, 1976 [1968]: 18). Bechara, inclusive, nunca deixou de mencionar, com orgulho, os livros que emprestou, ou que herdou de Said Ali, por especial deferência do mestre. Não é de estranhar, pois, que a prática autorizada no trabalho filológico e linguístico, tanto aquela voltada para o ensino gramatical no ensino médio, quanto aquela que ambicionava o nível acadêmico, consistia em ler os grandes autores estrangeiros e aplicar suas proposições aos dados da diacronia do português. Além do mais, o profissional que tivesse algum pendor para a pesquisa, a ela se dedicava somente a “*altas horas da noite*”, já que durante o dia, para sobreviver, ministrava incontáveis aulas no ensino médio, foi assim com Bechara, foi assim com Mattoso Câmara...

2. Said Ali

2.1 Os diálogos com Said Ali

Embora imerso no modelo histórico-comparativo dominante no pensamento intelectual alemão do final do século XIX, Said Ali foi festejado pelas gerações que o sucederam como alguém sensível a certas questões que estavam à margem dos interesses da comunidade relevante de filólogos no Brasil e, principalmente, como alguém pioneiro em relação a questões que ocupariam

⁹ A exceção sempre lembrada é a biblioteca particular de Serafim da Silva Neto

a atenção dos *scholars* brasileiros somente décadas depois. Assim é que a ele se atribui a primeira referência explícita a Ferdinand de Saussure (1857-1913) no conjunto da produção linguística brasileira, interpretada por muitos como sinal do seu pensamento de vanguarda (cf. por ex., Silva Neto, 1955; Bechara, 1962; Mattoso Câmara, 2004 [1961]; Elia, 1976). De fato, no prefácio da 2a. edição das suas *Difficuldades da lingua portuguesa*, Said Ali relata:

Levei sempre em conta, nas diversas questões de que me ocupei, o elemento psicológico como fator importantíssimo das alterações de linguagem e, inquietando a persistência ou instabilidade dos fatos linguísticos, tomei para campo de pesquisas não somente o português do período literário que se estende de João de Barros a Manoel Bernardes, mas ainda o falar hodierno e, por outra parte, o menos estudado falar medieval. Pude assim colher resultados que dão regular ideia da evolução do idioma português desde a sua existência até o momento presente, de onde se vê a razão de certas dicções duplas, coexistentes ora e ora sucessivas, fontes, muitas vezes, de renhidas e fúteis controvérsias. Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística sincrônica e linguística diacrônica. (Said Ali, 1919, VI, grifos meus, a ortografia foi atualizada)

Autodidata ou, nos dizeres de Silva Neto, sem cursos especializados, ou mestres que o tivessem orientado, Said Ali fora um estudioso constante da linguística em evidência no século XIX, isto é, da linguística histórico-comparativa indo-europeia, com a qual tinha familiaridade, presumivelmente, por ser conhecedor de francês, inglês e alemão, língua de que foi professor, aliás, tanto na Escola Militar, quanto no renomado Colégio Pedro II, ambos no Rio de Janeiro. Tais interesses, ao lado de outros talentos, certamente lhe facilitaram o acesso à tradição intelectual alemã, que tinha em Leipzig seu principal centro irradiador (Joseph 2012: 228). A literatura linguística então em evidência incluía, entre outros, os estudos de Friedrich Diez (1794-1876), Karl Brugmann (1849-1919), Bertold Delbruck (1842-1922), Georg von der Gabelentz (1840-1893), Hermann Paul (1846-1921), Anton Marty (1847-1914), Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936), Eduard Sievers (1850-1932), Michel Bréal (1832-1915) e William Dwight Whitney (1827-1894) (cf. Danna, 2014, Mattoso Câmara, 2004 [1961]: 223).¹⁰ Autores que, na sua maior parte, atuaram

¹⁰ Danna (2014: 82-86) enumera em detalhes as 49 referências explícitas que Said Ali fez, na sua *Difficuldades da Lingua Portuguesa*, a autores não portugueses, na sua grande maioria,

contemporaneamente a Saussure.

Não seria por demais fantasioso supor, pois, que as proposições saussurianas sobre uma linguística sincrônica ao lado de uma linguística diacrônica, publicadas postumamente, como se sabe, em 1916, tivessem chegado ao conhecimento de Said Ali já em 1919, em meio a este elenco de filólogos europeus da virada do século. De fato, Saussure, para todos os efeitos, só poderia ter sido lido por Said Ali no contexto dos autoproclamados renovadores da filologia indo-europeia, ou seja, dos neogramáticos alemães, e daqueles a quem estes referendavam. Afinal, a chamada ‘revolução estruturalista’, que rendeu tributos explícitos a Saussure ao longo do século XX ainda não tinha acontecido na Europa.

Isso posto, é preciso ler com cuidado a interpretação que os primeiros *doublés* de filólogos e linguistas brasileiros propuseram sobre o legado de Said Ali.

Mattoso Câmara, por exemplo, viu em Said Ali ‘*a fisionomia filológica*’ de um *estruturalista* que percebia a língua como “... *uma ‘estrutura’, ou rede complexa, mas regularmente trançada, de fatos que se relacionam e se opõem em configurações muito nítidas que ao linguista cabe depreender.*” (Mattoso Câmara, 2004 [1961]: 224); Silva Neto, no obituário que dedicou ao mestre, não hesitou em exaltar “... [*a*] *diferença entre Said Ali e a maioria dos seus contemporâneos*”, ao se referir à menção que Said Ali fizera a Saussure em 1919 (Silva Neto, 1955: 111). Aliás, Silva Neto não poupou nem um pouco os contemporâneos de Said Ali da sua fina ironia. Observe-se:

... para só dar um exemplo basta dizer que já em 1919, na segunda edição das **Dificuldades** (quando os nossos ‘filólogos’ ainda tinham Hovelacque o[u] Max Muller como livros para ‘altos e solenes estudos’ já lera e compreendera o alcance das doutrinas saussurianas [...]) (Silva Neto, 1955: 110, as aspas são do autor).

O próprio Bechara, em tese de 1962, que tem Said Ali como tema, avaliou que:

A preocupação de fazer da **Gramática Secundária** um registro do estado do português escrito e falado pelas pessoas cultas da época em que foi elaborada, levou o prof. Said Ali a consignar numerosas observações que, quase sempre, são originais, além de apresentar seu próprio testemunho como exemplo dos fatos

do século XIX. Os autores mencionados maior número de vezes foram Diez, Brugmann e Bréal.

linguísticos expostos. É sem dúvida esta uma atitude muito moderna, de largo uso na linguística descritiva, como, por exemplo se pode ver na argumentação judiciosa do linguista americano, Archibald A. Hill, no seu livro **Introduction to Linguistic [Structures]** (p. 13) [...]. (Bechara, 1962: 20, grifos meus).

Silva Neto (1955), Mattoso (2004 [1961]) e Bechara (1962) projetaram em Said Ali, retroativamente, uma visão estrutural (e estruturalista) do objeto-língua que, acredito, o velho mestre dificilmente poderia ter intuído décadas antes.¹¹

2.2 O ‘sentimento do vulgo’ e análise histórica

Por outro lado, é inegável que Said Ali percebera com clareza, à diferença de seus antecessores e, talvez, também de seus contemporâneos, as implicações decorrentes da análise de um ‘estado de língua’, representado, nos seus termos, pelo ‘sentimento geral do vulgo’ e da análise da sua evolução no eixo da história, capturável apenas pelo estudioso. Observem-se seus comentários sobre derivação, abaixo:

Outras vezes tem havido tal evolução de forma e sentido, que surge um curioso conflito entre o **sentimento geral do vulgo** e o facto encarado á luz da pesquisa científica. Para o comum dos homens que falam português, a palavra esquecer se apresenta como um verbo primitivo, do qual se tiram esquecimento, esquecedor, esquecediço; para o linguista, é alteração de escaecer e palavra derivada, em ultima análise, de caer, forma antiga de cahir. [...] Ha entretanto exagero neste método de análise erudita. O sentimento de linguagem é fator essencial, sem o qual as formas e criação de palavras perderiam sua significação. [...] De maneira que a fórmula mais razoável para explicar esquecer, receber, vingar, julgar, resistir, etc., seria declarar que **são antigos verbos derivados que passaram a funcionar como verbos primitivos**. (Said Ali, 1931, II, 3-4, grifos meus, a ortografia foi atualizada).

¹¹ "Nesse sentido, Silvio Elia, cerca de dez anos depois, embora reconheça a originalidade e a modernidade de Said Ali na sua atividade de gramático, é, com razão, bem mais cauteloso que Mattoso, Silva Neto e Bechara, na sua interpretação da obra de Said Ali: Em particular, a sua simpatia pelas doutrinas saussurianas revela o homem de saber sensível às novas colocações da ciência linguística, embora não lhe vejamos estrias estruturalistas. A nosso parecer, Said Ali foi um cultor do método histórico-comparativo, que aplicou de preferência aos fatos morfológicos e sintáticos; praticou a diacronia, entendendo-a corretamente como uma comparação de sincronias" (Elia, 1976: 131).

Nada mais saussuriano, de fato.¹²

A discussão sobre a precedência da sincronia sobre diacronia (ou vice-versa) esteve no foco das atenções dos *scholars* em vários momentos da nossa história (v. Altman, 2016) mas, a principal contribuição de Said Ali naquele momento, i.e., no momento que precedeu a criação das Faculdades de Filosofia na década de 1930, foi chamar a atenção dos gramáticos para a necessidade de se respeitar a sincronia dos dados a partir dos quais construíam seus argumentos. Em outras palavras, para Said Ali, o estudo da língua tem que distinguir os fatos da língua que são simultâneos — em determinado estado de língua — dos fatos que são sucessivos. Os primeiros, os fatos simultâneos, estão na consciência do falante, ou, no que denomina ‘sentimento do vulgo’; os segundos, os sucessivos, estão no trabalho de reconstrução do filólogo. Como consequência, não teria sentido, pois, formular normas de língua (no caso das gramáticas pedagógicas) a partir de exemplos do século XVI, nem tampouco propor estágios de evolução da língua (nas gramáticas históricas), misturando desordenadamente exemplos de sincronias diferentes, prática, aliás, bastante comum em nossa tradição de descrição gramatical.

Mattoso Câmara, por exemplo, diferentemente de Silva Neto, se colocou desde a primeira edição dos *Princípios*, em 1941/42, a favor da autonomia entre as abordagens sincrônica e diacrônica, ambas igualmente científicas do seu ponto de vista, ainda que não confundíveis. Assim, no estudo da estrutura dos vocábulos, ou das formas da conjugação dos verbos do português, por exemplo, Mattoso propôs que se levasse em conta o que denominou ‘fatos atuais da língua’:¹³ assim, dizer que o verbo *comer* não tem raiz, porque advém do latim *comedere*, composto de *com*-prefixo, de uma raiz *ed-*, e da terminação *ere-* é, segundo ele, baralhar o problema, “...porque, em linguística estática, a raiz de comer é com-...” (Mattoso Câmara, 1941: 21). Mattoso reconhecia, evidentemente, que a língua, exposta aos acidentes do uso em *discurso* — termo que utilizou no lugar de *parole* — estava, de fato, em contínua evolução. Do ponto de vista coletivo, entretanto, o sentimento dos falantes é de fixidez o que,

¹² Ao discutir certas questões de método em Linguística, Saussure, distinguindo a análise subjetiva (do falante) da objetiva (do linguista) no estabelecimento das subunidades da palavra, postula: “[...] observez ce qui se passe dans les langues d’aujourd’hui, dans le langage de tous les jours, et n’attribuez aux périodes anciennes de la langue aucun processus, aucun phénomène qui ne soit pas constatable actuellement” (Saussure, 1922: 252).

¹³ Embora, atente-se, ‘dados sincrônicos’ não se referem obrigatoriamente a ‘dados atuais’.

nos seus termos, embora seja naturalmente ilusório, é socialmente real. Cabe à Linguística “...estudar a fixidez aparente e a evolução incessante, dividindo-se em estática e dinâmica, ou, melhor, segundo as denominações de Saussure, em Linguística Sincrônica e Linguística Diacrônica” (Mattoso Câmara, 1941: 18).

3. A evolução do pensamento concessivo

Bechara, na tese de 1954, cujo título original é *A evolução do pensamento concessivo* (Bechara, Marlit, 2008), não problematizou a oposição diacronia x sincronia, apenas a mencionou em comentários esparsos, ou, prudentemente, lembrou o leitor de que ainda não havia dados suficientes no estudo da sintaxe do português para que as dimensões sincrônica e diacrônica fossem estabelecidas. Nos seus termos:

II – As investigações sintáticas sobre o idioma português ainda não são tais, que caracterizem uma determinada fase linguística nos aspectos sincrônico e diacrônico. A atividade dos estudiosos neste campo nos permitirá conhecer melhor as criações novas de cada época e determinar até que ponto influíram na sintaxe as relações do português com outras línguas, através de empréstimos. Bons guias representam os trabalhos de M. S. Ali e Augusto Epifânio da Silva Dias [...] (Bechara, 1954a: 43, grifos meus).

A orientação geral que imprimiu ao estudo, entretanto, é nitidamente psicológica e funcional: o objetivo último da língua é a comunicação. Assim é que pontuam sua análise termos como ‘operação mental’, ‘expressão de pensamento’, ‘ideia concessiva’. Desde o início do seu estudo, afirmou que:

A concessão deve ter nascido no momento em que as declarações do falante **sentiram o peso da argumentação contrária do interlocutor**. A experiência do ouvinte nem sempre recebia de modo passivo tudo o que lhes narravam e com réplicas inteligentes esbarravam muitas afirmações que lhe chegavam ao conhecimento (Bechara, 1954a: 8, meu grifo).

A operação mental que cruza o pensamento concessivo e o pensamento condicional, por exemplo, na análise subjetiva que o falante realiza sobre sua língua ecoa o argumento de Said Ali sobre *o sentimento do vulgo* em questões

morfológicas (V. Bechara, 1954a: 10), e a discussão sobre análise subjetiva e objetiva do próprio Saussure.¹⁴ O Bechara dos anos 1950 retomou, pois, o mentalismo funcional em evidência no contexto de final de século alemão, a que Said Ali com certeza teve acesso (cf. nota 10 acima), não apenas pela leitura dos debates suscitados pelos neogramáticos mas também, direta ou indiretamente, pela leitura de Whitney, Paul, Saussure e, principalmente, Wilhelm Wundt (1832-1920). Autores mais afeitos a uma visão geral da língua, como uma instituição social, um objeto histórico, ou um ‘tesouro’ mental, e não como um fato natural.

Said Ali e, por extensão, Bechara, estavam mais interessados em questões (morfo)sintáticas e semânticas do que fonéticas, o que não os impediu de ver os sons e a prosódia como “*meios de expressão que traduzem a gama variada e complexa dos nossos pensamentos.*” (Bechara, 1954a: 9), donde o interesse de ambos pela entonação como meio de expressão. Nas proposições finais da tese, aliás, Bechara explicita que “*Ao lado das palavras gramaticais, a concessão pode ser indicada por tom de voz especial. Aliás, a entonação permite à língua coloquial fugir ao complexo sistema da hipotaxe, característica da língua literária.*” (Bechara, 1954a: 43).

Com efeito, a noção de uma *mente inconsciente* que controlava as atividades mecânicas do corpo humano, como a respiração, ou o batimento cardíaco, atraiu significativamente a atenção de linguistas e filósofos europeus do começo do século. A linguagem, da perspectiva deste debate, pertenceria inteiramente ao domínio do *consciente*, i.e., à diferença de todos os outros animais, somente o homem teria a capacidade de articular experiências mentais, o que comprometia de antemão qualquer teoria que levantasse a hipótese de que o homem teria evoluído de um animal. Ora, a ‘revolucionária’ proposição de Brugmann (Brugmann & Osthof, 1878), um dos autores mais citados por Said Ali (1919), sugeria justamente o contrário: **algumas** mudança dos sons de uma língua aconteciam em concordância com leis que não admitiriam exceção, ou seja, também a linguagem estaria submetida a leis de natureza inconsciente que comandavam sua evolução (Joseph, 2012: 226).¹⁵ Quero crer que é nesse contexto que Bechara conclui, entre outras proposições que “[o] *histórico das conjunções nos revela que nem tudo na língua é evolução*”. (Bechara, 1954a: 43).

¹⁴ Bechara (1954a: 10, nota 4) remete a Saussure (1916), aliás, para esclarecimentos sobre a análise subjetiva (da parte do falante) e objetiva (fundada na história).

¹⁵ A literatura especializada sobre a linguística alemã do século XIX é vasta. Limite-me aqui a remeter o leitor às sempre perspicazes considerações de Joseph 2012.

Considerações finais

Como interpretar essa rede de relações?

Muito parece depender do sentido e da importância que atribuímos ao termo *influência*. Se por ele queremos dizer que certas ideias, enquanto tais, faziam parte da bagagem intelectual de um determinado período, podemos facilmente concordar que Said Ali e Bechara não podiam fugir das ideias propostas pelo *Zeitgeist* alemão do final do século XIX e do início do século XX. Embora essa seja uma concepção muito ampla de *influência* e talvez, por isso mesmo, insatisfatória e pouco significativa.

Se, por outro lado, seguirmos as sugestões de Koerner (1989) e tratarmos a questão da *influência* pelos seus vestígios — antecedentes do autor, escolaridade, primeiros estudos, referências, citações, terminologia, reconhecimento explícito e público — reduziríamos a extensão do conceito de influência, mas talvez perdêssemos a dimensão coletiva do conhecimento. As relações mestre/discípulo entre Said Ali e Evanildo Bechara (1954 a e b) são inegáveis. Além das evidências textuais, Bechara (2008) discorreu sobre os colóquios com Said Ali, as orientações generosas, o acesso à sua preciosa biblioteca. Sempre reconheceu explicitamente os laços intelectuais e de afeto que cultivou com seu velho mestre. Sem dúvida é adequado admitir uma relação de *influência* positiva, de continuidade, de concordância entre o mestre e seu discípulo.

Mas acredito ser metodologicamente mais vantajoso pensarmos em termos de gerações, ou de grupos que *dialogam* entre si, em torno de uma ideia, ou uma prática.

Ainda que divergentes ou, justamente por isso mesmo, é difícil não aproximar os argumentos e, por extensão, as práticas de análise de Said Ali (1919, 1931), Mattoso Câmara (1941), Silva Neto (1955), Bechara (1954a) e, —por que não?— Saussure (1916), em um *diálogo* que se desenvolvia na direção de uma mudança importante no *Zeitgeist* dos linguistas brasileiros dos anos 1950 e 1960: o estudo da relação entre dados sincrônicos (confundidos, muitas vezes, com os ‘dados atuais’) do português do Brasil, na sua modalidade não literária.

Dessa perspectiva, mais do que concluir pela *influência* de um ‘pioneiro-herói’ de quem emana todo o conhecimento, cabe ao historiógrafo reconstruir o percurso, sempre coletivo, que o conhecimento percorre. Neste caso, é a proposição da autonomia da análise sincrônica em relação à diacrônica que dá sentido a este diálogo entre Said Ali e seus sucessores e que sustenta a inter-

pretação de sua originalidade em relação a seus contemporâneos brasileiros. Com efeito, as fronteiras, internas e externas, da Linguística brasileira contemporânea, enquanto disciplina autônoma distinta da Filologia, da Dialectologia e da Gramática Histórica, estavam de fato no centro das atenções dos linguistas brasileiros da década seguinte (*inter alia* Altman 1998 e 2016).

É preciso enfatizar que não estou afirmando que a contribuição que cada um desses autores deu nesta direção tenha sido sua intenção inicial, e que todos os passos que deram foram, inequivocamente, nesta direção. Ao contrário, o conhecimento linguístico parece ser um processo complexo, pluridirecional, cujas continuidades (e descontinuidades) só podem ser restabelecidas pelo historiógrafo da linguística, a posteriori, e muitas vezes, tentativamente, a partir da perspectiva privilegiada do seu presente histórico. Dito de outra maneira, é a partir do diálogo que, *a posteriori*, estabelecemos entre Said Ali, Saussure, Mattoso Câmara, Silva Neto e Bechara, que interpretamos suas proposições como conservadoras, ou de vanguarda, como convergentes, ou divergentes, relativamente ao quadro de referência que construímos em torno de um problema. O historiógrafo que, nos dias de hoje, reexamina a menção de Said Ali a Saussure do ponto de vista do diálogo que Said Ali estabeleceu com seus contemporâneos tem dificuldades de admitir qualquer influência precoce do Saussure ‘estruturalista’ sobre Said Ali ou ainda, de atribuir a ele uma atitude pioneira em relação ao que ainda estaria por vir.

Interessantemente — e isso também é um dado da nossa história— um dos fatores que valeram a Said Ali uma avaliação positiva daqueles que dominariam o cenário acadêmico a partir dos anos 1950 e 1960 no Brasil, é que sua menção isolada a Saussure se revestiu de uma nuance quase premonitória, já que a ‘modernidade’ de Saussure em relação a um programa estruturalista de investigação logo caracterizaria o *Zeitgeist* carioca.

Referências

- ALTMAN, Cristina. Linguistic research in Brazil (1968–1988). In: JANKOWSKY, Kurt. (ed.). *Multiple perspectives on the historical dimensions of language*. Münster: Nodus, 1996, p. 163-170.
- _____. *A pesquisa linguística no Brasil: 1968-1988*. 2 ed. São Paulo: Humanitas, 1998.

- _____. Saussure e o (des)encontro de duas gerações acadêmicas no Brasil. *Signo y seña. Revista del Instituto de Lingüística de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires* n. 30, 2016, p. 3-21.
- BECHARA, Evanildo. *Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português* (Originalmente intitulada *Evolução do pensamento concessivo em português*.) Tese de cátedra, apresentada ao Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 1954a. Disponível em: www.filologia.org.br/textos/bechara1954.pdf. Acesso em: 18 de abril de 2018.
- BECHARA, Evanildo. *Primeiros ensaios sobre língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1954b.
- _____. *M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa*. Tese de concurso a uma cátedra de Língua e Literatura do Instituto de Educação do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1962. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/textos/bechara1962-a.pdf>. Acesso em: 2 de abril de 2016.
- _____. Evanildo Bechara em primeira pessoa. (Entrevista concedida por Evanildo Bechara a Neusa Bastos no IP-PUC em dezembro de 2006; gravada e editada em vídeo por Everaldo Nogueira Jr. e transcrita e anotada por Mercedes Hackerott). In: PALMA, Dieli Vesaro Palma, Mercedes Hackerott, Neusa Bastos e Rosemeire Leão Faccina. *80 anos de Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Lucerna, 2008a, p. 13-29.
- _____. Apresentação. Primeiros ecos de F. de Saussure na gramaticografia de língua portuguesa. *Dificuldades da língua portuguesa*. 7 ed. Rio de Janeiro: ABL/ Biblioteca Nacional, 2008b, p. XVII- XXVI.
- _____. *Conversa com Bechara*. Entrevista concedida por telefone a Cristina Altman em 27/07/2017.
- BECHARA, Marlit. O homem intelectual Evanildo Bechara. In: PALMA, Dieli Vesaro, Mercedes Hackerott, Neusa Bastos e Rosemeire Leão Faccina (orgs.). *80 anos. Homenagem: Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Lucerna, 2008, p. 45-55.
- BORGES NETO, José. Linguística no Brasil: mera importação de modelos estrangeiros? *ABRALIN* n. 8, 1986, p. 77-82.
- BRUGMANN, Karl & Hermann Osthof. Prefácio a *Morphologische Untersuchungen auf dem Gebiete der indogermanischen Sprachen*. Leipzig: S. Hirzel, 1878.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Estudos linguísticos no Brasil. Notas para sua história. *ALFA* n. 2, 1962, p. 135-143.

- CAVALIERE, Ricardo. Os primeiros ensaios de Evanildo Bechara. In: PALMA, Dieli Vesaro, Mercedes Hackerott, Neusa Bastos e Rosemeire Leão Faccina (orgs.). *80 anos. Homenagem: Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Lucerna, 2008, p. 85-100.
- COELHO, Olga. *Serafim da Silva Neto (1917–1960) e a Filologia Brasileira. Um ensaio historiográfico sobre o papel da liderança na articulação de um paradigma em ciência da Linguagem*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1998.
- COSERIU, Eugenio. Perspectivas gerais. In: NARO, Anthony J. (org.). *Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil*. Trad. de Maria Cândida D. Bordenave. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976 [1968], p. 11-44.
- DANNA, Stela Maris D. Gabriel. Metalinguagem e ‘escolha de retórica’ em Bello (1853 [1847]) e Said Ali (1919 [1908]): faces dos estudos gramaticais na América do Sul. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-08102014-171902>. Acesso em: 8 de janeiro de 2016.
- ELIA, Silvio. Os Estudos filológicos no Brasil. In: *Ensaio de Filologia e Linguística* 3 ed. ref. e ampliada. Rio de Janeiro: Grifo, 1976, p. 117-177.
- KOERNER, Konrad. 1975. European structuralism: early beginnings. In: SEBEOK, Thomas ed. *Current Trends in Linguistics. Historiography of Linguistics*. Paris: Mouton, v. 13, 1976, p. 717-827.
- _____. *Practicing linguistic historiography: selected essays*. Amsterdam: John Benjamins, 1989.
- GRICE, Paulo H. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*. Trad. de João Wanderley Geraldi. Campinas: IEL-Unicamp, 1982, p. 81-103.
- JOSEPH, John. *Saussure*. Oxford: University Press, 2012.
- MATTOSO CÂMARA Jr. J. *Princípios de Lingüística Geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Briguiet, 1941, reimpr. em 1942.
- _____. A linguística brasileira. In: NARO, Anthony J. (org.). *Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil*. Trad. de Maria Cândida D. Bordenave. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976 [1968], p. 45-66.
- _____. Said Ali e a língua portuguesa. In: UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *Dispersos*. Nova ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004 [1961], p. 223-226.

- MURRAY, Stephen. *Theory groups and the study of language in North America. A social history*. Amsterdam/ Philadelphia. John Benjamins, 1994.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Estudos funcionalistas no Brasil. *DELTA*, n. 15, 1999, p. 70-104, no. especial.
- PALMA, Dieli Vesaro, Mercedes Hackerott, Neusa Bastos e Rosemeire Leão Faccina (orgs.). *80 anos. Homenagem: Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ Lucerna, 2008.
- SAID ALI, Manuel. *Difficuldades da lingua portuguesa: estudos e observações por M. Said Ali*. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1919.
- _____. *Grammatica historica da lingua portugueza por M.Said Ali*. 2. ed. melhorada e augmentada de *Lexeologia e formação de palavras* e *Syntaxe do portuguez historico*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1931.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Cours de linguistique générale*. 2 ed. Paris: Payot, 1922, (1 ed., 1916).
- SILVA NETO, Serafim da. In Memoriam Manuel Said Ali. *Revista Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica, v.1, n.1, 1955, p. 109-112.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *Academia Brasileira de Letras: Mesa-redonda em homenagem aos 80 anos de Evanildo Bechara*. Texto apresentado em 12 de junho de 2008 na Academia Brasileira de Letras, 2008. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/722.pdf>. Acessível em: 18 de abril de 2018.

Nota do editor: articulista convidado.

GRAMÁTICA NORMATIVA: ENSINO, CONSCIÊNCIA E LIBERDADE

NORMATIVE GRAMMAR: TEACHING, CONSCIOUSNESS AND FREEDOM

Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Presbiteriana Mackenzie
ippucsp@pucsp.br

Regina Pires de Brito
Universidade Presbiteriana Mackenzie
rhbrito@mackenzie.br

RESUMO:

A partir da afirmativa de que há sempre um poder instalado pela língua, o poder da língua, o poder de quem é usuário da língua, buscamos refletir sobre a posição de Evanildo Bechara que traz esse conceito em sua obra: *Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade?* (Ática, Série Princípios, 12ª. Edição, 2006 – edição aqui utilizada para as citações) – obra de leitura indispensável em nossos cursos de Graduação em Letras. Salientamos a pertinência, a atualidade e as sucessivas reedições dessa obra, para afirmar que, passados mais de trinta anos da sua primeira edição, o texto do filólogo, linguista, professor, vem sendo reeditado tal qual veio a público em 1986 e tem levado gerações de leitores a questionamentos e a reflexões sobre gramática normativa, sua função na sala de aula e na conquista da cidadania e sobre a importância de uma aplicação consciente das teorias linguísticas no ensino de Língua Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE:

gramática normativa, ensino, Evanildo Bechara

ABSTRACT:

Starting from the affirmation that there is always a relation of power established by language, the power of language, the power of the language user, the objective of this work was to reflect on Evanildo Bechara's positioning which presents this idea in the book: "Ensino de Gramática: Opressão? Liberdade?" (Ática, Série Princípios, 12th Edition - edition chosen for citing) - an indispensable read for our undergraduate major in Letters. Emphasis is given here to its pertinence, up-to-dateness, and successive re-publishing in order to state that, after more than thirty years of its original publication,

the text of the philologist, linguist and professor has been republished just as it was first presented to the public in 1968, and has taken generations of readers to questioning and reflecting on normative grammar, its function in the classroom and the achievement of citizenship, and on the importance of a conscientious application of linguistic theories in the teaching of the Portuguese language.

KEY WORDS:

Normative grammar, Education, Evanildo Bechara.

Em homenagem a Evanildo Bechara
Por ocasião dos seus 90 anos

Há sempre um poder instalado pela língua, o poder da língua, o poder de quem é usuário da língua. Esse poder esteve, está e sempre estará presente na obra de Evanildo Bechara – Professor Titular e Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, Representante Brasileiro do Novo Acordo Ortográfico, Membro da Academia Brasileira de Letras. Professor Evanildo ou Professor Bechara, como carinhosa e respeitosa-mente o tratamos, é, além de um dos mais reverenciados estudiosos da Língua Portuguesa, autor de obras de essenciais, como: *Moderna Gramática Portuguesa* (Nova Fronteira/Lucerna, 38ª.Edição, 2015), *Gramática Escolar da Língua Portuguesa* (Nova Fronteira, 2ª. Edição, 2010), *Gramática Fácil da Língua Portuguesa* (Nova Fronteira, 2017), *Novo Dicionário de Dúvidas da Língua Portuguesa* (Nova Fronteira, 2016), *Minidicionário da Língua Portuguesa* (Nova Fronteira, 2009) *Lições de Português pela Análise Sintática* (Nova Fronteira, 19ª.Edição, 2014). No presente artigo, tratamos de alguns aspectos de *Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade?* (Ática, Série Princípios, 12ª. Edição, 2006 – edição aqui utilizada para as citações) – obra de leitura indispensável em nossos cursos de Graduação em Letras.

Acrescentamos, ainda, que homenagear os noventa anos do grande linguista Evanildo Bechara, traz-nos, neste momento uma significativa relação de amizade e admiração mútua entre o nosso homenageado e nós, suas seguidoras. Sua presença, sempre carismática, mostra-nos a competência e a magnitude de um gramático da Língua Portuguesa que fez sua história como maior representante da Gramática Portuguesa.

Como quinto ocupante da Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras, nosso eterno professor sempre se dedicou ao magistério, sendo Bacharel

e Licenciado em Letras, modalidade Neolatinas. Assim, estar a seu lado, “absorvendo” seus conhecimentos filológicos, linguísticos, gramaticais e de natureza vária, é sempre prazeroso, por termos o verdadeiro mestre a mostrar a sua mais nobre vocação.

Pesquisador excelente, na juventude teve o primeiro contato com o Prof. Manuel Said Ali, um dos mais fecundos estudiosos da Língua Portuguesa, o que lhe propiciou ingressar pelas trilhas da pesquisa na área de Letras. Ainda jovem, em 1954, torna-se professor do Colégio Pedro II, na cátedra de Língua Portuguesa, sem nunca mais parar de estudar a língua materna que descreveu, louvou, promoveu e difundiu.

Professor competente, dedicou-se aos vários níveis de ensino: admissão ao ginásio, ginásio, colégio, faculdade: graduação e pós-graduação, deixando, em todo o seu percurso, discípulos que só tecem elogios ao mestre. Nunca deixou de se aperfeiçoar, especializando-se como gramático, como linguista, sem abandonar a sua faceta de professor. Elaborou manuais didáticos e publicou-os; dedicou-se aos parâmetros curriculares da cidade do Rio de Janeiro, traçou-os; decidiu-se a deixar uma gramática para os brasileiros – estudantes e interessados em língua exemplar, publicou-a. Assim, estudantes de todas as décadas, de 1960 até hoje consultam-na. E os colegas: professores, linguistas, também o fazem.

Antes mesmo de iniciar nossos comentários sobre a obra em tela, mencionamos Preti (In Bastos, 2008, p. 49), que comenta a sempre atualidade de Evanildo Bechara ao afirmar que :

Não existe em Bechara, diferentemente da maioria dos gramáticos, uma atitude de oposição à língua oral, muito embora procure resguardar no seu texto a unidade dos preceitos gramaticais, com base na língua exemplar. Seria difícil, convenhamos, a uma gramática normativa tentar mostrar as variantes orais no tempo e no espaço e, muito mais, nos usos sob uma perspectiva sociocultural ou, ainda, estilística, para mostrar a oposição à forma exemplar. Mas procura não ignorar em várias observações do texto a existência de divergências no uso oral da língua. Assim, tratando de concordância, capítulo em que as exceções remetem de imediato a um uso por vezes divergente das prescrições da gramática, explica:

É preciso estar atento a que a liberdade de concordância que a língua portuguesa muitas vezes oferece, deve ser cuidadosamente aproveitada para não prejudicar a clareza da mensagem e a harmonia do estilo.

Na língua oral, em que o fluxo do pensamento corre mais rápido que a formulação e estruturação da oração, é muito comum enunciar primeiro o verbo – elemento fulcral da atividade comunicativa – para depois se seguirem os outros termos oracionais. Nestas circunstâncias, o falante costuma enunciar o verbo no singular, porque ainda não pensou no sujeito a quem atribuirá a função predicativa contida no verbo; se o sujeito, neste momento, for pensado como pluralidade, os casos de discordância são freqüentes. (p.544)

Sua dedicação aos estudos filológicos, linguísticos e gramaticais e sua atenção ao magistério que o consagrou da mesma forma, numa interação professor aluno por meio de sua obra, leva-nos mais uma vez a elogiar o Professor Evanildo, o que é sempre uma tarefa boa e fácil, pois há inúmeras qualidades a serem levantadas, no entanto, desejamos apenas apresentar importantes registros sobre o nosso querido homenageado. E ele afirma:

Recebendo o aluno já possuidor de um saber linguístico prévio limitado à oralidade, a escola não o leva a desenvolver esse potencial – enriquecendo a sua expressão oral e permitindo-lhe criar, paralelamente, as condições necessárias para uma tradução cabal, efetiva e eficiente, expressiva e coerente (falando ou escrevendo) de suas ideias, pensamentos e emoções. (p.5)

Assim sendo, haverá *opressão* em “impor”, indistintamente, tanto a língua funcional da modalidade culta a todas as situações de uso da linguagem, como a língua funcional da modalidade familiar ou coloquial, nas mesmas circunstâncias, a todas as situações de uso da linguagem, pois que ambas as atitudes não recobrem a complexa e rica visão da língua como fator de manifestação da liberdade de expressão do homem. Por outro lado, haverá “liberdade” quando se entender que uma língua histórica não é um sistema homogêneo e unitário, mas um diassistema, que abarca diversas realidades diatópicas (isto é, a diversidade de dialetos regionais), diastráticas (isto é, a diversidade de nível social) e diafásicas (isto é, a diversidade de estilos de língua), e que cada porção da comunidade linguística realmente possui de direito sua língua funcional, que resulta de uma técnica histórica específica. (p.14-5)

O ensino dessa gramática escolar, normativa, é válido, como o ensino de uma modalidade “adquirida”, que vem juntar-se (não contrapor-se imperativamente!) a outra, “transmitida”, a modalidade coloquial ou familiar. (p.16-7)

Pretendemos pôr nos devidos termos a tese de que o professor, sob a alegação de falar a língua do seu aluno, mais facilmente se aproxima dele e do seu mundo. A atitude permanente para que se instaure em sala de aula aquilo a que podemos bem chamar de “mesmice idiomática”, onde o mestre fala a língua do aluno por lhe faltar competência para utilização de um nível mais adequado com os seus compromissos de educador. Também com isso não desejamos que retorne à sala de aula aquele professor de palavras difíceis e retórica vazia. (p.46)

Mas é claro que a gramática não se confunde com a linguística, tendo em vista os próprios objetivos de cada uma. Enquanto a primeira, normativa, registra o uso idiomático da modalidade-padrão, a segunda, como ciência, estuda a linguagem articulada nos seus polifacetados aspectos e realizações. (p.50)

Considerações como estas garantem a pertinência, a atualidade e as sucessivas reedições de *Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade?* Não é por acaso que passados mais de trinta anos da sua primeira edição, o texto do linguista e filólogo Evanildo Bechara vem sendo reeditado tal qual veio a público em 1986. São 12 edições e diversas reimpressões do volume (o número 26) de quase oitenta páginas, da Série Princípios, publicado pela Editora Ática, que tem levado gerações de leitores a questionamentos e a reflexões sobre gramática normativa, sua função na sala de aula e na conquista da cidadania e sobre a importância de uma aplicação consciente das teorias linguísticas no ensino de Língua Portuguesa.

Refletindo acerca da importância da introdução da Linguística no ambiente escolarizado, Bechara assinala que se, por um lado são inegáveis as contribuições da aplicação da Linguística para o processo de ensino/aprendizagem da língua portuguesa, por outro lado, as muitas distorções na interpretação de algumas teorias linguísticas provocaram resultados desastrosos nas salas de aula já nos anos 60:

[...] vieram pela porta da própria Linguística e se instalaram nas salas de aula de língua portuguesa esse privilegiamento do código oral em relação ao escrito e certa desatenção a normas estabelecidas pela tradição e conservadas ou recomendadas no uso do código escrito padrão.

Por isso, assistiu-se entre nós, na década de 60, a um insurgimento contra ao ensino da gramática em sala de aula; em vez de dotá-la de recursos e medidas

que a tornassem um instrumento operativo e de maior resistência às críticas que justamente lhe eram endereçadas desde há séculos, resolveram muitos professores e até sistemas estaduais de ensino aboli-la, sem que trouxessem, à sala de aula, nenhum outro sucedâneo que, apesar das falhas, pudesse sustentar-se pelo espaço curto de uma única geração. (p. 10-1).

Nessa mesma linha, numa errônea interpretação da finalidade de uma educação linguística, difundiu-se que uma relação direta entre modalidade padrão / elite social e modalidade coloquial / camada popular, significando (e muitos ainda sustentam essa tese pautada em demagogia) que “devem os oprimidos ficar com sua própria língua e não aceitar a da classe dominante” (p.11). Fora de contexto tal afirmação muito bem contestada pelo Prof. Bechara, uma vez que se se considerarem as relações de poder presentes na sociedade, não se pode deixar de perceber que os dominadores mais tacanhos, claramente menos envolvidos com as camadas populares, querem subjugar os dominados por meio do ensino de Língua Portuguesa apenas na modalidade do aluno. E é assim que se nota a crueldade de opiniões desvairadas, muito bem contestada pela réplica a esse tipo de pensamento que é a tônica que perpassa o texto do Prof. Bechara: a escola deve promover no indivíduo o desenvolvimento de diferentes habilidades linguísticas, proporcionando o contato com diferentes tipos de textos (literários e não-literários, clássicos e contemporâneos), com modalidades distintas (formal/culta, informal/coloquial), com usos dos códigos oral e escrito, de modo a tornar o aluno competente linguisticamente nas variadas situações reais de interação social. Privilegiar quaisquer das variedades no ensino escolar configura um erro, já que representa uma visão de natureza monolíngue. Em outras palavras, aqui está o ponto chave que, em certa medida, responde à indagação que intitula a obra: uma educação linguística significativa é aquela que

põe em relevo a necessidade de que deve ser respeitado o saber linguístico prévio de cada um, garantindo-lhe o curso da intercomunicação social, mas também não lhe furta o direito de ampliar, enriquecer e variar esse patrimônio inicial. (p.12)

Em seguida, repetindo-se em instâncias distintas ao longo dos cinco capítulos que compõem a obra, Bechara deixa o mote maior, como resposta ecoante ao título questionador e que acabou por ser das citações mais reproduzidas quando a este livro se alude:

Cada falante é um poliglota na sua própria língua, à medida que dispõe da sua modalidade linguística e está à altura de descodificar mais algumas outras modalidades linguísticas com as quais entra em contacto. (p.13-4) (grifos nossos)

No fundo, a grande missão do professor de língua materna – no ensino de língua estrangeira o problema é outro – é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação [...] (p.14) (grifos nossos)

Não cabe à instituição de ensino a simples substituição da norma coloquial usada na língua funcional do aluno pela norma culta usada na língua funcional da escola. Como já se disse, caberá ao professor e à escola como um todo **transformar o aluno num poliglota dentro de sua própria língua histórica** – a portuguesa, em nosso caso. (p.40) (grifos nossos)

Caberá à gramática normativa, levando-se em conta a política do idioma a ser adotada na escola, precisar que técnica linguística unitária e homogênea deverá descrever em especial. Dizemos em especial, porque o que em geral ocorre é que **todo falante, dentro de sua língua histórica, é “plurilíngue” ou “poliglota”**, isto é, ao lado de uma técnica que considera normal como sua, consegue distinguir “desvios” dessa técnica, que pertencem a outras línguas funcionais existentes na referida língua histórica considerada em sua plenitude. (p.55-6) (grifos nossos)

É assim que Evanildo Bechara, já nos anos 80 do século passado, trata da educação linguística, centrada na língua e não na linguagem – tema que continua atual, sendo objeto de pesquisas, teses, livros, artigos e temário de congressos. Críticas relativas ao ‘saber português’ ou ‘saber gramática’, duas capacidades dessemelhantes, ainda que extremamente associadas originam revisões nos procedimentos teóricos e normativos, sobretudo na análise do ensino de Língua Portuguesa relativo às regras ou ao uso, à norma e as variações, à gramática implícita ou explícita.

Evanildo Bechara, já naquela altura, reflete com clareza sobre os critérios de uma renovação estratégica, na qual o ensino gramatical pudesse ser interpretado numa perspectiva global e em que as funções da linguagem, (especialmente na perspectiva proveniente do grupo de Basil Bernstein, nomeadamente as propostas por M.A.K.Halliday), fossem cumpridas por completo e concomitantemente, tendo em mente a evolução global do educando, a fim de torná-lo

um poliglota dentro de sua própria língua histórica, a língua portuguesa (p.41). As sete funções da linguagem a que Bechara se refere (instrumental, reguladora, interativa ou interpessoal, pessoal, heurística, imaginativa, informativa ou representativa), como igualmente imprescindíveis na comunicação humana, e que, interligadas, são elementos que se completam no processo comunicativo, foram descritas por Halliday (1973), que as elaborou no início dos anos 70, baseado nas características de aquisição da primeira língua pelas crianças. São essas funções da língua que, vistas à luz de seu *significado cultural pragmático*, nos fazem compreender os princípios de cooperação que operam entre o falante e o ouvinte num relacionamento linguístico, pois, além do significado literal, elementos da situação e a intenção que o locutor teve ao proferir tais palavras são subsídios de importância capital.

Em se tratando de cultura, julgamos ter sido sempre apropriado o estabelecimento de uma política de manutenção e de preservação da cultura brasileira, respeitando-se as individualidades regionais, a liberdade e a democracia no ensino, principalmente de Língua Materna, e nosso autor nos dá a possibilidade de perceber não só a preocupação perene em manter a cultura brasileira, como também o desgosto de perceber que, há tempos, existe o efeito desastroso dos governos democráticos no ensino. Ponderamos que, se levarmos em conta que a escola democrática tornou-se a escola sem rédeas, quase sem lei que a governe, devemos lembrar que se esqueceram da regra n. 1: a escola tem o dever de formar e informar.

A esse respeito, rememoremos o fato de que a escola, a partir da década de sessenta ou setenta, apesar de sugerir os livros serem adotados, não incentivou o professor a utilizar este ou aquele livro; em teoria, essa medida mais liberal, só funciona no momento em que o mestre de Português seja consciencioso e competente, assim sua escolha seria, então, bem mais democrática, podendo adequá-la ao nível e interesse de cada classe ou série, respeitando-se as individualidades e as dificuldades. No entanto, sabemos que a liberdade leva, às vezes, à anarquia e ao desequilíbrio entre as várias turmas de uma mesma série. Quando, por lei, exige-se o mínimo dos alunos, dos professores e dos dirigentes das escolas, nivela-se o país, por baixo e a escola passa a não mais cumprir o seu papel diferenciador. As LDB primaram pela descentralização e democratização (ensino pelas individualidades), o que gerou um clima de *cada um faz o que acha melhor*, o que, do ponto de vista pedagógico-educacional é nocivo ao aluno, às comunidades,

à nação. O necessário direcionamento levaria tranquilidade aos professores no momento de sua atuação, ensinando as variedades linguísticas inseridas na rica multifacetada cultura brasileira, o que lhes proporcionaria fazer o seu melhor na direção do que foi apontado por Bechara.

No subitem “*Pela eficácia da mensagem*”, Bechara discorre sobre a ação corretiva num ambiente escolar, que deve ser entendida não como “a procura do erro de gramática e a correção dele, mas sim um exame da eficácia com que foi estruturada a mensagem” (p.47). Cometer um erro gramatical passa a ser de somenos importância se comparado à seriedade da necessidade de compreensão da intenção da ideia a ser transmitida:

Torna-se necessário ajudá-la [a criança] a encontrar as palavras que lhe faltavam para conseguir na transmissão do que estava comunicando e colocá-la em condições de não se deixar influenciar ou perturbar pelos distúrbios que condicionam a execução (p.47).

Com considerações dessa natureza, o professor Bechara antecipa temáticas relevantes dos anos 90 a propósito do significado cultural pragmático, percebido em trocas verbais, do significado socioideológico que deve ser observado pelo cidadão usuário da língua e do significado semântico do signo verbal que deve ser suplementado pelo significado pragmático das ações verbais num contexto, uma vez que o significado é criado, principalmente, por meio do que o locutor faz com as palavras, diante de um interlocutor, em uma situação determinada, e não somente por meio daquilo que ele diz.

Mais adiante, observa Bechara que a escola deveria desenvolver no educando a ideia de que “a língua, além de ser um veículo de expressão e criatividade, é também um instrumento de comunicação” (p.48). Acrescente-se, igualmente, a noção da importância da língua, entendida como um código, isto é, como elemento que reflete as preocupações culturais, como espelho do modo como os indivíduos pensam. É igualmente importante o papel do contexto, que complementa os significados que foram convertidos em códigos. Quando se aprende uma língua com fins comunicativos, conseqüentemente, depreende-se que o conhecimento léxico-gramatical não está dissociado do uso situacional adequado, entendendo-se que a importância de o *que* dizer, *como* dizer, *quando* dizer e a *quem* dizer, só poderá ser percebida num contexto específico de situação.

Corroborando com a explanação de Bechara que “cada um, diante de uma mensagem que capta, a percebe e a filtra consoante o seu interesse permanente ou ocasional” (p.48), é imperativo lembrar que não é suficiente aprender o significado isolado das palavras. Para construir o significado e a interpretação dos acontecimentos, é necessário entender também os contextos cultural, político e situacional.

Ensino da Gramática: Opressão? Liberdade? Prima ao conceber um ensino que enfatize a gramática, voltado para a língua e a linguagem, que procura entender sua influência, analisa seu funcionamento e a evolução de sua metodologia e contempla os fundamentos da gramaticalização discursiva, crítica e multilíngue. Além disso, deve ser um ensino que respeite os discursos teóricos e normativos dentro de uma diversidade de representações subjetivas, visando à formação e ao aperfeiçoamento das diversas competências linguísticas.

Nesse sentido, ao se olhar para a linguagem escrita como um produto interativo, entende-se que o sistema educacional tem um papel importante em estabelecer os parâmetros sociais aceitos e em definir o que é apropriado dentro de seus limites. Há de se destacar, deste modo, o papel fundamental do professor de língua materna, que lhe atribui Bechara - ele é não só responsável por ser didático e normativo, mas também formador de cidadãos engajados em sua sociedade, capazes de entender todas as falas ao seu redor, podendo criticá-las e aceita-las ou, se preferir, rejeitá-las. Na educação do país, “o destino da educação se confunde com o próprio destino dessa mesma sociedade” (p.23) e a cultura integral dos educandos só será alcançada se todas as disciplinas perseguirem os mesmos objetivos e estiverem atrelados a uma política de educação linguística ampla.

Destaque-se a aula de língua portuguesa como um ambiente ideal para o recebimento de informações variadas veiculadas nos textos literários e não literários, das mais variadas épocas e origens. Por meio da análise, da leitura reflexiva e da produção de textos, o aluno poderá desenvolver e aperfeiçoar suas potencialidades linguísticas e sua consciência estética, ética e política. Ao mesmo tempo, o estudo metódico do vocabulário, não presente na concepção tradicional de gramática, desenvolverá o horizonte idiomático do aprendiz, ampliando, igualmente o conhecimento reflexivo do mundo que o cerca, conforme garante o nosso mestre: “O contato com uma língua nos permite observar numerosos fatos de origem extralinguísticas que atuam nas relações entre palavras e coisas, língua e pensamento”. (p. 26)

O panorama cultural do aluno será ampliado na medida em que o estudo do vocabulário relacionar a língua portuguesa com outras áreas do saber e fizer com que ele tome gosto pela busca da palavra mais expressiva (p.29) e o leve à educação linguística necessária ao uso efetivo do seu potencial idiomático. Além disso, ao estudar cuidadosamente o léxico, o aluno perceberá a estreita relação que existe entre as palavras e as coisas e quão inseparáveis são. A completude desse ensino se dá na medida em que a escola ensine a estratégia do ouvir relativa à “uma atitude de seleção e hierarquização dos aspectos substantivos e adjetivos da mensagem”, assim como enfatize a do “saber avaliar os procedimentos de argumentação da pessoa com que falam”, o mesmo acontecendo com a atitude do ler e do escrever (p.48).

A natureza humana simplesmente não existe independentemente da cultura, já que somos animais incompletos ou inacabados “que só se completam ou se aperfeiçoam por meio da cultura – e não por meio da cultura em geral, mas por meio de formas altamente particulares dela” (Geertz 1973: 49). A linguagem do homem não é universal ou individual; cada língua tem suas raízes numa cultura específica, não importando tratar-se de línguas nacionais, de suas variedades, ou de seus dialetos. Deste modo, cada indivíduo se torna um dos muitos elementos que integram os diversos meios de comunicação de determinada cultura e língua, assim como é um mediador da construção linguística e social da realidade, além disso, é responsável pela interpretação e negociação do mundo que o cerca.

Nesse aspecto, as palavras do grande filólogo também continuam válidas: as pesquisas da linguagem nos revelam uma íntima relação entre língua e cultura (p. 24-8). Deste modo, é fundamental entender que o estudo da língua com foco no aprendizado da cultura remete à ideia de que a língua é o indicador mais sensível da relação entre o indivíduo e determinado grupo social, pois a maneira como pensamos, como nos comportamos e, igualmente, como influenciados o comportamento dos outros está proximamente relacionada com a língua. Neste mesmo sentido é que, ainda hoje, diferentes estudiosos enfatizam que nosso senso de realidade pode ser resultado de uma construção de linguagem, ou, retomando Wittgenstein, de um ‘jogo de linguagem’. Na medida em que evolui culturalmente, e em que complexos mecanismos linguísticos e extralinguísticos operam diretamente nas relações entre língua e pensamento e nas relações entre palavras e coisas, o falante vai também expondo seu desenvolvimento, sua mudança de conceitos, percebidos nas transformações dos jogos de linguagem. As práticas linguísticas constituintes de uma rede ampla e complexa que se

cruza e entremeia, desvenda quadros referenciais que, em constante evolução, inspirarão o potencial linguístico.

A língua é o principal meio pelo qual conduzimos nossas vidas sociais, e quando usada em contextos de comunicação, está ligada à cultura de maneira múltipla e complexa. Assim sendo, quando se observa o texto cultural escrito, quer como um produto fixo, quer como um processo de inferência entre o texto e seus leitores, estabelece os parâmetros de sociabilidade aceitos entre os membros de determinada comunidade, desvendando uma vinculação natural entre a língua falada pelos membros de um grupo social e a identidade daquele grupo. A identidade do grupo, vista não como um fato natural, mas como uma percepção cultural, também evidencia que os indivíduos assumem diferentes identidades, em diferentes momentos, contrariando o axioma de “uma língua, uma cultura”, confirmando, no entanto, que todo falante “é ‘plurilíngue’ ou ‘poliglota’, e deve estar apto a ‘distinguir desvios’ que pertençam a diferentes outras línguas funcionais existentes na referida língua histórica considerada em sua plenitude” (p.56). Bechara é igualmente atual ao propor que, ao ser um poliglota na sua própria língua, o falante sabe “descodificar várias modalidades linguísticas com as quais entra em contato” (p.14), entendendo-se que o espaço contemporâneo pós-moderno (leia-se ‘espaço urbano’) é um verdadeiro estímulo para que novas identidades surjam, alcançadas por meio da combinação de elementos, resultantes de diversos encontros culturais, abrindo lugar, desta forma, para que todos também aceitemos e adotemos diversas variedades linguísticas.

Iniciamos este artigo destacando a atualidade da temática e do sério tratamento dado por Bechara. Certamente, grande parcela de universitários (e mesmo professores) dos Cursos de Letras tiveram (e nossa experiência didática revela que ainda têm), nessas páginas, seus primeiros encontros com expressões como “arquitetura da língua”, “competência linguística”, “descrição funcional”, “educação linguística”, “língua funcional”, “língua histórica”, “variedades diatópicas, diastráticas e diafásicas”, “variedades sintópicas, sintrásticas e sinfásicas”, “saber linguístico”, “saber elocucional”... São questões que permanecem porque permanece a luta por um ensino democratizante, de fato. Num país caracterizado pela grandeza, muitos ainda são os entraves educacionais, decorrentes das mesmas crises (que não passam, mas que, contudo, se renovam) referidas pelo autor. É por isso que a obra se mantém, porque a questão ainda persiste no nosso Brasil do terceiro milênio: *Ensino de gramática: Opressão? Liberdade?*

- E agora, para terminar, retomemos o nosso tema inicial que é o saber, a norma culta na democratização do ensino. O que vem a ser isso? Vem a ser o seguinte. O professor deve convencer-se de que uma língua histórica (português, francês, espanhol), não é uma realidade homogênea e unitária; ela está dividida em várias línguas, de acordo com as variedades regionais, as variedades sociais e as variedades estilísticas.

Cada variedade dessas tem uma tradição linguística e essa tradição é um modo correto, é uma maneira de correção da linguagem. Agora, todas essas variedades linguísticas confluem na língua exemplar, que é a língua de cultura. Então, a língua exemplar não é nem correta, nem incorreta, porque correto na língua é o que está de acordo com uma tradição. Se existe, por exemplo, uma tradição coloquial que diz “chegar em casa”, esse é o padrão de correção na língua exemplar. Agora, o “chegar à casa” já é uma eleição cultural, que é exclusiva da língua exemplar.

De modo que quando os consultórios gramaticais dos nossos jornais falam: isto está certo, isto está errado - na realidade, não é isso. Cada modo de dizer tem o seu padrão de correção; entretanto, todos esses padrões convergem, por eleição, a uma forma exemplar. Essa forma exemplar é a forma que está na língua literária, quando o escritor sabe trabalhá-la artística, cultural e idiomáticamente.

Então, o que acontece? A democratização do ensino consiste em que o professor não acastele o seu aluno na língua culta, pensando que só a língua culta é a maneira que ele tem para se expressar; nem tampouco aquele professor populista que acha que a língua deve ser livre, e portanto, o aluno deve falar a língua gostosa e saborosa do povo, como dizia Manuel Bandeira. Não, o professor deve fazer com que o aluno aprenda o maior número de usos possíveis, e que o aluno saiba escolher e saiba eleger as formas exemplares para os momentos de maior necessidade, em que ele tenha que se expressar com responsabilidade cultural, política, social, artística etc.

E isso fazendo, o professor transforma o aluno num poliglota dentro da sua própria língua. Como, de manhã, a pessoa abre o seu guarda-roupa para escolher a roupa adequada aos momentos sociais que ela vai enfrentar durante o dia, assim também, deve existir, na educação linguística, um guarda-roupa linguístico, em que o aluno saiba escolher as modalidades adequadas a falar com gíria, a falar popularmente, a saber entender um colega que veio do Norte ou que veio do Sul,

com os seus falares locais, e que saiba também, nos momentos solenes, usar essa língua exemplar, que é o patrimônio da nossa cultura e que é o grande baluarte que esta Academia defende.

Este é o trecho final de uma conferência proferida pelo Acadêmico Evanildo Bechara em 04/07/2000, na Academia Brasileira de Letras, no ciclo “A língua portuguesa em debate”. São explicações que o Professor Bechara não cansa de repetir e que reconstrói sempre, com a alegria e o respeito de quem tem prazer pelo ensino; com a mesma simplicidade de quem, de fato, sabe; com a mesma disposição com que há vinte anos respondeu à questão pela primeira vez.

A importância de um estudioso do quilate de Bechara é difícil de se mensurar. Especialmente quando se está preparando uma edição como esta, em tom festivo, num reconhecimento que se faz, felizmente, diretamente aos seus ouvidos e olhos. Talvez as palavras mais significativas que podemos deixar neste relato é a *vitalidade com sabedoria* que se vê no Professor Evanildo Bechara, no seu contato afetuoso com o público (os jovens e os já não tão jovens), nas suas palestras, nas suas entrevistas, na sua atuação como acadêmico. Bechara é homem do tempo – do outro e deste presente. As preocupações de suas obras, gramáticas ou não, refletem essa atualidade: Bechara é filólogo, mas também é linguista, porque por ela também se apaixonou e fez dela sua parceira dialogante nas incursões pelos meandros da linguagem.

E, finalizamos, asseverando que pudemos depreender aquilo de que já tínhamos certeza: Evanildo Bechara sempre foi professor, na mais profunda acepção da palavra, com todos os seus atributos preenchidos pela sua postura digna de mestre integral. Também foi pesquisador que colaborou com o crescimento dos estudos de Língua Portuguesa no Brasil. Além dessa integralidade professoral de ensino secundário, nosso mestre, como grande mestre que é dedicou-se também ao ensino superior formando professores de grande quilate por esse Brasil afora e, ainda, como professor-pesquisador, tem outra forma de exercer o magistério por meio de aulas, conferências e palestras em diversas universidades brasileiras e estrangeiras.

Referências

- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* 12^a. Ed. São Paulo: Editora Ática. 2006.
- _____. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lucerna, 2009.
- _____. *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*. 2^a. Edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lucerna. 2010.
- _____. *Lições de Português pela Análise Sintática*. 19^a. Edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2014.
- _____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 38^a. Ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lucerna. 2015.
- _____. *Novo Dicionário de Dúvidas da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lucerna, 2016.
- _____. *Gramática Fácil da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Lucerna. 2017.
- HALLIDAY, M.A.K. *Explorations in the functions of language*. London: Arnold. 1973.
- PRETI, Dino. *Nas “entrelinhas” da gramática*. In BASTOS Neusa Barbosa et alli. *Homenagem a Evanildo Bechara - 80 anos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira-Lucerna, 2008

Nota do editor: articulista convidado.

ANOTAÇÕES MANUSCRITAS EM EXEMPLARES PORTUGUESES DAS
PRIMEIRAS EDIÇÕES DAS DE INSTITVTIONE GRAMMATICA LIBRI
TRES DE MANUEL ÁLVARES¹

HANDWRITTEN ANNOTATIONS IN THE EARLY EDITIONS OF MANUEL
ÁLVARES' DE INSTITVTIONE GRAMMATICA LIBRI TRES

Rolf Kemmler

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

kemmler@utad.pt

RESUMO:

Com o objetivo de contribuir para a compreensão da evolução das primeiras edições portuguesas da gramática latina de Manuel Álvares (1526-1583) com o título *Emmanvelis Alvari è Societate Iesv de institvtione grammatica libri tres* (Lisboa, 1572, 1573) antes e pouco depois da morte do gramático, o presente artigo dedica-se às anotações manuscritas que podem ser encontradas num exemplar eborense da primeira edição da *ars maior* (Álvares, 1572), no único exemplar da primeira edição da *ars minor* (Álvares, 1573), bem como em no exemplar pessoal do autor da segunda edição da *ars minor*, que oferece os paradigmas da conjugação verbal não apenas em latim, mas também no vernáculo castelhano (Álvares, 1578). Da mesma maneira que as anotações nos dois exemplares da *ars minor* parecem ter tido alguns reflexos nas edições posteriores desta tradição textual, muitas das anotações no exemplar de Álvares (1572) parecem ter entrado na *recognitio vellesiana* do que seria a última edição da *ars maior* em Portugal (Álvares / Velez, 1599).

PALAVRAS-CHAVE:

Historiografia da Lingüística, gramática latina, Portugal, século XVI, Manuel Álvares

ABSTRACT:

In order to contribute to an understanding of the evolution of the earliest Portuguese editions of Manuel Álvares' (1526-1583) Latin grammar *Emmanvelis Alvari è Societate*

¹ A nossa comunicação «Handwritten annotations in the early editions of Manuel Álvares' *De institvtione grammatica libri tres*» foi apresentada em língua inglesa no *Annual Colloquium of the Henry Sweet Society 2013: The Description of "Exotic" Languages before and after Humboldt* (Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften, Berlin 28-31. August 2013).

Iesv de institvtione grammatica libri tres (Lisbon, 1572, 1573) before and shortly after the grammarian's death, this paper focuses on the handwritten annotations that can be found in a copy of the first edition of the *ars maior* (Álvares, 1572), in the only copy of the first edition of the *ars minor* (Álvares, 1573), as well as in Álvares' personal copy of the second edition of the *ars minor*, which offers the paradigms of verbal conjugation not only in Latin, but also in the Castilian vernacular (Álvares, 1578). In the same way that the annotations in the two copies of the *ars minor* seem to have had at least some reflexes on posterior editions of this text tradition, many of the annotations in the copy of Álvares (1572) seem to have found their way into the *recognitio vellesiana* of what would be the last edition of the *ars maior* in Portugal (Álvares / Velez, 1599).

KEYWORDS:

Historiography of Linguistics, Latin grammar, Portugal, 16th century, Manuel Álvares

Introdução

Uma das gramáticas mais conhecidas em todo o mundo desde finais do século XVI é a gramática latina intitulada *Emmanuelis Alvari è Societate Iesv de institvtione grammatica libri tres*, cuja elaboração pelo jesuíta madeirense Manuel Álvares (1526-1583) foi encomendada pelos superiores-gerais jesuítas Diego Laínez (1512-1565) e Francisco de Borja (1510-1572). Após a publicação separada do segundo livro *De constrvctione octo partivm orationis* em duas versões (veja-se Álvares, 1571a, 1571b) no ano anterior, a primeira edição completa da gramática foi publicada em Lisboa em 1572, assim constituindo o início da tradição da *ars maior* (Álvares, 1572). Pouco depois, em inícios de 1573, Álvares publicou uma versão compendiada da sua gramática sob o mesmo título, omitindo a maior parte dos seus escólios eruditos. A última edição constitui o começo da *ars minor* do autor (Álvares, 1573).²

Com base nestas duas tradições textuais, o estabelecimento da obra de Álvares como gramática latina oficial do sistema de ensino da Companhia de Jesus, devido à sua consagração na *Ratio Studiorum* Jesuíta em 1599, levou ao triunfo inigualável da gramática alvaresiana: do século XVI ao século XX, regista-se um enorme número de edições em quatro continentes. De facto, mesmo a seguir à relação otimista de Springhetti (1960-1961, 304), que fala de

² Para mais informações sobre a *ars maior* e a *ars minor*; cf. Kemmler (2014, 2015).

530 edições em todo o mundo, devemos afirmar que no início do século XXI o número total de edições e impressões ainda permanece desconhecido. A nossa investigação atual permite-nos presumir que pode haver um número consideravelmente mais elevado de edições, reedições e variantes (provavelmente mais algumas centenas) que necessariamente teriam que ser consideradas no âmbito de uma investigação bibliográfica mais abrangente.

Considerando que as edições quinhentistas que foram publicadas enquanto Manuel Álvares ainda estava vivo devem ser encaradas como sendo fundamentais para o estabelecimento das tradições da divulgação da gramática alvaresiana noutros países, as quatro edições impressas em Lisboa (Álvares, 1572, 1573, 1578, 1583) parecem-nos merecer atenção especial.

Há uns anos, pudemos constatar que não sómente o único exemplar conhecido de Álvares (1573) contém algumas anotações manuscritas, mas que existem também outros exemplares impressos em Portugal com anotações manuscritas, nomeadamente das edições de Álvares (1572) e Álvares (1578). Como pelo menos uma destas duas gramáticas anotadas pode ser inquestionavelmente identificada como exemplar pessoal do gramático, apresentaremos estes exemplares e algumas anotações metagramaticais, a fim de discutir a sua contribuição para os estudos alvaresianos modernos.

1. As notas manuscritas na *editio princeps* da *ars maior* (1572)

O exemplar anotado da primeira edição lisboeta da *ars maior* pertence à Biblioteca Pública de Évora (BPE), cidade esta, onde o gramático viveu, morreu e foi sepultado. Hoje em dia, a gramática pode ser localizada sob a cota ‘Reservado 333’.³ No rosto da obra, encontra-se o despacho que estabelece que o livro deve ser conservado por causa das notas manuscritas que apresenta:⁴

³ O exemplar foi mencionado em Gusmão (1964, I, 16), infelizmente, sem qualquer referência às anotações nela contidas. De acordo com as informações fornecidas na página de rosto, este exemplar de Álvares (1572) anteriormente foi guardado sob a cota ‘Armario 147 – d – 2.º – n.º 29’. A letra manuscrita parece pertencer a um bibliotecário do século XIX.

⁴ Todas as transcrições respeitarão a ortografia e constituição dos textos originais. Assim, quaisquer alterações nossas serão devidamente anotadas entre parênteses []. Para adições manuscritas encontradas num texto impresso, usaremos os sinais <>, para rasuras e omissões usaremos as chaves { }.

Conseruese este liuro polas annotaçoes doudas, escritas de mão, que tem (Álvares, 1572, [I]).

Infelizmente, este breve despacho na página de rosto deste exemplar da *editio princeps* alvaresiana não permite nenhuma conclusão sobre quem poderia ser o proprietário anterior do livro ou até mesmo os autores das notas manuscritas. É, no entanto, possível que as notas em si possam oferecer mais informações sobre o exemplar anotado.

Das [VIII] páginas não numeradas que encontramos em Álvares (1974), o exemplar eborense de Álvares (1572) conserva somente quatro, ou seja, a página de rosto [I] e as licenças no seu verso [II], bem como a última página do paratexto «Præfatio» do autor (Álvares, 1572, [III] = Álvares, 1974, [VII]), numerada como fôlio II, e os dois poemas «Auctoris carmen ad librum» e «Idem Christianum Præceptorem» (Álvares, 1572, [IV] = Álvares, 1974, [VIII]). A própria gramática começa com o capítulo «De nominum Declinatione» no fôlio 1 e oferece um escólio inicial de quase um fôlio. Embora apenas as páginas de Álvares (1572, [II-IV]) não apresentem notas, no resto das páginas da gramática, podemos encontrar anotações que vão desde pequenas correções até à extensão de páginas inteiras. As primeiras anotações menores aparecem precisamente no início do seguinte texto:⁵

*CVM PRÆCLARVM illud Horatij dictum, Quo semel est imbuta recens se-
ruabit odorem Testa diu, verissimum esse reipsa quotidie experiamur: dabit in
primis operam præceptor, ut discipuli etiam nunc tyrones {}, & Latinæ linguæ
rudes, iam inde à principio optimæ prononciationi assuescant: quod ut faciùs
assequantur, studiosè diligenterque obseruabit quibus præcipuè vitijs laboret ea
regio in qua sibi commissam iuuentutem instituet: nam singulis ferè nationibus
domestica quædam, ac natiua insunt vitia, quibus Latini sermonis splendor obs-
curatur atq[ue] pæne obruitur. Nostrates pueri<> si magistrum diligentem, ac
bene prononciandi studiosum nacti fuerint, non malè equidem prononciant. Sin
verò in eum inciderint, qui officio suo desit, ac de auditorum progressu parum sit
solicitus, barbarè literas M & N, extremas sonant: utùtur enim litera nescio {},
qua<> notha {}, & adulterina, cuius literæ P. Nigidius apud A. Gellium lib. 19
cap. 14 mencionem facit: Inter literam, [inquit], N, & G <et C> est alia vis, ut*

⁵ Para diferenciar entre o texto primitivo de parte do primeiro escólio da *ars maior* e o que encontramos no exemplar anotado Res. 333, optámos por marcar as alterações em negritos.

in nomine Anguis, & Angaria, & Anchora, & Increpat, & Incurrit, & Ingenuus (Álvares, 1572, fol 1 r).

Como resultado, parece evidente que o anotador quis substituir regularmente a grafia de <u-> em vez de <v-> (*ut* em vez de *vt*; *utūtur* em vez de *vtūtur*), substituindo a sequência <-ti-> para <-ci-> em palavras como *pronunciant* (anteriormente *pronuntiant*).

Além disso, para além de algumas mudanças em termos de pontuação, parece bastante notável que o anotador optou por um uso mais regular do acento grave em advérbios latinos como *faciliùs* e *malè* (em vez de *facilius*, *male*). A parte realmente interessante destas anotações são, no entanto, as mudanças em «[...] *Inter literam, inquit, N, & G est alia vis* [...]». Depois desta intervenção, temos «[...] *Inter literam, [inquit], N, & G <et C> est alia vis* [...]», o que significa que não só os parênteses foram adicionados a *inquit* (disse), mas também que a citação foi completada por ‘et C’. Além disso, observa-se uma mudança do caso no exemplo *Anchorae*, que é alterado para o nominativo singular: *Anchora*.

Mesmo depois de olhar só para uma pequena amostra do início da gramática, parece evidente que as notas que podem ser encontradas no exemplar da BPE de Álvares (1572) não devem ser encaradas como meras anotações, mas como correções destinadas para uma reedição da gramática do jesuíta, que podem ou não ter sido usadas para este fim. Dado que, de acordo com Iken (2002, 60-61), nenhuma outra edição da *ars maior* em Portugal é mencionada do que a *edição princeps* (Álvares, 1572; no que parecem ser sete variantes tipográficas) e a *recognitio vellesiana* de Álvares / Velez (1599, aparentemente em seis variantes tipográficas), parece que esta última deve ser considerada a segunda (e também última) edição portuguesa da *ars maior*.⁶ Vejamos uma imagem da referida edição:

⁶ Pelo que consta todas as outras edições portuguesas da gramática de Manuel Álvares que foram impressas em Évora desde 1608 até 1755 pertencem à tradição textual da *ars minor*.

DE NOMINVM DECLINATIONE.

VM PRÆCLARVM illud Horacij dictum,
Quo semel est imbuta recens servabit odore Testa diu,
verissimū esse re ipsa quotidie experiamur: dabit in
10 primis operam preceptor, vt discipuli, etiam nunc tyrones
& Latine linguae rudes, iam inde à principio optime
pronunciacioni assuecant: quod vt facilius assequantur,
studiosè diligenterq; observabit, quibus præcipuè vitiis
laboret ea regio, in qua sibi commissam iuventus in-
stituet: nam singulis ferè nationibus domestica quedam, ac nativa insunt vi-
ria, quibus Latini sermonis splendor obscuratur, atq; pene obruitur. Nostros
15 pueri, si magistrum diligentem, ac bene pronūciandi studiosum nacti fue-
rint, non malè equidem pronunciant: sin verò in eum inciderint, qui officio
suo desit, ac de auditorum progressu parum sit sollicitus, barbarè literas M, &
N, extreras sonant: vtuntur enim litera ne scio qua notha & adulterina, cu-
20 ius literæ P. Nigidius apud A. Gellium, lib. 19. cap. 14. mentionem facit. In-
ter literam (inquit) N, & G, & C, est alia vis, vt in nomine Anguis, & Angé-
ria, & Anchora, & Increpat, & Incurrit, & Ingenuus. In omnibus enim his

(Álvares / Velez, 1599, 1)

Após a comparação do trecho de Álvares / Velez (1599) com as anotações manuscritas, pode afirmar-se que a maioria das correções do exemplar manuscrito foram levadas a cabo nesta edição. Este é o caso da substituição de <-ti-> por <-ci->, da acentuação dos advérbios com o acento grave, das mudanças na pontuação, bem como das mudanças nas últimas três linhas da imagem acima reproduzida. A única alteração que regularmente parece não ter sido levada a cabo é a substituição de <v-> por <u->: aqui foi conservado o uso consagrado pela *editio princeps*.

Em seguida, vejamos as anotações que podem ser encontradas no subcapítulo relativo ao adjetivo *brevis*:

Breuis, & breue nomen adiectiuum, declinationis tertiæ,
numeri singularis, sic declinabitur.

¶Nominatiuo	hic & hæc breuis, & hoc breue.	
Genitiuo,	breuis.	
Datiuo	Breui.	
Accusatiuo	Breuem, & breue.	<i>Si adiectiuum nomen duas habue- rit formas prior erit generis communis, posterior neutri</i>
Vocatiuo	ô Breuis, & breue.	
Ablatiuo	à Breui.	

Nonnulla è proximis etiam huc spectant, vt hic & hæc alacris, & hoc alacre: <campestris & campestre:> celebris & celebre: salubris, & salubre. <palustris & palustre. syluestris et syluestre. Pro putris autem, quod in mascul. genere usitatisimum est, puter, dixit Varro de Re rust. lib. 1 ca. 8. Palus è pertica, etc. puter{e-}euertitur.>

Numero plurali.

¶Nominatiuo	Breues, & breuia.	
Genitiuo,	Breuium.	
Datiuo	Breuiibus.	
Accusatiuo	Breues, & breuia.	<i>Eodem modo declinatur breuior & breuius, & alia eiusdem formæ compara-tiua, quæ penè sunt infinita</i>
Vocatiuo	ô Breues { } <, breuia.>	
Ablatiuo	à Breuiibus.	

<Ponhase aqui Brevior, et Breuior, et breuius, como esta na arte pequena.>

(Álvares, 1572, fol. 6 r)

Neste paradigma, a declinação do adjetivo *brevis* pode ser encontrada junto com três notas na margem direita que permitem entender algo mais sobre a morfologia deste e de outros adjetivos similares. No que parecem ser várias mãos, os anotadores adicionam a forma *breuia*⁷ ao plural do vocativo e exigem que, a seguir, seja inserido o paradigma de *brevior*, tal como este pode ser encontrado na chamada ‘arte pequena’, ou *ars minor*. E na verdade, encontra-se um paradigma com o título «Breuior et breuius, nomen comparatiuum, declinationis tertiæ, numeri singularis, sic declinabitur» entre *brevis* e *felix* (Álvares 1573, fols. 4 v-5 r, Álvares 1578, fol 8 r-8 v). Na segunda nota marginal deparamos com a maior intervenção neste paradigma pelos anotadores:

⁷ *Breua* já aparece como a segunda forma do vocativo na primeira edição da *ars minor* (Álvares, 1573, fol. 4 v).

não só encontramos outros três exemplos, mas uma frase completamente nova sobre o adjetivo *puter, putris*. A terceira nota marginal não é rasurada, mas se olharmos para a composição de Álvares / Velez (1599, 11), torna-se evidente que faz todo o sentido que os anotadores a eliminassem. Afinal, em vez de a referência à construção similar do comparativo *brevior* somente acontecer mediante a respetiva nota, a segunda edição lisboeta da *ars maior* oferece o paradigma de *brevior*, tal como exigido pela nota «Ponhase aqui Brevior, et Breuior, et breuius, como esta na arte pequena». Em relação à segunda nota, no entanto, é de constatar que os exemplos foram adicionados, ao passo que a frase referente a *puter* é omitida.

¶ **BREVIS, & breue nomen adiectiuum, declinationis
tertiæ, numeri singularis, sic declinabitur.**

¶ Nominat. hic, & hæc, Breuis, &	Pl. Nomin. Breues, & breuia.
Genitio Breuis. (hoc breue.	Genitio Breuium.
Datio Breui.	Datio Breuibus.
20 Accusatio Breuem, & breue.	Accusatio Breues, & breuia.
Vocatio ð Breuis, & breue.	Vocatio ð Breues, & breuia.
Ablatio à Breui.	Ablatio à Breuibus.

¶ Si adiectiuum nomen duas habuerit formas, prior erit generis communis, posterior neutri. ¶ Nonnulla è proximis etiam huc spectant, vt Hic, & hæc
25 Alacris, & hoc alacre, Campestris & campestre, Celebris & celebre, Salubris & salubre, Palustris & palustre, Syluestris & Syluestre.

¶ **BREVIOR, & breuius nomen cõparatiuum declina-
tionis tertix, numeri singularis, sic declinabitur,**

30 ¶ Ntõ hic & hæc breuior, & hoc	Pl. Ntõ. Breuiores, & breuioza.
Genit. Breuioris. (breuius.	Genitio Breuiorum.
Datio Breuiori.	Datio Breuioribus. (ra.
Accuf. Breuioꝛẽ & breuius.	Accusatio Breuiores & breuio
Vocat. ð Breuioꝛ & breuius.	Vocatio ð Breuiores & breuio
35 Ablat. à Breuioꝛe vel breuioꝛi.	Ablatio à Breuioꝛibus. (ra.

(Álvares / Velez, 1599, 11)

Enquanto Álvares (1572, fol 6 r) oferece o seguinte paradigma sob o título «¶ Prudens, nomen Adiectiuum, Declinationes tertix, generis omnis, numeri singularis, sic declinabitur», as alterações manuscritas dos anotadores preveem a substituição do adjectivo *prudens* por *felix*: «¶ **Felix**, nomen adiectiuum, declinationes tertix, generis omnis, numeri singularis, sic declinabitur». Além disso, encontra-se a seguinte nota:

Aqui logo se emprima aquelle escolio da arte pequena que começa com sextus casus nominum, et cæt. fol. 8 b (Álvares, 1572, fol. 6 r).

Dado que o anotador identifica até mesmo o fólho exato onde o escólio pode ser encontrado, a paginação única de cada uma das primeiras edições portuguesas leva a presumir que pelo menos aqui a segunda edição da *ars minor* terá servido como fonte para o anotador:

CVM sextus casus nominum, quæ literis N, & S, terminantur; in E, vt Verrius Flaccus autor grauissimus docet, ferè exeat, cúmque genitiuus multitudinis eorundem nominum rarò ab Oratoribus imminuatur, siquidem Diligentium, elegantium, ingentium, & alios id genus casus, plenos, non imminutos, diligentum, elegantum, &c., ferme vsurpant, in locum nominis Prudens substituimus Felix: ne imperitis errandi ansam daremus. Non negamus esse quædam, quorũ ablatiuus etiam I, litera finiatur, cuiusmodi sunt Ingens, recens, vehemens: de quibus, atque participiis, quæ eiusdem sunt positionis, fusiùs suo loco diximus. Hic enim tantùm nobis admonendus fuit Lector de hac exemplorum permutatione. Felix in primis placuit, quòd eo Diomedes, & Donatus vsi fuerint (Álvares 1578, fol. 8 r-8 v).⁸

Ao contrário do que talvez se poderia esperar, o texto deste escólio, que explica a substituição de *prudens* por *felix*, não pode ser encontrado na *recognitio vellesiana* (Álvares / Velez 1599, 11-12):

**¶ F E L I X nomen adiectiuum declinationis tertix,
generis omnis, numeri singularis, sic declinabitur.
¶ Nō hic & hæc, & hoc Felix. Datio Felici.
Genitio Felicis. Accusatio Felicem & Felice**

⁸ O mesmo texto, se bem que com pequenas diferenças de natureza (orto)gráfica ou tipográfica, pode ser encontrado em Álvares (1573, fol. 5 r-5 v).

DE NOMINVM	
12	
Vosatiuo ô Felix.	Datiuo Felicibus.
Ablatiuo à Felice vel Felici.	Accusatiuo Felices & Felicia.
Pl.N. Felices, & Felicia.	Vocatiuo ô Felices & Felicia.
Genitiuo Felicium.	Ablatiuo à Felicibus.

S! nomen Adiectiuum vnâ tantum habuerit formam, erit omnis generis. Qualia sunt Par, Impar, Arpinas, Quadrupes, Elegans, Diligens, Solers, Cōfors, Multiplex, Pernix, Ferox, Trux, Audax. ¶ Miscantur nonnumquam omnes gradus, vt Felix, Felicior, Felicissimus. Sic enim fit lingua celerior, & exercitior: ita tamen vt cum aliquo Substantiuo coniungantur. 10
¶ Poëta bonus, melior, optimus. Scurra malus, peior, pessimus. Digitus parvus, minor, minimus. Vir magnus, maior, maximus. Facilis, facilior, facilissimus. Difficilis, difficilior, difficillimus. Humilis, humilior, humillimus. Similis, similior, simillimus. Dissimilis, dissimilior, dissimillimus.

(Álvares / Velez, 1599, 11)

Embora ambas as edições não tenham o paradigma *brevior*, conseguimos localizar o paradigma *felix* e o correspondente escólio nas primeiras edições italianas da *ars maior* (Álvares, 1575a / b, 18-19).

Como se pode ver pelas *editiones principes* das gramáticas alvaresianas, o capítulo *De Verborum Coniugatione* normalmente compreenderia os paradigmas da conjugação verbal não só em latim, mas também no vernáculo português. Em Res. 333, no entanto, o paradigma português é rasurado. Em vez disso, com uma nota marginal «Ex ipsius P. Emmanul. mente», pode encontrar-se o seguinte trecho altamente revelador, escrito por um contemporâneo português desconhecido:

Estas conjugações alterou <auantajadamente> o P[adr]e M[anu]el Alu[a]r[e]z ano de 1575. por tanto as nouas corram somente: E também os escolios nouos da Arte pequena ham de ir todos nesta 2. ediçam; com tal {que} ordem, que nam se encontrem com os desta grande: antes onde isso ouuer, os desta se deixem (Álvares, 1572, fol. 12 r).

Ao fazer referência às alterações nas conjugações, parece provável que o anotador esteja a referir-se em primeiro lugar a uma intervenção do próprio autor na elaboração da *ars maior* veneziana (Álvares, 1575a/b). Dado que a referência à ‘2. ediçam’ e aos escólios só pode ser relativa a uma segunda edição portuguesa da *ars maior*, parece cada vez mais provável que este exemplar possa ter sido usado, pelo menos em parte, para estabelecer a *recognitio vellesiana* de Álvares / Velez (1599). Além disso, o facto de podermos encontrar números marginais que correspondem à paginação que se observa na edição impressa

em 1599,⁹ leva-nos a acreditar que as anotações neste exemplar poderiam ter servido como um dos manuscritos da edição.

2. As notas manuscritas na *editio princeps* da *ars minor* (1573)

Pertencente à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), o que parece ser o único exemplar existente da primeira edição da *ars minor* de 1573, conserva-se hoje com a cota V.T. 18-7-3. Neste exemplar, podem ser observadas cinco anotações manuscritas de finais do século XVI. A primeira delas é uma nota marginal ao paradigma da voz passiva de *amare* em Álvares (1573, fol. 19 r):

Præteritum perfectum

Amatus, amata, amatum sum vel fui, *Eu fuy amado.*

Amatus, ta, tum es vel fuisti, *Tu foste amado.*

Amatus, ta, tum est vel fuit, *Elle foy amado.*

Pl. Amati, tæ, ta sumus vel fuimus, *Nos fomos amados.*

Amati, tæ, ta estis, vel fuistis, *Vos fostes amados.*

Amati, tæ, ta sût, fuerût, vel fuere, *Elles forã amados.*

<Amatu addi-
ta S. Amatus
sic in cæteris>

Aqui trata-se obviamente de uma breve observação de natureza didática na forma de uma nota marginal, uma vez que o anotador adverte que é necessário adicionar a letra <-s> à raiz AMATU- para formar AMATUS, e assim por diante... Parece provável que esta nota deve a sua existência à omissão de uma nota bastante elaborada que pode ser encontrada na *ars maior* ao lado do ‘Præteritum perfectum’ e do ‘Præteritum Plusquam perfectum’ (Álvares 1974, fol 34 r).

A nota manuscrita de Álvares (1573) é reproduzida na segunda impressão de Lisboa da *ars minor*. Esta é a primeira das edições da gramática alvaresiana com as equivalências da conjugação verbal no vernáculo castelhano (Álvares 1578, fol. 30 v):

⁹ Nas anotações manuscritas do exemplar eborense de Álvares (1572) conseguimos encontrar os seguintes números de páginas que coincidem com a paginação de Álvares / Velez (1599): 65-90 (Álvares 1572, fols. 28 r-41 r), 129-141 (fols. 55 r-62 r), 145-233 (fols. 64 r-94 v), 238-375 (fols. 97 r-123 r), 413-421 (fols. 127 v-131 v), 174 [sic!], 475-480 (fols. 140 r-142 r), 523-529 (fols. 154 r-156 v), 542-555 (fols. 163 r-169 v), 563-568 (fols. 173 v-176 r), 601-608 (fols. 188 r-191 r), 620-624 (fols. 195 v-197 v), 643 (fol. 205 r), 447 [= 647?] (fol. 207 r), 652 (fol. 210 r), 656 (fol. 211 v), 650 (fol. 213 v), 678 (fol. 220 v), 689 (fol. 226 r), 720-721 (fols. 240 r-240 v), 729-731 (fols. 244 v-245 v), 735-740 (fols. 188 r-191 r).

	Prætæritum perfectum
Amatu,	¶ Amatus, amata, amatum sum, vel fui, <i>Yo fui,</i>
addita s:	<i>o He sido amado.</i>
sic in cæ-	Amatus, amata, amatum es, vel fuisti, <i>Tu fuiste,</i>
teris	<i>o Has sido amado.</i>
	Amatus, amata, amatum est vel fuit, <i>Aquel fue,</i>
	<i>o Ha sido amado.</i>
	Pl. Amati, amatae, amata sumus vel fuimus, <i>Nos-</i>
	<i>otros fuimos, o Aemos sido amados.</i>
	Amati, tæ, ta estis, vel fuistis, <i>Vosotros fuistes, o Aueis</i>
	<i>sido amados.</i>
	Amati, tæ, ta sunt, fuerunt, vel fuere, <i>Aquellos</i>
	<i>fueron, o Han sido amados.</i>

Impressa em tipos normais (ao contrário do que acontece na *ars maior* lisboeta, onde as notas marginais e os escólios geralmente são impressos em itálicos), a nota manuscrita é reproduzida com duas alterações: a seguir ao grafema <s>, não há ponto final (.), mas dois pontos (:). Além disso, a edição de 1578 prescinde de repetir a forma *amatus*.

Da mesma forma, as três anotações a seguir são notas marginais, acrescentadas ao paradigma do presente do indicativo e do imperativo do verbo *lego* (Álvares, 1573, fols. 24 v-25 r). Em todos os três casos, as notas marginais foram impressas em Álvares (1578, fols. 41 v-42 r). Por fim, a frase «Cedo petit cessi, cessum facit inde supino» é acrescentada em Álvares (1573, fol. 56 v), devendo ser inserida na parte dos «Rudimenta» que se dedica à conjugação de verbos. Também este texto pode ser encontrado em Álvares (1578: fol. 89 r), desta vez sem quaisquer alterações.

Embora não pareça haver dúvida de que a letra das notas que se encontram neste exemplar seja de um anotador quinhentista, não podemos deixar de constatar que as características que encontramos na escrita não coincidem com a letra do próprio Manuel Álvares. Dado, porém, que as correções propostas no exemplar da BGUC tiveram um reflexo na segunda edição da *ars minor*, parece-nos, no entanto, evidente que elas devem ter como autor um jesuíta contemporâneo que devia ser próximo ao gramático.

3. As notas manuscritas em Álvares (1578)

O exemplar anotado da segunda edição lisboeta da *ars minor* alvaresiana também pertence à BPE, podendo ser localizado sob a cota ‘Século XVI 552’.¹⁰ Na página de rosto, encontra-se o seguinte despacho que estabelece que o livro deve ser conservado cuidadosamente para que possa ser útil na composição tipográfica de futuras reedições:

He a ultima ediçam. he ã Castelhana: Leua algua auãtaje á de portugues do mesmo ano.

Conuem a goardar se muito bem pera o diante, se <a> de Castella por {t}ẽpo se for cõ {t}aminando ut fit, typographorum indiligentia. E assi se fechara em hũa arca com os papees do P. Manoel Alu[arez]. que o P. Provincial e depois Bispo de Iapam, D. Sebastiam de Morais mandou que esteuessem goardados.

Esta Arte se deve conservar, e guardar, como aqui se encomenda (Álvares, 1578, fol 1 r).¹¹

O rosto deste exemplar oferece três anotações manuscritas com valor paratextual. A primeira anotação contemporânea menciona a *ars minor* de 1578 como sendo a segunda edição desta obra, consideravelmente melhorada em relação com uma edição portuguesa do mesmo ano.¹² A segunda anotação no rosto documenta a ordem que D. Sebastião de Morais (1534-1588) – então provincial da Companhia de Jesus em Portugal e mais tarde primeiro bispo católico do Japão – terá dado no concernente ao arquivo da obra anotada, fazendo-se até referência explícita a um baú com os papéis pessoais de Manuel Álvares. A última das três anotações parece algo posterior e pode pertencer a um jesuíta do século XVII ou XVIII.

A entrada paratextual mais interessante, no entanto, pode ser encontrada na página em branco no fim da gramática, onde o próprio autor fez questão de

¹⁰ O livro é mencionado por Gusmão (1964, I, 16), que afirma tratar-se do exemplar pessoal do autor.

¹¹ Sem mais comentários, estas anotações também são reproduzidas por Ponce de León Romeo (2002, CLXVIII), sem qualquer indicação que não se trata de anotações de mãos diferentes.

¹² Na verdade, não temos conhecimento de uma reedição da *ars minor* alvaresiana de 1578, o que não surpreende, pois não existe qualquer registo bibliográfico de tal edição.

apontar a proveniência do seu exemplar pessoal:¹³

esta arte deo João despanha estando em S. Roque (Álvares 1578, [II])

O livreiro João de Espanha (hoje mais conhecido como João de Molina, fl. 1565-1584)¹⁴ aqui referido foi o editor que pagou o impressor lisboeta António Ribeiro pela produção da edição da *ars minor* para o mercado espanhol (ver Álvares 1578, [I]), no âmbito do que parece ter sido uma cooperação mais ou menos regular entre o impressor português e o livreiro espanhol que residia em Lisboa.¹⁵ Obviamente, terá sido nesta mesma capacidade que Juan de Espanha ofereceu um exemplar da gramática ao autor quando este esteve a visitar a Casa Professa de São Roque em Lisboa.

Ao longo deste exemplar, encontram-se anotações em 133 páginas, ou seja, em 29,12% dos 194 fólhos do livro. Estas são principalmente correções, obviamente destinadas a melhorar as edições existentes na altura. Vejamos alguns casos exemplares:

Nomen est pars Orationis, quæ casus habet, neque tempora adsignificat <: ut
Musa, dominus> (Álvares 1578, fol. 65 v).

A esta definição do nome, o anotador desconhecido adicionou os exemplos *Musa* e *dominus*. Na terceira edição lisboeta da *ars minor*, encontra-se o seguinte texto que adota a alteração:

Nomen est pars Orationis, quæ casus habet, neque tempora adsignificat: ut Musa,
dominus (Álvares 1583, fol. 57 v).

¹³ Na nossa opinião, a letra manuscrita que consta desta obra coincide com a que encontramos na procuração autógrafa que Manuel Álvares outorgou em 1579 e que tivemos a oportunidade de estudar anteriormente (Kemmler 2012).

¹⁴ Para um resumo da atividade de Molina como editor (incluindo a reprodução de alguns privilégios para a distribuição de livros impressos), veja-se Deslandes (1888, 79-83). Molina também é mencionado como ‘João d’Espanha’ em Freitas (1952, 17).

¹⁵ A informação ‘expensis Ioannis Hispani Bibliopolæ’, que identifica Juan de Molina como cliente que pagou as despesas da impressão a António Ribeiro, pode ser encontrada em vários livros contemporâneos que devem ter sido de interesse para o mercado livreiro de Portugal e de Espanha, tais como as edições lisboetas da obra *Ecclesiasticae rhetoricae sive de ratione concionandi libri sex* do dominicano espanhol Luís de Granada (1576) ou o *Compendium spiritualis doctrinae* do arcebispo bracarense Bartolomeu dos Mártires (1582).

Também o seguinte subcapítulo sobre o género dos substantivos sofreu as seguintes mudanças:

*Nomina ferè fæminina apud oratores,
& interim masculina præcipue apud pœtas.*

{Est muliebre animans,} <Fœmineus hærent> volueris, cum stirpe, cupido.
Sardonychem comitatur onyx; grus, clunis, & ales
Cum talpa, linter, cum dama, lynxque, penúsque:
Hæc maribus tribues cinget cùm tempora laurus.
<Hic, aut {hoc} hæc, aut hoc animans: quo sæpe solebat Plurali numero Cicero muliebriter uti.>
Hunc iubarem, hunc frontem, hunc pinum nimiúmqe uetusta,
Pacuuii proavis, atausque vtenda relinque (Álvares, 1578, fol. 78 v).

Com efeito, tanto o princípio «Fœmineus hærent [...]» em vez de «Est muliebre animans [...]» como a regra mnemónica «Hic, aut hæc, aut hoc animans: quo sæpe solebat Plurali numero Cicero muliebriter uti» podem ser encontrados em Álvares (1583, fol 70 v), ao passo que a edição espanhola publicada em Zaragoza (Álvares, 1579, fol 92 v) reproduz o texto anterior sem quaisquer alterações.

Como outra amostra das anotações que podem ser encontradas em Álvares (1578), escolhemos o seguinte trecho, em que o gramático oferece exemplos para o uso sintaticamente correto das formas verbais *libet*, *licet*, *liquet* e *expedit*:

Item Libet, Licet, Liquet, Expedit, & quæ sunt generis eiusdem.
Terent. *Adelph.* Facite quod vobis libet.
Cic. *de Orat. lib.* 2. Si tibi id minus libebit, non te vrgebo.
Idem, *In Verr. lib.* 7. Non mihi idem licet, quod iis, qui nobili genere nati sunt.
{Idem, *Acad. lib.* 4. Si habes, quod tibi liqueat, neque respondes, superbis.}
<Idem, 1. de Nat. d. Ego ne Protagoram quidem, cui neutrum liquerit. &c.>
(Álvares, 1578, 105)

Esta anotação é seguida por outra em língua portuguesa. Um anotador desconhecido dirige a sua crítica na segunda pessoa a outro anotador, censurando o uso de uma forma *liquerit* quando o pretérito correto do verbo *licet* deveria ser *licuerit*:

Riscaste o outro exemplo sobre o verbo liquet; e trazes hum de linquo não ser a q[ue] proposito; pois o preterito de Liquet he licuerit, e não liquerit (Álvares 1578, 105).

Da mesma forma como vimos casos anteriores, o texto introduzido por Álvares (1578, 105) é reproduzido em Álvares (1583, 97), ao passo que Álvares (1579, fol. 119 v) mantém o texto do seu modelo de 1578. No entanto, é de observar no mesmo contexto que encontramos a substituição de toda uma linha, obviamente feita por outro anotador:

Senec. lib. 3. Epist. Quod si liqueret tibi, non admirareris, nil adjuuari te regionum varietatibus, in quas subinde, priorum tædio migras (Álvares 1583, 97).¹⁶

Conclusões

Sem dúvida, a maioria dos aspetos do universo das duas tradições textuais latinas que o jesuíta Manuel Álvares publicou pela primeira vez em 1572 e 1573 ainda hoje oferece um leque importante de novas descobertas que nos permitem ver o gramático e suas obras sob uma nova luz. Numa época em que a existência da primeira edição da *ars minor* só foi descoberta recentemente (cf. Kemmler, 2012; Kemmler, 2014; Kemmler 2015), parece crucial para os investigadores modernos entender um pouco mais da génese do texto das diferentes tradições textuais das gramáticas alvaresianas para, enfim, compreender qual das inúmeras edições pode ter servido como base para gramáticos (e gramáticas) posteriores. Evidentemente, a *editio princeps* de *ars maior* (Álvares, 1572), que foi a única das primeiras edições de 1571 a 1573 a ser reimpressa numa edição fac-símile (Álvares, 1974), não pode responder a todas as perguntas, pois foi claramente revista e aumentada durante a vida do autor e mais adiante.

Para o presente artigo, não pudemos senão oferecer uma primeira abordagem das três edições do quinhentistas que contêm anotações manuscritas sistemáticas. No que concerne à primeira edição da *ars minor* (Álvares, 1573) com as suas cinco anotações que dizem sobretudo respeito às notas marginais, parece não haver dúvida de que estas devem ter sido a fonte do texto de Álvares (1578), onde elas aparecem pela primeira vez de forma impressa. Da mesma

¹⁶ Seria bastante interessante ver se esta e outras anotações do exemplar de 1583 tiveram algum efeito sobre edições posteriores da gramática alvaresiana.

maneira, a fidelidade com a qual esta reproduz as anotações de Álvares (1578), parece indicar que Álvares (1583), por sua vez, deve a sua elaboração às anotações no exemplar anterior. Não temos dúvida de que o exemplar de Álvares (1578) pertencia ao próprio Manuel Álvares, como o mesmo afirma explicitamente tê-lo recebido do livreiro João de Espanha ou João de Molina quando se encontrava no retiro espiritual da ‘Casa Professa de São Roque’ em Lisboa.

Quanto ao exemplar anotado da ars maior, os textos explícitos em língua portuguesa não deixam dúvidas de que os anotadores pretendiam utilizá-lo para preparar uma segunda edição da gramática. De facto, observa-se um número considerável de correspondência entre as anotações manuscritas e o que efetivamente foi publicado em Álvares / Velez (1599). Para além disso, os números das páginas que correspondem à segunda edição da ars maior reforçam a sugestão de que este exemplar pode ter algo a ver com o processo de produção da *recognitio vellesiana*. Mesmo assim, nem todos os conteúdos das notas foram aproveitados, o que leva à suposição de que ainda possa ter existido outro manuscrito hoje desconhecido, contendo as novas e mais volumosas adições, bem como o original do índice de António Velez ...

Dada a considerável identificabilidade da letra manuscrita de Manuel Álvares, parece justo afirmar que nenhuma das anotações manuscritas que encontrámos até agora poderá ser identificada como pertencente ao próprio gramático. No entanto, se consideramos a documentação inédita relevante que se conserva no Arquivo da Companhia de Jesus em Roma, podemos constatar que vários padres da província portuguesa foram nomeados para colaborar com o gramático envelhecido e adoecido com os trabalhos para melhorar a gramática latina da Companhia de Jesus. Assim, durante os últimos anos de sua vida, um padre Fernão Pérez foi encarregado de assistir o gramático (1581, outubro 9). Após a morte de Álvares em 1583, um documento posterior menciona como revisores da gramática os padres Paulo Ferrer, Manuel Pimenta, Hernán Pires (que pode ser o mesmo Fernão Peres mencionado em 1581), bem como António Velez e Luis de la Cruz (cf. 1586, fevereiro 16).

Esperamos, enfim, ter demonstrado com o presente artigo que a famosa gramática latina *Emmanuelis Alvari è Societate Iesv de institvtione grammatica libri tres* ainda hoje constitui um manancial de informações novas e até então desconhecidas. Dada a projeção global do autor e da sua obra durante os séculos passados, cremos, enfim, que o estudo dos exemplares com anotações contemporâneas que foram utilizadas para reedições posteriores será de grande importância para a compreensão da gramática de Álvares por investigadores modernos em Portugal e no estrangeiro.

Referências

- 1581, outubro 9, Lisboa, – *Carta de Sebastião Morais ao Superior Geral Claudio Aquaviva, informando, entre outras coisas, sobre o estado de saúde de Manuel Álvares*, manuscrito, Archivum Romanum Societatis Iesu, Lusitania 68, Epist. Lusit (1577-1584), fols. 306 r-307 v.
- 1586, fevereiro 16, Lisboa, – *Carta de Sebastião Morais ao Superior Geral Claudio Aquaviva, sobre a gramática latina de Manuel Álvares*, manuscrito, Archivum Romanum Societatis Iesu, Lusitania 69, Epist. Lusit (1585-1586), fols. 212 r-213 v, 214 v.
- ÁLVARES, Manuel. *DE CONSTRVCTIONE / OCTO PARTIVM / Orationis. / EMANVELIS ALVARI / Lusitani e Societate IESV / libellus / NUNC PRIMUM IN LUCEM EDITUS. // Venetiis, apud Michaellem Tramezinum, Anno / post Christum natum. M. D. LXXI. / Cum priuilegio Pont. Max. Senatus Veneti, / & Regni Neapolitani. /// [fol. 30 r] VENETIIS, / Apud Michaellem Tramezzinum. / M D L XX, 1571a.*
- ÁLVARES, Manuel. *DE / CONSTRVCTIONE / OCTO PARTIVM / ORATIONIS / LIBER / EMANVELIS ALVARI LVSITANI / E SOCIETATE IESV / Cum explicationibus auctoris eiusdem. / Ne turbata uolēt RAPIDIS ORACULA UENTIS, / NUNC FOLIO UATES COMMODIORE SONAT. // Cum priuilegio Summi Pontificis, & Illustriß. / Senatus Veneti ad annos XX. / Necnon Illustriß. Proregis Regni Neapolitani. /// VENETIIS, Apud Michaellem Tramezinum / M D L XX I, 1571b.*
- ÁLVARES, Manuel. *EMMANVELIS / ALVARI È SO= / CIETATE IESV / DE INSTITVTIONE / GRAMMATICA / LIBRI TRES. // OLYSSIPPONE. / Excudebat Ioannes Barrerius / Typographus Regius. / M. D. LII. / Taxada cada Arte a Oyto Vintês em papel, 1572. [exemplar com anotações manuscritas, BPE, cota ‘Res. 333’]*
- ÁLVARES, Manuel. *EMMANVELIS / ALVARI È SOCIE- / TATE IESV / DE INSTI- TVTIONE / GRAMMATICA / LIBRI TRES. // OLYSSIPONE. / Excudebat Ioannes Barre- rius / Typographus Regius. / M. D. LXXIII. / Cum Priuilegio, 1572. [exemplar com anotações manuscritas, BGUC, cota ‘V.T. 18-7-3’]*
- ÁLVARES, Manuel. *EMMANVELIS / ALVARI / E` SOCIETATE / IESV, / De Insti- tvtionem Grammatica / Libri Tres. // Venetijs, Apud Franciscum de Franciscis Senensem. / M. D. LXXV, 1575a.*
- ÁLVARES, Manuel. *EMMANVELIS / ALVARI / E` SOCIETATE / IESV, / De Institvtione Grammatica / Libri Tres. // VENETIIS, / APVD IACOBVM VITALEM. / M. D. LXXV, 1575b.*

- ÁLVARES, Manuel. *EmmanVelis / Alvari È / Societate / IESV, / de InstitVtione / Grammatica / Libri Tres. // OLYSIPPONE. / Excudebat Ioannes Riberius, expensis / Ioannis Hispani Bibliopolæ. / Cum facultate Inquisitorum. /*²1578. [exemplar com anotações manuscritas, BPE, cota ‘Século XVI 552’]
- ÁLVARES, Manuel. *EmmanVelis / Alvari E / Societate / IESV, / de InstitVtione / Grammatica / LIBRI TRES. // CAESARAVGVSTAE. / Excudebat Ioannes Alteraque. / 1579. / Cum facultate Illustris Domini, Vicarij, Generalis, 1579.*
- ÁLVARES, Manuel. *EmmanVelis / Alvari È / Societate / IESV, / de InstitVtione / Grammatica / LIBRI TRES. // OLYSIPPONE. / Excudebat Antonius Riberius, expensis / Ioannis Hispani Bibliopolæ. / Cum facultate Inquisitorum, 1583.*
- ÁLVARES, Manuel / Velez, António. *EMMANVELIS / ALVARI, E SOCIE- / TATE IESV / DE INSTITVTIONE GRAMMATICA / LIBRI TRES, / ANTONII VELLESI, EX EADEM SOCIETATE IESV / IN EBORENSI ACADEMIA PRÆFECTI STVDIORVM / OPERA, Aucti, & illustrati. // EBORAE / Excudebat Emmánuel de Lyra Typographus. / Cum facultate Inquisitorum, & Ordinarij. / M. D. XCIX, 1599.*
- ÁLVARES, Manuel. *Gramática Latina: Fac-símile da edição de 1572. com introdução do Dr. J[osé] Pereira da Costa, Funchal: Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1974.*
- DESLANDES, Venâncio. *Documentos para a Historia da Typographia Portugueza nos Seculos XVI e XVII.* publicados por Venancio Deslandes, Correspondente da Real Academia de Sciencias Moraes e Politicas de Madrid, Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.
- FREITAS, Maria Brak-Lami Barjona de. Os livreiros da Lisboa quinhentista. *Revista Municipal* 13/54 (3.º trimestre de 1952), p. 5-25.
- GRANADA, Luis de. *ECCLESIASTICAE / RHETORICAE, SIVE DE RA- / tione concionandi libri sex, nunc pri- / mum in lucem editi. / Authore R.P.F. Ludouico Granateñ. sacrae Theologiæ professo- / re, monacho Dominicano, / Fauus mellis composita verba, dulcedo animæ, & / sanitas ossium. / Qui sapiens est corde, appellabitur prudens, & qui / dulcis eloquio, maiora reperiet. / Prouerb. 16. // OLYSIPPONE, / Excudebat Antonius Riberius, expensis / Ioannis Hispani Bibliopolæ. / Anno Domini, / 1576, / Cvm Privilegio. / Esta taxado a 100rs em papel, 1576.*
- GUSMÃO, Armando de (ed.). *Livros Impressos no Século XVI existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Evora: I, Tipografia Portuguesa, offprint: Boletim da Junta Distrital de Évora 1964.*
- IKEN, Sebastião. *Index totius artis (1599-1755): algumas reflexões sobre o índice lexicográfico latino-português da gramática de Manuel Álvares,*

- elaborado por António Velez. In: Kemmler, Rolf / Schäfer-Prieß, Barbara / Schönberger, Axel (eds.) Estudos de história da gramaticografia e lexicografia portuguesas. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu Lusorama; 1. Reihe, 9. Band) 2002, p. 53-83.
- KEMMLER, Rolf. La participación personal del gramático Manuel Álvares en la difusión de los *De institvtione grammatica libri tres* en España». In: Battaner Moro, Elena / Calvo Fernández, Vicente / Peña, Palma (eds) *Historiografía lingüística: líneas actuales de investigación*, 2 vols. Münster: Nodus Publikationen, 2012, p. 512-524.
- KEMMLER, Rolf. *De institvtione grammatica libri tres* (Lisboa, 1573): a edição princeps da *ars minor* de Manuel Álvares. *Revista Portuguesa de Humanidades: Estudos Linguísticos* 17/1 (2013), p. 43-58.
- KEMMLER, Rolf. The first edition of the *ars minor* of Manuel Álvares' *De institvtione grammatica libri tres* (Lisbon, 1573). *Historiographia Linguistica* 42/1, 2015, p. 1-19.
- MÁRTIRES, Bartolomeu dos. *COMPENDIVM / SPIRITVALIS DOCTRINÆ / ex varijs Sanctorum Patrum Sen- / tentijs magna ex parte / collectum. / AVTORE REVERENDISS. P. / F. Bartholomæo de Martyribus, Archiepiscopo / Bracharensi, & Hispaniarum Primate. / Vnum est necessarium: Maria optimã par- / tem elegit, quæ non auferetur ab ea. / Lucæ. cap. 8. // OLYSIPPONE, / Excudebat Antonius Riberius, expësis / Ioannis Hispani Bibliopolæ. / 1582.*
- PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. Aproximación a la obra de Manuel Álvares: edición crítica de sus *De institvtione grammatica libri tres*. Tesis PhD, Madrid: Universidad Complutense, 2002, in: <http://eprints.ucm.es/tesis/fll/ucm-t25106.pdf> (último acceso: 27 de setembro de 2018).
- SPRINGHETTI, Emilio. Storia e fortuna della Gramatica di Emmanuele Alvares, S. J. *Humanitas* 13-14, 1961-1962, p. 283-304.

Nota do editor: articulista convidado. Excepcionalmente, manteve-se a formatação original das referências.

BECHARA HISTORIÓGRAFO DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS:
A REVISÃO DE UMA TRADIÇÃO GRAMATICAL

BECHARA AS A HISTORIOGRAPHER OF LINGUISTIC IDEAS:
THE REVISION OF A GRAMMATICAL TRADITION

Ronaldo de Oliveira Batista

Universidade Presbiteriana Mackenzie/CNPq

ronaldo.obatista@gmail.com

RESUMO:

Escrito em homenagem aos 90 anos de Evanildo Bechara, este artigo analisa o texto historiográfico do gramático brasileiro “A tradição gramatical luso-brasileira”. Publicado no final da década de 1990, esse texto faz uma revisão histórica da produção gramatical dos séculos XIX e XX em Portugal e no Brasil. A perspectiva aqui adotada privilegia uma visão meta-historiográfica, pois pretende descrever e caracterizar a natureza do texto sobre gramáticas portuguesas e brasileiras, vistas sob um olhar comparativo, permeado de influências e permanências históricas. Por meio dessa delimitação teórica, alcança-se uma interpretação sobre o trabalho de Bechara, escrito na pauta de uma história que busca por continuidades e diálogos entre autores e obras, constituindo o que se entende por uma tradição na história das ideias linguísticas.

PALAVRAS-CHAVE:

Evanildo Bechara, Historiografia da Linguística, Tradição Gramatical, Meta-Historiografia

ABSTRACT:

Written in honor of Evanildo Bechara's 90 years, this article analyzes the historiographical text of the Brazilian grammarian “A tradição gramatical luso-brasileira”. Published in the late 1990s, this text reviews the history of 19th and 20th century grammatical production in Portugal and Brazil. The perspective adopted here favors a meta-historiographic view, since it intends to describe and characterize the nature of the text on Portuguese and Brazilian grammars, seen under a comparative perspective, permeated by historical influences and continuities. Through this theoretical point of view, an interpretation of Bechara's work is obtained, written on the agenda of a history that seeks continuities and dialogues between authors and works, constituting what is understood by a tradition in the history of linguistic ideas.

KEYWORDS: Evanildo Bechara, Linguistic Historiography, Grammatical Tradition, Metahistoriography

Introdução

No final de abril de 2018, no encerramento do 17.º Congresso de Língua Portuguesa na PUC-SP, um auditório lotado aplaudiu de pé Evanildo Bechara. Engana-se quem eventualmente pensar que era um público de filólogos, gramáticos e linguistas apenas que reconhecia merecidamente o valor intelectual de um de nossos maiores gramáticos da tradição luso-brasileira.

Na plateia, um atento público de jovens, alunos de faculdades de letras, seguravam gramáticas nas mãos, deixando em todos a imagem de vitalidade e atualidade das ideias linguísticas de Bechara.

Este texto pretende se associar a essa imagem do auditório lotado aplaudindo o gramático, o linguista, e acima de tudo o professor Bechara. Para isso, em tom de homenagem, procura-se recuperar um percurso na trajetória histórica do intelectual, colocando como objeto de uma narrativa historiográfica a contribuição de Bechara para a história das ideias linguísticas. Em especial, e a partir da Historiografia da Linguística, um texto do gramático e linguista será analisado: uma revisão da tradição gramatical em língua portuguesa escrita em 1997. Nesta reflexão, essencialmente meta-historiográfica, fica também uma reverência ao pensamento fundamental, para o conhecimento sobre línguas e linguagem, de Evanildo Bechara.

1. Bechara historiógrafo: “a tradição gramatical luso-brasileira” de 1997

Bechara traça um panorama da história da gramática portuguesa e brasileira, compreendida a partir de uma delimitação de natureza geográfica, em “A tradição gramatical luso-brasileira”. Texto publicado como um capítulo da coletânea *Pesquisas linguísticas em Portugal e no Brasil*, organizado no final da década de 1990 por Eberhard Gärtner.

A narrativa historiográfica de Bechara persegue um direcionamento de continuidades, marcado pela busca de influências presentes nas ideias gramaticais dos autores que ele selecionou para sua apresentação de uma história da gramática.

Essas influências, captadas na dinâmica histórica que instaura líderes intelectuais e seus seguidores, são vistas em um percurso de diálogo Portugal-Brasil em um texto que não se limita a uma crônica, já que, ao elencar autores que considera fundamentais nessa tradição, Bechara também faz pontuais comentários interpretativos. Isso contribui para que sua historiografia seja densa em sua brevidade. O que por si só é positivo, pois o texto pode servir de base para outros trabalhos que se interessem pela perspectiva comparada estabelecida.

Seguindo algumas interpretações de Eugenio Coseriu (pontuando um elo de influência na formação e produção intelectual do gramático brasileiro) sobre períodos da história dos estudos da linguagem, a tradição revista por Bechara localiza-se temporalmente nos séculos XIX e XX. A periodização indica que se trata de percorrer dois séculos fundamentais para o estabelecimento dos estudos linguísticos, que para Bechara contemplam os estudos gramaticais, como se pode depreender do uso que faz da expressão “estudos linguísticos” para se referir à produção gramatical.

Nesse sentido, Bechara mantém um olhar continuísta sobre a história das ideias linguísticas, a partir do qual uma longa produção de gramáticas é considerada como parte de uma etapa da linguística. Não é uma história de rupturas que se escreve, mas uma história de continuidades.

Ao interpretar essa escolha, pode-se considerar a reafirmação de que uma historiografia é elaborada a partir de um posicionamento adotado pelo historiógrafo, que pode escolher entre a continuidade e a descontinuidade para narrar sua história.

Em termos temáticos, a produção privilegiada é a que se circunscreve nas áreas da gramática histórico-comparativa, da filologia e da fonética experimental. Áreas de destaque no período recortado por Bechara para sua história da gramática.

O marco inicial dessa história, permeada pela indicação de influências, continuidades e diálogos intelectuais, é o da obra do português Francisco Adolfo Coelho, a partir do “pequeno e revolucionário”, na avaliação de Bechara, *A língua portuguesa*, publicado em 1868. Esse livro é considerado, na visão do gramático brasileiro, como a obra que inaugura a presença do método histórico-comparativo na história das ideias linguísticas portuguesas. Nesse marco, Bechara começa a traçar sua história de influências, indicadas por meio de citação a nomes de autores presentes na gramaticografia que historiografa.

Em Adolfo Coelho, já caracterizando uma rede de diálogos e configurando um trânsito de ideias linguísticas, está o uso de princípios teóricos propostos

por Frederico Diez, nos anos 1836-1843. Ainda sobre o gramático português, Bechara afirma que ele “exerce[u] extraordinária influência na elaboração de gramáticas destinadas às escolas secundárias e liceais em Portugal e no Brasil” (BECHARA, 1997, p. 10).

Numa linha de continuidades, medida na avaliação de Bechara pela presença de aspectos específicos em várias gramáticas, estão trabalhos herdeiros do português como aqueles escritos por Teófilo Braga e Júlio Ribeiro.

Bechara localiza marcas de continuidade observando não só a utilização de princípios teóricos e métodos adotados por autores, mas também a elaboração de dedicatórias e outras formas de referência que estão no elenco de elementos caracterizadores da presença do argumento de influência, tal como estabelecido pelo historiógrafo da linguística Konrad Koerner.

O fluxo de troca de ideias linguísticas é destacado por Bechara, por exemplo, no diálogo entre Adolfo Coelho e Júlio Ribeiro, citando o próprio Coelho e sua explicitação da relação Portugal-Brasil na gramaticografia luso-brasileira.

Outra linha de continuidade é delineada na esteira do catedrático brasileiro do Colégio Pedro II Fausto Barreto. A atuação de Barreto é delimitada também em uma rede de confluências e continuidades. Diz Bechara (1997, p. 11):

o método histórico-comparativo, não só pela leitura das obras que se iam publicando em Portugal, mas também pelo contacto direto com os trabalhos dos autores estrangeiros representativos das nossas orientações, norteou a remodelação e plano de ensino de preparatórios, especialmente elaborado por Fausto Barreto.

De Fausto Barreto, Bechara aponta um eixo de continuidades na produção gramatical que engloba os nomes de João Ribeiro, Pacheco da Silva Júnior e Lameira de Andrade, Alfredo Gomes, Maximino Maciel.

Como apontado, Bechara não faz uma crônica da produção gramatical em língua portuguesa, mas, ao contrário, propõe interpretações historiográficas que se destacam por, principalmente, procurar configurar modos de circulação e recepção de ideias gramaticais, como no trecho citado a seguir sobre a gramática escolar na tradição que analisa:

A excelência de doutrina dessa *Gramática Portuguesa* [obra escolar de Antônio Garcia Ribeiro de Vasconcelos, publicada em 1898] parece ter caído num imerecido esquecimento, tanto em Portugal quanto no Brasil, mas os que a leram com atenção, não deixaram de reputar-lhe o valor e considerá-la dos melhores compêndios gramaticais já elaborados para nossa língua (BECHARA, 1997, p. 12).

Nessa produção de natureza escolar, Bechara aponta linhas de continuidade pelas influências que Garcia Ribeiro teria recebido de Adolfo Coelho, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Viana, além dos clássicos Diez, Cornu, Meyer Lübke.

Na produção de Carolina de Michaëlis, Bechara caracteriza um “movimento renovador” em filologia e uma contribuição de destaque ao lado daqueles trabalhos realizados por Teófilo Braga.

Mantendo o propósito de historiografar em paralelo, no fio condutor de apontar influências e recepções na continuidade de saberes sobre a linguagem, Bechara avalia não haver no Brasil nomes, na época de Carolina Michaëlis e Teófilo Braga, dignos de destaque na produção em filologia, em função da dificuldade de acesso a documentos escritos antigos.

Sobre a fonética experimental, Bechara destaca o trabalho do português Gonçalves Viana, “dono de um ouvido apuradíssimo, conseguiu elencar sons que só mais tarde, com a introdução de aparelhos sensíveis, puderam ser registrados” (BECHARA, 1997, p. 12).

No traçado de continuidades, que na corrente histórica firmam tradições, Bechara indica os nomes que seriam os sucessores de Gonçalves Viana nos estudos sobre o som, ainda que esses sejam considerados “pouquíssimos”: Oliveira Guimarães, Armando Lacerda, José Oiticica e Antenor Nascentes.

Na sua historiografia, Bechara ainda faz referência ao trabalho de Leite de Vasconcelos com especial reverência, já que este seria nome presente nas duas tradições (portuguesa e brasileira), como a unificar de fato um ambiente intelectual luso-brasileiro.

Em Portugal e no Brasil exerceu uma influência tão eficaz e decisiva, que dele se pode afirmar que tudo o que se escreveu sobre nossa língua ou partia de suas lições ou a elas chegava como garantia de alicerce teórico. (BECHARA, 1997, p. 13)

Na linha sucessora de Leite de Vasconcelos, nomes como João da Silva Correia, Manuel Rodrigues Lapa, L.F. Lindley Cintra.

Procurando os caminhos das influências, Bechara também considera o português Augusto Epifânio da Silva Dias, de quem afirma, atento ao processo dinâmico de circulação de ideias linguísticas:

Vale a pena registrar que não sendo o Brasil um cultor assíduo da filologia clássica nesta feição aqui assinalada [estudos de crítica textual na linha lachmanniana], a

influência da obra de Epifânio Dias só se deu em atenção ao domínio da sintaxe que encontrou em Mario Barreto, e, com menor extensão, em Sousa da Silveira, entre outros, os seus principais êmulos. A investigação e a produção da crítica textual chegou ao Brasil desgarrada dessa influência direta do mestre lusitano. (BECHARA, 1997, p. 15)

Outro destaque dado por Bechara é para o nome do professor de alemão e geografia, e grande estudioso da língua portuguesa, Manuel de Said Ali, “inserido no contexto do movimento linguístico e pedagógico do final do século XIX” (BECHARA, 1997, p. 16). Sai Ali está, para Bechara, em continuidade com os estudos de autores alemães como Sievers, Brugmann, Delbrück, H. Paul. Uma linhagem de abordagens diacrônicas para os estudos linguísticos. Entre outros temas de Said Ali, é destacada a visão que via o português do Brasil “como um dialeto, e como tal podia apresentar particularidades que o distinguiam do falar geral lusitano” (BECHARA, 1997, p. 16), na linha de pensamento já adotada por Leite de Vasconcelos.

Mais uma vez, os nomes na historiografia de Bechara balizam continuidades e formação de tradições a partir da semelhança na escolha de temas e de posturas teóricas. Uma história de filiações e pertencimentos a grupos que, numa visão retrospectiva, constituíram grupos de pensamento, ainda que estes não se tenham de fato constituído como grupos de especialidade ou comunidades institucionalizadas de pesquisa, como se daria efetivamente apenas com a prática científica da segunda metade do século XX.

De Said Ali, ainda, estaria para Bechara a configuração de outra rede de influências, na continuidade com o pensamento de Ferdinand de Saussure. Ressaltando a acuidade intelectual de Said Ali e seu conhecimento atualizado dos estudos linguísticos, afirma Bechara (1997, p. 17): “O *Cours* [de Saussure] saiu em 1916 e já na 2a. edição (1919) das *Dificuldades da língua portuguesa*, Said Ali se referia à dicotomia operacional da investigação linguística de *sincronia e diacronia*”.

A circulação de ideias linguísticas, nem sempre positiva, de Said Ali também é vista nos seguintes termos:

A novidade, apesar de rigorosamente científica, não foi compreendida na época; a crítica estranhava “uma gramática histórica sem latim” e a condenou a apenas duas edições em vida do autor. Só com o desenvolvimento da Linguística no Brasil e com a iniciativa pioneira da Universidade de Brasília de propor a reedição de

obras importantes é que as gramáticas de Said Ali reataram seus vínculos com a geração nova de estudiosos da língua portuguesa. (BECHARA, 1997, p. 18)

É a partir da distinção saussuriana entre sincronia e diacronia, presente em trabalhos de Said Ali, que Bechara encerra sua narrativa histórica sobre a tradição gramatical luso-brasileira, sem deixar de apontar, como é a tônica de todo seu texto, eixos de continuidades que, por fim, acabam por estabelecer tradições de estudos linguísticos.

2. A narrativa histórica de Bechara em 1997: uma análise meta-historiográfica

Na interpretação de Bechara sobre uma história da gramática portuguesa e brasileira, estava em destaque, como apontado, uma linhagem de continuidades e influências na escrita gramatical luso-brasileira dos séculos XIX e XX. Nessa escolha, o traçado de diálogos entre autores evidencia uma opção de Bechara em configurar uma tradição que ultrapassou fronteiras e constituiu um espaço de confluências entre gramáticos.

Em *Historiografia da Linguística* – campo que se propõe a analisar a produção, o desenvolvimento e a recepção do conhecimento produzido a respeito das línguas e da linguagem¹ – a questão das influências foi objeto de reflexão de Konrad Koerner em texto clássico sobre o “argumento (ou o problema) da influência”, publicado pela primeira vez em 1987.

Em suas considerações meta-historiográficas (ou seja, aquelas que pretendem analisar o modo como narrativas sobre histórias se constituem), Koerner (1987) estabelece direcionamentos e critérios para tratar das influências na constituição de uma história do conhecimento produzido sobre a linguagem.

São aspectos importantes a serem analisados na busca por influências, segundo o autor: a) a formação intelectual de autores (o que foi assimilado intelectualmente no trajeto formativo e também o que se absorveu de um clima de opinião mais amplo, ainda que este precise ser considerado com atenção pelo historiógrafo para que não se proceda a interpretações muito amplas e generalizantes); b) as redes intertextuais, a apontar a confluência de teorias e

¹ Para uma introdução à *Historiografia da Linguística*, v. Altman (1998), Altman e Batista, org. (2012), Batista (2013). As considerações de Koerner (2014) e Swiggers (2004, 2013, 2017) são exemplos de textos fundamentais para a compreensão desse campo de pesquisa.

conceitos (as citações, as remissões a fontes, as dedicatórias, as epígrafes são elementos que evidenciam inspirações e diálogos em uma produção intelectual); c) as referências explícitas a autores e suas ideias. Este último aspecto é, para Koerner, o decisivo na construção de trajetórias de continuidades e influências na análise da história das ideias elaboradas sobre a linguagem e as línguas.

Como visto no item anterior, que descreveu o texto historiográfico de Bechara, as influências entre autores portugueses e brasileiros deram o tom da narrativa que buscou mapear uma trajetória intelectual que caracteriza uma produção gramatical luso-brasileira. Essas influências foram apontadas a partir da interpretação do modo de circulação das ideias na perspectiva que Bechara adotou.

Mesmo não seguindo a pauta da Historiografia da Linguística, o texto de Bechara de 1997 dialoga com muitas das proposições estabelecidas por Koerner dez anos antes. Isso porque está na narrativa sobre as gramáticas portuguesas e brasileiras a indicação de que autores foram influenciados por outros autores em meio a processos dinâmicos de recepção de ideias e teorias.

Esse mapeamento da presença de continuidades na produção gramatical selecionada por Bechara permite que o leitor de seu texto apreenda uma história ancorada na noção de tradição, na qual permanências teóricas e metodológicas são as evidências fundamentais para sustentar o que o próprio título do texto havia estabelecido: uma tradição presente na escrita gramatical em língua portuguesa nos séculos XIX e XX.

Seguindo Swiggers (2013), em suas considerações a respeito de como descrever e analisar histórias escritas sobre o conhecimento a respeito da linguagem, uma avaliação meta-historiográfica pode partir de um questionamento central para a compreensão da função de um texto historiográfico: de que modo esse texto se insere em um circuito mais amplo?

O texto de Bechara foi publicado em uma coletânea patrocinada pelo Centro de Estudos Ibero-Americanos da Universidade de Leipzig. O objetivo da publicação era o de divulgar a um público mais amplo, leitor de língua portuguesa, informações sobre as pesquisas em linguística portuguesa (em suas diferentes ramificações) empreendidas no mundo lusófono. Desse modo, o interesse principal era a divulgação, sem que com isso se entenda a ausência de um público leitor privilegiado, formado por aqueles que são de fato membros de uma comunidade de estudos linguísticos e gramaticais.

O circuito mais amplo em que Bechara se situava era o de especialistas reconhecidos nos estudos linguísticos brasileiros e portugueses. Ao lado do

capítulo escrito por Bechara, estavam textos de Jorge Morais Barbosa (da Universidade de Coimbra), de Maria Helena Mira Mateus (da Universidade de Lisboa), de Cristina Altman (da Universidade de São Paulo). Esses autores tiveram como propósito orientar historiograficamente suas reflexões, dialogando de perto com a narrativa historiográfica de Bechara.

Completavam o volume apresentações de trabalho em temas mais específicos: os estudos crioulos (por Hildo Honório do Couto, Universidade de Brasília); a variação linguística (por Maria do Socorro Silva de Aragão, das Universidades Federais da Paraíba e do Ceará e da Universidade Estadual da Paraíba); a lexicografia (por Francisco da Silva Borba, da Universidade Estadual Paulista); a psicolinguística (por Leonor Scliar-Cabral, da Universidade Federal de Santa Catarina).

Respondendo ao ideal de uma divulgação universitária da história da produção gramatical em língua portuguesa, Bechara elaborou um texto em forma sequencial, configurando uma narrativa sobre a produção de gramáticas nos séculos XIX e XX. Uma perspectiva linear foi a adotada, em uma trajetória de continuidades que foram se estabelecendo ao longo do desenvolvimento dos séculos, de uma perspectiva histórico-comparativa até a visão sincrônica como definida por Ferdinand de Saussure na primeira década do século XX.

Essa forma sequencial adotada deixa transparecer pressuposições que estavam na base da história que Bechara contou. Quem faz uma história compartilha, ao narrar acontecimentos históricos, avaliações a respeito do que considera como mais ou menos científico, mais ou menos válido, mais ou menos adequado e relevante. Assim, o texto de Bechara nos evidencia a própria concepção dele a respeito de uma história da gramática luso-brasileira. Uma história elaborada a partir de um ponto de vista que também nos diz muito sobre a formação intelectual do autor que olha retrospectivamente para os acontecimentos que considera importantes em uma tradição gramatical.

Na historiografia narrativa de Bechara, na qual os eventos (a produção de gramáticas no domínio lusófono nos séculos XIX e XX) são relatados e interpretados na sucessão cronológica de acontecimentos, está a perspectiva do próprio autor a respeito da história que ele valida como relevante para uma tradição de escrita gramatical.

Essas considerações meta-historiográficas a respeito do texto de Bechara nos direcionam para outra reflexão: a natureza discursiva dos textos que se propõem a narrar eventos históricos².

² Retomo aqui considerações apresentadas em Batista (2018).

A elaboração de uma narrativa historiográfica é circunscrita a seu momento histórico e aos objetivos do historiador/historiógrafo. Essa perspectiva implica ressaltar o caráter de narratividade de um texto historiográfico, produto da seleção e da interpretação de um historiógrafo que operou recortes e definiu parâmetros de análise. Há uma construção dinâmica de um fato histórico (elaborado narrativamente no discurso do historiógrafo), selecionado e legitimado pela narrativa historiográfica.

Assim, o registro e a análise historiográficos são produções discursivas a respeito de um fato histórico. Essa produção discursiva é uma elaboração retórica, no sentido de que é uma escrita cujo objetivo é ressaltar fatos e agentes em meio a tantos outros, e, portanto, convencer e persuadir em torno das escolhas feitas pelo historiador/historiógrafo.

Na interpretação de Bechara sobre gramáticas lusófonas estava também um objetivo persuasivo implícito: o de convencer de que a história que se estava contando era relevante e importante para ser interpretada como uma análise de uma tradição.

Conclusão

O texto sobre a tradição gramatical luso-brasileira, como uma reflexão de natureza historiográfica, não é isolado no conjunto de trabalhos de Evanildo Bechara. Em outras ocasiões, como conferências e palestras, o gramático brasileiro voltaria a manifestar seu interesse em refletir sobre a história da linguística e da gramática. Dois outros textos podem exemplificar esse interesse de Bechara.

Em 1970, o gramático publicou, fruto de uma conferência proferida um ano antes, seu estudo monográfico, de teor historiográfico, sobre *A contribuição de M. Said Ali à Linguística Portuguesa*. Escrito quando Bechara já era conhecido como importante gramático da língua portuguesa (sua *Moderna gramática portuguesa* alcançava a 14a. edição na segunda metade do ano de 1960), esse texto retrospectivo, ao lado do resgate histórico da ideias linguísticas de Said Ali, não deixava também de ser uma reverência de Bechara a seu tão caro mestre.

Em outro recorte temporal, no século seguinte à publicação sobre Said Ali – no ano de 2018 –, Bechara republicava, em coletânea organizada por Neusa Barbosa Bastos, um texto que analisava a influência de Saussure nas gramáticas da língua portuguesa. Mais uma vez, o interesse pelas influências e continuidades na história das ideias linguísticas estava presente em “Primeiros ecos de Ferdinand de Saussure na gramaticografia da língua portuguesa”.

O interesse de Bechara pela história de seu campo de estudo e atuação intelectual e profissional nos indica como as palavras de Konrad Koerner foram precisas na década de 1970, quando este afirmou que um dos propósitos – e talvez sua grande importância, em nossa perspectiva – do estudo da história de um campo é o de diferenciar um verdadeiro cientista (da linguagem) de um mero técnico capaz de empregar métodos analíticos. Aquele estaria, muito mais do que este (por mais habilidoso que seja), consciente da importância de um olhar retrospectivo (e até prospectivo, em consequência) para sua área de trabalho. Desse modo, esse verdadeiro cientista veria a história como parte integrante da linguística e não como um tipo de conhecimento acessório que facilmente se poderia descartar.

Nesse sentido, estão Bechara e todos os linguistas e gramáticos que com ele compartilham o interesse pela história dos estudos linguísticos em linha direta de afinidade com as palavras da crítica cultural argentina Beatriz Sarlo, para quem:

Propor-se não lembrar é como se propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada. Vinda não se sabe de onde, a lembrança não permite ser deslocada; pelo contrário, obriga a uma perseguição, pois nunca está completa. [...] Poderíamos dizer que o passado *se faz presente*. (SARLO, 2007, p. 10)

Referências

- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ALTMAN, Cristina; BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). Dossiê Historiografia da Linguística. *Todas as Letras S. Revista de Língua e Literatura*, v. 14, n. 1, São Paulo, 2012. p. 12-120.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.
- _____. História da Linguística e Retórica Revolucionária. *Lingüística*, Montevideo, v. 34, n. 2, a sair em dez. de 2018.
- BECHARA, Evanildo. *A contribuição de M. Said Ali à Linguística Portuguesa*. Porto Alegre: Instituto Cultural Brasileiro-Árabe, 1970.

- BECHARA, Evanildo. A tradição gramatical luso-brasileira. In: GÄRTNER, Eberhard (Ed.). *Pesquisas linguísticas em Portugal e no Brasil*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997. p. 9-20.
- _____. Ecos de Ferdinand de Saussure na gramaticografia de língua portuguesa. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa: história, memória e intersecções lusófonas*. São Paulo: Educ: IP-PUC-SP, 2018. p. 59-66.
- KOERNER, E.F.Konrad. The Importance of Linguistic Historiography and the Place of History in Linguistic Science. In: _____. *Toward a Historiography of Linguistics: Selected Essays*. Amsterdam: John Benjamins, 1978. p. 63-69.
- KOERNER, E.F.Konrad. On the Problem of 'Influence' in Linguistic Historiography. In: AARSLEFF, Hans *et al.* (Ed.). *Papers in the History of Linguistics: Proceedings of the Third International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS III), Princeton, 19-23 August 1984*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. 13-28.
- KOERNER, E.F.Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Prefácio de Carlos Assunção. Seleção e Edição de textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- SWIGGERS, Pierre. Modelos, métodos y problemas en la historiografía linguística. In: ZUMBADO, C. *et al.* (Ed.). *Nuevas aportaciones a la historiografía linguística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*. La Laguna, 22 al 25 de octubre de 2003. Madrid: Arco Libros, 2004. p. 113-146.
- SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-60, 2013.
- SWIGGERS, Pierre. 2017. Linguistic Historiography: A Metatheoretical Synopsis. *Todas as Letras. Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v.19, n.2, p. 73-96.

Nota do editor: articulista convidado.

NOTAS SOBRE A TRADUÇÃO PARA PORTUGUÊS DOS TEMPOS VERBAIS
DO PASSADO EM GRAMÁTICAS LATINO-PORTUGUESAS
(1535-1615)¹

NOTES ON THE PORTUGUESE TRANSLATION OF PAST TENSES IN
LATIN-PORTUGUESE GRAMMARS (1535-1615)

Rogelio Ponce de León Romeo

Universidade do Porto

Centro de Linguística da Universidade do Porto

RESUMO:

No trabalho, são analisados os comentários de tipo prescritivo sobre a formação dos tempos compostos do sistema verbal português, registados em gramáticas latino-portuguesas publicadas entre 1535 e 1615, nomeadamente nos *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa 1572), do jesuíta Manuel Álvares. Nesta arte gramatical, é denunciada a tradução para português destes tempos, em manuais gramaticais para o ensino do latim, através do verbo auxiliar ‘haver’ – em vez de ‘ter’ –, é apresentada com pormenor a correspondência, são aventados os possíveis motivos para a deficiente tradução e são incorporadas, na tradução portuguesa, as formas compostas com ‘ter’ no paradigmas verbais. As observações normativas de Álvares são o ponto de partida para estudar as opções de tradução, quanto aos tempos compostos, dos autores que compuseram artes ou tratados gramaticais latinos nas balizas cronológicas acima referidas.

PALAVRAS-CHAVE:

Gramaticografia latino-portuguesa; Gramática portuguesa; Séculos XVI e XVII

ABSTRACT:

The present paper analyzes the prescriptive comments on the formation of the compound tenses of the Portuguese verbal system, recorded in the Latin-Portuguese grammars published between 1535 and 1615, especially in *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa 1572), by the Jesuit Manuel Álvares. In his work, Álvares criticizes the translation that has been made of these verb tenses in the handbooks for the teaching of Latin

¹ Uma versão muito incompleta do presente trabalho foi apresentada ao Colóquio Internacional “Tempo, espaço e identidade na cultura portuguesa. 40 Anos de Estudos Lusófonos na Roménia: Desafios e Perspetivas”, realizado na Faculdade de Línguas e Literaturas Estrangeiras da Universidade de Bucareste, nos dias 11 e 12 de abril de 2014.

(through the auxiliary verb ‘haver’ instead of ‘ter’), presents the reasons for this wrong translation and incorporates the compound tenses with ‘ter’ in the verbal paradigms. These normative observations are the starting point to study the translation options of the authors of the Latin grammatical treatises of the indicated period.

KEYWORDS:

Latin-Portuguese grammaticography; Portuguese grammar; 16th and 17th centuries

Considerações iniciais

O presente trabalho pretende avançar na linha de estudos meus anteriores (PONCE DE LEÓN, 2015; PONCE DE LEÓN, 2016; PONCE DE LEÓN, no prelo), cujo objetivo principal tem sido enfatizar a decisiva repercussão da gramaticografia latino-portuguesa (isto é: o conjunto de textos metagramaticais para o ensino do latim publicados em Portugal e, predominantemente, destinados a estudantes lusófonos) no âmbito da história das ideias linguísticas em Portugal e naquilo que Telmo Verdelho – pioneiro nesta área de investigação – designou como “implícita escolarização do Português” (Verdelho, 1995, p. 110). De facto, Verdelho defende que “a história da língua portuguesa, particularmente toda a sua formulação teórica, e a estruturação da sua memória lexical, estão intrinsecamente ligadas à gramaticografia e à lexicografia latino-portuguesas” (1995, p. 98).

Nas seguintes linhas, será analisada, a partir das considerações – valiosas – de certos professores de gramática (latina), a maneira como a tradução para português dos modelos verbais latinos, registados em gramáticas latinas publicadas no Portugal do século XVI – e de inícios do XVII –, pôde condicionar, nos estudantes, a consolidação da competência na língua materna. Neste sentido, será estudada, no período cronológico que vai de 1535 até 1615, a evolução das correspondências portuguesas – concretamente, as formas compostas – dos tempos latinos do passado, durante o período cronológico que vai desde 1535 até 1615, no seguinte corpus de artes gramaticais:

Máximo de Sousa († 1544), *Institutiones tum lucidae, tum compendiosae latinarum literarum*. Coimbra, Mosteiro de Santa Cruz, 1535.

Nicolaus Clenardus (ca. 1493-1543), *Institutiones grammaticae latinae*, Braga, Pedro de la Rocha [?], 1538.

- André de Resende (1498-1573), *De uerborum coniugatione commentarius*, Lisboa, Luís Rodrigues, 1540.
- Duarte Pinhel (fl. 1543-1553), *Latinae grammatices compendium*, Lisboa, Luís Rodrigues, 1543.
- Jerónimo Cardoso (ca. 1508-ca. 1569), *Grammaticae introductiones breuiores et lucidiores*, Lisboa, [s. n.], 1552.
- Iohannes Despauterius (ca. 1460-1520), *Carmina Ioannis Despauterii de arte grammatica*, Coimbra, João Álvares, 1555.
- Fernando Soares Homem, *Grammatices duo compendia, eo modo in methodon contracta, ut nihil aut redundet, aut desit*, Coimbra, João Álvares, 1557.
- Manuel Álvares (1526-1583), *De institutione grammatica libri tres*, Lisboa, João de Barreira, 1572.
- Manuel Álvares, *Emmanuelis Aluari e Societate Iesu de institutione grammatica libri tres, Antonii Vellesii ex eadem Societate Iesu Eborensi academia praefecti studiorum opera aucti et illustrati*, Évora, Manuel de Lira, 1599.
- Pedro Sanches († 1635), *Arte de grammatica, pera em breue saber latim, composta em linguagem e verso portugues*, Lisboa, Vicente Álvares, 1610.
- Amaro de Roboredo (ca. 1580-post. 1653), *Verdadeira grammatica latina para se bem saber em breue tempo, scritta na lingua portuguesa com exemplos na latina*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1615.

1. O impacto das artes gramaticais latinas na norma quinhentista do português: a gramática de Manuel Álvares

Os manuais que se acabam de referenciar revelam, nomeadamente através dos modelos de conjugação verbal e dos comentários sobre eles e sobre as regras gramaticais, a posição dos autores não só a respeito dos princípios teóricos e pedagógicos do latim, mas também acerca de questões que afetam diretamente o sistema linguístico do português e – de forma indireta – a sua interiorização pelos discentes. Não se deve esquecer que estes autores elaboraram as suas gramáticas a partir da própria experiência docente. Neste sentido, parece, com efeito, que havia professores de latim, nas escolas portuguesas quinhentistas, que receavam que os alunos aprendessem, a partir da memorização dos paradigmas verbais latinos e da sua tradução para português, uma forma anómala dos tempos compostos portugueses. A este respeito, o testemunho

do gramático jesuíta Manuel Álvares afigura-se de grande valor², porquanto, num comentário prévio à apresentação do paradigma do verbo ser, nos seus *De institutione grammatica libri tres*, denuncia esta ameaça, que, na altura em que Manuel Álvares redige a sua gramática (na década de Sessenta do século XVI), parece já ser uma realidade:

Antes de começar com a conjugação [do verbo copulativo], parece-me que devem ser ditas umas palavras sobre a tradução portuguesa, não porque julgue que posso ensinar aos portugueses regras para falar bem, mas para advertir aos que ainda não sabem latim que, enquanto se esforçam em aprender uma língua alheia e estrangeira, não percam a materna e nacional – tenho com frequência ouvido homens doutos, e não desconhecedores do português, a deplorarem isto –. A culpa deste prejuízo, se não me engano, deve ser assumida por aqueles que traduziram os paradigmas verbais [latinos] antes de mais do castelhano para português, vertendo-as de forma quase idêntica, e propuseram aos jovens a memorização das duas línguas misturadas e confusas. Segundo esta regra, enquanto os docentes (que outra coisa podem fazer?) são obrigados a ditar os temas que devem traduzir-se para latim, a comentar os autores e a extrair deles expressões, acontece que os discentes, antes de começarem a apreciar a língua latina, perdem a portuguesa. Deste tipo são, concretamente, as seguintes expressões: ‘Eu auia sido’, ‘Aurey sido’, ‘Oxala eu ouuera e ouuesse sido’, ‘Como eu aja sido’, ‘Como eu ouuera e ouuesse sido’, ‘Auer sido’ [...]. Não te parece que estas expressões são ao mesmo tempo castelhanas e portuguesas? Não há dúvida de que ‘sido’ é uma forma elegante e correta em castelhano, mas desconhecida e inaudita para os portugueses (à exceção daqueles que, desde jovens, conservam uma trapalhada linguística devorada nas escolas). ‘Ey’, ‘ouue’, ‘ouuera’, ‘aurey’, ‘aja’, ‘ouuesse’, ‘auer’ são formas plenamente portuguesas; no entanto, se as juntares aos participios, ninguém que for um autêntico português há de ouvir-te. Por exemplo, ‘Ei estado em Roma, ido a Roma, andado por Roma, tornado de Roma’, ‘Ei escrito muitas cartas’, ‘Ei uisto muytas cidades’ são absolutamente alheias à propriedade e ao estilo da língua portuguesa; no entanto, esta maneira de dizer é elegantíssima entre os castelhanos, e não admira, pois tal acontece em quase todas as línguas, que muitas expressões que numas são empregues com elegância e pulcritude, noutras são consideradas bárbaras e grosseiras se forem traduzidas de forma

² Os valiosos estudos de Rolf Kemmler (2013; 2015), sobre a edição da gramática alvaresiana de 1573, põem em relevo, entre outros aspetos, o contributo desta obra para a normatização da língua portuguesa.

literal. Como fazer então? A solução é simples: em substituição das formas ‘ey’, ‘ouue’, ‘ouuera’, ‘auerey’, ‘aja’, ‘ouuesse’, ‘auer’, ou são utilizados os verbos de onde derivam os participios que vão com elas, ou, em lugar daquelas, são usadas as seguintes: ‘tenho’, ‘tiue’, ‘tiuera’, ‘terei’, ‘tinha’, ‘tuesse’, ‘ter’. Por exemplo: ‘Ei estado, ido, andado, tornado, escrito, uisto’ não são corretos em português; utiliza os verbos dos participios da seguinte forma: ‘Estiue em Roma’, ‘Fui a Roma’, ‘Andey por Roma’, ‘Torney de Roma’, ‘Escreui muytas cartas’, ‘Vi muytas cidades’; ou utiliza os participios com as formas ‘tenho’, ‘tiue’, ‘tiuera’, etc., assim: ‘Tenho ido muytas uezes a Roma’, ‘Tenhouos escrito muitas cartas, uisto muytas cidades’. Mas também errarás se não consultares atentamente quem supera os preceitos de todos os docentes; estou a referir-me ao uso. É que não é possível juntar as formas ‘tenho’, ‘tiue’, etc. nem a todos os participios nem em todos os contextos. Mas se formos cometer um dos dois erros, preferiria unir estas últimas formas aos participios, dado que o primeiro erro nunca ocorre, o segundo de forma frequentíssima³.

³ “Ad cuius [verbi substantivi] declinationem priusquam aggredior, pauca de Lusitana interpretatione videntur dicenda, non quod existimem posse me bene loquendi praecepta Lusitanis tradere, sed ut admoneam Latinae linguae rudes ne, dum alienum peregrinumque sermonem assequi student, nativum atque domesticum amittant, id quod saepe audivi viros doctos, nec Lusitanae linguae imperitos, conquerentes. Huius, nisi fallor, detrimenti culpam sustinent, qui primum e Baetico in Lusitanum verborum declinationes converterunt, siquidem eas totidem fere verbis interpretati, utranque linguam permistam atque confusam ediscendam pueris propuserunt, ad cuius regulam dum praeceptores (quid enim aliud agant?) themata in Latinum convertenda dictare compelluntur, auctores enarrare atque ex iisdem locutionibus depromere, fit ut tyrones, antequam Latinam linguam degustare incipiant, Lusitana amittant. Cuius generis, ut propius ad rem accedamus, sunt circuitiones illae: ‘Eu auia sido’, ‘Auerey sido’, ‘Oxala eu ouuera e ouuesse sido’, ‘Como eu aja sido’, ‘Como eu ouuera e ouuesse sido’, ‘Auer sido’ [...]. Videsne hic uoces partim Baeticas, partim Lusitanas? ‘Sido’ uerbum quidem est elegans et bene Baeticum, sed Lusitanis (excipio semper eos, qui iam inde a pueris loquendi farraginem in scholis haustam mordicus retinent) nouum et inauditum. ‘Ey’, ‘ouue’, ‘ouuera’, ‘auerey’, ‘aja’, ‘ouuesse’, ‘auer’ uoces sunt plane Lusitanae; quas tamen, si cum participiis coniungas, nemo, qui modo germanus sit Lusitanus, te audiat. Verbi causa: ‘Ei estado em Roma, ido a Roma, andado por Roma, tornado de Roma’, ‘Ei escrito muitas cartas’, ‘Ei uisto muytas cidades’ a Lusitanae linguae proprietate ac stylo alienissima sunt; quae tamen ratio loquendi apud Baeticos elegantissima est, neque mirum, illum enim fere omnibus linguis usu uenit, ut multa, quae in aliis eleganter et ornate dicuntur, barbaramente ac rustice in aliis dicantur, si totidem uerbis transferantur. Quid ergo, inquiet aliquis, agendum? Facile est remedium: pro uocibus ‘ey’, ‘ouue’, ‘ouuera’, ‘auerey’, ‘aja’, ‘ouuesse’, ‘auer’, aut utere uerbis, unde fiunt participia, quae cum eis iunguntur, aut in earum locum substitue has: ‘tenho’, ‘tiue’, ‘tiuera’, ‘terei’, ‘tinha’, ‘tuesse’, ‘ter’. Exempli gratia: ‘Ei estado, ido, andado, tornado, escrito, uisto’ non dicuntur bene Lusitane; utere uerbis participiorum sic, ‘Estiue em Roma’, ‘Fui a Roma’, ‘Andey por Roma’, ‘Torney de Roma’, ‘Escreui muytas cartas’, ‘Vi muytas cidades’;

Com efeito, no passo reproduzido – em minha opinião, de extraordinário interesse pedagógico e linguístico – o gramático jesuíta identifica claramente o problema – a deficiente tradução para português dos paradigmas de conjugação dos tempos latinos do passado –, determinado duas causas: a primeira, explícita, de tipo linguístico, que se prende com a interferência sobre o português do tempo composto castelhano com ‘haber’; a segunda, mais implícita – de tipo, por assim dizer, gramaticográfico – que se relaciona com a influência exercida sobre os gramáticos portugueses, no período cronológico em estudo, por uma das gramáticas de referência na altura; estou a referir-me às *Introductiones latinae* (Salamanca, 1481) do humanista andaluz Antonio de Nebrija (1441-1522), obra que, em certas edições, apresentava a tradução parcial para castelhano dos paradigmas de conjugação, como se pode observar na seguinte ilustração:

Amaui. io ame. e. ioue amado

Amaueram. Io auia amado [...].

Amauero. io amare. avre. i ouiere. i aia amado (Nebrija, 1495, p. 25).

[amaui] yo ame he o houe amado.

[amaueram] yo hauia amado.

[amauero] yo haure amado (Nebrija, 1549, p. 16).

Nesta perspetiva, Álvares não está senão a culpabilizar os gramáticos portugueses que, como se verá nas linhas seguintes, no momento de encararem a tarefa de verter os paradigmas verbais para português, parecem ter tido em consideração a tradução castelhana apresentada por Nebrija. Seja como for, o gramático jesuíta vai mais além da determinação do problema e das suas origens, porquanto apresenta duas correspondências para a forma latina (*amaui*): o pretérito perfeito simples (‘amey’) e o pretérito perfeito composto (‘tenho amado’, mas nunca ‘ey amado’), estabelecendo, conseqüentemente, o diferente grau de aceitabilidade das formas compostas com o verbo auxiliar ‘ter’ e com a forma castelhanizada com ‘haver’.

aut utere participiis cum uerbis ‘tenho’, ‘tiue’, ‘tiuera’, etc., sic, ‘Tenho ido muytas uezes a Roma’, ‘Tenhouos escrito muitas cartas, uisto muytas cidades’. Sed hic etiam laberis nisi eum qui omnium magistrorum praecepta superat (usum dico) diligenter consulas. Non enim aut cum omnibus participiis aut semper licet uerba ‘tenho’, ‘tiue’, etc., copulare. Caeterum si in alterutro peccandum sit, malim hoc, quam illud cum participiis coniungere, illud enim nunquam locum habet, hoc frequentissime” (Álvares, 2005 [1572], p. 31). A tradução deste excerto e dos seguintes é da minha autoria.

Na gramática de Álvares, são, por outro lado, analisadas, se bem que de forma implícita, as diferenças semânticas entre o pretérito perfeito simples e o composto. Com efeito, no paradigma da primeira conjugação, o jesuíta madeirense introduz um comentário marginal, no qual, através de exemplos, parece-me que determina bem o sentido de cada um dos tempos:

A segunda forma [‘tenho amado’] é utilizada pelos portugueses em certos contextos: ‘Semper praeceptorem meum plurimum amavi’ [amei sempre muitíssimo o meu professor], diz-se de forma correta ‘sempre amei’, mas ‘tenho amado’ nesse contexto não é admissível; ‘Saepe ad te literas dedi’, [Escrevi-te / tenho-te escrito frequentemente], ‘Muitas vezes uos escreui’ ou ‘Muitas vezes uos tenho escrito’. Neste contexto as duas formas utilizam-se de forma correta⁴.

Contudo, o propósito deste humanista luso não é o de descrever e analisar os usos do pretérito perfeito simples e do composto em português, mas descrever, prescrever e fixar (ou gramatizar) as correspondências consideradas aceitáveis pelo autor para os tempos latinos. Desse ponto de vista, concretizam-se, na gramática do humanista português, os três estádios de análise gramaticográfica que, num trabalho meu anterior (Ponce de León, 2010), propus para a *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (Lião, 1672), do também jesuíta Bento Pereira (1605-1681), e que é esquematicamente apresentada na tabela 1:



Tabela 1: estádios no processo de gramatização

⁴ “Posteriore locutione utuntur Lusitani certis locis: *Semper praeceptorem meum plurimum amavi, ac parentis loco habui*, ‘sempre amei’ recte dicitur, at ‘tenho amado’ locum non habet. *Saepe ad te literas dedi*, ‘Muitas vezes vos escreui’ uel ‘Muitas vezes vos tenho escrito’. Hic utrumque recte dicitur” (Álvares, 2005 [1572], p. 49).

2. A gramaticografia anterior à arte alvaesiana

De tudo o que foi exposto até agora podemos concluir que, com os *De institutione grammatica libri tres*, estamos perante uma reorientação de tipo prescritivo na determinação das formas adequadas dos tempos compostos na língua portuguesa, o que se entenderá melhor se, no quadro da gramaticografia anterior ao manual alvaesiano, atentarmos nas traduções para português destes tempos, apresentadas parcialmente na Tabela 2:

	<i>amaui</i>	<i>amaueram</i>	<i>amauero</i>
Sousa 1535	‘Ameý’ ‘ey’ et ‘ouue amado’	‘Auia amado’	‘Auerey amado’
Clenardus 1538	-----	-----	-----
Resende 1540	‘Eu amei’ [Por vezes a especificidade da língua portuguesa interpreta este pretérito através do verbo ‘habeo’ em presente e o participio passivo de passado. <i>Iam illi bis scripsi. Ia lhe tenho scripto duas vezes</i> ⁵ .]	‘Eu tinha amado’ ‘Eu amara’	‘Eu amarei’ [Mas, na tradução de <i>amauerim</i> , ‘Eu haia, ou tenha amado’.]
Pinhel 1543	‘Eu amei’	‘Eu amara ou tinha amado’	----- [Mas, na tradução de <i>amauerim</i> , ‘Eu aia ou tenha amado’, e, na tradução de <i>amauissem</i> , ‘Eu ouuera ou ouuesse amado’.]
Cardoso 1552	<i>Verberaui</i> . ‘Eu açoutei’	<i>Verberaueram</i> . ‘Eu auia açoutado’	----- [Mas, na tradução de <i>cum uerberauerim</i> , ‘como eu aia açoutado’.]
Despauterius 1555	‘Eu amey’	‘Eu auia amado’	‘Eu auerey amado’
Homem 1557	-----	-----	-----

Tabela 2. Tradução de tempos de passado na gramaticografia latino-portuguesa até 1572

⁵ “Interdum Lusitanae linguae proprietas hoc praeteritum, per uerbum habendi in praesenti, et participium passiuum praeteritum, explicat. Iam illi bis scripsi. Ia lhe tenho scripto duas vezes” (Resende, 1540, f. Br.º).

Com efeito, dos dados reproduzidos na Tabela 2 podemos inferir que, até à publicação da primeira edição da gramática latina de Manuel Álvares (1572), poucos autores de artes latinas parecem ter sido sensíveis às eventuais repercussões pedagógicas e linguísticas, entre os alunos portugueses, do uso do auxiliar ‘haver’ nos tempos verbais compostos. Há, no corpus, certos gramáticos que propõem, segundo os tempos de passado, a tradução através de uma forma composta com ‘ter’ ou ‘haver’, mas, na tradução do pretérito perfeito do indicativo latino, o uso exclusivo da forma simples (‘amei’). É o caso de André de Resende, no seu *De uerborum coniugatione commentarius* – tratado dedicado na íntegra, como expõe o título da obra, a aspetos da conjugação dos verbos latinos –, e o caso também do *Latinae grammatices compendium*, de Duarte Pinhel. O primeiro autor, além do registo gramatical do auxiliar ‘ter’, apresenta um comentário, reproduzido no seguinte fragmento, o qual me parece que tem como objetivo reforçar a gramatização da forma composta, através de ‘ter’ (mas, em certos contextos, também de ‘haver’...) e, muito especialmente, sublinhar a proximidade estrutural com a perífrase correspondente no latim:

Algumas vezes a especificidade da língua portuguesa interpreta este pretérito [‘amaui’], através do uerbo ‘habeo’ [i. e. ‘ter’, mas, em certos contextos, também ‘haver’...]: ‘Iam illi bis scripsi’, ‘Ia lhe tenho scripto duas vezes’. Não é infrequente os latinos exprimirem-se desta forma: Cícero, *De Amicitia*: ‘Non ergo erunt homines diuitiis adfluentes audiendi, si quando de amicitia, quam nec usu, nec ratione HABENT COGNITAM, disputabunt’. O autor referido, *In Antonium*: ‘De Caesare satis DICTUM HABEO’. Plauto em *Persa*: Satis HABEO DICTUM⁶.

Desta forma, Resende assegura, neste ponto, uma convergência gramatical entre o português e a língua do Lácio, que julgo que se deve enquadrar naquilo que tem sido designado como Questão da Língua, ou, por outras palavras, a tentativa, por parte dos humanistas, de ressaltar as semelhanças da língua pátria com o latim, com a finalidade de dignificar a primeira. Tal implica dar

⁶ Interdum Lusitanae linguae proprietates hoc praeteritum, per uerbum habendi in praesenti et participium passiuum praeteritum explicat: ‘Iam illi bis scripsi’, ‘Ia lhe tenho scripto duas vezes’. Loquuntur non raro sic Latini: Cicero de amicitia, ‘Non ergo erunt homines diuitiis adfluentes audiendi, si quando de amicitia, quam nec usu, nec ratione habent cognitam, disputabunt’. Idem in Antonium: ‘De Caesare satis dictum habeo’. Plaut. in Persa, Satis habeo dictum (Resende 1540: [9-10]). As formas compostas com ‘habeo’ aparecem, na tradução, em maiúsculas pequenas.

preeminência ao português, por via da pretendida maior aproximação ao latim, perante as restantes línguas romances; ou nas palavras de Maria Leonor Carvalhão Buescu:

quando os humanistas acentuam e exaltam a semelhança com o latim, implicitamente querem sublinhar a diferença em relação às outras línguas, com ou sem razão consideradas mais afastadas da língua mãe; no caso presente, a diferença em relação ao castelhano, cujo estatuto de língua cortesã o tornava concorrente com o português como instrumento de expressão literária (1984, p. 224).

Podemos deduzir do passo reproduzido duas fases – de resto, bem conhecidas – na Questão da Língua no contexto cultural português: na primeira, que se pode situar cronologicamente na primeira metade de Quinhentos, o latim é tido como referência contrastiva; na segunda, enquadrada na segunda metade, o castelhano é confrontado com a língua pátria. A este respeito, tenho defendido em trabalhos anteriores que a polémica suscitada por Manuel Álvares sobre o uso, nos tempos verbais compostos, do auxiliar ‘ter’ em vez de ‘haver’ – cuja construção se considera uma castelhanização – deve enquadrar-se na segunda fase desta polémica (Ponce de León, 2007, III, pp. 2077-2078).

3. A gramaticografia posterior à editio princeps dos *De institutione grammatica libri tres*

O ano da primeira edição integral da gramática de Manuel Álvares, na qual se regista – como já ficou dito – a análise prescritiva sobre a deficiente tradução para português dos tempos de passado latinos e sobre as repercussões linguísticas que tal poderia ter nos estudantes, parece constituir um *terminus post quem* para a fixação (ou gramatização) dos tempos compostos com o auxiliar ‘ter’. Importa, por isso, confrontar as propostas de tradução das – poucas – artes gramaticais publicadas até 1615, ano em que é dada ao prelo a *Verdadeira grammatica latina para se bem saber em breue tempo* de Amaro de Roboredo:

	<i>amaui</i>	<i>amaueram</i>	<i>amauero</i>
Álvares 1572	‘Eu amei, ou tenho amado’	‘Eu amara, ou tinha amado’	----- [No comentário marginal: “Futurum perfectum, siue exactum qui uolet adere, sic in Lusitanum conuertet. Amauero. ‘Iá eu entã terei amado’.”]
Álvares 1599 (<i>editio uellessiana</i>)	‘Eu amei: ou Tenho amado’	‘Eu amâra: ou Tinha amado’	‘Ia entã eu terei amado’
Sanches 1610	‘Eu amei: ou tenho amado’	‘Ia eu tinha amado, ou amara’ [Mas, na tradução de ‘fueram’, ‘Ia eu auia sido, ou fora]	----- [Na tradução de amauerim, ‘Como eu tenha amado, ou amando eu’.]
Roboredo 1615	‘Eu amei, tenho, ou tiue amado’	‘Eu amâra, ou tinha amado’	‘Eu amar, tiuer, ou terei amado’

Tabela 3: tradução de tempos de passado na gramaticografia latino-portuguesa (1572-1615)

Na tabela apresentada, podemos verificar que, tanto na edição eborense de 1599 da gramática alvaresiana, ao cuidado do também jesuíta António Velez, como na *Arte de grammatica, pera em breue saber latim* de Pedro Sanches e na primeira gramática latina de Amaro de Roboredo, a preferência pelo auxiliar ‘ter’ é predominante: na *editio uellessiana* e na *Verdadeira grammatica* de Roboredo parece ser a única correspondência; já no caso do manual de Pedro Sanches (a primeira e mais interessante refundição em português da gramática alvaresiana) há uma oscilação clara no uso de ‘ter’ e de ‘haver’ como auxiliares dos tempos compostos: o primeiro aparece na tradução dos tempos compostos das formas latinas da voz ativa; o segundo é utilizado para a correspondência dos tempos do passado do verbo ‘sum’ (isto é, aparece sempre, diferentemente do juízo prescritivo de Manuel Álvares, com o particípio ‘sido’) e, por extensão, para a os tempos de passado da voz passiva perifrástica. De facto, como Manuel Álvares – mas em sentido contrário –, Sanches apresenta uma justificação para este critério no prólogo da obra, dirigido *ao lector*:

Nas conjugações mudey, tirey, & accrecētey algũas lingoajês. *Auer sido*, não tão somente he lingoajem Castelhana, mas ainda Portuguesa, & tam forçada, que nam

sey eu que lingoagem, & declaração se possa dar melhor em Portugues ao pretérito perfeito, & plusquam perfeito do infinitivo, *Fuisse*. Ouid. *Epist. Hyperm. Est mihi supplicii causa fuisse piam*. Neste lugar, & noutros semelhantes nam se pode dar a lingoagem, *Que, fui*, senão, *Auer sido* (Sanches, 2008 [1610], pp. 13-14).

Parece claro que esta observação remete argumentativamente para o comentário registado na gramática alvaresiana e anteriormente reproduzido, no qual o uso do particípio ‘sido’ é considerado, em português, anómalo.

4. A estrutura dos tempos compostos na gramaticografia da língua portuguesa quinhentista

Como foi referido anteriormente, à formulação do problema do uso de ‘haver’ ou de ‘ter’ como verbo auxiliar dos tempos compostos não subjaz senão um critério de tipo prescritivo – com repercussões de tipo gramaticográfico – que afeta diretamente o sistema gramatical do português. A este respeito, julgo necessário realçar de novo a importância das artes de gramática latina, enquanto manuais utilizados por gerações e gerações de estudantes que, à medida que estudavam a língua latina, iam interiorizando estruturas da língua materna. Por este motivo, estes materiais parecem-me de maior importância do que aquela que têm, a meu ver, os textos gramaticais quinhentistas que descrevem a língua portuguesa, dada a muito reduzida difusão editorial destas últimas. Seja como for, parece-me pertinente analisar a opção dos humanistas que publicaram gramáticas ou tratados gramaticais durante os séculos XVI; estou a referir-me, como é sobejamente conhecido, à *Grammatica da lingoagem portuguesa* (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira e à *Grammatica da língua portuguesa* (Lisboa 1540) de João de Barros.

O primeiro tratado – como era de prever, dada a peculiaridade das *anotações gramaticais* de Oliveira – não parece abordar a questão em análise no presente estudo; quanto à gramática barrosiana, parece que, se atentamos no capítulo dedicado à conjugação verbal (BARROS, 1971 [1540], pp. 97-111), podemos observar que Barros insere, nos paradigmas verbais, os tempos compostos com o auxiliar ‘ter’, se bem que o propósito do autor seja reduzir ao máximo a gramatização dos tempos compostos (que Barros chama de “tempos per circunlóquio” ou “tempos per maneira de rodeo”), muito provavelmente devido ao objetivo de aproximar do latim o sistema gramatical do português,

ao ponto de apresentar apenas formas compostas para o mais-que-perfeito do modo optativo (ou ‘modo de desejar’) e para a forma composta do infinitivo. Com a finalidade de reforçar a (mínima) gramatização do tempo composto, João de Barros introduz umas anotações sobre este aspeto, nas quais alarga o número de tempos com formas compostas, todas com o auxiliar ‘ter’:

Dalgũus suprimentos que temos dos tempos per maneira de rodeo

Temos ainda em as nössas coniugações algũus tempos que dizemos per rodeo: assy por uso de nössa linguagem: como pera significar algũus que os Latinos tem, de que nós careçemos, os quães poderám bẽ sentir os seus grammáticos: prinçipalmente no modo optativo e subiuntiuo. Chamamos tempo per rodeo, quando simplesmente nam podemos usár dalgũ, entã pera ô sinificár tomamos este uerbo, tenho, naquele tẽpo que ẽ mais conforme ao uerbo que queremos cõiugár, e cõ o seu participio passádo dizemos, tiuẽra amádo: como se pôde uer no tẽpo passádo e mais que acabado no modo pera deseiar, o qual suprimos per este rodeo, por nam termos simples com que ô sinificar. E no módo infinitivo nam acabado por nã termos tẽpo passádo e uindoiro ambos simples, sinificámos per rodeo: o passádo, dizendo, ter amádo, lido, ouuido, sido, e o uindoiro, auer damar, ler, ouuir, ser (Barros, 1971 [1540], pp. 105-107).

Contudo, dada a muito reduzida – ou até residual – divulgação da gramática portuguesa barrosiana, atrever-me-ia a dizer que os efeitos pedagógicos desta prescrição foram mínimos, se comparada com a enorme difusão das artes latino-portuguesas quinhentistas.

Considerações finais

Os comentários analisados sobre a correta ou a deficiente formação dos tempos verbais compostos mostram, de forma clara, a relevância das artes latino-portuguesas na fixação de certas construções no português quinhentista, porquanto a forma como são orientadas para a competência linguística dos estudantes tem repercussões na consolidação da língua materna deles, num contexto socio-pedagógico – convém sublinhá-lo – em que a elaboração de gramáticas do português era residual. Nesta perspetiva, a gramaticografia

latino-portuguesa constitui um conjunto de materiais de indubitável valor para a história da linguística do português.

Referências

- ÁLVARES, Manuel. **De institutione grammatica libri tres**. Lisboa: João de Barreira, 1572 (cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio [...] 2005).
- ÁLVARES, Manuel. **Emmanuelis Aluari e Societate Iesu de institutione grammatica libri tres, Antonii Vellesii ex eadem Societate Iesu Eborensi academia praefecti studiorum opera aucti et illustrati**. Évora: Manuel de Lira, 1599.
- BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa**. Introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971 [1540].
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. **Babel ou a ruptura do signo: A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- CARDOSO, Jerónimo. **Grammaticae introductiones breuiores et lucidiores**. Lisboa: [s. n.], 1552.
- CLENARDUS, Nicolaus. **Institutiones grammaticae latinae**. Braga: Pedro de la Rocha[?], 1538.
- DESPAUTERIUS, Iohannes. **Carmina Ioannis Despauterii de arte grammatica**. Coimbra: João Álvares, 1555.
- HOMEM, Fernando Soares. **Grammatices duo compendia, eo modo in methodon contracta, ut nihil aut redundet, aut desit**. Coimbra: João Álvares, 1557.
- KEMMLER, Rolf. *De institvtione grammatical libri tres* (Lisboa, 1573): A edição prínceps da *ars minor* de Manuel Álvares. **Revista Portuguesa de Humanidades: Estudos Linguísticos**, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, v. 17, n.1, p. 43-58, 2013.
- KEMMLER, Rolf. The First Edition of the *ars minor* of Manuel Álvares' *De institvtione grammatica libri tres* (Lisbon, 1573). **Historiographia Linguistica**, Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, v. 42, v. 1, p. 1-19, 2015.
- NEBRIJA, Antonio de. **Introductiones latinae cum commento**. Salamanca: [s. n.], 1495 [1481].

- NEBRIJA, Antonio de. **Grammatica Antonii Nebrissensis**. Zaragoza: Pedro Bernuz, 1549 [1481].
- PINHEL, Pinhel. **Latinae grammatices compendium**. Lisboa: Luís Rodrigues, 1543.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio. **Aproximación a la obra de Manuel Álvares. Edición crítica de sus *De institutione grammatica libri tres***. Madrid: Universidad Complutense. Servicio de Publicaciones, 2005. 1 CD-Rom.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio. El ‘Álvarez’ trasladado: el romance en las ediciones quinientistas portuguesas, castellanas y catalanas de los *De institutione grammatica libri tres* (Lisboa 1572) de Manuel Álvares (S. I.). In: CANO, P. (coord.). **Actas del VI Congreso de Lingüística General**. Madrid: Arco/Libros, vol. III, 2007, p. 2975-2985.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio. Gramática e defesa da língua: o Castelhana na *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda* (1672) de Bento Pereira (S. I.). In: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R. (eds.), **Portugiesische Sprachwissenschaft: traditionell – modern – innovativ**. Tübingen: Calpinus, 2010, p. 189-200.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio. A gramática racionalista em Portugal no século XVI (1497-1610). In: DUARTE, S.; PONCE DE LEÓN, R. (orgs.). **A Gramática Racionalista na Península Ibérica (Séculos XVI-XIX)**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto, 2015, p. 9-40.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio. Contra las interferencias castellanas: en torno a la doble serie de formas del modo subjuntivo en la gramaticografía de la lengua portuguesa (siglos XVII y XVIII). In: FRYBA, A.-M.; ANTONELLI, R.; COLOMBAT, B. (eds.). **Actes du XXVIIe Congrès international de linguistique et de philologie romanes (Nancy, 15-20 juillet 2013). Section 15: Histoire de la linguistique et de la philologie**. Nancy: ATILF, 2016, p. 135-145.
- PONCE DE LEÓN, Rogelio. Los verbos impersonales en la gramaticografía portuguesa de los siglos XVI y XVII. (a la luz de la gramaticografía latino-ibérica). **Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft. Münster, Nodus Publikationen**, v. 28, n. 2, no prelo.
- RESENDE, André de. **De uerborum coniugatione commentarius**. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540.

- ROBOREDO, Amaro de. **Verdadeira grammatica latina para se bem saber em breue tempo**. Prefácio de Amadeu Torres e Estudo introdutório de Gonçalo Fernandes, Rogelio Ponce de León e Carlos Assunção. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007 [1615].
- SANCHES, Pedro. **Arte de grammatica, pera em breue saber latim, composta em linguagem e verso portugues**. Prefácio de Amadeu Torres e Estudo introdutório de Rogelio Ponce de León, Gonçalo Fernandes e Carlos Assunção. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2008 [1610].
- SOUSA, Máximo de. **Institutiones tum lucidae, tum compendiosae latinarum literarum**. Coimbra: Mosteiro de Santa Cruz, 1535.
- VERDELHO, Telmo. **As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas**. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.

Nota do editor: articulista convidado. Mantiveram-se as referências bibliográficas originais.

ELABORAÇÃO DA PROBLEMÁTICA LEXICOLÓGICA EM GRAMÁTICAS, TRATADOS E DIÁLOGOS DA LÍNGUA DOS SÉCULOS XVI E XVII

ELABORATION OF LEXICOLOGICAL PROBLEMS IN PORTUGUESE GRAMMARS, TREATISES AND DIALOGUES ON LANGUAGE OF THE XVI-XVII C.

Marina A. Kossarik

Universidade Estatal de Moscou Lomonosov

olissipo@yandex.ru

RESUMO:

Gramáticas, tratados e diálogos da língua anteriores a Port-Royale revelam a consolidação, nas obras que não são lexicográficas, de muitas ideias da lexicologia actual: 1. entendimento da palavra como unidade da língua; 2. concepção da formação de palavras e a tendência de destacar esta problemática como uma área específica da descrição linguística; 3. novas atitudes à classificação do léxico e princípios de fixar a norma lexical; 4. eclosão das ideias da lexicologia histórica e da etimologia no significado moderno deste termo. A dedicação à problemática da palavra contribui à formação da lexicologia como disciplina linguística e ao aparecimento de vários tipos de dicionários.

PALAVRAS-CHAVE:

história da linguística, historiografia linguística, lexicologia, norma, etimologia, língua portuguesa.

ABSTRACT:

Grammars, linguistic treatises and dialogues, without being lexicographic works in the proper sense, often present evidence of how lexicological concepts are being formed. Sometimes they preannounce modern views on subjects like: 1. word as a language unit; 2. word-formation as a special area of linguistic description; 3. new approaches to classifying lexical units and principles of language standardization on the lexical level; 4. development of historical lexicography and etymology in its modern sense. These works contributed to the formation of lexicology as a linguistic discipline and to the appearance of dictionaries of different types.

KEYWORDS:

history of linguistic thought, linguistic historiography, lexicology, norm, etymology, Portuguese language.

Introdução

Estudando a problemática da lexicologia nos séculos XVI e XVII, os historiógrafos, tradicionalmente, se dirigem a dicionários e baseiam suas conclusões neste material prático. Entretanto, as noções que acarretam a criação da lexicologia como uma disciplina linguística especial, além de determinarem o caráter dos dicionários, se elaboram e se explicitam, o que tem a particular importância, em obras de outros gêneros. A análise destes monumentos anteriores a Port-Royale, dedicados a vários idiomas, possibilita ver que aspectos da palavra chamam a atenção de filólogos na etapa da consolidação de vernáculos como línguas nacionais e que, aliás, coincide com a época, quando cresce muito o número de línguas descritas, no período que consideramos o ponto-chave da formação da linguística como uma ciência madura (КОСАРИК, 1995; КОССАРИК, 2016). Estas são as obras que expõem, sem usar-se, claro, a terminologia dos nossos dias, conceitos e princípios da descrição do léxico (alguns dos quais se realizam na prática nos dicionários da época). Gramáticas, tratados e diálogos da língua revelam o processo da formação ou consolidação de muitas ideias da lexicologia. 1. Firma-se a compreensão da palavra como unidade do sistema linguístico, da segmentabilidade e delimitação da palavra. 2. A apresentação de morfemas flexionais, afixais e radicais leva à criação de uma nova área do estudo linguístico – formação de palavras, o que causa a organização do dicionário no princípio de família de palavras. 3. Atende-se à norma lexical, à diversidade sociolinguística do vocabulário e com esta base elabora-se a classificação do léxico (dialectismos, arcaísmos, neologismos, empréstimos). 4. O estudo das fontes do léxico, incentivado pela consciência do historicismo da língua, junto com a concepção moderna da etimologia, fundada na atenção aos processos históricos na fonética e à semântica lexical, fomenta o esboço do dicionário etimológico, bem como o delineamento inicial do dicionário ortográfico. 5. Surge o interesse a aspectos discursivos lexicais ligado à tarefa de ensino de línguas estrangeiras com os fins da comunicação. A dedicação às questões da palavra nas obras que não são lexicográficas contribui à formação de vários aspectos da lexicologia como disciplina linguística e ao aparecimento de vários tipos de dicionários.

1. Palavra como a principal unidade da língua

A maior parte dos autores da época continuam considerando a palavra a principal unidade da língua, embora a tendência de destacar o nível de oração já seja sensível, revelando-se muito claramente na gramática universal de Roboredo (ROBOREDO, 1619, p. 90-101; KOSSARIK, 2002, p. 46-54; KOSSARIK, 2003, p. 116, 128; КОСАРИК, 2013). As definições da palavra baseiam-se em critérios variados.

Oliveira parte do critério lógico-semântico: “Palavra e voz que senifica cousa ou auto ou modo” [OLIVEIRA, 1536, p. Civ], testemunhando a ligação da doutrina do gramático renascentista com a tradição medieval, com a lógica escolástica (que assinala três classes – nomes, verbos e sincategoremas), presente já na obra de Aristóteles (KOSARIK, 1999; KOSSARIK, 2003, p. 93, 95; Kossarik, 2016).

Barros apresenta a palavra na definição da gramática como a principal unidade da língua, ressaltando o papel da palavra como instrumento da compreensão, cognição na fala e na escrita.

Nós podemos lhe [a gramática] chamár artefício de palávras, póstas ã seus naturáes lugáres: pera que mediãte ellas, assi na fãla como na escritura, venhamos em conhiçimento das tenções alheas. Por que bem assy entram as leteras pela vista, como as palávras pelos ouvidos: instrumento comque o nósso intendimêto reçebe as mais das cousas (BARROS, 1540, p. 2).

Para Roboredo a principal característica da palavra é a nomeação: “Palavra he voz, com que cada cousa se diz, ou chama” (ROBOREDO, 1619, p. 64).

1.1 Delimitação da palavra

Os autores das gramáticas vernaculares têm que resolver o problema que o cânone antigo praticamente não tocou: são os primeiros a enfrentar a questão da integridade estrutural da palavra. Além da questão das formas simples ↔ segmentáveis, ante os primeiros linguistas portugueses levanta-se o problema de distinguir palavras sintéticas e analíticas, de um lado, e de formas analíticas e construções, do outro. A distinção das formas e construções analíticas está ligada à compreensão das categorias do nome e do verbo português e revela-

-se na inclusão ou não inclusão das formas correspondentes nos paradigmas nominais e verbais.

Barros demonstra o analitismo do vernáculo, apresentando como analíticas, contrapostas às sintéticas latinas, formas portuguesas de graus de comparação do adjectivo e formas verbais compostas.

nã temos mais cõparativos que estes. Mayór, q̃ quẽr dizer mais grãde, Menór por mais pequeno, Milhór, por mais bom, e Piór, por mais máo. Però todolos outros comparativos que elles fórman, suprimos nós com este averrbio, Mais: que acrescenta a cousa a que ô aiuntamos, [...] Eitor foy milhór cavaleiro que Achilles: ou diremos, foy mais esforçádo que Achilles: por que milhór e mais, nesta órde de cõparaçã e hũa mesma cousa (BARROS, 1540, p. 8). Temos ainda em as nóssas coniugações algũs tempos que dizemos per rodeo, assy por uso de nõssa linguágem, como pera significár algũs que os Latinos tem, de que nós careçemos [...]. Chamamos tempo per rodeo, quando simplesmente nam podemos usár dalgũ, entã pera ô sinificár tomamos este ṽrbo, tenho, naquelle tẽpo que e mais confórme ao ṽrbo que queremos cõiugar, e cõ o seu participio passádo dizemos tivera amado, como se póde ver no tẽpo passádo e mais que acabádo no módo pera deseiar, o quá suprimos per este rodeo, per nam termos simples com que ô sinificár (BARROS, 1540, p. 25).

Nunes de Leão marca a correlação entre as formas sintéticas latinas e analíticas romanas do passivo.

De duas vozes destas s. [...] da impessoal & passiva carece a lingoa Portuguesa como as outras, Hespanhoes, Italiana & Francesa, porque o que haviaõ de dizer per suas palavras directas & extendidas, como fazem os latinos, & os Gregos o dizem por circumloquios, & arroteos de vozes emprestadas do verbo substantivo sou, es (LEÃO, 1606, p. 117-118).

A tendência até se espalha às descrições do latim: Resende, Álvares, Roboredo reflectem o analitismo do verbo português em comparação com as formas sintéticas latinas.

Præt. perfectum. Eu haia, ou tenha amado [...]. Amáverim [RESENDE, 1540, p. Diiij]. Amavi, Eu amei, ou tenho amado (ALVARES, 1572, p. 16v). 1. Preterito. Eu Am-éi, tenho, & tive amãdo. Ego Amáv-i. [...]. 1. Plusquãperf. Eu am-ára, & tinha am-ãdo. Ego Amáv-eram (ROBOREDO, 1619, p. 15-16).

A temática da delimitação de palavra obtém uma especial importância para as gramáticas de tupi. Na linguística missionária, no nível empírico, engendra-se a ideia de dissemelhantes jeitos de determinar os limites da palavra em diferentes tipos de línguas. Ao encontrar-se com a incorporação em tupi, os gramáticos resolvem os problemas de diferenciar palavra e morfema, palavra e construção. Anchieta e Figueira escrevem da “composição” e “aposição” das partes da oração, prestam muita atenção aos fenômenos morfológicos, ao acento único em estruturas da língua incorporante.

Os nomes substantivos se compoem com adjectivos, præcedendo sempre os substantivos, & se tem accento na ultima, ficão inteiros, ut mbaecatú, mbaeáiba, nbungatú, nhúaiba. Se tem acento na penultima & encontrão cõ vogal, perdem a ultima vogal, ut túba ete, tubeté, pai verdadeiro. Se encontrão com consoante, perdem toda a ultima syllaba, ut túba, catú, túcatú. [...] Substantivos cõ substantivos, cõ a mesma mudança. [...] E ainda se soem compor tendo o precedente accento na ultima, ut cunumî, minino, téra, nome, cunumiéra, pro cunumirera, pueri nomen, usus docebit [ANCHIETA, 1595, p. 8v-9v]. Os verbos [...] se compoem com algũas partes da oração, e na conjugação não se fã caso senão da ultima terminação, ut: Com adverbios. aicuâb, sey, catú, bem. [...] he quasi como quando se interpoem o nome, servindo hum dos verbos por nome interposto, ut açôgebîr (ANCHIETA, 1595, p. 52). E na composição ha muita variedade. De dous verbos ás vezes se compõe hum. v. g. Aymonhang, faço; Aicuab, sei; Aimonhanguab, sei fazer. Outras vezes do verbo activo, & do seu accusativo, se compõe hũ verbo neutro, ut Aimongueta Tupã; Atupãmongueta; & entã se cõjuga como neutro. Outras vezes entre o artigo do verbo activo se mete hũa das tres letras, que servem de relativos, i, ç, com zeura, T, & juntamente o nome que avia de ser accusativo do verbo; & de tudo se forma hũ só verbo activo. E a fora isso tẽ outro accusativo, ut Aycomonhang xeruba, faço a rossa de meu pay; A, he o artigo, i, he relativo, co, rossa, he accusativo, monhâng, he o verbo activo, em direitura, Faço a sua rossa a meu pay [FIGUEIRA, 1621, p. 47v-48]. As duas primeiras [syllabas] Nho. Yo, quando compoem, ou se ajuntão a algum verbo Activo, sempre denotã numero plural, & communicaçã de hũs pera com os outros: ut Aimongueta, fallar; Onhomongueta, fallão huns para com outros, ou hum com outro (FIGUEIRA, 1621, p. 43v). As duas particulas Nhe, Ye, compondo verbos activos [...] denotão cair a açãõ de cada pessoa sobre si mesma: ut xe ayeiuca, eu me mato a mim mesmo [...]. E se o verbo, a que qualquer destas syllabas Nho, Yo, Nhe, Ye, se ajuntãõ começar por ç, com zeura; o tal ç, se perde, ut açauçub, Aycauçub (FIGUEIRA, 1621, p. 43v-44).

1.2 Segmentabilidade da palavra

Conforme o cânone antigo, os gramáticos renascentistas afirmam que a palavra é a mínima unidade linguística significante e que as partes da palavra por si só não significam. Porém, nas obras de Donato e Prisciano é evidente a tendência de revelar morfemas derivacionais e flexionais, cujo número impressiona (KEIL, 1864, p. 76-77; KEIL, 1855, p. 117-145, 197).

Os autores portugueses, desde a gramática latina de Sousa, desenvolvem o processo iniciado na Antiguidade, marcam flexões, prefixos e sufixos.

Que finiunt a, sunt feminina [...]. Que finiut u, neutra sunt (SOUSA, 1535, p. viij). Que finiunt us, in secunda aut quarta declinatione, sunt masculina [...]. Que finiunt us, in tertia declinatione, sunt neutra (SOUSA, 1535, p. ix v). Personale [verbum] quod per distinctas peronas & terminationes variatur, ut Amo, as (SOUSA, 1535, p. xxiiij v). Letera mutât genera [participii] per terminationes more adiectivorum, ut Albus, a. um (SOUSA, 1535, p. xlvj). Nominum, tamen diminutivorum non est certa ratio qua possint formari, quia exeût in varias terminationes. Sed plerûq; In ulus. a. um. ut fraterculus. sororcula. minusculum. Aliquando in io, ut [...] senecio. Aliquando in aster. a. um. ut pinaster. filiastra. apiastrum [...] In olus. a. um. ut Sergiolus [...]. In ellus. a. um. ut tenellus (SOUSA, 1535, p. iij v).

Na obra de Oliveira achamos grande número de morfemas flexionais e derivacionais. O gramático destaca múltiplos afixos indicando suas funções: sufixos deverbais, diminutivos e aumentativos, sufixo adverbial, formantes dos nomes que designam ofícios e oficinas. Destaca também prefixos. Compara, de um lado, o verbo não-prefixal com seus derivados prefixais e, do outro lado, formados com os mesmos prefixos de outros verbos: fazer, contrafazer, refazer, desfazer ↔ revender, desconcertar. Vê o papel do morfema derivacional em modificar a semântica da palavra. Parece negar a existência do significado de prefixos, mas nota que eles “fazem significar” mais, menos ou o contrário e especifica seus significados.

a regra ã demos dos nomes dos offiçios ã acabassem em .eiro. [carpenteiro, çapateiro] damos das offiçinas ou lugares desses offiçios cujos nomes acabarão em ria [...] çapataria, carpentaria. [...] e regra geral ã os nomes verbaes femeninos acabem todos em ão como lição, oração e os masculinos em or, como regedor, governador, e os demenutivos em inho ou inha, como moçinho, moçinha, e os

aumentativos em az ou ão. [...] os averbios os quaes quando são tirados polla mayor parte ou sempre acabão em mente, como cõpridamente, [...] os averbios acabados em mente significão calidade. [...] hũs certos nomes verbaes em mento, como cõprimẽto (OLIVEIRA, 1536, p. Dvj v-Dvij). as partes re, es, & des. As q̃es se ajuntão assi: revender, estorvvar, desconçertar. E porẽ em que não sinifiquem apartadas por si, fazem sinificar as dições com q̃ se ajũtão mais ou menos, ou ẽ contrairo. [...] quãdo ficão na mesma sinificação ou acreçentão essa sinificação como vêder e revender ou a demenuẽ como açertar e cõçertar porq̃ mais chegado e ao fim açertar que conçertar e traz cõsigo mais perfeição desse auto [...] esta parte .re. no ajuntamẽto tem virtude de acreçẽtar, e estoutra des. tem virtude de desfazer ou diminuir ou fazer o contrairo, e como esta parte .com. significa muitas vezes cõpanhia, cujo exẽplo seja conchegar e conjuntar (OLIVEIRA, 1536, p. Cvij v, Cvij v).

Oliveira faz um importante passo para revelar morfemas radicais: relaciona o significado lexical não só com a palavra inteira, mas também com uma parte integrante desta, que, não sendo palavra independente, figura em outras.

As dições juntas a q̃ os latinos chamão cõpostas sã cujas partes apartadas sinificão ou podẽ sinificar e sã dições por si ou partes doutras dições ẽ q̃ premeiro servião e donde tẽ seu premeiro e p̃prio [*próprio*] naçimẽto ao cõtrairo das apartadas, ou as dições jũtas sã aq̃llas ẽ q̃ se ajuntão diversas dições ou suas partes fazẽdo hũa so dição (OLIVEIRA, 1536, p. Cvij).

Descrevendo a formação de palavras, Oliveira 1. interpreta o derivado destacando componentes constituintes; 2. estabelece correlações entre a palavra motivada e motivante, a semelhança e dissemelhança semântica e formal entre elas; 3. assinala morfemas radicais e derivacionais com determinados significados que exprimem relações das coisas na realidade extralinguística. Isto testemunha um importante passo da linguística renascentista às ideias da segmentabilidade da palavra.

Barros evidencia morfemas flexionais, mas nesta gramática entre os afixos só achamos sufixos aumentativos que o autor caracteriza como avaliativos.

Do nome Diminutivo. Nome Diminutivo ẽ aquelle que tem algũa diminuiçam do nome principal donde se derivou: como de hómẽ, homenzinho, de molhẽr, molhẽrzinha, de moço, mocinho, de criança, criançinha. E outros muitos que se

fórmam e fcbam em diferentes terminações: mais por vontade do povo que por regra de bõa Grammatica. Do nome Aumentativo. [...] Destes nomes Gregos e Latinos nã tratã em suas Grammaticas por õs nam terem, e easy todos se terminã em, am, e az, como, molherã, cavalã, velhacaz, ladrabaz e outros que sempre sam ditos ã desprezo e abatimento da pessoa ou cousa a que os atribuímos (BARROS, 1540, p. 7v-8).

Nunes de Leão apresenta sufixos diminutivos portugueses e compara-os com latinos e italianos, conforme a atenção à comparação de línguas românicas. Tocando o paralelismo fonético e semântico de prefixos latinos e portugueses, revela a variabilidade fonética, típica de prefixos, e aponta casos de fusão.

os diminutivos, que em nossa lingua acabão em ,te, [...] como verdette, pequenette, scudette, [...] que para significar diminuição acabamos nestas terminações, como os Latinos acabão os seus diminutivos em ellus ou illlus. Como os Italianos [...] nas terminações de etto, ou otto, por denotarẽ significação diminutiva (LEÃO, 1576, p. 39). sempre as preposições, ou particulas cõpositivas, [...] saião com as letras com que entrarão, ainda que a derradeira letra da particula compositiva, stee convertida em outra letra, por causa da cõposição, como, [...] ap-pellar, an-notar. [...] Hũas letras se dobrão nas dições per [...] composição. [...] As que dobrão por composição são muitas, & per muitas maneiras. [...] C. Dobrão os verbos, q̃ começando na dicta letra, se composerão com a preposição, ad. Porque se muda o .d. em .c. como acelerar, accepto [...]. Item todolos verbos, que começando em .c. se cõposerão com estas preposições ob, sub, &, e os descendentes delles, como, occupar [...] succeder. [...] nomes compostos da preposição .dis. q̃ começam em .f. como diffamar, differnça [...]. compostos de dições começados em .l. com a preposição .con. por mudarem o .n. em .l., como collação collateral, collegio (LEÃO, 1576, p. 38-48).

Távora, na *Grammatica hebræa*, acode à noção da raiz, seguindo a tradição linguística hebraica que elaborou este conceito por causa de especificidades de sua morfologia. Também mostra morfemas de gênero e número nominais, de voz verbal.

Genera nomina sunt tantum duo, masculinum & fœmininũ fœminina ea sunt quæ terminatur in, ך̄ .i. H præcedente, ך̄ .i. A. , ut [...], sedaca iustitia, vel in ך̄ .i. T. ut [...], tifeat pulcritudo [...]. pluralis autem â singulari addendo masculinis

nomibus, □ ʳ, In præcedēte hiric. i. I. ut. A, [...], sadic iustus, sit, [...], sadiquim iusti: in fēminis autem mutando syllabam: A, in oth, ut [...], â [...], sedaca iustitia, sit, [...], sedacod iustitiæ (TÁVORA, 1566, p. 14-15). Coniugationis indicem, nec admittat in secunda radicali litera Daghes forte. id est quod sonum densum & crassum efficiat. [...] Habet autem hæc prima coniugatio sub. p ɔ .i. prima radicali litera, ʳ, & sub, ʷ, hain. id est Secūda, ut [...] visitavit, hæc literæ radicales sūt verborū neutrorū, sive ĩntransitorū (TÁVORA, 1566, p. 14-20).

A obra de Roboredo – O dicionário de *Raizes da lingua latina mostrados em um tratado e dicionario*¹ e o tratado *Composiçam, derivação e ortografia das vozes latinas*, que abre este dicionário – comprova a consolidação do conceito da raiz para o início do século XVII. Como Távora, Roboredo escreve das “letras radicais”. No tratado, nas recomendações dirigidas ao aluno, o autor sublinha que as raízes se revelam depois de separá-las de prefixos e flexões e ficam invariáveis na derivação. No dicionário enfatiza as “letras immudaveis” por um caráter tipográfico especial.

fica clara a Investigação do Simple, & Primitivo. & achando o Simple o poderás outra vez compor de muitos modos, & derivar do Primitivo hũa, & muitas palavras diversamente: & [...] poderás descobrir as letras radicais, que se não mudão, como por exêplo se tẽ ocorrer esta voz Occurebatis, tira esta syllaba, Oc, [...]: depois tira Ebatis, ã na Grammatica se ensina que se converte em O, e assi tês Curro, em que são letras immudaveis, CURR- as quaes verás no dictionario maiores (ROBOREDO, 1621, p. 9).

No *Methodo grammatical para todas as linguas*² Roboredo expõe morfemas flexionais portugueses comparadas com os análogos latinos.

¹ Baseado no dicionário de Calepino.

² Considero o *Methodo grammatical para todas as linguas* a primeira gramática universal (KOSSÁRIK 1997; KOSARIK, 2002; KOSARIK, 2003; KOSARIK, 2015; КОСАРИК, 2013a; 2013b) (LEITE, 2011). R. Ponce de Leão acha “el concepto de gramática general o universal básico de la obra de Roboredo (PONCE 1996, p. 222), M Quadros Leite frisa o caráter universalista da obra de Roboredo (LEITE, 2011). Há, no entanto, outras opiniões: segundo M. Lupetti “é forçado atribuir-lhe um racionalismo programático” (LUPETTI, 2015, p. 4).

Exemplo das tres declinações Portuguesas. [...]

Numero Sing.	Nominativo	Alt-o	Alt-a	[...]
--------------	------------	-------	-------	-------

Numero Pl.	Nominativo	Alt-os	Alt-as	[...]
------------	------------	--------	--------	-------

Exemplo das cinco Declinações Latinas.

Numero Sing.	Nominativo	Alt-us	Alt-a	[...]
--------------	------------	--------	-------	-------

	Genitivo	Alt-i	Alt-æ	[...]
--	----------	-------	-------	-------

Numero Pl.	Nominativo	Alt-i	Alt-æ	[...]
------------	------------	-------	-------	-------

	Genitivo	Alt-orum	Alt-arum	
--	----------	----------	----------	--

(ROBOREDO, 1619, p. 2-3).

Tempo presente	Eu	Am-o.	Ego	Am-o.
	Tu	Am-as.	Tu	Am-as.
	Elle	Am-a.	Ille	Am-at.
Plural.	Nos	Am-âmos.	Nos	Am-âmos.
	Vos	Am-âis	Vos	Am-âtis.
	Elles	Am-ão	Illi	Am-ant.

(ROBOREDO, 1619, p. 14).

As gramáticas missionárias apresentam muitos formantes. Anchieta demonstra indicadores de significados gramaticais e meios derivacionais de diminutivos, entre outros. Figueira exhibe formantes de nomes deverbais, apontando diferenças no significado de lexemas com distintos formantes. Notamos a tendência de destacar morfemas derivacionais na gramática de Estêvão: morfemas não sempre estão marcados, mas se desvendam comparando-se os derivados com a palavra derivadora.

Tambem, ï serve de diminutivo, maxime nos nomes, ut xejára, xejarĩ, meu senhorzinho, xembaê, xembaeĩ, minhas cousinhas (ANCHIETA, 1595, p. 54). Estes verbaes saõ commũmente em tres maneiras; huns acabados em Ara, ou Ana: outros acabados em Aba. Os terceiros em yra. Assi como do verbo Ajuca. Iucaçara, o matador. Iucaçaba, o instrumento, ou lugar, ou tempo, ou modo de matar. Yjucapyra, a cousa morta (FIGUEIRA, 1621, 37v). Responde [ao latino] ,qui, quæ, quod [...] connuyecu, i, a, a este acrescentando lhe hũ , i, na ultima syllaba fica tendo o sentido de nullus, a, um [...]. Destes nomes de numerar [...] se formaõ hũs adjectivos, [...] de cinco pera diante acabaõ todos os adjectivos em, auo, ut, panchauo, y, ã, fauo, y, ã, com declaraçaõ que do segundo pera cima se poẽ antes os tais adjectivos a particula yeca, ut Yecuissauca Varusta, no anno Vizessimo primo (ESTÊVÃO, 1640, 19-21).

2. Formação de palavras

O cânone gramatical antigo inclui a formação de palavras na descrição das partes da oração como acidências/acidentes de espécie e figura, distingue a derivação e composição (esta inclui a prefixação), não separa o prefixo e a preposição. Prisciano difere palavra “principalis”, “primitiva”, “derivativa”, “derivada”; figuras “simplex”, “composita” e “decomposita” (KEIL, 1855, p. 57, 177). Além da atitude tradicional, existe a concepção de Varrão das declinações naturais e voluntárias.

2.1. Lugar da formação de palavras na descrição linguística

Na linguística dos XVI e XVII se esboça a tendência de separar as descrições da flexão morfológica e da formação de palavras. Esta inovação antecipa o destacamento da formação de palavras como uma área disciplinar especial.

Oliveira, diferentemente de Sousa, Barros, Távora, Figueira, transforma o cânone: não usa o termo “acidência”, divide nitidamente a exposição da formação de palavras e da morfologia das partes de oração. Segue Varrão na distinção de declinações natural e voluntária. Caracteriza a formação de palavras e a flexão gramatical como declinação. À declinação voluntária atribui a formação de etnônimos, adjetivos denominais, substantivos e adjetivos deverbais, pares derivativos (dupletos gramaticais). Parece considerar algumas formações (advérbios em -mente, “nomes d’alguns officios mecanicos” em -eiro, “como pedreyro, carpenteiro, çapateiro”, alguns nomes deverbais, diminutivos e aumentativos) declinações naturais, mas, depois de vacilações, reconhece a flexão morfológica de artigos, nomes e verbos como declinação natural. Assim, a demarcação entre as declinações voluntária e natural está entre a formação de palavras e a flexão morfológica, embora esta delimitação ainda não seja muito nítida.

Marco Varrão divide as declinações em naturaes e voluntareas: volūtareas são as q̃ cada hũ faz a sua vontade tirãdo hũa voz doutra, como de Portugal portuques e de Frãça frãces, mas de Frandes framengo e de Galiza galego [...]. e tãbẽ dizemos sarnoso e não sarnẽto mas ao contriro chamamos ao cheio d’sarapulhas sarapulẽto e não sarapulhoso. E de pedras dizemos pedregoso, mas d’area areẽto [...]. de baçio dizemos baçia ã diverso genero, e de çepo çepa, e d’çesto çesta, e de baco baca, mas não de mesa meso, nẽ de casa caso, e posto q̃ dizemos bolo

e bola, nem por isso dizemos biscocoito e biscoita, nẽ paço e paça nem livro e livra [...]. e de pescado ou pescar dizemos homẽ pescador, e molher pescadeira, e barca pescaresca [...]. As declinações naturaes são mais sogeitas as regras e leis de cujo mandado se rege esta arte. [...] E assi diz Marco Varrão que a declinação natural e aquella q̃ não obedeçe a vontade particular de cada hũ mas q̃ é conforme ao comũ parecer de todos [...]. Depois q̃ dissemos em comũ o q̃ se nos ofereço nesta declinação natural. Vejamos particularmẽte dos artigos, nomes e verbos, cuja e esta mais propria. (OLIVEIRA, 1536, p. Dv-Dvj).

Expondo a problemática de formação de palavras nas secções “Das dições” e “Da analogia”, Oliveira acentua o seu papel no enriquecimento do dicionário. O gramático indica a correlação entre o nome e a coisa, toca a questão da relação semântica (motivação) entre as palavras primitiva/primária e derivada. A formação de palavras se analisa em conexão com modificações da forma e do conteúdo. O autor vê a base racional na produção de umas palavras de outras: a tendência de reflectir na palavra derivada a ligação das coisas na realidade extralinguística. Deste modo, Oliveira, prognosticando um lugar especial da formação de palavras entre as disciplinas linguísticas, mostra seu elo tanto à lexicologia, como à gramática.

Tiramos ou formamos hũas dições doutras ãa [*para*] abasteçer e fazer copiosa a nossa lĩgua e porq̃ nos não faltẽ vocabulos nas cousas [...]. porq̃ ãas cousas ou são ou pareceẽ chegadas a outras: ou tãbẽ desçendẽtes e espeças dellas assi isso mesmo fazem hũas dições q̃si como espeças p̃tiçipãtes doutras: e ã outras fazemos as formas semelhãtes e chegadas ã voz como tinteiro: pela vezinhẽça e trato que tẽ cõ tinta lhe poserão esse nome e velhiçe de velho porque e sua p̃pria [*própria*] e hõrada ou hõrado de hõrar; tẽ muita parte assi na cousa como na voz e a meu ver não digamos q̃ foy isto defeito de não acharẽ vocabulos: mas e conforme a bõa rezão q̃ aja e se guarde a semelhãça das cousas nas vozes e assi são mais claras e dizẽ melhor seus sinificados porq̃ a diversidade das vozes mostra aver diversidade nas cousas e tãbẽ a semelhãça por cõseguĩte das vozes faz entẽder q̃ as cousas não são deferẽtes (OLIVEIRA, 1536, p. Diiij v).

Roboredo desenvolve a tendência de destacar a formação de palavras como uma área linguística especial que está na junção entre a morfologia e a lexicologia. Separa a descrição da flexão morfológica e a formação de palavras, expondo-as em obras dedicadas a diferentes áreas. Em gramáticas apresenta

categorias das partes da oração, mostrando correspondentes morfemas flexionais portugueses e latinos, sem mencionar espécie e figura (ROBOREDO, 1619; ROBOREDO, 1625). À formação de palavras dedica o tratado *Composiçam, derivação e ortografia das vozes latinas*, provavelmente, a primeira obra na tradição europeia especialmente escrita neste tema (Roboredo, 1621). Incorporando o tratado da formação de palavras no dicionário, realça seu vínculo com a lexicologia. Mas não recusa definitivamente da conexão com a morfologia e no mesmo tratado lembra-se da derivação flexional nominal e verbal, “deixando pois a derivação dos Casos, Pessoas e Tempos, de que se tratta na Grammatica” (ROBOREDO, 1621, p. 8).

A organização do verbete do dicionário reflecte a formação de palavras, o destacamento das raízes ajuda a criar o dicionário baseado na ideia de família de palavras, diferentemente dos dicionários de Cardoso e B. Pereira (CARDOSO, 1570; PEREIRA, 1647). Serve de exemplo a entrada *Facio*: contém formas deste verbo latino, certas notas de carácter gramatical, explicação do significado do lexema latino, seus equivalentes portugueses e espanhóis, informação da compatibilidade do verbo latino com substantivos pertencentes a vários campos semânticos; uma notável parte do verbete está dedicada à derivação e composição do lexema. Roboredo dá uma lista completa de prefixos, e morfemas radicais que participam na formação de palavras novas (ROBOREDO, 1621, 136-137).

2.2 *Derivação e composição*

Sousa define nome primitivo e derivado, indica os tipos deste. A composição entende-se como a possibilidade de dividir a palavra em partes que têm seu próprio significado, só a prefixação se caracteriza como tal. Outros morfemas derivacionais, sufixos, não se reconhecem como partes significantes da palavra.

Primitiva que aliunde non derivatur. ut Rex. Derivativa que aliunde derivatur. ut Regina. Sunt autem derivativorum nominum differentie novem: Possessivum, Denōinativum, Diminutivum, Verbale, Participiale, Adverbiale, Compar[at]ivũ, Superlativũ, Patronimicũ (SOUSA, 1535, p. iij v). Quot sunt figure? Due. Simplex, que non potest dividi in partes significativas eius quod integrum significabat, ut Aptus. Cōposita que potes dividi in partes significativas eius quos integrum signifacabat. ut Ineptus (SOUSA, 1535, p. x v).

As primeiras gramáticas portuguesas também exibem a derivação e composição³. Oliveira difere “dições primeiras” e “tiradas”, “apartadas” e “juntas”⁴. Determina a palavra simples como indivisível. Distancia-se da tradição, como depois outros gramáticos portugueses, e não destaca um grupo específico de palavras formadas de compostas, não distingue classes de compostos dependendo dos câmbios do significado da palavra composta. Os autores da época só partem do critério formal, próximo à compreensão moderna: participação no ato da composição de mais de uma unidades. Oliveira marca vários graus da proximidade semântica de compostos a palavras de que provêm, escreve de mudanças fonéticas no processo da composição.

As dições tiradas a q̃ os latinos chamão dirivadas são cujos naçimētos vem doutras algũas dições dõde estas são tiradas, como tinteiro, velhiçe, hõrada (OLIVEIRA, 1536, p. Diiij). As dições apartadas a que os latinos chamão simprezes ou singelas são aq̃llas cujas partes não podẽ ser dições inteiras, mas dividẽse somēte em syllabas e letras. [...] As dições juntas as vezes guardão a mesma sinificação q̃ tinhão as suas apartadas, e as vezes tomão outra quasi semelhãte, e outras vezes muito diferēte; guardão a mesma sinificação como torvar e estorvar; tomão outra quasi semelhãte como guardar e resguardar, chegar e achar; são de todo diferētes como podar e apodar, pedir e empedir; e nam so diferentes, mas tãbem cõtrairas como fazer e desfazer, ãdar e desãdar [...]. As dições juntas as vezes se ajuntão de duas partes e as vezes de mais: de duas pella mayor parte, como empedir, encolher, d’mais como desempedir, desencolher e as mais não serão mais q̃ tres como são des. e .em. e pedir ou colher. As partes destes ajuntamētos ou todas guardão guardão a forma q̃ tinhão dantes ou não todas as guardão ou nenhũa dellas, todas como empedir, desempedir, não todas como aquelloutro, onde a premeira parte perde hũa letra .e. do cabo, e nenũa dellas fica enteira, como nelhures q̃ parece ser composto de composto de nenhũ e mais lugar , e algures outro tãto (OLIVEIRA, 1536, p, Cvij v-Cvijj v).

Barros, escrevendo da espécie, parece tocar a questão da denominação primária. A palavra simples compreende-se como indivisível em partes que significam, ao contrário da palavra composta (BARROS, 1540, p. 9, 20). O

³ São muito importantes as observações de Coseriu sobre o significado das ideias de Oliveira neste âmbito (COSERIU, 2000, p. 47-50).

⁴ Partindo da apologia, usa seus próprios termos, explicando-os por latinos (KOSSÁRIK, 2003, p. 101).

gramático indica a que partes da oração pertencem as palavras das quais é formada a composta, o número de palavras que podem participar na composição, exemplifica composições de dois nomes, verbo e nome, dois verbos, verbo e advérbio, nome e preposição.

Tem o nome outro aqidente a que os Grammaticos chamam especia, aqual e hũa divisam per que apartamos o nome dirivádo do primitivo, ou primeiro gerádo. Primitivo nome chamamos, aquelle que foy primeiro, sem haver hy outro donde nacesse ou se derivasse, assy como Cidade, Corte, Casa (BARROS, 1540, p. 7). Nome simples e aquelle, as pártes do quál estremádas hũa da outra nam sinificam cousa algũa [...]. Nome cõposto tem o cõtrario deste, porque partido e duas pártes, sempre per hũa dellas entendemos cousa algũa [...]. Nós fazemos a nósssa cõ posiçám de dũas: e cõpondo hũ nome cõ outro dizemos redefõle de rede e fõle, arquibânco de árca e bânco. Compoêdo verbo e nome dizemos: torçicólo de torçer de cólo, Compoêdo hum verbo cõ outro dizemos: mordefuge de morder e fugir. Compoêdo verbo cõ averbio dizemos puxavãte de puxár e avante, Compoendo nome cõ preposiçã, dizemos tráspe de trás e pe (BARROS, 1540, p. 9).

Roboredo difere palavra simples e composta como indivisível em partes que significam e divisível em palavras. Vê a semelhança entre a derivação e a composição na possibilidade de revelar raízes (demonstra ao aluno procedimentos necessários para destacá-las) e formar palavras novas, enriquecendo o vocabulário; de uma palavra podem formar-se vários derivados. Assinala a ligação e diferenças semânticas entre palavras primitivas e derivadas, indica modificações morfológicas.

A composição das palavras, que os Grammaticos chamão figura, he uma união de duas, ou mais palavras, das quaes se compõi hũa. Antes da união se chama palavra simple, depois da união, Composta. Simple he aquella cujas partes divididas nenhũa cousa significão: como Eo, Pleo, Sero. Composta he aquella, cujas partes apartadas significão: como Transeo, Impleo, Dissero. Esta composição se faz, acrescentando ao principio da palavra ou hũa particula, como em Transeo, &c. ou duas, como em Pertranseo [...]. Faz se tambem Composição de duas palavras incorruttas: como Contradico, ou de duas corruttas: como Causidicus: ou de hũa corrutta e outra inteira: como Magnanimus [...]. A Derivação, q̃ os Grammaticos chamão Specie, he huã conveniente dedução de hũa, ou muitas vozes, que se dizem derivadas de hũa, q̃ se diz primitiva: assi como de hũa fonte

se derivão muitos rios: como por exemplo, desta voz primitiva, Erro, se derivão Error, Erratum, Erraticus, Errabundus, Errones. [...] entre a palavra Derivada, & Composta ha esta differença, que a Composta tem o diverso principio e o mesmo fim; pelo contrário a Derivada tem o mesmo principio e o diverso fim: como de Erro simple se faz, obverro composto; e do mesmo primitivo se faz Erratu derivado. [...] Achão-se corruttas no principio, e fim Auceps, Princeps, Miniceps, Particeps de Capiro. & porq̃ a mesma doutrina serve para os contrarios, ensinada a Composição, & Derivação fica clara a Investigaçõ do Simple, & Primitivo. & achando o Simple o poderás outra vez compor de muitos modos, & derivar do Primitivo hũa, & muitas palavras diversamente: & [...] poderás descobrir as letras radicais, que se não mudão, como por exêplo se te ocorrer esta voz Occurrebatis, tira esta syllaba, Oc, [...]: depois tira Ebatis, q̃ na Grammatica se ensina que se converte em O, e assi tês Curro, em que são letras immudaveis, Curr- as quaes verás nos dictionarios maiores. Donde alem da origem simple, & primitiva colherás [...] a propria significação das dependentes [...]. Per esta escada pois subindo, & descendo [...] adquirirás muito brevemente muito grande copia de palavras (ROBOREDO, 1621, p. 7-9). O Derivado contem a terminação, e significação algum tanto diversa do seu primitivo (ROBOREDO, 1621, p. 22]. Os derivados acabados em Arius, assinalão o que pertence aa significação do primitivo, ou do officio daquela materia, da qual se deriva (ROBOREDO, 1621, p. 24).

Estêvão exhibe conversão (derivação imprópria) e reduplicação sem definir termos. Descreve a formação não sufixal de advérbios deadjectivais e denominais. Marca a existência de vários modelos de formação de palavras (word formation models) dependendo do uso da palavra na função de substantivo ou adjectivo. Menciona a derivação de nomes denominais e deverbais, pronomes indefinidos “do adjectivo yecu” (um), descreve a reduplicação de diminutivos. Mostra a derivação de numerais, partitivos, adjectivos deverbais, etc. (ESTÊVÃO, 1640, 20-21, 38v-39, 81v, 82v).

De muytos dos nomes adjectivos, & substantivos desta lingua se formaõ adverbios, os quaes de ordinario se formaõ da terminaçaõ neutra [*aqui base primitiva*] como de amantu, ti, ta se forma o adverbio amanta, de auachitu, i, a, couza de improvizo, se forma auachita de improvizo [...], & sic de cæteris (ESTÊVÃO, 1640, p. 82). Sakhi, & gouai quando se tomaõ pellas testemunhas saõ indisciplinaveis, mas quando se tomaõ pello testemunho vaõ entãõ gouai por chouai, ie, & fakhi por bori, bory. [...] destes se formaõ hũs adjectivos, como de nhaĩ, nhaincho, y,

e, ounhaitulo, y, ã, couza do Rio, ou de dentro do Rio. [...] Por sunnẽ vaõ todos os nomes originados de verbos (ESTÊVÃO, 1640, p. 12-13v). Do adjectivo yecu, i, a, nascẽ os adjectivos Kei yecu, i, a, q̃ quer dizer algũa couza, em algũ; nascẽ tambẽ yeyecu, yeyequi, yeyeca, cada hũ por sy, tambẽ nasce yecalõ, i, ã, que quer dizer couza so, ou por sy so, tambẽ nasce, anniyeecu, i, a, que quer dizer outro, ou outrem (ESTÊVÃO, 1640, p. 19). Ha nesta lingua deminutivos que se fazẽ de algũs adjectivos aos quaes redobrando as primeiras duas syllabas ficaõ diminutivos, ut dhakulo, y, ã, quer dizer couza piquena, & dhakhu dhakhulo, y, ã, quer dizer couza pequenina, tanulo, y, ã, quer dizer couza tenra de crianças, Tanutanulo, y, ã, quer dizer couza muito tenrinha, idulo, y, ã, couza pequenina, iduidulo, y, ã, quer dizer couza muyto pequenina, et sic de cæteris nos quais puder vir esta conjunção (ESTÊVÃO, 1640, p. 81v).

2.3. *Distinção de prefixo e preposição*

Segundo o cânone, a prefixação qualifica-se como composição, mas na linguística renascentista se esboça a distinção de prefixo e preposição. Sousa, apresentando a prefixação na secção de construções, nota “preposições” só usadas na palavra composta.

Figure [verbi] quot sunt? Due, Simplex, ut Lego. Composita ut Inteligo (SOUSA, 1535, p. xxv). De compositione verborum cum prepositionibus. Prepositiones cum veniunt in compositione cum verbis (SOUSA, 1535, p. xliij). Prepositione semper composite. Sunt que non inveniuntur extra compositionem. Di, Dis, Re [...]. Diduco, Dissipo, Refero (SOUSA, 1535, p. lxxxviiij).

Oliveira escreve de especificidades e funções de prefixos diferentes de preposições⁵. Porém a falta da demarcação terminológica do prefixo, denomi-

⁵ A ideia têm paralelos na gramática modista de Tomás de Erfurt: “Praepositio autem dupliciter componitur cum partibus: uno modo separaliliter, ita quod praeter compositionem potest dictionibus adiungi, et a dictionibus separari et sub proprio modo stare. Alio modo inseparabiliter; et sic non meretur dici Praepositio, nisi valde improprie, propter quamdam similitudinem, quam habet cum Praepositione in compositione complet, aut mutat, aut minuit, sic etiam istae, ut distraho, reprobó, regredior, et huius modi. Et ultimo est notandum, quod Praepositiones in compositione non sunt verae Praepositiones, quia per se nihil significant cum non sint per se dictiones, nec etiam per se modum significanti habent; sed adduntur aliis dictionibus” (Scotus, 1902, p. 138-139). (*A gramática de Tomás de Erfurt, durante muito tempo atribuída a João Duns Escoto, foi acessível à autora do artigo nesta edição. M.K.*)

nações “preposição”, “parte” (Oliveira), “dicção” (BARROS, 1540, p. 9, 20) revela que a formação da noção de prefixo como afixo derivacional ainda não está acabado.

Alghũas partes ou vozes temos na nossa lingua, a q̃es são partes por si, mas não sinificão cousa alghũa e por tãto não lhe chamaremos partes da oração ou da lingua como são o nome e verbo [...]; mas todavia fazẽ ajũtamẽto ou composição porq̃ de seu naçimento ellas são apartadas; mas tẽ por offiçio servir sempre em ajũtamẽto e nũca as achamos fora delle, e são estas as partes .re. es. e des. As q̃es se ajuntão assi .revender. estorvar. desconçertar. E porẽ em que não sinifiquem apartadas por si, fazem sinificar as dições com q̃ se ajũtão mais ou menos ou ã contraio (OLIVEIRA, 1536, p. Cvij v).

A posição de Roboredo nesta questão é tradicional: inclui a prefixação na composição (Roboredo, 1621, p. 7-8). No *Methodo grammatical para todas as linguas*, onde praticamente não toca a problemática da formação de palavra, de jeito nenhum distingue preposição e prefixo: “Preposição he palavra, que carece de Numeros, & rege Casos, a que se antepõĩ; e faz composição com outra palavra” (Roboredo, 1619, p. 68).

Só o tratado de Ferreira de Vera, que à primeira vista segue a concepção tradicional, mostra o início de enraizar-se a recusa de entender a prefixação como composição. Nomeando preposições “colhidas do latim”, o autor inclui prefixos nesta lista, mas escrevendo do prefixo românico e dos verbos formados com ele, afirma que não podem considerar-se compostos. A modificação da terminologia, o uso do termo “preposição compositiva”, comprova a tendência de diferenciar prefixo e preposição.

R [...] se pronuncia quase como dobrado [...] se a dicção, que começava em r, se compós com algũa das preposições, pre, ou pro: como prerogativa, prerogar (VERA. 1631, p. 16v). Fazem composição as preposições, ou particulas seguintes, que temos colhidas da lingua Latina [...]. As preposições são estas: A, Ab, Ad, An, Con, De, Des, Dis, En, Ex, In, Inter, Ob, Per, Pro, Pos, Re, Se, Sub, Trans, Sobre [...]. aquelle, A, he propriamente nosso, com que formamos os verbos, que o querem: como quando dizemos, de manso, amansar, de pedra, apedrejar; de noite anoitecer; de cabo, acabar, de proveito, aproveitar: de puro apurar [...]. Os quaes são simpleses, & não compostos [...]. Outras [letras] dobrão per composição [...]. O que se faz mudandose a derradeira letra da preposição compositiva em outra

tal, como a primeira do verbo, ou nome composto: como irracional, corromper, agravar, appetite, &c. (VERA, 1631, p. 29-29v).

A análise ajuda caracterizar a época estudada como etapa de estruturação do importante conceito linguístico – significado. 1. Significado lexical, o único ao qual se aplica desde a antiguidade clássica o termo “significado”, é por isso que a palavra se considera indivisível em partes que significam. 2. Significado gramatical, relacionado com o destacamento de morfemas flexionais, elaborado empiricamente no processo da descrição da língua, ainda não tem termo especial. 3. Significado derivacional está a engendrar-se, reflete-se na ideia de funções iguais de afixos na formação de palavras e novas interpretações da derivação e composição.

2.4. Modelos e regras da formação de palavras

Oliveira marca que palavras diferem na faculdade de servir como base da derivação, na usualidade, na proximidade de derivados a formas derivantes. Também escreve da diversidade de modos de formar palavras semanticamente similares; nota diversa compatibilidade de morfemas derivacionais com bases; realça diferenças semânticas de palavras formadas da mesma base com distintos afixos. O gramático revela dissemelhanças na produção de nomes sufixais de género feminino e masculino, de nomes que designam pessoa ou não-pessoa, expõe vários modelos de formar nomes deverbais. Toca a questão de família de palavras.

hũas [vozes] não formão d’si nada, e outras se podẽ multiplicar; e alghũas pareçẽ a suas primitivas ou pmeiras dõde deçẽdẽ e outras não e outras muito e muitas menos. e alghũas formações tẽ melhor sã ou musica q̃ outras e são mais usadas [...]. d’Arabia arabigo, mas de Persia persio e de Asia asião e da India indio, e tãbẽ [...] de pedras dizemos pedregoso, mas d’area areõto [...]. os nomes verbaes assi tãbẽ são diferentes, porq̃ de ler dizemos lição e de orar oração, mas de amar e honrrar dizem amor e hõrra [...] e não somẽte os tirados de diversas partes são diferẽtes mas tãbẽ vindos dhũa mesma parte como de capitão dizem molher capitoa e não capitaina, e de pescado ou pescar dizemos homẽ pescador e molher pescadeira, barca pescaresca (OLIVEIRA, 1536, p. Dv v-Dvj). tẽ principio as dições em os generos como livro dõde se tirão livreiro e livraria, e como porta donde porteiro e portaria (OLIVEIRA, 1536, p. Dv v).

Barros aprecia a produtividade dum modelo de formação (substantivação do infinito típica do português), dá exemplos da formação de verbos “aumentativos”.

Podemos também dizer serem nomes verbais todos os infinitivos do presente tempo, pois lhe seu artigo com que fica nome. E por este modo, soprimos muitos nomes, que desfalecem em nossa linguagem e a latina tem (BARROS, 1540, p. 8). Aumentativos são aqueles que significam aumento e continuo acrescentamento daquilo que os seus primitivos significam: como de branquejar embranquecer, de negrejar enegrecer, de verdejar enverdecer, de doer adoecer, e de trener estremeçar (BARROS, 1540, p. 19).

Nunes de Leão, para comprovar a riqueza da língua materna, exhibe amplas listas de lexemas pertencentes a uma família de palavras (até 19 palavras da mesma raiz).

de ferro, ferreiro, ferraria, ferrar, ferrador, ferradura, ferramêta, ferragem, ferrencho, ferrolho, ferrão, ferrugem, afferrolhar, ferropea (LEÃO, 1576, p. 39). a lingua Portuguesa [...] he mais larga & copiosa [do que a latina], formando de hum vocabulo muitos [...]. De terra. Terreiro, terrestre, terreno, enterrar, desenterrar, soterrar, terrado, terreo, terreal, terremoto, soterraneo, desterrar, desterrado, conterraneo, terrantes, terrão, enterreirar, terradego, territorio (LEÃO, 1606, p. 122-123).

Roboredo baseia seu dicionário latino na ideia da família de palavras e mostra aos alunos exemplos de modelos (Roboredo, 1621), como já foi dito.

Os missionários também atendem ao tema. Figueira, descrevendo a formação de nomes deverbais em tupi, indica o verbo derivante, formantes e significados de palavras derivadas. Uma seção especial da obra expõe fenômenos fonossintáticos no processo da formação de nomes deverbais em correspondência com os finais das bases verbais.

Estes verbaes são commumente em tres maneiras; huns acabados em Ara, ou Ana: outros acabados em Aba. Os terceiros em yra. Assi como do verbo Ajucá. Iucaçara, o matador. Iucaçaba, o instrumento, ou lugar, ou tempo, ou modo de matar. Ijucapyra, a cousa morta (FIGUEIRA, 1621, p. 37). A formação destes verbaes ensinará melhor o uso, mas com algũas regras se dará noticia della. For-

maõse todos da terceira pessoa do presente do Indicativo. Primeira regra. Todos os verbos acabados nas letras seguintes, A, e, i, o, u, ã, ê, ï, õ, ù, ão diphthongo, formaõ seus verbaes, acrescentando â 3. pessoa do presente as dições Çara, çaba: ut Iucà, Iucaçàra, Iucaçaba. Exceiçaõ. Tiraõse algũs acabados nas letras E, i, o, u, ut Aimoing-é, moing-eara, moing-eába. [...] Segunda regra. Todos os verbos acabados na letra N, & nos diphthongos com til, ãi, ãj, õi, õi, formaõ os verbaes em Dara, Daba (FIGUEIRA, 1621,p. 63v-64).

Estêvão enfatiza a relação semântica de derivante e derivado, explicita o intento de evidenciar modelos de formação de palavras e mostra alguns, toca o tema da produtividade de modelos que não encerram todas as palavras.

Ha hũ modo de adjectivos de que uzaõ nos numeros quebrados. Por hũ & mejo, dizê deddu, i, a, [...], por dous & mejo dizem addaicha, y, ã [...] & assy vay correndo pera tudo quanto deste theor na oraçaõ se offereçe [...] Destes nomes de numerar do segundo pera cima se formaõ hũs adjectivos, que formaõ a lingoagê de segundo & de terceiro, &c., ut de doni sê forma, dussaro, y, ê, de tini, tissaro, y, ê [...], & de cinco pera diante acabaõ todos os adjectivos em, auo, ut panchauo, y, ê, fauo, y, ê com declaraçaõ que do segundo pera cima se poê antes os tais adjectivos a particula, yeca, ut Yecauissaua Varusta, no anno Vizessimo primo [...], & assy mesmo vaõ correndo de dez, em dez ate Cento, mil, & os mais numeros que quizerê, & dobrando a primeira syllaba de cada qual dos tais adjectivos fica formando a lingoagê de cada dez, [...] vinte, &c. ut dhadhauea Varussa, em cada dez annos, & assy dos mais (ESTÊVÃO, 1640, p. 20-21). et sic de cæteris, em ã as tais particulas podê governar que o uzo insinara por que nê em todos os nomes podê ellas vir (ESTÊVÃO, 1640, p. 80v). de muitos destes ablativos se formaõ, & nascê nomes adjectivos, ã tê a mesma significaçã ã elles, ut de gharĩ vê gharincho, y, ê, couza de caza (ESTÊVÃO, 1640, p. 17-17v).

3. Aplicação das ideias de norma ao léxico

Os monumentos portugueses elucidam o processo de separar aspectos gramaticais e léxico-semânticos da palavra na linguística renascentista. A classificação de Prisciano inclui dois tipos de classes de nomes: léxico-gramaticais e léxico-semânticas.

Aliae fere omnes species in nominibus inveniuntur appellativis, sunt autem hae: adjectivum, ad aliquid dictum, gentile, patrium, interrogativum, infinitum, relativum vel demonstrativum vel similitudinis, collectivum, dividuum, facticum, generale, speciale, ordinale, numerale, absolutum, temporale, licale. hae species commune sunt et principalium [id est primae positionis] nomen et derivatorum. propriae autem derivatorum sunt hae: patronymicum, possessivum, comparativum, superlativum, diminutivum, denominativum, in quo intellegimus cum multis aliis etiam comprehensivum (de quibus in loco dicemus), verbale, participale, adverbiale (KEIL, 1855, p. 59-60).

Os gramáticos portugueses, pelo contrário, quase não tocam o tema de classes léxico-semânticas. Oliveira alude-as a única vez, explanando diferenças em designações de ofícios e oficinas. Barros só escreve de nomes gentílicos. Sousa menciona patrnimos e escreve especialmente de verbos incoativos, meditativos, desiderativos, frequentativos, meditativos só indicando a regência: Genitivo com “verba estimandi e verba accusandi”, Dativo com “verba acquisitiva”, “imperandi et nunciandi, obsequij & repugnantie”, etc. (SOUSA, 1535, p. lxxij-lxxiiij v). Vemos o mesmo na gramática de Álvares (ÁLVARES, 1572). Anchieta e Figueira mencionam classes léxico-semânticas de nomes só no caso de terem algumas particularidades formais ou funcionais.

Em nomes de hervas, frutas, animaes, materiaes, começados por t, não se muda o t em r [...]. Em nomes de animaes não se soe pôr antes o adjectivo, ou genitivo, ut tapiíra, vacca, não se diz xetapiíra, minha vacca, senão xereimbábatapiíra [...]. Os começados por t, que significão partes do corpo ou cousa tocante a homem, quando são absolutos, se entendem cõmmummente de homens, ut tetê, absolute quer dizer corpo humano [...]. O mesmo é nos de parentesco, ut tamuya, absolute, avo de homens (ANCHIETA, 1595, p. 14v-15). Ajuntaõse a estes todos os nomes de animaes, de frutas: de ervas, de materias: os quaes todos quando se começam por T, ou não, mudão, & tomaõ i, por relativo. ut Tapijra, a Anta: Tagoã, o barro vermelho: Taiaóba, a cove (FIGUEIRA, 1621, p. 41v).

Os monumentos filológicos portugueses evidenciam o aparecimento de novas atitudes à classificação do léxico. Oliveira na primeira experiência da codificação do vernáculo, de acordo com os objetivos da obra (normalização, seleção das variantes exemplares em vários níveis do sistema linguístico) expõe a problemática lexicológica muito vasta, ultrapassando os limites da gramática

propriamente dita. Presta atenção às questões fonéticas da palavra, a sua formação, caracteriza o vocabulário das posições de câmbios históricos, usualidade, semântica lexical, motivação. Classifica o léxico, determina e exemplifica as classes destacadas.

Oliveira indica as mais importantes fontes do léxico português. Considera “nossas dições” a base do vocabulário primordial: palavras originárias latinas e empréstimos antigos, arraigados em português e adotadas pelo sistema.

nossas dições são aquellas que naçerão ãtre nos ou são ja tam antigas que não sabemos se vierão de fora [...]. E não so latinos mas gregos, arabigos, castelhanos, françeses e toda qnta outra immundiça poderem ajuntar [...] os qes como nossos os avemos de tratar e pronunçiar e cõformar ao som da nossa melodia e ao sentido de nossas orelhas (OLIVEIRA, 1536, p. Ciiij-Cv).

Explica empréstimos (“dições alheias”) pela chegada de novos objetos e hábitos.

As dições alheas são aqllas q doutras linguas trazem’ a nossa por algũa neçessidad’ d’ costume trato arte, ou cousa algũa novamente trazida a terra: o costume novo traz a terra novos vocabulos (OLIVEIRA, 1536, p. Cv).

Aponta a existência de internacionalismos (“dições comuns”).

Dições comũs chamamos aqllas que em muitas linguas servem igualmente e o tempo em que se mudarão dhũa lingua para outra fica tão lõge de nos que não podemos façilmente saber de qual para qual lingua se mudarão [Oliveira 1536: Cvjr].

Atentando-se em neologismos (“dições novas”), Oliveira toca a problemática da designação. Acha que palavras não se criam completamente de novo, que nomeações têm certas bases. Vê meios de criar novas palavras em onomatopeias e na derivação. Explica a criação de derivados pela necessidade de sinalar a semelhança de coisas.

As dições novas são aquellas q novamente ou de todo fingimos ou em parte achamos [...]: de todo chamo quãdo não olhamos a nenhũm respeito se não ao que nos ensina a natureza p̃ o que teveram liçença os premeiros homẽs quando

nomearão. [...] nos jagora ã fazer vocabolos de todo [...] não temos mui franca liçença [...]. Achar dições novas em parte he quãdo para fazer a voz nova [...] nos fundamos em algũa cousa como em bombardas que e cousa nova e tem vocabolo novo o qual vocabolo chamarão assim por amor do som que ela lança que he quase semelhante a este nome bombardas [...] e daqui também tiramos estoutro isso mesmo novo esbombardear (Oliveira, 1536, p. Dj v-Dij v). As dições ã chamamos primeiras chamão os latinos primitivos, estas são cujo naçimẽto não proçede doutra parte mais ã da vôtade livre daçlle que as primeiro pos [...]. As dições tiradas a ã os latinos chamão derivadas são cujos naçimẽtos vem doutras algũas dições dõde estas são tiradas, como tinteiro, velhiçe, hõrada (OLIVEIRA, 1536, p. Diiij v). As dições apartadas a que os latinos chamão simprezes ou singelas são aqllas cujas partes não podẽ ser dições inteiras, mas dividẽse somẽte em syllabas e letras (OLIVEIRA, 1536, Cvij v). As dições juntas as vezes guardão a mesma sinificação ã tinhão as suas apartadas, e as vezes tomão outra quasi semelhãte, e outras vezes muito diferẽte; guardão a mesma sinificação como torvar e estorvar; tomão outra quasi semelhãte como guardar e resguardar, chegar e achegar; são de todo diferẽtes como podar e apodar, pedir e empedir; e nam so diferentes, mas tãbem cõtrairas como fazer e desfazer, ãdar e desãdar (OLIVEIRA, 1536, Cviiij).

A concepção da norma, elaborada por Oliveira⁶, de suas bases territorial, social e funcional, determina a atitude do gramático a arcaísmos e neologismos. Avalia negativamente “dições velhas”, características de dialetos arcaizantes do Norte.

As dições velhas são as que forão usadas , mas agora são esqçidas [...] as orelhas nã consintem a musica e vozes fora de seu tempo e costume [...]. O uso destas dições antigas diz Quintiliano traz e da muita graça ao falar qndo he temperado e em seus lugares e tempos: a limitação ou regra sera esta pella maior parte que das dições velhas tomemos as mais novas e ã são mais vezinhas de nosso tempo [...] muitas vezes algũas ã ha pouco são passadas são ja agora muito avorrecidas [...] se [...] as meteremos em ão dhũ homẽ velho da beyra ou aldeão não lhe pa-reçerão mal, mas também não sejão muitas [...] se essas dições antigas [...] forem

⁶ Esta concepção, à qual estão dedicados vários estudos (BUESCU, 1984; Coseriu 2000; LEITE, 2011, entre outros, bem como os da autora deste artigo: КОСАРИК, 1995; КОССАРИК, 1990; 2002, p. 22-23; КОССÁРИК, 2003, p. 105-112; КОСАРИК, 2013, p. 95-121), aqui não é o alvo da análise especial.

sobejas faram muito grande disonância nas orelhas de nossos tẽpos e homens (OLIVEIRA, 1536, p. Cvijj v-Dj v).

Oliveira refuta o uso de neologismos sem indícios de seu caráter neológico. Explica a passagem do neologismo ao léxico comum pela crescente usualidade da palavra, enquanto o decréscimo do uso sinaliza desgaste do vocábulo (OLIVEIRA, 1536, p. D-Di v). As “dições usadas” são, segundo Oliveira, o sustentáculo do léxico.

logo desque bem forem fingidos ou achadis os vicabulos o uso deles se fara com muitos resguardos [...], o premeyro ã desses vocabulos novos tomemos os mais velhos [...]. E outro resguardo seja que com serem mais velhos sejam sejam tambem mais usados e ameadados, e o uso delles seja aprovado por aquelles ã mais sabem; estoutro resguardo no uso das vozes novas ã sempre as salvaremos cõ alghũ sinal d’estes [...] como dizẽ, porã assi diga [...]. As dições usadas são estas ã nos servem a cada porta (como dizẽ) estas digo ã todos falão e entende as quaes são proprias do nosso tẽpo e terra: e quẽ não usa dellas e desentoadado fora do tom e musica dos nossos homens dagora (OLIVEIRA, 1536, p. Dij v).

O traço de boa fala é o primordial uso de palavras no significado principal (“dições proprias”); empregam-se no significado trasladado só em casos especiais.

Dições proprias chamamos aq̃llas ã servẽ na sua primeira e prinçipal sinificação [...] tẽ a prinçipal p̃te de bõa e clara linguagẽ [...]. As dições mudadas a ã os latinos chamão trasladadas são as ã por neçessidade ou melhoria d’sinificação ou voz estão fora de seu proprio sinificado e ou estão ã lugar doutra dição ã não era tã bõa p̃a nossos intẽto, ou estão õde não avia dição propria (OLIVEIRA, 1536, p. Dijj).

Como vemos, Oliveira assenta a classificação do léxico nas ideias da norma conforme aos fins de sua obra – apologia e codificação da língua materna. Um dos objetivos principais da fixação da norma, inclusive a norma lexical, é a seleção de variantes “corretas”, modelares. Atendendo a este aspecto, Oliveira, além de reflectir a subsistência da variação na língua do século XVI, demonstra diferenças do grau da imperatividade da norma em vários níveis do sistema linguístico. As regras que fixam a fonética e ortografia na maioria

dos casos estão formulados como a rigorosa fixação do fenómeno sem admitir oscilações. As regras relacionadas com a formação de palavras e a morfologia já parecem menos rígidas. E nos capítulos dedicados ao léxico achamos recomendações gerais em vez de regras. Assim, dando exemplos de “dições velhas” e por isso censuradas, em uns casos o gramático julga possível o uso de arcaísmos (OLIVEIRA, 1536, D-Dij v). Aliás, é nesta classe lexical que se realiza maiormente a seleção de variantes. Provavelmente, na primeira etapa da codificação a separação do léxico anacrónico, em desuso, amiúde dialectal, tenha uma especial importância.

A atenção à variabilidade não só se revela na classificação do léxico. O gramático admite a existência de diversos jeitos de exprimir significados derivacionais (“etnia”, “pessoa de certa profissão”, “oficina”), mas rejeita a variação de modelos ao nível de lexemas concretos, aceita só uma versão de cada designação.

d’Grecia ã fez grego mas de Gocia, nome não mui diferẽte destoutro Grecia, fizemos godo e não gogo como grego, e d’Arabia arabigo, mas de Persia persio e de Asia asião e da Índia índio, e tâbẽ dizemos sarnoso e não sarnẽto, mas ao contrairo chamamos ao cheo d’sarapulhas sarapulhẽto e não sarapulhoso e de pedras dizemos pedregoso, mas d’area areẽto, e de po nẽ poento nẽ pooso, mas ã outra figura e sinificação ãpoado [...]. alghũas espeças de dições tiradas, como são os nomes dalghũs offiços mecanicos [...] pella maior parte acabão nesta terminação .eiro. como pedreiro, carpinteiro, çapateiro e [...] das offiças ou lugares desses offiços cujos nomes acabarão em .ria. [...] como ourivezaria, çapataria, carpintaria (OLIVEIRA, 1536, p. Dv v-Dvj v).

Oliveira atenta à variação social e territorial do léxico.

os cavaleiros ã tẽ hũs vocabulos: e os lavradores outros: e os cortesãos outros: e os religiosos outros: e os mecanicos outros, e os mercadores outros: ou tâbẽ se faz ã terras esta particularidade porã os da beira tem hũas falas e os Dalentejo outras: e os homens da estremadura são diferentes dos dantre douro e minho: porã assi como os tẽpos assi tâbẽ as terras crião diversas cõdições: e cõçeitos: e o velho como tẽ o entender mais firme cõ o ã mais sabe tâbẽ suas falas são de peso e as do manço mays leves (OLIVEIRA, 1536, p. Dij v). se estas e quaesquer outras semelhantes as meteremos em mão dhũ homẽ velho da beyra ou aldeão não lhe parecerão mal (OLIVEIRA, 1536, p. Dj v).

4. Engendração do historicismo no âmbito da lexicologia

A apresentação na primeira gramática portuguesa de neologismos e arcaísmos, do conservadorismo dos dialetos do Norte, de formas antiquadas que demonstram a variação sinaliza a compreensão já formada do historicismo, da mutabilidade da língua. Dão impulso ao desenvolvimento destas ideias a apologia da língua materna que fomenta o estudo da correlação entre o latim e o vernáculo, coloca a tarefa de sua ilustração e da descrição gramatical, um dos objetivos da qual é a escolha de variantes normais. Estas são as posições das quais Oliveira toca o tema de câmbios históricos no léxico. Categoriza arcaísmos conforme o grau do envelhecimento: palavras 1. já incompreensíveis; 2. que permanecem em dialetos e linguagem popular rural; 3. em desuso, mas que ainda podem empregar-se na fala normal. Liga o desgaste do léxico com o desaparecimento de coisas e explica a divulgação de novas palavras, por emprestarem-se coisas novas que vêm junto com seus nomes. Escreve de modificações semânticas, considerando a formação de um significado metafórico uma etapa da história do lexema. Oliveira explicita a recusa de etimologias no estilo “platónico”.

ora poys se como adevinhando dixeramos que homẽ se chama porç e o meyo de todas as cousas ou porç esta no meio do mal e do bem, e se dixeremos ç molher se chama porç e molhe e velho porque vio muito [...] e tẽpo porque tẽpera as cousas [...]. E passaro porque passa voando [...] e assi comestas podemos tambem cuydar outras dozentas patranhas, as quaes semp̃ são sobejas e muytas vezes falsas e pouco recebidas antre homẽs sabedores ç do pouco ç com muyto lendo e trabalhando aquerirão se prezão e não de imaginações aldeãs sem juyzo (OLIVEIRA, 1536, p. Ciiij v-Cv).

Outros autores seiscentistas também aludem mutações lexicais (bem como fonéticas e morfológicas). Barros, apesar de não expor a problemática lexicológica tão detalhadamente como Oliveira, escreve de “algũas palávras que achamos per escrituras antigas, as quães o tempo leixou esquecer” (BARROS, 1540, p. 56). Magalhães de Gândavo relaciona mudanças no léxico com a necessidade de novas nomeações.

Mas como a gẽte pelo tẽpo adiãte fosse ã crecimẽto, & os homẽs tevesse necessidade de exercitarẽ esta lingua ã varios negocios, cada vez a forão mais appurando

descobrimo nella outros vocabulos que ainda que não são latinos como estes antigos que atras deixamos, todavia soam melhor aos ouvidos da gente polida, & são mais proprios & accomodados pera significarem aquillo que queremos, que outros, que haja em nenhũa lingua (GÂNDAVO, 1574, p. C8-C8v).

Nos séculos XVI e XVII a ideia de câmbios linguísticos começa a compreender-se como característica universal de qualquer língua, inclusive o latim, culminando na obra de Severim de Faria (KOSSARIK, 2015, p. 190-192). Um dos aspectos que interessa este autor é a distinção do léxico românico e latino. Caracteriza como portuguesas palavras ausentes no latim, mas derivadas das bases latinas e parece que não considera latinas as palavras, cuja semântica difere dos significados dos étimos latinos.

Dos verbos seja exêplo esta acção, de reduzir hũ livro a menor leitura, ã dizemos por sete verbos, ã são: *Abreviar, Recopilar, Resumir, Epilogar, Epitomar, Cõpêdiar, & Encurtar*. E os Latinos tẽ sô: *Abbreviare*, & o mais dizẽ por frases. E nẽ por estes nossos verbos serẽ dirivados de nomes Latinos, se pôdẽ chamar tambẽ Latinos, pois os Latinos não averbãrão estes nomes, & os Portugueses sim. Dos nomes seja demonstração o nome *Adagio*, ã he o mesmo ã, *Proverbio, Rifaõ, Exêplo, Sêtêça, Ditado, & Anexim*. Dos quaes vocabulos os Latinos não tẽ neste sêtido mais de dous, ou tres (FARIA, 1624, p. 73v-74).

As obras de Nunes de Leão, que apresentam vários aspectos da história do português, marcam uma importante etapa do desenvolvimento da ideia de câmbios linguísticos: a consolidação da atitude histórica à língua e a engendração da etimologia científica.

Já na *Ortografia* (Leão, 1576) o autor justifica suas recomendações apoiando-se nas mudanças fonéticas do latim para línguas românicas. É notável que este tratado tem elementos que o aproximam ao dicionário ortográfico: listas de palavras em ordem alfabética apresentam ortogramas recomendados. Este tipo de apresentação testemunha a elaboração dos princípios do dicionário ortográfico, apesar de as listas ainda serem pequenas, organizadas por dificuldades, contrapondo-se grafias corretas e incorretas. Aliás, a codificação latinizada de Nunes de Leão nem sempre é exitosa.

Reformação de algũas palavras que a gente vulgar usa & screve mal.

Erradas

Emendadas

Acipreste dignidade	Arcipreste	
Acipreste arvore	Cipreste	
Acolá	Aqualá	
Acupar	Occupar [...]	
Baixo	Baxo	
Barrer	Varrer [...]	
Veador	Veedor	(LEÃO, 1576, p. 69v-71v)

Vocabulos que servimose com diferentes letras, teem diferente significação

Aço ferro fino	Asso a carne [...]
Acude verbo	Açude, de moinho [...]
Vaso de prata, ou barro	Vazo entorno, ou derramo

(LEÃO, 1576, p. 69v-71v)

No segundo tratado (Leão, 1606), já completamente dedicado à história da língua, estudam-se fontes do léxico português. Seguindo a linha de Oliveira, Nunes de Leão correlaciona a história e o estado contemporâneo da língua: indica as mesmas causas do aparecimento de neologismos e arcaísmos; destaca semelhantes etapas do envelhecimento de palavras; atende à semântica de empréstimos, que considera o principal recurso do enriquecimento do léxico. Os dados acumulados para o século XVII possibilitam indicar, entre os idiomas-fontes de empréstimos, além do latim que continua considerar-se a principal reserva do enobrecimento da língua materna, novas fontes – línguas dos territórios descobertos. Porém a fundamental inovação de Nunes de Leão é a consciente atitude histórica a língua, um dos resultados da apologia. Os monumentos possibilitam observar como se amplifica a temática, que nasce da apologia do vernáculo. Na obra de Oliveira, embora ele escreva que “nestas [nossas dições] a grāmatica manda saber donde, quando porq̃ e como forão feytas” (OLIVEIRA, 1536, p. Ciiij), predomina a ideia da norma, a concepção da qual elabora. Nunes de Leão parte da noção do historicismo, e seus tratados estão nos alvares da descrição histórica de línguas românicas. Isso permite-lhe criar o primeiro ensaio do dicionário etimológico⁷.

⁷ Não toco discussões da prioridade das obras de Nunes de Leão e de Aldrete (ALDRETE, 1606): para a historiografia linguística é mais importante o estudo de etapas, da formação de ideias, de paradigmas científicos (KOSSARIK, 2016, 2017).

Determina o êxito desta experiência a atenção aos câmbios fonéticos. O autor dos XVI e XVII antecipa a ideia das leis fonéticas do século XIX, escrevendo que a “corrupção⁸ per troca de hũas letras por outras he mui comũ, & ã cõprendẽ as mais das palavra”, que “hã hũas certas letras que quasi sãpre respondẽ a outras”. Nunes de Leão exhibe correspondências regulares entre o latim e várias línguas românicas, reflecte os principais processos no vocalismo e consonantismo: fechamento, abertura e nasalização de vogais, metafonía, sonorização e queda de consoantes, palatalização de g, l, n (LEÃO, 1576, p. 10-17; LEÃO, 1606, p. 57). Expõe transformações fonéticas regulares na passagem do latim a português: a > e, embora sem tocar diferenças posicionais de câmbios (“de alacris, alegre”, “de factus, feito”); au > ou (“de caulis, couve”, “por Autumnus, outomno”); -p- > -b- (“capra, cabra”, “capillus, cabelo”); -x > -z (“de nux, noz”, “de pax, paz”, “de vox, voz”, entre outros; exemplifica casos de metáteses (LEÃO, 1576, p. 25-26). Não se limitando à demonstração das correlações entre o latim e o português, o autor da *Orthografia* exhibe o paralelismo entre diversas espécies da fala românica da Península Ibérica: português, seus dialetos do Norte, galego, castelhano.

<i>Latino</i>	<i>Italiano</i>	<i>Castelhano</i>	<i>Portugues</i>	
clamare	chiamare	llamar	chamar	
clavis	chiave	llave	chave	
flamma	flamma	llama	chama	
plaga	piaga	llaga	chaga	
planus	piano	llano	chão	
plenus	pieno	lleno	cheio	
pluma	piuma	pluma	chumaço	
plūbum	piompo	plomo	chumbo	
pluvia	pioggia	lluvia	chuva	
pluit	piove	llueve	chove	
plantago	plantagine	llantén	chantagê	
amarunt	amarono	amaron	amarão	(LEÃO, 1576, p. 29v

Traspassaõse as letras de hum lugar a outro, como foi em fenestra, porque dizemos freesta, de capistrum cabresto, por feria feira, por vicario vigairo; & como em sylvester porque dyzemos sylvestre (LEÃO, 1606, p. 35-36). Teem outro si

⁸ Da compreensão do historicismo e do conceito “corrupção” na época (BASTOS, PALMA, 2017; KOSSARIK, 2002; KOSSARIK, 2003; KOSSARIK, 2015; КОСАРИК, 2013).

esta letra b algũa semelhãça com o u consoante. Porque assi na lingoa Latina, como na nossa, muitas vezes se muda o b em v como nesta palavra composta de ab & fero, porque dizẽ os Latinos aufero, & de ab & fugio, aufugio. E nos dizemos absente, & ausente [...] & de faba, dizemos faua, e de tabula, tauoa [...]. O que muito mais se vee nos Gallegos, & em algũs Portugueses d'entre Douro & Minho, que por vós, & vósso dizem bos, & bosso, & por vida, dizé bida (LEÃO, 1576, p. 4). sempre onde a Castelhana diz an ou on, que he sua partucular terminação, responde a Portuguesa com aquella pronunciação ão que succede em lugar da antiga terminação dos Portugueses de om ã punhão em lugar do an ou on dos Castelhanos. A qual ainda agora guardão algũs homens d'entre Douro & Minho, e os Gallegos que dizem fizeram, amaram, capitom, cidadom, taballiom, appellaçom. O qual respeito & analogia se guardão em muitas palavras, hũas lingoa a outras, como se vee nas linguas Latina, Thoscana, Castelhana, & Portuguesa (LEÃO, 1576, p. 29).

Nunes de Leão aproxima-se à compreensão moderna da etimologia⁹. A importantíssima inovação consiste na recusa de entender a designação como reflexo de propriedades da coisa, que motiva o signo linguístico. O autor da *Origem* muda a finalidade da etimologia, substituindo a procura dos fundamentos da nomeação pelo estudo da história real de palavras com o objetivo de pesquisar origens do léxico português. O conhecimento da história externa da língua¹⁰, de câmbios fonéticos e da semântica da palavra são três componentes que possibilitam revelar correlações entre a palavra e seu étimo. Este conjunto causa o sucesso: uma grande parte das 1662 etimologias propostas por Nunes de Leão é correcta. O autor do tratado dedicado à origem da língua portuguesa dá listas de palavras que entraram em português do latim, grego, árabe, francês, italiano, godo, hebreo, alemão. Uma notável parte do tratado esboça um ensaio o dicionário etimológico, diferindo-se dele pela apresentação (o léxico divide-se por línguas-fontes).

De algũs vocabulos Portugueses tomando dos Latinos, que pella corrupçãõ que se delles fez estaõ obscuros [...]

⁹ Não tocamos aqui as especificidades do emprego deste termo em várias etapas da história da linguística.

¹⁰ Nunes de Leão menciona factos históricos da época romana e até pré-romana, do Medievo e do período contemporâneo.

Agora	de hac hora [...]
Ancho de amplo mutata muta cum liquida in ch [...]	
Quente	de caleo, es, quasi calente (LEÃO, 1606, p. 53-58). <i>Dos vocabulos que os portugueses tomaraõ dos arabes [...]</i>
Açafrõ	Zaafaram
Aljofar de julfar, ilha de Ormus, lugar onde le pesca (LEÃO, 1606, p. 61-64). <i>Dos vocabulos que os portugueses tomaraõ dos Franceses [...]</i>	
Dama por senhora	dame. [...]
Embaixador	embassadeur ¹¹ (LEÃO, 1606, p. 69-76).

A noção moderna da etimologia junto com a compreensão da mutabilidade da língua, que parece universalizar-se (KOSSARIK, 2015, p. 189-192), assinala o início da atitude histórica à língua na linguística dos séculos XVI e XVII.

5. Aspectos lexicológicos do discurso

Mais um rasgo inovador da linguística dos séculos XVI e XVII é a atenção ao discurso, inclusive aspectos lexicológicos. Na tradição portuguesa as primeiras obras, cujos autores apresentam palavras discursivas e dão exemplos do seu emprego, são gramáticas missionárias e a primeira gramática do português para estrangeiros, que descrevem línguas estrangeiras vivas para ensinar a comunicação exitosa (ANCHIETA, 1595; FIGUEIRA, 1621; ESTÊVÃO, 1640; PEREIRA, 1672). Não se toca aqui este aspecto, sem o qual o estudo da problemática lexicológica não poderia considerar-se completo, porque o tema está presente num outro artigo da autora (KOSSARIK, 2016).

Conclusão

1. Gramáticas, tratados e diálogos da língua dos séculos XVI e XVII podem servir de fontes do estudo da problemática lexicológica não menos consideráveis do que os dicionários da época.

¹¹ A etimologia de Nunes de Leão reflecte a origem galo-romana deste empréstimo provençal.

2. Os monumentos portugueses anteriores a Port-Royal testemunham que na primeira etapa da formação da linguística moderna se realizam mudanças na descrição da palavra:
 - a. no âmbito da compreensão da palavra como unidade da língua, consolida-se a ideia de sua divisibilidade (continua o destacamento de partes significantes) e atende-se à questão de sua delimitação;
 - b. na esfera da formação de palavras, resolvem-se problemas de seu lugar na descrição linguística, de derivação e composição, de modelos e regras da formação de palavras;
 - c. evolui a noção do significado: além da ideia já formada do significado lexical, engendram-se outros tipos da noção – de significados gramatical e derivacional, ligados ao destacamento de várias partes significantes da palavra;
 - d. tracejam-se novas atitudes à classificação do léxico: nas descrições das partes da oração decresce a tendência de destacar classes léxico-semânticas e aumenta a tendência de caracterizar o léxico das posições da norma e de câmbios históricos;
 - e. na descrição do léxico reflecte-se a engendração da atitude histórica à língua;
 - f. autores de gramáticas destinadas a ensinar línguas vivas com os fins da comunicação atendem a palavras discursivas.
3. Os câmbios na apresentação do léxico testemunham o processo de estruturar-se a linguística como a ciência madura:
 - a. afirma-se a tendência de distinguir a problemática lexicológica e gramatical;
 - b. esboça-se o destacamento da formação de palavras como uma área especial;
 - c. cria-se a noção moderna da etimologia: a procura dos fundamentos da nomeação e o entendimento da designação como reflexo de propriedades da coisa substituem-se pelo estudo da história, de câmbios fonéticos e da semântica da palavra, que possibilitam revelar correlações entre a palavra e seu étimo. Junto com a compreensão da mutabilidade da língua e a finalidade da procura das origens do vernáculo isso assinala a engendração da atitude histórica à língua e o esboço de uma nova disciplina linguística, a etimologia.
4. Nos moldes de tratados linguísticos traçam-se novos géneros de dicionários: ortográfico e etimológico.

O exposto ajuda avaliar a contribuição da linguística portuguesa dos séculos XVI e XVII na formação da lexicologia moderna.

Referências

- ALDRETE, Bernardo José. Del origen, y principio de la lengua castellana ò romãce que oi se usa en España. Roma: Carlo Willieto, 1606.
- ÁLVARES, Manuel. Emmanuelis Alvari [...] grammatica libri tres. Olyssipone: Ioannes Barrerius, 1572.
- ANCHIETA, José de. Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do brasil [...]. Coimbra: Antonio de Mariz, 1595.
- ASSUNÇÃO, Carlos da Costa; FERNANDES, Gonçalo. Amaro de Roboredo, gramático e pedagogo português seiscentista, pioneiro na didáctica das línguas e nos estudos linguísticos. Estudo introdutório. In: ROBOREDO, Amaro (1619). *Methodo grammatical para todas as linguas* (edição facsimilada). Edição: Centro de Estudos em Letras Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Braga: Barbosa & Xavier, Lda. – Artes Graficas, 2007, p. XI-CII. (Colecção Linguística 1).
- BARBOSA, A. *Dictionarium lusitanicolatinum*. 2a Edição. Fac-simile da edição de 1611. / Organização e introdução Head B.F. Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos. 2007.
- BARROS, João de. *Grammatica da lingua portuguesa*. Dialogo em louvor da nossa linguagem. Olyssipone: Apud Lodovicum Rotorigiũ, 1540.
- BASTOS, Neusa Maria Oliveira Barbosa, PALMA, Dieli Vesaro. As ideias linguísticas de Duarte Nunes do Leão: contribuições à gramaticografia em língua portuguesa. In: *Confluência*, 53: Instituto de Língua Portuguesa, 2017, p. 35-56.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1984.
- CARDOSO, Jerónimo. *Heronymi Cardosi Lamacensis Dictionarium*. Ulissipone: Ioannis Aluari, 1570.
- COSERIU, Eugenio. Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. In: Oliveira, Fernão de. *Grammatica da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática, ed. por Amadeu Torres & Carlos Assunção: Academia das Ciências de Lisboa, 2000, p. 29-60.

- ESTÊVÃO, Tomás. Arte da lingua Canarim. Rachol: Collegio de S. Ignacio da Companhia de Jesu, 1640.
- FARIA, Manuel Severim de. Discursos varios politicos. Evora: Manoel Carvalho, 1624.
- FERNANDES, Gonçalo. A Ianua Linguarum dos Jesuítas Irlandeses (Salamanca, 1611) e a Porta de Línguas de Amaro de Roboredo (Lisboa, 1623) In: Boletim de Estudos Clássicos. 2004, 42, p. 165-181.
- FERNANDES, Gonçalo. As gramáticas do português de Fernão de Oliveira (1536) e de Bento Pereira (1672). In: Confluência, 33 e 34: Revista do Instituto da Língua Portuguesa, 2007, p. 127-141.
- FIGUEIRA, Luis. Arte da lingua brasilica. Lisboa: Manuel da Silva, (1621?).
- FONSECA, Maria do Céu. Historiografia lingüística portuguesa e missionária. Proposições e Posposições no Século XVII. Lisboa: Edições Colibri, 2006.
- GÂNDAVO, Pero Magalhães de. Regras [...] ortografia da lingua portuguesa [...] Dialogo em defensam da mesma lingua. Lisboa: Antonio Gonçalves, 1574.
- GONÇALVES, Maria Filomena. Treinta años de Historiografía Lingüística del portugués. In: Actas del XXXV Simposio Internacional de la Sociedad Española de Lingüística. León: Universidad de León, Dpto. de Filología Hispánica y Clásica. 2006, p. 732-753.
- KEIL, Heinrich; HERTZ, Martin Julius. Grammatici latini [...] Prisciani Institutionum Grammaticarum libri I-XII. Vol. II. Lipsiae: B. G. Teubner, 1855.
- KEIL, Heinrich; MOMMSEN, Theodor. Grammatici latini [...] Probi, Donati, Servii. Vol. IV. Lipsiae: B. G. Teubner, 1864.
- КОСАРИК, Марина. Академический словарь португальского языка – история и современность. In: Язык и действительность: Сборник научных трудов памяти В.Г. Гака. М.: ЛЕНАНД, 2007, с. 583-589. [KOSSARIK, Marina. The Academic dictionary of Portuguese – History and modernity. In: Language and reality. In memoriam of V.G. Gak: Moscow, Lenand, 2007, p. 583-589.
- _____. К проблеме традиции и инновации в истории языкознания. Ренессансная и современная лингвистические парадигмы – связь эпох. In: Вестник МГУ. Серия 9. Филология 5, 1995, с. 104-116. [KOSSARIK, Marina. On the problem of tradition and innovation in the history of linguistic studies. Renaissance and contemporary linguistic paradigms: two epochs' bondage. In: Moscow State University Bulletin. Series 9. Philology 5, 1995, p. 104-116].

- _____. Описание языковой системы в ранних лингвистических памятниках Португалии. Т. I. Фонетика. Морфемика. Морфология именных частей речи. Москва: МАКС Пресс, 2013. [KOSSARIK, Marina. The description of language system in early Portuguese treatises on language. Vol. I. Phonetics. Morphemics. Morphology of Nominal Parts of Speech. Moscow: MAKS Press, 2013].
- _____. Социолингвистическая проблематика в ранних португальских сочинениях о языке. Москва: МАКС Пресс, 2013. [KOSSARIK, Marina. Renaissance Portuguese treatises on language: sociolinguistic aspects. Moscow: MAKS Press, 2013].
- KOSSARIK, Marina. A contribuição dos primeiros gramáticos portugueses na formação do cânone gramatical moderno. In: *Revista de História*, 10: FLUP, 1990, p. 55-60.
- _____. A doutrina linguística de Amaro de Roboredo. In: *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística: (Braga-Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996)*. Editadas por Ivo Castro. Vol. 2: Associação Portuguesa de Lingüística, Colibri Lisboa, 1997, p. 429-443.
- _____. A obra de Amaro de Roboredo. Questões de historiografia linguística portuguesa. In: ROBOREDO, Amaro de. *Methodo Grammatical para todas as Linguas*. Ed. de Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 7-63. (Filologia portuguesa).
- _____. Concepciones pre-coserianas en los monumentos lingüísticos portugueses de los siglos XVI y XVII. In: STEHL Thomas, HASLER, Gerda, eds. *Processes-Kompetenz-Funktion-Variation: Linguistica Coseriana V*. Frankfurt am Main: Peter Lang GmbH, 2017, p. 351-367.
- _____. Early Portuguese treatises and the case of scientific paradigms. Interparadigmatic periods and the two hyperparadigms in linguistic history. In: *Tradition and Innovation in the History of Linguistics: Contributions from the 13th International Conference on the History of the Language Sciences (ICHoLS XIII)*, Vila Real, 25-29 August 2014, ed. by Carlos Assunção & Gonçalo Fernandes & R. Kemmler. Münster: Nodus Publikationen, 2016, p. 176-185.
- _____. La lingüística ibérica en los siglos XVI-XVII y el contexto cultural de la época. In: *Actas de la II Conferencia de hispanistas de Rusia*. Moscú. 19-23 abril 1999, Madrid-Moscú: Embajada de España en Moscú, Ministerio de Asuntos Exteriores, Dirección General de Relaciones Culturales y Científicas, 1999, p. 19-23.

- _____. Monumentos Linguísticos Portugueses dos Séculos XVI e XVII. In: *Confluência*, 25 e 26: Instituto de Língua Portuguesa, 2003, p.93-174.
- _____. Na nascente das ideias do discurso, da gramática funcional comunicativa – obras missionárias (J. de Anchieta, L. Figueira, T. Estêvão) e de B. Pereira. In: *Confluência*, 51: Instituto da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, 2016. p. 22-43.
- _____. Universalização de conceitos linguísticos como etapa da consolidação da ciência – contribuição dos filólogos portugueses. In: *Confluência*, 49: Instituto de Língua Portuguesa, 2015, p. 162-200.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Orthographia*. Lisboa: João Barreira. 1576.
- _____. *Origem da lingua portuguesa*. Lisboa: Pedro Graesbeck, 1606.
- LEITE, Marli Quadros. Considerações sobre uso e norma na Gramática Portuguesa – O *Methodo Grammatical* para todas as Linguas (1619), de Amaro de Roboredo. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*, 13.2, 2011, p. 337-368.
- LUPETTI, Monica. Tra Cardoso e Bluteau: la lessicografia portoghese del Seicento In: *Quaderni del CIRSIL*, 4, 2005, [www.lingue.unibo.it /cirsil](http://www.lingue.unibo.it/cirsil), p. 65-77.
- LUPETTI, Monica. A gramática racionalista em Portugal no século XVIII. In: DUARTE, Sónia; PONCE DE LEÓN Romeo, Rogélio. *Gramática Racionalista na Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*. Porto: Universidade do Porto, 2015, p. 55-71.
- OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Germam Galhardo, 1536.
- PEREIRA, Bento. *Thesouro da lingua portuguesa*. Lisboa: Paulo Craesbeeck. 1647.
- _____. *Ars grammaticae pro lingua Lusitana addiscenda latino idiomate*. Lugduni: Laurentius Anisson, 1672.
- PEREIRA, Frutuoso. *Arte de grammatica latina*. Lisboa: Lourenço de Anueres, 1643.
- PONCE DE LEÓN Romeo, Rogelio. Gramaticografia e lexicografia em Portugal durante o século XVI: do Latim ao Português. *Limite: Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía* 3, 2009, p. 45-65.
- _____. La pedagogía del latín en Portugal durante la primera mitad del siglo XVII: cuatro gramáticos lusitanos. In: *Cuadernos de filología clásica: Estudios latinos* 10, 1996, p. 217-228.
- RESENDE A. de. L. *Andreae Resendii de verboru(m) coniugatione commentarius*. Olissipone: Apud Lodovicū Rhotogirium. 1540.

- ROBOREDO, Amaro de. Grammatica latina. Lisboa: Antonio Alvares, 1625.
- _____. Methodo grammatical para todas as linguas [...]. Lisboa: Pedro Graesbeeck, 1619.
- _____. Methodo Grammatical para todas as Linguas. Ed. de Marina A. Kossarik. Lisboa: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 2002.
- _____. Raizes da lingua latina mostradas em hum tratado, e dictionario. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1621.
- _____. Methodo grammatical para todas as linguas (edição facsimilada). Edição: Centro de Estudos em Letras Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Braga: Barbosa & Xavier, Lda., 2007. (Coleção Linguística 1).
- ROSA, Maria Carlota. Línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras. In: *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, 6.2, 1997, p. 97-149.
- SCOTUS, Duns. De modi significandi, sive Grammatica speculativa. Ad Claras Aquas. 1902. – [*A gramática de Tomás de Erfurt atribuída a Duns Escoto. – M.K.*]
- SOUSA, Máximo de. Institutiones tum lucide, tum compendiose, latinarum literarum, tradite dialogo [...]. Coimbra: Caenobium Dive Crucis, 1535.
- SWIGGERS, Pierre. Histoire de la pensée linguistique. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIXe siècle. Presses Universitaires de France (PUF), 1997.
- TÁVORA, Francisco de. Grammatica hebraea novissime [...]. Conimbricæ: Apud Ioanem Aluarum, 1566.
- VERA António Ferreira de. Orthographia. Breves louvores da lingua portuguesa. Lisboa: Manuel Rodrigues, 1631.
- VERDELHO, Telmo. O Calepino em Portugal – a obra lexicográfica de Amaro Reboredo. In: *Revista portuguesa de filologia*, 23, 1999, p. 125-149.
- VILELA, Mário. Estudos de lexicologia do português. Livraria Almedina, 1994.

Enviado em 28 de março de 2018.

Aceito em 7 de maio de 2018.

ETHOS: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE SI

ETHOS: THE CONSTRUCTION OF SELF-IMAGE

Claudia Sousa Antunes

Universidade da Força Aérea – UNIFA

claudia.sousa@yahoo.com.br

Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Universidade Federal do Rio de Janeiro

aparecidalino@gmail.com

RESUMO:

O objetivo deste artigo é mostrar como a construção da imagem do enunciador (*ethos*) aparece como estratégia discursiva relevante para o processo de persuasão. O arcabouço teórico do trabalho está alicerçado nas lições de Aristóteles (2005), Perelman e Tyteca (2005), Amossy (2011), Charaudeau (2009) e Maingueneau (2013). O percurso metodológico abrange a análise de algumas estratégias de que se valem os sujeitos para a construção de suas imagens discursivas. O *ethos* está a serviço de um projeto de influência do Eu sobre o Outro, e pode ser utilizado para atingir seu interlocutor. O enunciador trabalha a adesão do outro pelo alinhamento entre o seu *ethos* e a imagem do enunciatário.

PALAVRAS-CHAVE:

Ethos. Análise do Discurso. Estratégias persuasivas.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to show how the construction of the image of the enunciator (*ethos*) appears as a relevant discursive strategy for the process of persuasion. The theoretical framework is based on the lessons of Aristotle (2005), Perelman and Tyteca (2005), Amossy (2011), Charaudeau (2009) and Maingueneau (2013). The methodological approach covers the analysis of some strategies of which the subjects are worth for the construction of their discursive images. The *ethos* is at the service of a project influenced by the Self over the Other, and can be used to reach its interlocutor. The enunciator works on the adherence of the other by the alignment between his *ethos* and the enunciator's image.

KEYWORDS:

Ethos. Discours analysis. Persuasive strategies.

Introdução

Este artigo pretende contribuir para o debate em torno dos procedimentos linguístico-discursivos ligados à argumentação. Mais precisamente em relação à caracterização do conceito de *ethos* como técnica argumentativa. O objetivo do trabalho é verificar como a construção de uma imagem favorável do enunciador (*ethos*) aparece como estratégia discursiva relevante para o processo de persuasão. Além disso, pretende-se examinar como esse tipo de informação pode ser utilizado pelo locutor para atingir seu interlocutor, de modo a orientar seu pensamento, fazê-lo agir ou alcançá-lo pela via emocional, já que o *ethos* está a serviço de um projeto de influência do Eu sobre o Outro.

A análise do *ethos* permite elucidar as vias pelas quais se estabelecem os sentidos na troca linguageira. A busca pela adesão do outro às nossas ideias é uma constante em nossa experiência de vida. Situações de interação comunicativa pressupõem levar em conta a imagem que passamos ao outro e a imagem que construímos desse outro. Assim, baseamo-nos na concepção de que, no âmbito dos estudos da linguagem, analisar a construção do *ethos* e a sua relação com a busca de adesão do outro pode auxiliar no entendimento da interação pela linguagem e também contribuir para um uso mais consciente desse recurso.

Partimos do princípio de que o objetivo do estudo linguístico deve conjugar a visão representacional/estrutural da língua (ou “o que” a língua fala) com seu aspecto comunicativo/pragmático (o “como” a língua fala). O quadro teórico utilizado é constituído por trabalhos que buscam uma perspectiva enunciativa de análise, com base em autores preocupados em relacionar o funcionamento do discurso com a enunciação.

A visão adotada neste trabalho é a do *ethos* como construção discursiva, ou seja, que pressupõe a existência de um sujeito inscrito no discurso. Nessa perspectiva está incluído o conceito, defendido por Charaudeau, de discurso como troca entre parceiros do ato comunicativo (CHARAUDEAU, 2009).

Entre as estratégias possíveis para o convencimento do outro, está o recurso à construção de um *ethos*, de modo a permitir um processo de identificação com o interlocutor. Por ser mais mostrado do que dito, o *ethos* se caracteriza pela heterogeneidade. Ou seja, não será apenas um fator que irá configurá-lo,

mas, antes, vários índices interligados, que serão vistos como a base de sua representação. O *ethos*, que integra o processo de adesão dos sujeitos a uma determinada posição discursiva, transparece na escolha do assunto a ser abordado, no nível de linguagem que se vai utilizar, na escolha dos temas e dos lugares comuns e, também, no gênero escolhido. É possível, ainda, por meio de sua análise, entrever as representações nas quais os enunciadores se apoiam para promover o convencimento e buscar a identificação com os leitores. Nessa perspectiva, para que uma argumentação se desenvolva, é necessário levar em conta a adesão do outro às teses apresentadas, de modo a instaurar um clima de credibilidade.

Exemplificaremos o fenômeno estudado com fragmentos de textos midiáticos retirados de revistas mensais brasileiras, “Claudia” e “Men’s Health”, mais especificamente de textos de apresentação – as Cartas do Editor – das revistas. Em diálogo com uma perspectiva discursiva da linguagem, vê-se a necessidade de compreensão do discurso publicitário, de modo a perceber as intenções em apelos e tentativas de convencimento, em torno de produtos ou ideias.

1. Teoria Semi linguística e *Ethos*

Nos últimos tempos, o estudo do *ethos* no discurso midiático tem ampliado sua presença nas pesquisas acadêmicas, dadas as evidências de que o discurso, ao construir uma realidade, marca também a imagem e a ideologia de um grupo social. Maingueneau afirma que

Parece claro que esse interesse crescente pelo *ethos* está ligado a uma evolução das condições do exercício da palavra publicamente proferida, particularmente com a pressão das mídias audiovisuais e da publicidade. (MAINGUENEAU: 2008b; p. 11)

Desde os princípios expostos por Aristóteles em sua Retórica (2005) e em seus Tópicos (2007) – nos quais discorre sobre as provas empregadas pelo orador para persuadir seu auditório – até as atualizações feitas por Perelman e Tyteca (2005), para quem o conceito de *ethos* está diretamente relacionado ao de auditório, diferentes teóricos têm se debruçado sobre esta noção. Autores preocupados em relacionar o *ethos* com o funcionamento do discurso irão nortear a fundamentação teórica deste trabalho. A base deste trabalho assenta-se na teoria semi linguística de Patrick Charaudeau (2009) e nos pressupostos

de Aristóteles (2005; 2007), Perelman e Tyteca (2005), Maingueneau (1997, 2013) e Amossy (2011) para retórica e *ethos*.

Os estudos do discurso permitem uma infinidade de perspectivas de análise. Essas perspectivas podem variar segundo a concepção de sujeito adotada, o tipo de objeto de estudo e o *corpus* delimitado. A proposta de abordagem deste trabalho se fundamenta em um estudo pelo viés da enunciação e considera a instância do locutor em sua configuração discursiva, ou seja, pela imagem do *ethos* em si (ou *ethos* discursivo). Com base nessa visão, parte-se da ideia de que a língua serve para colocar os indivíduos em interação, de modo a que possam falar sobre o mundo e recriá-lo, discursivamente.

Procuraremos delinear alguns conceitos da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (2009, 2013). Em sua teoria, Charaudeau (1995) assume que a linguagem é multidimensional: uma dimensão relacionada à estruturação do mundo a partir de operações semântico-cognitivas; uma dimensão social e psicossocial relacionada ao valor de troca dos signos e ao valor da influência dos fatos da linguagem; e uma dimensão semiótica relacionada à construção do sentido e à construção das formas.

Seu conceito de *mise-en-scène*, alçado do contexto teatral e central na teoria desse autor, toma a linguagem como uma encenação na qual participam vários parceiros. Esse jogo de cena implica a existência de dois sujeitos, em relação de intersubjetividade, que se desdobram em mais dois (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004), configurando o chamado contrato comunicativo, que se caracteriza pelo conjunto de condições pelas (e nas) quais se realiza o ato de comunicação. Segundo Charaudeau (2009), o contrato considera, ainda, as restrições linguísticas e as estratégias de captação do outro estabelecidas pelas condições de produção e de recepção do ato linguageiro.

Para a realização desse ato comunicativo, há que se preencher certas condições, certos princípios. Considera-se que todo ato de linguagem emana de um sujeito que se define somente em relação a um outro (princípio da alteridade, da interação) de modo a influenciá-lo, a trazê-lo para si (princípio da influência) e, ao mesmo tempo, a gerar uma relação na qual os dois possuem seu próprio projeto de influência (princípio da regulação), a partir de certos saberes comuns (princípio da pertinência).

Os atos de linguagem, portanto, apresentam uma relação mais ou menos acordada entre os actantes do ato de linguagem, e que definem os aspectos relativos ao plano discursivo (as escolhas, os modos de dizer, as estratégias discursivas). Todos esses fatores influenciam na construção do *ethos*.

2. Retórica e *ethos*

A noção de *ethos* na Retórica aristotélica englobava características discursivas e extradiscursivas, que eram utilizadas pelo orador a fim de construir uma imagem positiva de si mesmo. *Ethos*, hoje, apresenta uma abrangência maior do que aquela advogada por Aristóteles, que se ligava ao orador. A esse respeito, Maingueneau afirma que

(...) escrevendo sua Retórica, Aristóteles pretendia apresentar uma *technè* cujo objetivo não é examinar o que é persuasivo para tal ou qual indivíduo, mas para tal ou qual tipo de indivíduos [...]. A prova pelo *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório, ganhando sua confiança. (MAINGUENEAU, 2008b; p. 13)

Persuade-se pelo *ethos* quando a impressão deixada pelo orador leva os ouvintes a terem a impressão de o orador ser digno de fé (ARISTÓTELES, 2005, p. 96). “Assim, possuir as qualidades apresentadas [...] – *phrónesis* (*logos*), *areté* (*ethos*), e *eúnóia* (*pathos*) – garantem, segundo o próprio Aristóteles, que o convencimento ocorra” (RODRIGUES, 2008, p. 197).

Perelman (2005), com base nas ideias de Aristóteles, apresenta a noção de auditório universal, central em seus estudos, e aborda as diversas formas de “adesão dos espíritos” às teses apresentadas. Esse autor também apoia suas análises nas noções dialéticas de Aristóteles, para quem enunciados prováveis levam a conclusões verossímeis. A argumentação, nessa perspectiva, não procura demonstrar se uma determinada tese é verdadeira ou falsa, mas como se pode influenciar o outro. Nessa perspectiva, a argumentação do verossímil, do plausível volta a ter o seu lugar, e o estudo dos meios discursivos que permitem a “adesão dos espíritos” às teses apresentadas é o mote das considerações.

Para que o objetivo da argumentação, a conquista ou o fortalecimento da adesão do auditório, seja alcançado, é necessário que o orador adapte seu discurso à audiência. A natureza do auditório irá determinar o caráter e o aspecto das argumentações; e o objetivo das argumentações é criar uma disposição para a ação. Quando não existe um acordo, a argumentação deve levar a uma ação que resulte de uma escolha entre várias possíveis (PERELMAN, 2014, p. 51). O discurso marcante, agradável, cativante passa pela construção de uma imagem positiva do orador, de um *ethos* favorável e adequado ao público a que se destina.

A prova pelo *ethos* leva em consideração a construção da credibilidade do orador frente à sua audiência, mas não necessariamente o mérito que seja inerente a ele. As pessoas honestas, ou aquelas que, pelo menos, pareçam honestas, suscitariam mais rapidamente a confiança do interlocutor do que aquelas que não aparentam ser. Entretanto, é “necessário que esta confiança seja resultado de discurso e não uma opinião prévia sobre o caráter do orador” (ARISTÓTELES, 2005, §1356a, p. 96). O modo de apresentação do orador e a influência que este exerce sobre o auditório são fatores tão importantes quanto a demonstração no discurso.

Uma vez que a retórica tem por objetivo formar um juízo (porque também se julgam as deliberações e a acção judicial é um juízo), é necessário, não só procurar que o discurso seja demonstrativo e digno de crédito, mas também que o orador mostre possuir certas disposições e prepare favoravelmente o juiz. Muito conta para a persuasão, sobretudo nas deliberações [...] a forma como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições aos ouvintes, de modo a fazer que, da parte destes, também haja um determinado estado de espírito em relação ao orador. (ARISTÓTELES, 2005, p. 159)

O *ethos* é um conceito híbrido, social/discursivo, ligado ao processo interativo de influência sobre o outro. Ele deve ser compreendido como pertencente a uma situação de comunicação específica, integrado a circunstâncias sócio-históricas também específicas (MAINGUENEAU, 2008b). Relacionado a um “cruzamento de olhares” (CHARAUDEAU, 2013), o *ethos* resulta da combinação das identidades social e psicológica do sujeito com a identidade discursiva construída por ele. Para Charaudeau (2013, p. 153), “o *ethos* é voltado ao mesmo tempo para si e para o outro. Ele é uma construção de si para que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado”.

Os meios utilizados pelo *ethos* levam em conta não só o ritmo e a elocução, mas também consideram as escolhas lexicais e de argumentos, assim como o tipo de estrutura discursiva utilizada. O *ethos* trabalha pela ativação dos eixos afetivos do interesse, da admiração e da confiança (AUCHLIN, 2001). Para esse autor, “existe uma parte ilocucionária e uma parte perlocucionária do *ethos*” (op. cit., p. 201).

Escolher ou negligenciar este ou aquele argumento pode indicar qualidade, ou defeito, moral. Por isso, o *ethos* é um dos componentes que podem

ser utilizados para dar validade a uma argumentação. Para Ducrot, “o *ethos* está ligado ao locutor como tal; é como origem da enunciação que ele se vê investido de certos caracteres que, em contrapartida, tornam essa enunciação aceitável ou recusável.” (DUCROT, 1987; p. 281);

Vê-se, assim, que a credibilidade do discurso não se faz apenas pelo conteúdo informacional do que se diz, mas também pela postura do orador e por sua relação com o auditório, em outras palavras, por uma relação entre o *logos*, o *ethos* e o *pathos*¹.

Dois exemplos², (01) e (02), ilustram essa perspectiva. O modo pelo qual a palavra é utilizada pelo orador leva o ouvinte a suscitar inferências e subentendidos, o que resulta em uma motivação para o enredamento do leitor.

(01) Não é de graça que você se prepara física, mental e intelectualmente o tempo todo. Não é por acaso que você conta com a gente nessa jornada. (MH - jan/ 2013)

(02) Nós, da equipe de CLAUDIA, queremos compartilhar com você a alegria de um ano que foi intenso. E renovar o convite para que a gente continue juntas, bem juntas, em 2013. (CLA – dez/2012)

A noção de *ethos*, por isso, é importante por abordar a inter-relação entre os sujeitos em uma perspectiva discursiva. O *ethos* irá transparecer, entre outros fatores, na escolha do assunto a ser abordado, no nível de linguagem que se vai utilizar, na escolha dos temas e no gênero escolhido.

Passemos, agora, à exemplificação do conceito de *ethos* com a análise do fenômeno em fragmentos de textos midiáticos. Essa proposta de análise segue os parâmetros da Teoria Semiolinguística.

¹ *Logos, ethos e pathos* fazem parte das “provas técnicas” elencadas por Aristoteles e que correspondem à lógica do assunto (*logos*), ao caráter do orador (*ethos*) e à emoção dos ouvintes (*pathos*) (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005, p. 35)

² Como sinalizado anteriormente, todos os exemplos são fragmentos de textos da seção “Cartas do Editor”, assinada pelos editores Paula Mageste e Airton Seligman, das revistas “Claudia” (CLA) e “Men’s Health” (MH), respectivamente, ambas publicadas pela Editora Abril à época da pesquisa. A fonte completa encontra-se nas Referências.

3. Análise

Contratos e estratégias são usados para convencer e seduzir o outro. O enunciador pode, por exemplo, procurar construir sua imagem de modo a conseguir a adesão do enunciatário. Essa busca não precisa – e por vezes não é – consciente. Entretanto, ao dirigir-se ao interlocutor para trazê-lo para sua “seara”, o locutor se utiliza de algumas estratégias. Busca-se, por exemplo, um alinhamento de *ethé* (de enunciador e enunciatário) de modo a amalgamar as imagens. Esse processo pode ser percebido no exemplo (3), no qual o locutor instaura um contrato comunicativo com seu alocutário e pressupõe que este seja alguém que quer mudar a sua vida (para melhor e de acordo com novas configurações da masculinidade, proposta da revista). O *ethos* do orador busca sintonia com o interlocutor por meio de uma relação de ajuda para alcançar suas metas. Nesta passagem (03), aparece a figura de um novo homem contemporâneo, que procura repensar sua natureza na busca por uma vida plena e um estilo saudável de vida.

(03) Graças a mudanças na sociedade – obrigado, mulheres, por nos fazerem repensar nossa natureza – e na economia (nunca trabalhamos tanto e tivemos tantos outros leões pra tomar nosso pedaço), nos tornamos seres mais humanos, mais terrenos. (MH – mar/2012)

Na construção enunciativa, a relação de influência do enunciador sobre o enunciatário se caracteriza pela imposição de certo comportamento ao outro, atribuindo papéis linguageiros nos quais o sujeito falante ou está em posição de superioridade (imposição de uma relação de força e a execução de um “fazer” ao outro); ou de inferioridade.

Essa relação aparece na escolha das visadas, que têm como objetivo responder à pergunta “para quê?”. Duas visadas possíveis consistem em fazer o outro crer naquilo que está sendo dito, que o dito é verdadeiro (visada de incitação); e em fazer o outro fazer alguma coisa, levar o outro a agir de determinada maneira (visada de prescrição) (CHARAUDEAU, 2004).

A visada de incitação pode ser atualizada por meio da simulação de uma conversa com o leitor ou do uso de recursos expressivos da fala. Como procedimentos possíveis de abordagem, aparecem a interpelação e a utilização de termos que evoquem elementos da língua oral, como os marcadores conversacionais, exemplificados em (04), (05), (06), (07) e (08).

(04) Ei, essa é só a parte *hardcore* da nossa missão, por assim dizer... (MH – mai/2012)

(05) Então, veja só. Para dar um *up* no seu astral, aqui está nosso Guia de Estilo Inverno. (MH – mai/2012)

(06) Então, você não vai querer aparecer por aí com cara de acabado, vai? (MH – set/2012)

(07) Ok, podemos dizer que sensualidade é, em grande parte, um valor subjetivo – uma garota define se você é ou não um cara sensual com base no universo intelectual e sócio-econômico dela. (MH – nov/2012)

(08) (...) continuaremos a seu lado para você construir um olhar confiante para os meses que virão. (MH – jan/2013)

Nos exemplos a seguir, o enunciador usa a estratégia da interpelação para incitar e usa o argumento de autoridade para prescrever. Como exemplificado em (09), (10), (11) e (12), institutos de pesquisa, cientistas renomados, publicações referenciais são mencionados para avaliar a informação fornecida, que se apoia em raciocínio de autoridade.

(09) (esta edição traz dezenas de pesquisas que confirmam a tese). (MH – mar/2012)

(10) nossas reportagens, por mais leves e divertidas que sejam, sempre possuem uma base científica – pesquisas de centros internacionais e nacionais, fontes autorizadas, enquetes com leitores... É com esse manancial de informações avalizadas que mostramos caminhos para você sair da sua zona de conforto, transformar sua vida. (MH – mai/2012)

(11) Cientistas do Laboratório de Neurociência do Instituto Nacional sobre Envelhecimento dos Estados Unidos foram estudar mais uma vez o que muita gente sabe: fazer exercícios turbinam a habilidade de pensar. (MH – jun/2012)

(12) Quem tem excesso de gordura visceral (a responsável pela famosa “barriga de chope”: abdome de aspecto estufado, volume rijo que dá até em gente de

pernas e braços trincados) duplica a chance de morrer cedo, segundo pesquisa da Sociedade Americana de Câncer (EUA). (MH – ago/2012)

Também, quando o locutor expressa que o interlocutor deve comungar de ideais de adequação a um estilo de vida equilibrado, ele almeja conseguir a aliança com seu destinatário, sua cumplicidade e adesão. Encontramos exemplos dessa estratégia nos trechos (13) e (14) a seguir.

(13) É você driblar as profecias catastrofistas e os apelos salvadores do céu ou da megalomania dos negócios, e tomar decisões sensatas, equilibradas, conectadas à sua vontade. (MH – jan/2013)

(14) Vida plena, bem-estar, equilíbrio são condições mais complexas do que só ter um corpo legal. É preciso reeducar hábitos alimentares, mudar o mind set. Balanço legal, em qualquer pilar de sua vida (nutrição, sexo, condicionamento, saúde, estilo, carreira) só se consegue por meio de informação e da aplicação desse conhecimento. Daí vem a recompensa. (MH - set/2012)

As escolhas lexicais constituem uma estratégia argumentativa de construção do *ethos* que pode ser analisada em conjunto com outros procedimentos. Existem algumas palavras e construções que manifestam, em maior grau, a subjetividade do enunciador, pois expressam alguma valoração do estado emocional deste a respeito daquilo que fala. Para o estabelecimento do diálogo com seu enunciatário, o enunciador faz a seleção do léxico que é próprio desse discurso, pois existe a restrição ao universo lexical feita pelo sistema de coerção. Essa restrição leva o enunciador a se utilizar de um vocabulário específico para marcar sua posição no campo discursivo (MAINGUENEAU, 2008a).

O uso de um vocabulário mais formal, por exemplo, combina com um *ethos* de seriedade, de maturidade e passa uma imagem de mais sensatez, presente nos trechos (15) e (16) a seguir:

(15) Mães atletas que se desdobram entre as exigências do esporte, o sonho das medalhas e as demandas da família. (CLA - mai/2012)

(16) Graças à grandeza de espírito, à capacidade de realização e ao poder de mobilização dessas mulheres de todos os cantos do Brasil. (CLA - ago/2012)

O *ethos* de sério pode ser construído, ainda, pelo uso de índices verbais e de outras expressões que passem uma ideia de serenidade, como nos exemplos de (17) a (20), com presença de um tom comedido do enunciador e com ausência de efeitos oratórios (CHARAUDEAU, 2013).

(17) podemos contemplar os tantos assuntos que nos interessam. (CLA - mai/2012)

(18) não acreditamos em milagres nesse departamento” (CLA - set/2012)

(19) somos a favor de mudanças consistentes, duradouras e seguras” (CLA - set/2012)

(20) Espero que mais um ano acumulado, uma perda familiar e exemplos de superação [...] me tragam sabedoria para me preocupar com o que realmente vale a pena. (CLA - set/2012)

Em contrapartida, o uso de um vocabulário mais informal remete a uma maior proximidade com o leitor, sinalizada pelo uso de expressões descontraídas, como atestam os exemplos (21) a (23).

(21) Limar pneus seria o suprassumo da vaidade (MH - mar/2012)

(22) biritar sem se hidratar [...]

Tirar catota do nariz no meio do escritório (MH - mai/2012)

(23) mandam bem na academia (MH - out/2012)

Com essa informalidade passa-se uma imagem mais dinâmica, mais jovem, que combinaria com a construção de um *ethos* de jovialidade. Outra estratégia é investir no uso dos índices de pessoa para marcar o posicionamento claro do locutor e, assim, incentivar o outro a tomar uma atitude. Confira os exemplos (24) a (26).

(24) Ajudar você a se destacar na selva da vida moderna. (MH – mar/2012)

(25) Você não tem escapatória para botar o corpo em forma. (MH – mai/2012)

(26) apresentar as melhores ferramentas para você equalizar trabalho e vida privada, esforço e diversão. (MH - dez/2012)

Com base nos exemplos apresentados, percebemos que não é somente um procedimento que irá configurar o *ethos* do enunciador, mas, antes, a combinação de diversos mecanismos linguístico-discursivos, que constituem estratégias de persuasão. Por meio da análise dessas marcas linguísticas da enunciação, usadas como mecanismos estratégicos de construção de uma imagem positiva, é possível verificar como esse mecanismo atua como fenômeno retórico argumentativo.

Considerações finais

Várias são as estratégias presentes na construção do *ethos*. Se entendido como um nó gerador de múltiplos desenvolvimentos possíveis (MAINGUENE-AU; 2008b), o *ethos* é uma mescla de características, já que não é apreensível a partir de características próprias. Ele é mostrado e negociado a todo instante na encenação comunicativa. Não está no interlocutor, mas depende desse outro para existir. O *ethos*, como parte do processo que torna o enunciador “digno de fé” (ARISTÓTELES, 2005), forma, juntamente com o *logos* e o *pathos*, a tríade persuasiva retórica. A força de persuasão em uma situação de comunicação é conseguida pela maneira como os meios discursivos mobilizam e põem em destaque o *logos*, o *ethos* e o *pathos* em toda situação de troca (AMOSSY, 2011).

Como a eficácia do *ethos* decorre do fato de envolver a enunciação sem, necessariamente, ser explicitado no enunciado, pois ele se mostra, não é dito, a estratégia de construção da imagem permite captar a atenção do leitor por meio da incorporação das características que o enunciador acredita relevantes para o público-alvo. O enunciatário pode ser, assim, seduzido por meio das semelhanças entre ele e o enunciador.

Assim, um trabalho de análise dos recursos linguístico-discursivos de constituição do *ethos* pode contribuir para a formação de um produtor de textos crítico e consciente das possibilidades de uso das estratégias discursivas, que saiba usar esses recursos em favor de seus objetivos, nas mais variadas situações de comunicação, sobretudo aquelas ligadas à argumentação e à persuasão.

O discurso possui a capacidade de “reconstruir o “real” em formas/modos linguísticos/discursivos. E, na sua aplicação, é necessário verificar qual a

funcionalidade da teoria e qual parte dela será colocada em prática. A teoria são os “óculos para ver a realidade”, como disse certa vez Rubem Alves em uma crônica, e, de qualquer forma, ela sempre pode ser “reconstruída” pelo viés do discurso.

Referências

- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2011.
- ALEXANDRE JÚNIOR, M. Introdução. In: ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005.
- ARISTÓTELES. Retórica. Prefácio e introdução: Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas: Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Revisão: Levi Condinho; Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa. In: MESQUITA, Antônio Pedro (Coord.). *Obras completas de Aristóteles*. 2. ed. rev. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. v. VIII, t. I.
- _____. *Tópicos*. Edição: W. D. Ross. Elaboração: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa et al. Revisão: Levi Coutinho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007. (Oxford classical texts).
- AUCHLIN, Antoine. Ethos e experiência do discurso: algumas observações. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lúcia; MELLO, Renato de (Org.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso –FALE/UFMG, 2001.
- CHARAUDEAU, Patrick. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, ano 29, n. 117, p. 96-111, 1995. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458726X_1995_num_29_117_1708>. Acesso: 03 set. 2015.
- _____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lucia e MELLO, Renato de. *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004. Consulté le 4 mai 2018 sur le site de Patrick Charaudeau - Livres, articles, publications.
- URL: <http://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html>
- _____. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução: Ângela M. S. Corrêa; Ida Lúcia Machado. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

- _____. *O discurso político*. Tradução: Fabiana Komesu; Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____. MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- DUCROT, Oswald. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987. p. 161-219.
- MAGESTE, P. Eu e você. [Carta do Editor]. *Revista Claudia*, número 5, ano 51, p. 34, mai., 2012.
- _____. Eu e você. [Carta do Editor]. *Revista Claudia*, número 8, ano 51, p. 30, ago., 2012.
- _____. Eu e você. [Carta do Editor]. *Revista Claudia*, número 9, ano 51, p. 26, set., 2012.
- _____. Eu e você. [Carta do Editor]. *Revista Claudia*, número 12, ano 51, p. 26, dez., 2012.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes/Ed. Unicamp, 1997.
- _____. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008a.
- _____. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008b. p. 11-29.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. 6. ed. ampl. Tradução: Cecília P. de Souza-e-Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2013.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- RODRIGUES, Kellen. Em pauta o conceito de ethos: a movência do conceito da retórica aristotélica à sua ressignificação no campo da análise do discurso por Dominique Maingueneau. *Revista SIGNUM: Estud. Ling.*, Londrina, v. 11, n. 2, p. 195-206, dez. 2008.
- SELIGMAN, A. Quem ruge por último ruge melhor. [Carta do Editor]. *Men's Health*, número 71, p. 12, mar., 2012.
- _____. Sua vida no talo. [Carta do Editor]. *Men's Health*, número 73, p. 12, mai., 2012.
- _____. O músculo e o cérebro. [Carta do Editor]. *Men's Health*, número 74, p. 12, jun., 2012.
- _____. Esquente sua curtição. [Carta do Editor]. *Men's Health*, número 76, p. 14, ago., 2012.
- _____. O cafofo é o canal. [Carta do Editor]. *Men's Health*, número 77, p. 8,

set., 2012.

_____. A aparência dos vencedores. [Carta do Editor]. *Men's Health*, número 78, p. 8, out., 2012.

_____. Deixe a concorrência pra trás. [Carta do Editor]. *Men's Health*, número 79, p. 14, nov., 2012.

_____. Por um 2013 mais fácil. [Carta do Editor]. *Men's Health*, número 80, p. 8, dez., 2012.

_____. De frente pra onda. [Carta do Editor]. *Men's Health*, número 81, p. 10, jan., 2013.

Recebido em 4 de maio de 2018.

Aceito em 15 de julho de 2018.

SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS: CLASSES FLUTUANTES SOB
PERSPECTIVA SEMÂNTICO-DISCURSIVA

NOUNS AND ADJECTIVES: FLOATING CLASSES UNDER
SEMANTIC-DISCURSIVE PERSPECTIVE

Rosane Santos Mauro Monnerat
Universidade Federal Fluminense
rosanemmonnerat@gmail.com

RESUMO:

Partindo do estudo da “classe dos nominais”, este trabalho pretende mostrar de que forma a seleção lexical – com foco nas operações de *nomear* e de *qualificar*, que remetem, respectivamente, para entidades (substantivos) e atributos (adjetivos) pode contribuir para espelhar imaginários sociais, já que tomada no interdiscurso da sociedade, essas escolhas lexicais podem ser reveladoras de subjetividade e da dimensão axiológica veiculadas nos textos em análise. Para essa investigação, será necessário revisitar conceitos gramaticais e discursivos (BECHARA, 1999; NEVES, 2000, KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, entre outros), noções de imaginários sociais (JODELET, 2001) e de efeitos patêmicos (CHARAUDEAU, 2010).

PALAVRAS-CHAVE:

Nomear, Qualificar, Imaginários sociais

ABSTRACT:

Starting from the study of the “nominal class”, this paper intends to show how the lexical choice – focusing on naming and qualifying processes, which refer, respectively, to entities (nouns) and attributes (adjectives) can contribute to mirroring social imaginary, since taken in the interdiscourse of society, these lexical choices can be revealing of subjectivity and axiological dimension conveyed in the texts under analysis. For this research, it will be necessary to revisit grammatical and discursive concepts (BECHARA, 1999; NEVES, 2000, KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, among others), notions of social imaginary (JODELET, 2001) and of pathetic effects (CHARAUDEAU, 2010).

KEYWORDS:

Name, Qualify, Social Imaginary

Palavras iniciais

Este trabalho apresenta algumas reflexões acerca do comportamento linguístico-semântico-discursivo de substantivos e adjetivos – comumente tratados como “Nomes”.

Não é nossa intenção fazer uma análise gramatical detalhada dessas classes de palavras, já fartamente estudadas nas gramáticas de Língua Portuguesa, mas interessa-nos, isso sim, o seu emprego sob uma perspectiva enunciativa, mais precisamente, semântico-discursivo-pragmática.

Partindo, então, dos pressupostos gramaticais já levantados pela Tradição, propomo-nos investigar o comportamento discursivo dos nomes: substantivos e adjetivos, com ênfase ao adjetivo, tomando para exemplos, expressões extraídas do *corpus* de nossa atual pesquisa, intitulada “Dos ‘Contos da Carochinha’ aos ‘Contos de Fadas’: procedimentos linguístico-semântico-discursivos da construção narrativa, na linha do tempo, sob a perspectiva da patemização”. Nessa pesquisa, analisamos a seleção lexical em relação ao binômio substantivo/ adjetivo, em narrativas infantis a partir de duas obras, separadas, respectivamente, por 100 anos de publicação - 1904 e 2004, o que nos leva, também, à indagação de possíveis mudanças no comportamento linguístico-discursivo dessas formas no recorte temporal proposto.

Importa, então, averiguar como a seleção lexical pode-se efetivar, moldada por mundos diferentes, separados por mais de um século. Que nos dirão essas escolhas, que nos revelarão sobre seus enunciadores?

É o que pretendemos descobrir, não só articulando gramática e discurso, como também considerando as representações sociais peculiares às faixas temporais, e os diferentes efeitos de sentido advindos da *patemização*.

Compartilhamos a mesma cultura, o mesmo conhecimento de mundo. Sempre que falamos ou escrevemos, operamos uma seleção nos sistemas lexical e gramatical da língua, buscando construir sentidos adequados às situações comunicativas de que participamos.

Para que se realize essa construção de sentidos, ou melhor, a *semiotização do mundo*, são necessários dois processos: o *processo de transformação*, que, sob a ação de um agente, efetiva a passagem do *mundo a significar* ao *mundo significado*, e o *processo de transação*, que faz desse *mundo significado* um objeto de intercâmbio entre os interlocutores (CHARAUDEAU, 1995 e 2005).

Das quatro operações constitutivas do *processo de transformação* - a *identificação*, a *qualificação*, a *ação* e a *causação* – interessam-nos, neste trabalho, sobretudo, as duas primeiras.

Na *identificação*, para que os seres do mundo sejam transformados em “identidades nominais”, é preciso nomeá-los, tarefa que cabe aos substantivos, no estudo da gramática. Já na *qualificação*, transformam-se os seres do mundo em “identidades descritivas”, em função das propriedades e características que os especificam, papel que cabe aos adjetivos, nos estudos gramaticais¹.

Articulando as operações de identificação e qualificação, respectivamente, aos conceitos de substantivo e adjetivo, passemos ao enfoque dessas duas classes de palavras.

1. Substantivos e Adjetivos

Substantivos e adjetivos constituem a classe dos NOMES.

As definições normalmente encontradas nos compêndios gramaticais sobre esses nomes são semelhantes, com apenas poucas variações, mas são definições incompletas, pois privilegiam quase sempre o critério semântico. Vejamos:

Substantivo é o nome de todos os seres (*critério semântico*) que existem ou que imaginamos existir.

Adjetivo é toda e qualquer palavra que, junto de um substantivo (critério funcional), indica uma qualidade, estado, defeito ou condição (critério semântico). (PINILLA, 2007, p. 172) (grifos da autora)

Há entre os autores de gramáticas e livros didáticos um consenso de que não é adequado considerarem-se as palavras apenas por um ou dois critérios, mas sim, avaliá-las em seus diferentes aspectos - morfológico, funcional (ou sintático) e semântico. A nossa proposta é a de incluirmos o aspecto discursivo-pragmático, já que as palavras valem em seu contexto de produção.

Se substantivos e adjetivos são rotulados como NOMES, quais seriam os limites entre essas duas classes?

¹ Na ação, os seres do mundo são transformados em “identidades narrativas”, agem, ou são levados a agir, inscrevendo-se em esquemas de ação e, na causação, os seres, com suas qualidades, agem ou sofrem a ação em razão de certos motivos que os inscrevem em uma cadeia de causalidade. A sucessão de fatos no mundo é explicada em “relações de causalidade”.

1.1 Limites entre as classes?

Vale observar que muitos autores não traçam limites precisos entre essas classes. Almeida (1999, p. 137) refere-se à questão, apresentando os conceitos de “adjetivo substantivado” e de “substantivo adjetivado”:

Do fato de vir o adjetivo qualificando o substantivo, resulta muitas vezes que, tirando-se o substantivo, continua sendo este facilmente subentendido, sem prejuízo para o sentido; assim é que se diz “o **cego**” – “um **avarento**” – “aquele **perverso**” etc. Tais adjetivos assumem então o caráter do substantivo, e é dessa confirmação o fato de poderem vir acompanhados de um artigo. Sempre que tal acontece, tais adjetivos se dizem adjetivos substantivados. **Adjetivo substantivado é, pois, o adjetivo que exerce função de substantivo.** Vice-versa, o substantivo pode passar para a classe dos adjetivos. Tal sucede sempre que o substantivo se relaciona com outro substantivo, passando, pois, a ser modificador, e, por conseguinte, a funcionar como adjetivo: menino **prodígio**, filho **homem**, laranja **lima**, comício **monstro**, homem **máquina**. **Prodígio, homem, lima, monstro e máquina são substantivos, mas, por virem modificando substantivos, tornam-se adjetivos. Diz-se, nesses casos, que o substantivo está adjetivado. Substantivo adjetivado é, portanto, o substantivo que exerce função de adjetivo.** (p. 137)

Já Perini (2000, p.45), em função da permeabilidade funcional entre substantivos e adjetivos, propõe que essas duas classes sejam reunidas em uma só, sob a denominação de *classes dos nominais*. Para o autor, substantivos e adjetivos

são uma grande classe, dentro da qual se distinguem muitos tipos de comportamento gramatical. [...] As diferenças de comportamento dentro dessa grande classe (que podemos chamar a classe dos **nominais**) provêm principalmente de diferenças de significado. [...] Acontece que, até hoje, ninguém teve a ideia de usar **xícara** para exprimir uma qualidade; e é por isso, somente, que **xícara** continua sendo apenas nome de uma coisa. Também não ocorreu a ninguém utilizar **pater-nal** para designar uma coisa (um novo tipo de escola?) e é por isso que **paternal** ainda é tão nitidamente qualificativo. A distinção entre a classe dos “adjetivos” e a dos “substantivos” simplesmente não existe. (pp. 45 e 46)

Outros autores estabelecem critérios para distinguir as duas classes; no entanto, esses critérios não levam à solução do problema, ainda que tragam,

algumas vezes, descobertas interessantes. Um desses critérios, apresentado por Ilari; Basso (2006, p.110) define o adjetivo como *a classe em que se encontram as palavras que formam um comparativo e um superlativo*. Assim, por exemplo, em “um vestido muito **caro**”, “uma pessoa muito **chique**” e, também, “uma pessoa muito **entrada em anos**”, “caro” e “chique” seriam adjetivos e “entrada em anos”, uma locução adjetiva.

Porém, outras construções não seriam tão previsíveis assim: “Ela estava usando uma roupa muito **cheguei**”; “Ele sempre foi um sujeito muito **família**” ou, ainda, “Ele tem um estilo muito **deixa pra lá**”. E agora? Por coerência, deveríamos considerar como adjetivos “cheguei”, “família” e “deixa pra lá” (!?). Ocorre, contudo, que essas expressões normalmente não são adjetivos. Em condições normais, “cheguei” é verbo; “família” é substantivo e “deixa pra lá” é uma sentença. Em suma, o teste do superlativo contraria nossas intuições, pois somos levados a analisar como adjetivos vocábulos que tipicamente não o são.

Para Sautchuk (2010), as diferenças entre as classes de substantivos e adjetivos se resolvem, respectivamente, segundo dois critérios em que se evidenciam relações nos eixos paradigmático e sintagmático da língua: “só é SUBSTANTIVO, em português, *a palavra que se deixar anteceder pelos determinantes*” (p.20) e, por uma lei morfossintática do português, “é ADJETIVO *toda palavra variável em gênero e/ou em número que se deixa anteceder por tão* (ou por qualquer outro intensificador, como *bem* ou *muito*, dependendo do contexto.” (p. 23).

A propósito da anteposição de determinante para caracterizar o substantivo, Macedo (1976, p. 63) institui, na classificação das palavras, a categoria de “Marco de classe” para representar, especificamente, o artigo e, a exemplo de Perini, que, como vimos, não separa essas duas classes, considera substantivos e adjetivos como uma “classe flutuante”.

E sob a perspectiva semântica, seria possível analisar essa “classe flutuante”? Acreditamos que sim, mas com a concorrência de critérios morfossintáticos e discursivo-pragmáticos.

1.2 Para além do critério morfossintático

Ao designar os seres do mundo, o falante faz uma seleção que, semanticamente, pode ser representada por realidades concretas ou abstratas, individuais ou coletivas, humanas ou não humanas etc. De maneira geral, os referentes concretos podem ser designados pelos substantivos comuns (informam atribu-

tos do objeto) ou pelos substantivos próprios (particularizam um determinado referente). Segundo Neves (2000), p. 73)

pode-se encontrar na classe dos **substantivos comuns** uma série de subclassificações, que, entretanto, só se resolvem na função de referenciação do nome e, portanto, na própria instância da construção do enunciado, não sendo diretamente estabelecidas no **léxico** da língua. É o caso dos subconjuntos: **substantivo concreto** e **substantivo não-concreto (abstrato)**; **substantivo contável** e **substantivo não-contável (de massa)**.

Do ponto de vista semântico, os substantivos comuns apresentam subconjuntos, como, por exemplo, no caso dos concretos: **genérico**, como “animal”; **específico**, como “zebu”; **inanimado**, como “pedra”; **humano**, como, “menino”; **locativo**, como “praça”; **temporal**, como “mês” etc. e, no caso dos abstratos, ideia **de estado**, como “doença”; **de propriedade**, como “temperatura”; **de qualidade**, como “beleza”; **de ação**, como “intervenção”; **de processo**, como “diminuição” etc. (NEVES, 2000, p. 74)

Por outro lado, muitos substantivos podem ser variavelmente abstratos, ou concretos, conforme o sentido em que se empregam. Rocha Lima (1994, p. 67) exemplifica:

Deste modo, *redação*, por exemplo, é nome abstrato, quando significa “o ato de redigir”, numa frase como esta: *A redação das leis requer clareza e precisão*. Com o sentido, porém, de “trabalho escolar escrito”, já passa a nome concreto: *Na redação deste aluno, assinalei, a lápis vermelho, vários erros graves*.

Na *operação de nomeação*, o substantivo pode-se apresentar como elemento lexical neutro, imparcial, restrito à sua função nomeadora (articulado, portanto, estritamente ao papel que lhe confere a gramática tradicional), mas pode, também, ultrapassar essa simples função de nomeação e gerar, em combinação com outros nomes, significações além do que está escrito, ou seja, implícitas, significações estas responsáveis pela construção do sentido global do texto – aquele que relaciona *sentido de língua* a *sentido de discurso*, no processo de *compreensão / interpretação* (CHARAUDEAU, 1995), pois os nomes não só nomeiam, mas sugerem ideias relacionadas às atitudes, aparências e comportamentos dos respectivos nomeados, trazendo cargas de significação passíveis de interpretação diversa.

Dessa forma, a *seleção lexical* e, mais precisamente, a escolha de nomes substantivos e adjetivos é assunto que desperta nosso interesse, pois tanto do ponto de vista da escrita (do produtor de textos) quanto da leitura (do receptor de textos) é fundamental saber selecionar/perceber o item lexical que mais se ajusta ao que se pretende comunicar. E isso porque, muitas vezes, o emprego de um vocábulo pode revelar uma atitude do falante em relação ao fato que enuncia. Trata-se do que se costuma conceituar como vocabulário positivo (neutro) ou negativo (AUTOR, 1999). Vejamos, a propósito, as diferenças semântico-discursivas decorrentes do emprego de pares de vocábulos como: “funcionários/folhetos”, de um lado e “operários/panfletos”, de outro, em: *Os funcionários distribuíam folhetos na porta da fábrica. / Os operários distribuíam panfletos na porta da fábrica.* Mesmo não intencionalmente, já nos posicionamos enunciativamente, de certa forma negativa, no segundo par, em relação ao primeiro, uma vez que “operários” e “panfletos” apontam para representações sociais (JODELET, 2001) compartilhadas, em nossa sociedade, como de ideologias da esquerda.

Dessa forma, vale destacar a importância da situação comunicativa na percepção do que uma mesma expressão possa significar. As ambiguidades polissêmicas, a esse respeito, são geralmente resolvidas em função do contexto situacional em que são apresentadas.

Em relação aos adjetivos, a seleção lexical parece ser ainda mais reveladora, já que, ao escolher este ou aquele adjetivo, o sujeito comunicante deixa, no texto, marcas de sua subjetividade e intencionalidade, o que vem ratificar a afirmação de Charaudeau (1992, p. 663) de que “qualificar é tomar partido”:

De fato, toda qualificação testemunha o olhar que o sujeito falante deposita sobre os outros seres e o mundo, testemunhando então sua subjetividade. Assim, ele pode chegar a dizer: “A terra é azul como uma laranja.” Nota-se que essa descrição pode ser considerada a ferramenta que permite ao sujeito falante satisfazer seu desejo de *posse do mundo*: é ele que o singulariza, que o especifica, dando-lhe uma substância e uma forma particulares, em função de sua própria visão das coisas que passam não só por sua racionalidade, mas também por seus sentidos e seus sentimentos. (CHARAUDEAU: 1992, p.663)

Assim, qualificar um ser ou objeto é apresentar um julgamento sobre ele. A qualificação pode estar no terreno objetivo – quando temos as informações (dados do conhecimento do autor do texto) e as caracterizações (dados que

estão no objeto) - ou no terreno subjetivo – quando temos as qualificações (impressões subjetivas sobre o ser e o objeto).

As qualificações não se realizam apenas por meio de adjetivos qualificativos, podem-se efetuar por outras codificações linguísticas, tais como: advérbio qualificativo, locução adjetiva, oração adjetiva, entoação da frase, substantivo, analogia - forma de qualificação muito comum, que pode-se realizar como *comparação*, ou como *metáfora* (CARNEIRO: 1994, p. 20).

Cabe mencionar uma particularidade a respeito dessas outras formas de qualificação. Trata-se, muitas vezes, da qualificação por meio de substantivo, o que, à primeira vista, poderia parecer estranho, já que, como se sabe, regularmente, aos substantivos cabe representar as entidades e, aos adjetivos, os atributos ou qualificações. A definição de substantivo apresentada por Bechara (1999, p. 112) elucida a questão:

Substantivo – é a classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos *objetos substantivos*, isto é, em primeiro lugar, substâncias (*homem, casa, livro*) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias, quase sejam qualidades (*bondade, brancura*), estados (*saúde, doença*), processos (*chegada, entrega, aceitação*).

Ou seja, alarga-se o escopo semântico da classe dos substantivos, o que se amolda perfeitamente ao enfoque discursivo dessa questão.

1.3 Uma tentativa de categorização das qualificações e dos atributos

Na análise das qualificações e dos atributos, recorreremos aos estudos de Kerbrat-Orecchioni (1980) sobre a subjetividade na linguagem, atendo-nos aos adjetivos, para verificar suas possibilidades discursivas.

A autora parte do eixo de oposição “objetivo/subjetivo”, que considera não dicotômico, mas gradual, já que, na língua, as unidades léxicas recebem diferentes cargas de subjetividade, o que torna os enunciados mais ou menos objetivos/subjetivos, como se pode observar no gráfico proposto:



(KERBRAT-ORECCHIONI: op.cit., p. 72)

As palavras apresentadas nesse gráfico representam o progressivo grau de envolvimento do falante. Afinal, classificar alguém como “solteiro” depende simplesmente de observação - o estado civil é um fato. A noção de “amarelo” é um pouco menos fixa, visto que um mesmo objeto pode ser considerado “amarelo” por uma pessoa e “laranja”, por outra. A noção de “pequeno” é bem pessoal, como se pode observar em situações como a seguinte: um livro de trinta páginas é certamente pequeno para quem gosta de ler, mas enorme para quem não tem hábito de leitura; por fim, a ideia de “bom” é ainda mais pessoal, pois se baseia quase exclusivamente na subjetividade: por exemplo, um homem público que faz doações constantes a orfanatos pode ser considerado “bom” por algumas pessoas e “exibicionista” por outras; é uma questão de opinião, não só de simples observação.

Para a linguista, toda unidade léxica é, de certo modo, subjetiva, visto que as “palavras” da língua não passam de símbolos substitutivos e interpretativos das “coisas”. Dessa forma, a subjetividade é impressa nas palavras por meio de traços de afetividade, de modalização e de axiologia (juízo de valor).

Kerbrat utiliza o termo *subjetivema* (*subjèctivème*) (*op. cit.*, p.70) para se referir às “unidades significantes cujo significado comporta o traço subjetivo e cuja definição semântica exige a menção de seu utilizador”². Os *subjetivemas* podem ser *afetivos* e *avaliativos*.

Assim, ao tratar dos adjetivos, que podem ser *objetivos* ou *subjetivos*, a autora classifica os *subjetivos* em *afetivos* e *avaliativos*, sendo que esses últimos ainda podem ser *axiológicos* e *não axiológicos*.

Os adjetivos *objetivos* descrevem o mundo (não necessariamente o mundo real); revelam propriedades intrínsecas ao objeto denotado, ao passo que os *subjetivos* refletem prioritariamente um julgamento de valor do enunciador.

Os adjetivos *afetivos* enunciam, ao mesmo tempo, uma propriedade do objeto que determinam e uma reação emocional do sujeito falante diante desse objeto. O valor afetivo pode ser inerente ao adjetivo ou, pelo contrário, derivar de um significante prosódico, tipográfico, ou sintático. Diferentemente dos adjetivos *axiológicos*, a expressão afetiva não faz parte do conteúdo intrínseco do adjetivo.

Embora não coincidam as classes de adjetivos *afetivos* e *axiológicos*, elas se associam, já que alguns termos (como “admirável”, “irritante”, “excitante” etc.) podem ser admitidos simultaneamente nas duas classes. Outros adjetivos,

² *Subjèctivèmes: unités signifiantes dont le signifié comporte le trait [subjectif], et dont la définition sémantique exige la mention de leur utilisateur.*

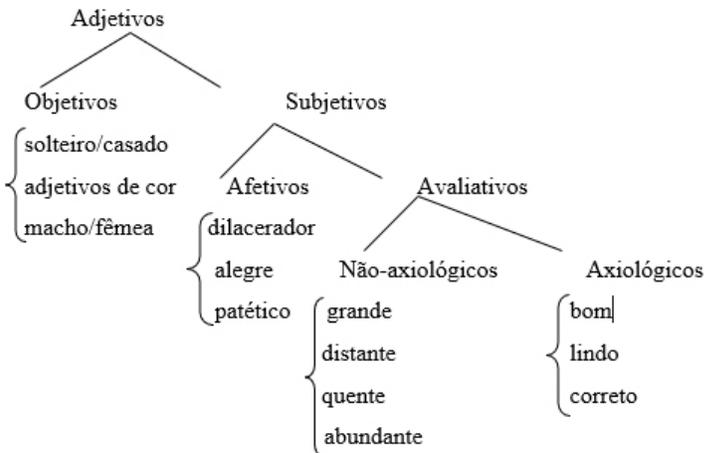
fundamentalmente *afetivos* ou *axiológicos*, podem assumir, no contexto, uma conotação ou axiológica, ou afetiva.

Os adjetivos *avaliativos não axiológicos* têm um caráter gradual e podem ser empregados em estruturas exclamativas. Essa classe compreende todos os adjetivos que não enunciam um juízo de valor e um compromisso afetivo do locutor. Esses adjetivos implicam uma evolução qualitativa e quantitativa do objeto denotado pelo substantivo que determinam e cujo uso se baseia, por isso, em um parâmetro duplo: (a) interno, do objeto a que se atribui a qualidade e (b) específico, do falante, em razão de quem pode ser considerado subjetivo.

Os adjetivos *avaliativos axiológicos* (valorativos) também têm seu emprego determinado por um duplo parâmetro: (a) em relação à classe do objeto a que se atribui a propriedade (por exemplo, as modalidades de “belo” variam de acordo com a natureza do objeto a que se atribui essa propriedade, lembrando que só podem ser comparados axiologicamente dois objetos pertencentes à mesma categoria); (b) em relação ao sujeito da enunciação e a seus sistemas de avaliação (estética, ética etc.).

Se os percebemos, em geral, como nitidamente mais subjetivos que os não axiológicos, é porque os parâmetros de “pequenez” de um livro, ou da temperatura atmosférica, por exemplo, são bem mais consensuais que os de “belo”, em que o caráter valorativo se destaca de imediato.

O gráfico seguinte ilustra a classificação:



(KERBRAT-ORECCHIONI: *op.cit.*, p. 84)

Assim, em relação a essa classificação, se considerarmos uma escala que parta da concretude para graus de subjetividade, teríamos:

Adjetivos OBJETIVOS > NÃO AXIOLÓGICOS > AXIOLÓGICOS > AFETIVOS.

Os axiológicos (elogiosos ou injuriosos), portanto, são *implicitamente* enunciativos e desempenham o papel de detonadores ilocutórios que podem gerar efeitos de sentido imprevisíveis. Dessa forma, seu uso exige precauções. É por isso que a língua culta prefere atenuá-los com recursos como lítotes (modo de afirmação por meio da negação do contrário, como em “Ele não é nada bobo.”, em vez de “Ele é muito esperto.”) ou eufemismo (somente no caso dos pejorativos, visto que se trata de amenizá-los). Assim, o enunciador pode-se posicionar a respeito de um determinado assunto sem se confessar abertamente como a fonte do juízo de valor.

A análise com base nesses critérios interessa, sobretudo, a pesquisas que levam em conta interações em diferentes situações de comunicação, uma vez que o emprego das categorias propostas por Orecchioni contribui para projetar uma imagem da pessoa que fala. Por exemplo, se um locutor emprega sempre termos afetivos, poder-se-ia supor estar-se diante de uma pessoa sensível, romântica; ao contrário, outro que se valha sempre de termos rudes, chulos construiria para si a imagem de alguém grosseiro etc..

É possível estabelecer um paralelo entre essas noções e alguns pontos levantados por Charaudeau (1992, p.323-327), no capítulo em que trata da “Qualificação”, em sua *Grammaire du sens et de l’expression*.

Segundo o autor, para que um ser exista, é necessário conferir-lhe uma identidade por meio de propriedades, as quais constituem o resultado da maneira pela qual o homem percebe e constrói o mundo. Tais propriedades, portanto, testemunham o “modo de visão” (o “olhar”) que o sujeito projeta sobre as qualidades dos seres.

Considera-se que há três modos de visão: a *visão objetiva*, a *visão subjetiva* e a *visão objetiva relativa*³.

A *visão objetiva* corresponde seja a uma percepção física dos objetos do mundo, pelo viés de sua forma (redondo, chato), de sua cor (azul, verde), de sua posição no espaço (horizontal, vertical), seja pelo viés de um conhecimento

³ Como poderemos observar pelos exemplos já vistos, é nesse ponto que é possível estabelecer, respectivamente, a relação com os adjetivos subjetivos axiológicos e subjetivos não axiológicos.

antropológico dos seres do universo do ponto de vista, por exemplo, de seu sexo (masculino, feminino), de sua idade (jovem, velho) etc., de um conhecimento institucional de traços de identidade social (casado, solteiro).

A *visão subjetiva* corresponde a um julgamento que o sujeito enunciator faz sobre o que ele percebe e que exprime por meio de uma apreciação positiva ou negativa. Essa apreciação pode-se exercer em diferentes domínios:

- *intelectivo*: apreciação que concerne à atividade intelectual (lógico, contraditório, rigoroso);
- *afetivo*: apreciação que concerne aos sentimentos e estados da alma (subversivo, sensacional, triste/alegre), às sensações, ao gosto (agradável/desagradável, bom/mau), ou aos comportamentos psicológicos (nervoso, agitado, calmo);
- *estético*: apreciação que concerne à arte e a tudo o que na natureza é avaliado em relação aos cânones da beleza (bonito/feio, antigo/moderno);
- *ético*: apreciação que concerne à moral, aos códigos de conduta, às obrigações (bem/mal, correto/incorreto, polido/rude);
- *pragmático*: apreciação que concerne ao aspecto utilitário e prático das ações humanas (útil/inútil, prático, cômodo, eficaz, necessário).

A visão dita *subjetiva* pode reportar-se ao sujeito enunciator ou a uma coletividade submetida a certo número de critérios de julgamento.

Finalmente, a *visão objetiva relativa* corresponde também a uma percepção física dos objetos do mundo, mas, nesse caso, incluindo uma *avaliação*. Essa avaliação irá depender de um sistema graduado, cujo critério repousa sobre normas relativas ao sujeito falante ou a seu grupo social. É o caso da qualificação que incide sobre as distâncias (perto/longe), as dimensões (grande/pequeno, largo/estrito), os pesos (pesado/leve), os movimentos (rápido/lento), acrescentando-se, ainda, a possibilidade de essa visão poder ser sempre contestada.

Maingueneau (1996), apoiando-se em Orecchioni (*op. cit*), destaca, como ponto vital da questão da subjetividade ou objetividade dos adjetivos, a presença ou a ausência do traço de *classificatividade*.

Empregar um adjetivo de maneira *classificativa* é enquadrar um referente em classes delimitáveis, portadoras de informação. Ao contrário, empregar um adjetivo de forma *não classificativa* é, na verdade, valorizar, ou desvalorizar um objeto, ou seja, avaliá-lo (MAINGUENEAU, 1996, p.139). Assim, de acordo com essa terminologia, *classificatividade* associa-se à objetividade, e a ausência desta, à subjetividade.

Carneiro (1992) também trata da questão dos adjetivos objetivos e subjetivos. Segundo o autor, adjetivos de conteúdo subjetivo tendem a exigir explicitação, levando, portanto, o texto a progredir, ou melhor, adjetivos subjetivos tendem a gerar progressão textual por explicitação; os adjetivos de sentido objetivo, por outro lado, tendem a uma “auto-suficiência informativa”, não geradora de progressão textual, entendendo por progressão, simplesmente, o ato de estender o texto, ao contrário de Charolles; Peytard (1978), que vinculam a ideia de progressão textual à ideia de novo, ou seja, à progressão semântica.

1.4 O adjetivo no plano da enunciação

O adjetivo pode também contribuir para intensificar as características atribuídas aos substantivos. Quirk (1985, p. 405-474) estuda em profundidade o recurso da intensificação linguística, processo semântico manifesto por meio de adjetivos e de advérbios. Estabelece subdivisões para o inglês, tanto em relação aos adjetivos quanto aos advérbios, as quais podem ser perfeitamente aplicadas ao português.

Ao tratar do adjetivo, mostra que alguns podem exercer efeito de realçar, ou não, o substantivo que modificam. A partir daí, distingue três subclasses semânticas de adjetivos intensificadores: os *enfritadores* (são geralmente atributivos e têm efeito de sobrelevar a qualidade: “*bom* banho”); os *amplificadores* (denotam um ponto elevado em uma escala, sendo geralmente predicativos - quando inerentes: “Uma vitória *completa*” e atributivos - quando não inerentes: “um *perfeito* idiota”) e os *moderadores* (efeito escala abaixo).

A distinção entre *inerentes/não inerentes*⁴ faz parte de uma outra classificação, também de base semântica, paralela à anterior. Destaca-se, ainda, a

⁴ Convém estabelecer a diferença entre o que o autor chama de adjetivo inerente (*inherent*) e adjetivo não inerente (*noninherent*). Os primeiros, diferentemente dos segundos, caracterizam o nome diretamente. Observe-se a diferença: “Meu amigo é *velho*/Ele é um *velho* amigo”. A modificação do nome em consequência do adjetivo não inerente pode ser interpretada como uma extensão do sentido básico do nome.

diferença entre adjetivos *estáticos* (a maioria) /*dinâmicos* (denotam qualidades sujeitas ao controle do possuidor, daí poderem aumentar ou diminuir) e *graduáveis* (gradação manifestada pela comparação e pelos intensificadores) /*não graduáveis*.

Vale lembrar, ainda, que os adjetivos, além de acrescentarem propriedade ou qualidade ao substantivo, como preconiza a gramática, podem manter, aumentar, ou diminuir a força argumentativa do nome a que se reportam, exprimindo tomada de posição do locutor em relação ao dito e ao não-dito polifônico, no plano da enunciação.

Em sua *Gramática de usos do português*, Neves (2000, p. 184 e seguintes) analisa, em detalhes, o papel do adjetivo no enunciado e, nesses estudos, encontram-se muitas noções - como as de gradação, intensificação, delimitação / circunscrição - paralelas às trabalhadas por Quirk (1985), às quais já nos reportamos.

A autora classifica os adjetivos em dois grupos:

(a) os **qualificadores** ou **qualificativos**: referem ao substantivo determinando uma propriedade deste que não é essencial à sua definição, o que pode implicar uma característica, de certa forma, vaga e subjetiva. Como fazem uma atribuição ao substantivo que acompanham e, portanto, predicam, são adjetivos prototipicamente *predicativos*. Incluem-se nesse caso os adjetivos com prefixos negativos e aqueles com sufixos derivados de verbos, como *-do, -to/-ta, -nte*;

(b) os **classificadores**: adjetivos que incluem o substantivo que acompanham em uma subclasse para a qual trazem uma indicação objetiva, não tendo, portanto, caráter vago e sendo, por isso, *denominativos* (e não *predicativos*).

Em função do caráter vago que se pode atribuir à qualificação, os adjetivos qualificadores têm algumas características: (a) são **graduáveis** (podem vir antecedidos de advérbios marcadores de grau, como “mais” e “muito” e são adjetivos que dão ideia de abundância da qualidade, como os terminados em *-oso, -udo* e *-ucha*); (b) são **intensificáveis** (podem vir acompanhados não só de advérbios que lhes imprimem intensidade, como também de prefixos intensificadores).

Em princípio, também são qualificadores os adjetivos que admitem sufixo superlativo, ou diminutivo, com valor de intensificação. Já com adjetivos

classificadores, o sufixo diminutivo não tem o mesmo efeito intensificador, podendo, inclusive, atenuar a qualificação.

Os **adjetivos qualificadores** podem expressar diversos valores semânticos:

(a) **de modalização epistêmica**: os adjetivos exprimem conhecimento ou opinião do sujeito: *de certeza*, ou *de asseveração* (óbvio, evidente, certo) e *de eventualidade* (possível, impossível, provável);

(b) **de modalização deôntica**: os adjetivos exprimem consideração de necessidade por obrigatoriedade (necessário, obrigatório, imprescindível);

(c) **de avaliação psicológica**: os adjetivos exprimem propriedades definidoras do substantivo na sua relação com o sujeito (sou *sincera*)

(d) **de avaliação de propriedades intensionais**: os adjetivos exprimem propriedades que descrevem o substantivo: em qualidade: as propriedades podem ser expressas por adjetivos *eufóricos* (de indicação para o positivo, para o bom), *disfóricos* (de indicação para o negativo, para o mau) ou *neutros* e em quantidade: os adjetivos são, em princípio, neutros, indicando dimensão ou medida com substantivos concretos (*pequeno* rebanho, cabelo *comprido*) e intensificação, com substantivos abstratos (*profundo* horror, *alto* nível, movimento *intenso*). Note-se que a intensificação pode não ser elevada (altura *razoável*). Frequentemente a intensificação implica uma avaliação pessoal, daí poderem ser usados para a intensificação adjetivos de avaliação psicológica (sucesso *tremendo*). Acompanhando substantivos abstratos, os adjetivos também podem indicar atenuação (*relativa* estabilidade);

(e) **de autentificação**: o substantivo é qualificado como legítimo em seu uso. Os adjetivos são, nesse sentido, *epilingüísticos*⁵, no sentido de que predicam o próprio termo (substantivo) empregado (Esse é um exemplo *autêntico*).

Os **adjetivos classificadores**, por sua vez, têm um caráter não vago; daí, os adjetivos com prefixos de valor numérico serem sempre classificadores.

⁵ Segundo Travaglia (1997), *as atividades epilingüísticas* são aquelas que suspendem o desenvolvimento do tópico discursivo (ou do tema ou do assunto), para, no curso da interação comunicativa, tratar dos próprios recursos linguísticos que estão sendo utilizados, ou de aspectos da interação.

Também são classificadores os adjetivos derivados de nomes próprios (*machadiano*), que tipificam os substantivos que acompanham, conforme um conjunto de características ligadas às atividades do indivíduo de cujo nome derivam. Os sintagmas nominais do tipo “de + nome” (locações adjetivas) também são adjetivos classificadores. Muitos desses adjetivos expressam noções adverbiais:

(a) **delimitação ou circunscrição**: restringe o domínio de extensão do que é referido pelo nome, do ponto de vista de um domínio de conhecimento (científico, literário, ideológico etc.), ou do ponto de vista individual (pessoal, particular, individual, privada etc.);

(b) **localização no espaço**: os adjetivos localizam tanto objetos, quanto ações, estados e processos. Alguns adjetivos de localização podem ocorrer graduados (mais *interna*) e há outros que indicam ordem ou posição numérica, o que os aproxima semanticamente dos numerais ordinais (último vexame).

Importa comentar, ainda, que, em dependência do substantivo com o qual se constroem, os adjetivos classificadores podem passar a qualificadores, em uso metafórico, com possibilidade de anteposição (*subterrâneo* temor); da mesma forma, certos adjetivos que, a princípio, são qualificadores, junto a determinados substantivos, podem passar a classificadores, especialmente em sintagmas cristalizados (*água salgada*, *água doce*, *batata-doce*).

1.5 *Adjetivo + Substantivo ou Substantivo + Adjetivo?*

Resta tecer um comentário a respeito da posição do adjetivo em relação ao substantivo.

Já dizia Ribeiro (1911, p. 245) que

Os adjectivos descriptivos antepõem-se ou pospõem-se aos substantivos, conforme o gênio da língua, o estylo da composição e o gosto do escriptor: não se pôde estabelecer regras positivas a este respeito. (...) ⁶

Antenor Nascentes (1960, p. 151), por sua vez, pontua que *o adjetivo posposto distingue pela razão um objeto de outro; o anteposto atribui uma qualidade sob o império do sentimento, tem um emprego afetivo*.

⁶ Manteve-se o texto original.

Percebe-se, portanto, que *quando o adjetivo está logo depois do substantivo, tende a conservar o valor próprio, objetivo, intelectual; quando está antes, tende a embrandecer-se, adquirindo matiz sentimental* (LAPA, 1977, p. 140).

A posição do adjetivo depois do substantivo é a mais frequente na linguagem comum, a menos marcada, ao passo que a posição antes do substantivo é a mais marcada e frequente nas obras literárias. Essa anteposição assinala a interveniência de uma avaliação subjetiva do sujeito na qualificação efetuada.

Mattoso Câmara Júnior (1996) explica que

a posição regular do adjetivo determinante, em português, é depois do substantivo determinado. A anteposição decorre do enfraquecimento da função descritiva em proveito da reação afetiva que o predicado descrito pode carrear. Ou, em outros termos, a posposição do adjetivo é essencialmente denotativa, em contraste com a predominância de uma conotação, mais ou menos forte, que a anteposição do adjetivo implica. (MATTOSO CÂMARA: 1996, p.87, nota de rodapé)

Assim, nas subclasses que se reúnem sob o rótulo de “adjetivos de avaliação”, seja qualitativa, seja quantitativa verifica-se mais facilmente o efeito de maior envolvimento do sujeito na qualificação, daí o efeito de conotação obtido com a anteposição do adjetivo.

Para distinguir a anteposição da posposição, do ponto de vista semântico, gramáticos e linguistas têm proposto diferentes oposições, tais como:

Anteposição	Posposição	
sentido figurado	sentido próprio	
sentido afetivo	sentido intelectual	
subjetividade	objetividade	
designação global	qualidade distintiva	
expressivo	explicativo	(CHARAUDEAU: 1992, p. 351)

Segundo Charaudeau, (*op. cit.*), a anteposição do adjetivo tende a fazer com que ele e o substantivo formem um todo e, portanto, uma só unidade de sentido. Tal fato implica uma modificação mais ou menos importante do sentido do adjetivo. Por vezes, a sua substância semântica se torna mais abstrata, tomando um valor de intensidade (ex. *um gordo comedor = muito*); por vezes, produz-se uma derivação semântica (ex. *um bravo homem = bom*). É essa conceptualização unitária que permite aos gramáticos dizerem que o sentido é *figurado* e a designação é *global*.

Dessa forma, constata-se que a anteposição corresponde a um movimento de espírito que percebe o mundo de maneira mais qualitativa, ou seja, os seres são percebidos por meio de suas qualidades e é essa razão que leva alguns gramáticos a dizerem que a anteposição dá ao adjetivo um sentido *afetivo*, *expressivo* e *subjetivo*. Por outro lado, a posposição do adjetivo tende a fazer com que o nome e o adjetivo formem duas entidades de sentido distinto, o que explica que o adjetivo guarde seu sentido qualitativo de origem (*um comedor gordo* – contrário de *magro*); (*um homem bravo* = *corajoso*) e tenha um sentido próprio.

A posposição, portanto, corresponde a um movimento do espírito que percebe o mundo de maneira analítica, em dois tempos: de um lado, os seres; de outro, as qualidades que se referem a esses seres e é isso que permite aos gramáticos dizerem que a posposição dá ao adjetivo um sentido *intelectual*, *explicativo* e *objetivo* (CHARAUDEAU, 1992, p. 351).

1.6 Os nomes e a produção de sentido

No estudo da produção de sentido dos nomes, importa comentar os efeitos de sentido decorrentes da passagem de nomes próprios a comuns, de nomes comuns a adjetivos, bem como de adjetivos a nomes, a que já nos referimos. Trata-se de “deslizamentos de sentido” (*glissement sémantique*) responsáveis por uma recategorização desses nomes.

Especificamente, quanto aos nomes próprios, vejamos, por exemplo, o que ocorre com personagens históricos, artísticos e literários. O valor individualizante de seu nome próprio sofre um desgaste, passando, então, o nome próprio a comum. Mas o processo não termina aí. Esse nome, agora comum, fica imantado das características positivas, ou negativas inerentes ao portador do nome próprio, razão pela qual, o emprego do nome carrega também a qualificação. Assim, em “Fulano é um judas”, a imagem que se constrói desse indivíduo é a de traidor, de amigo falso.

Os nomes podem, ainda, ter funções anafóricas. Isso ocorre quando um item lexical engloba uma determinada extensão de texto, que pode precedê-lo ou segui-lo, seja preservando a continuidade do enunciado, seja introduzindo mudanças de tópico, ou alterações dentro de um mesmo tópico, seja expressando o envolvimento do autor com os fatos que apresenta. Trata-se, nesse caso, da *nominalização*, mecanismo linguístico associado à *referência* - um dos fatores de coesão textual - que opera, linearmente, na superfície textual.

Em relação aos estudos desses elementos fóricos, na passagem da Linguística do Texto para a Análise do Discurso, não se produz uma ampliação da noção de anáfora, como acontece na passagem do estudo frasal para o textual, mas uma modificação de paradigmas teóricos. Na perspectiva da Análise do Discurso, Indursky (1997) propõe uma concepção de anáfora que difere daquela proposta nos estudos frasais e textuais. A autora percebe que as anáforas, apesar de retomarem um item lexical presente no texto, não possuem necessariamente uma referência integral em relação a esse item. É necessária a apreensão da *condição de produção* do discurso, a fim de que se obtenha o *efeito de sentido* que a anáfora discursiva está produzindo. Para estudar o *efeito de sentido* entre os elementos fóricos, a autora concebe a anáfora como uma retomada não só de itens lexicais internos ao texto ou relacionados ao contexto imediato da situação comunicativa, mas também de elementos do interdiscurso. Indursky (1997, p. 719) afirma que tanto os interlocutores quanto o referente não são um reflexo da situação empírica, mas uma representação discursiva marcada pela ideologia.

Assim, as construções anafóricas, dentro da perspectiva discursiva, não só retomam, como também podem construir o referente. Isso se deve ao fato de elas estarem relacionadas aos *já-ditos* que fazem parte do interdiscurso específico do discurso em que estão inseridas. A anáfora discursiva apresenta, então, um comportamento misto, estabelecendo relações tanto endofóricas quanto exofóricas, pois retoma *um dito na superfície textual e um já-dito [...] na exterioridade do texto* (*idem*, p.720). Dessa forma, a anáfora discursiva estabelece ligação entre elementos presentes na materialidade linguageira e elementos ausentes, recuperáveis apenas no interdiscurso – posição análoga a que defendemos: estudos de categorias linguísticas perpassadas pela análise discursiva.

A compreensão(/interpretação) desses elementos pode estar sujeita à maneira como o interlocutor percebe tal seleção lexical e/ou é emocionalmente afetado pela mesma. Estamos nos referindo, agora, aos efeitos patêmicos advindos do emprego de certos substantivos e adjetivos.

1.7 Emoção e Patemização

Quando se evoca o termo “emoção”, é frequente sua associação a sensações e a sentimentos que se provocam e se manifestam em situações específicas. Charaudeau (2010) prefere os termos “patêmico” e “patemização” à palavra “emoção”, o que, a princípio, já demarca uma abordagem diferenciada do fe-

nômeno. Em outras palavras, o efeito patêmico produzido no e pelo discurso é diferente das emoções reais que um sujeito sente em sua vida, afinal, a emoção instaurada pelo processo discursivo não é, necessariamente, aquela sentida e vivida pelos sujeitos sociais no mundo extralinguístico. Assim sendo, fica claro que *a organização do universo patêmico depende da situação social e sociocultural na qual se inscreve a troca comunicativa* (CHARAUDEAU, 2010, p. 37).

O linguista (2010, p. 48-54) propõe a organização de categorias patêmicas sob quatro classes centrais, denominadas patemias ou tópicas (ou, ainda, imaginários sociodiscursivos). Essas categorias, polarizadas em afeto negativo e positivo, dividem-se na tópica da “dor” e “alegria”, na tópica da “angústia” e “esperança”, na tópica da “antipatia” e “simpatia”, e na tópica da “repulsa” e da “atração”, e foram definidas segundo os seguintes critérios: o estatuto que o sujeito atribui ao actante-objeto (pessoa ou situação) que deflagra certos afetos; a relação que se estabelece entre o sujeito e o actante-objeto, e o comportamento enunciativo assumido pelo sujeito.

Nesse sentido, para que o discurso seja patemizante, é indispensável que ele se inscreva em um dispositivo comunicativo determinado, esteja relacionado a certas temáticas e explore a *mise en scène* discursiva própria da emoção. O quadro seguinte (adaptado de CHARAUDEAU: 2010, p. 49-54) ilustra a questão:

TÓPICAS PATÊMICAS E SUAS FIGURAS				
TÓPICA 1	+	ALEGRIA	Satisfação do desejo	Satisfação, Contentamento, Vaidade, Orgulho
	-	DOR	Insatisfação do desejo	Tristeza, Vergonha, Constrangimento, Humilhação, Orgulho ferido.
TÓPICA 2	+	ESPERANÇA	Espera por um benefício.	Confiança, Desejo, Apelo, Votos, Oração.
	-	ANGÚSTIA	Espera por algo negativo.	Melancolia, Medo, Terror.
TÓPICA 3	+	SIMPATIA	Sensibilidade para aliviar o sofrimento de alguém.	Benevolência, Compaixão, Piedade, Solidariedade.
	-	ANTIPATIA	Indignação frente a uma vítima perseguida.	Indignação, Acusação, Denúncia, Cólera, Ódio.

TÓPICA 4	+	ATRAÇÃO	Aprovação e adesão a algo visto como benéfico.	Admiração, Fervor, Maravilhamento, Encantamento.
	-	REPULSA	Desaprovação e rejeição de algo negativo.	Desprezo, Desgosto, Aversão, Fobia.

Em relação às marcas linguísticas que provocam efeitos patêmicos, o Charaudeau observa que tanto o emprego de certas *palavras pertencentes a um universo emocional* (por exemplo: indignação, felicidade; reconfortante, reprovável) quanto o emprego de *palavras não relacionadas a esse universo* (por exemplo: manifestação, bombardeio; roxo, grande) podem produzir um efeito patêmico. Dito de outra forma, há palavras mais “transparentes” em relação ao conteúdo emocional, como “cólera”, “angústia”, “horror”, mas seu emprego por si só não garante que elas produzirão efeito patêmico no interlocutor; da mesma forma, há palavras que não descrevem emoções, mas que podem desencadeá-las, como “assassinato”, “vítimas”, “acidente”; e há, ainda, enunciados que não comportam palavras patemizantes, mas que podem manifestar efeitos patêmicos a depender da enunciação, como “Basta!”, ou “Hoje é sábado!”.

Em face dessas três situações-problema apontadas por Charaudeau a respeito da materialidade verbal das emoções, o que se ressalta é que os signos são apenas suscetíveis de desencadear seus efeitos, o que depende de aspectos socioculturais dos contextos em que se inscrevem, bem como das inferências e conhecimentos mobilizados pelos parceiros no ato de comunicação. Isso significa que o efeito visado pode partir de um *discurso explícito e direto* ou de um *discurso implícito e indireto*, além de depender das inferências que os parceiros do ato comunicativo podem fazer e do conhecimento que eles podem ter da situação de enunciação.

Feitas essas observações, passemos à análise de alguns exemplos.

2. À guisa de exemplificação nas narrativas de contos infantis

Selecionamos uns poucos exemplos que bem ilustram o comportamento dos NOMES, de acordo com a proposta sugerida neste trabalho. As amostras correspondem ao mesmo conto infantil – “João e Maria” – mas em duas edições diferentes – uma de 1904 e a outra, de 2004.

Como já frisamos anteriormente, a situação de comunicação tem especial relevância na seleção lexical, já que participa da construção de sentido do texto. Por se tratar de um conto tradicional da literatura infantil, por deveras conhecido, pensamos não ser necessário destacar as características situacionais do texto.

Passemos, então, aos exemplos:

a) *Pobre lenhador* (1904, p.39; 2004, p.52); *pobre gente* (1904, p.39) *pobres crianças* (2004, p.53)

A anteposição do adjetivo “pobre” aos três substantivos em tela decorre do enfraquecimento de sua função descritiva em proveito da reação afetiva que a qualificação apresentada pode trazer; tal posição implica, pois, subjetividade, o que nos leva a considerar o adjetivo como “subjetivo avaliativo axiológico”, no dizer de Kerbrat-Orecchioni (1980), ou de “visão subjetiva”, segundo Charaudeau (1992) e “qualificador”, de acordo com Neves (2000).

A anteposição corresponde, portanto, a uma maneira mais qualitativa de perceber o mundo, ou seja, os seres são vistos pelo ponto de vista do enunciatador, o que confere aos adjetivos antepostos um sentido afetivo, expressivo ou subjetivo, segundo Charaudeau (1992).

b) *Mãe* (1904, p.40); *madrasta* (2004, p.53)

A palavra “madrasta” é bastante expressiva. Trata-se, de acordo com Mattoso Câmara (1977), de uma palavra “carregada” (*loaded word*) e, no caso, veiculadora de uma tópica patêmica negativa. É curioso observar que tal vocábulo foi empregado na edição moderna (“Contos de Fadas”, 2004) da história de João e Maria, ao passo que, na antiga, dos “Contos da Carochinha” (1904), na mesma história, tal referência foi feita, empregando-se a palavra “mãe”. Parece, então, que a maldade de abandonar os filhos na floresta não poderia partir de uma mãe, de verdade, mas só de uma madrasta, cujo estereótipo de “mulher perversa” povoa o imaginário das sociedades através dos tempos (cf. as histórias de Cinderela e Branca de Neve). A edição moderna, portanto, modaliza a maldade original da história, atribuindo-a não à mãe, mas à madrasta. Charaudeau (2010) também se refere à materialidade verbal das emoções, destacando palavras mais ou menos “transparentes” em relação ao conteúdo emocional. “Madrasta” seria um exemplo de conteúdo transparente, para a tópica do mal.

c) *Pedrinhas brancas, galhos secos de árvores* (1904, p.40); *seixos brancos, pilhas de gravetos, lindo pássaro branco* (2004, p. 53,54,57)

Nesses exemplos, adjetivos e locuções adjetivas estão pospostos. Vale destacar que a posposição do adjetivo contribui para que interpretemos o substantivo e o adjetivo desses sintagmas nominais como duas entidades de sentido distinto, o que explica que o adjetivo guarde o seu sentido denotativo, objetivo.

Nas expressões destacadas, observa-se, portanto, o emprego de adjetivos e de locuções adjetivas objetivas (emprego de cores) e classificadoras (NEVES, 2000), que tendem à auto-suficiência informativa (CARNEIRO, 1992).

No último sintagma- *lindo pássaro branco* - não podemos deixar de mencionar o adjetivo “lindo”, anteposto ao substantivo “pássaro” e, por conseguinte, de valor subjetivo avaliativo axiológico, qualificador.

d) *Os pequenos, choupana dos velhos; os dois desgraçadinhos* (1904, p.41, 42,44)

Nesses sintagmas nominais, vale comentar o uso de “adjetivos substantivados”, antecédidos que estão do “marco de classe”, o artigo definido “o”. Conforme já comentamos, Almeida (1999) esclarece que, pelo fato de o adjetivo sempre qualificar o substantivo, retirando-se este último, seu sentido continua a ser facilmente subentendido. É o que ocorre em, “os pequenos”, “dos velhos” (na locução adjetiva) e “os dois desgraçadinhos”.

e) *profundo pesar e inquietação* (1904, p.39); *feroz alegria da feiticeira* (1904, p. 46); *bela refeição de leite e panquecas, maçãs e castanhas* (2004, p.52)

Os adjetivos “profundo”, “feroz” e “bela”, em posição anteposta (“marcada”) contribuem para intensificar as características atribuídas, respectivamente, aos substantivos que acompanham. Trata-se de adjetivos “ênfaticadores”, segundo Quirk (1985). Parece que a sua substância semântica se torna mais abstrata, tomando, por isso, um valor de intensidade. São, no dizer de Kerbrat-Orcchioni (1980), adjetivos subjetivos avaliativos axiológicos e, no dizer de Neves (2000), qualificadores que expressam valor semântico de “avaliação de propriedades intencionais de qualificação disfórica (negativa)”, descrevendo o substantivo, em quantidade, indicando intensificação, já que os substantivos a que se reportam (“*pesar e inquietação*”, “*alegria*”, “*refeição*”) são abstratos.

Vale também comentar a sequência de substantivos comuns empregados na caracterização da “bela refeição” (lembrando que “refeição” é substantivo abstrato, do subconjunto semântico de ação) – “leite, panquecas, maçãs e castanhas” – em que se observam nomes pertencentes aos subconjuntos semânticos de substantivos contáveis: “panquecas, maçãs e castanhas” e incontáveis: “açúcar e leite” (NEVES, 2000).

f) *Noite fechada* (1904, p.43) e *lugar espesso* (1904, p.42)

Já neste caso, os adjetivos pospostos “fechada” e “espesso” são “amplificadores predicativos” – já que inerentes, no dizer de Quirk (1985).

A posposição dos adjetivos revela o movimento de espírito que percebe o mundo em dois tempos – de um lado, os seres; de outro, as qualidades que se referem aos seres. A despeito da posição posposta, pode-se dizer que são adjetivos subjetivos avaliativos axiológicos (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980), pois são empregados em sentido metafórico: “noite fechada”, como noite muito escura, já avançada em horas e “lugar espesso”, como lugar de difícil acesso.

g) *Velha hedionda, muito baixinha, com uma boca enorme, nariz de papagaio toda preta e de olhos verdes* (1904, p.45); *mulher velha como Matusalém apoiada numa mula* (2004, p.58)

Adjetivos e substantivos prestam-se bem à proposta do Modo Descritivo de Organização do Discurso, pois contribuem para retratar, em detalhes, a visão estática do mundo, caracterizando-o e qualificando-o, por meio de adjetivos, ou outros meios linguísticos, conforme aponta Carneiro (1994).

No exemplo em tela, o cenário é “pintado” com a descrição da bruxa, apenas, por frases nominais, linguisticamente codificadas por adjetivos, locuções adjetivas - em posição posposta, ou posição “menos marcada”. Na versão moderna (2004), utiliza-se a comparação (símile), como recurso de qualificação/caracterização da bruxa.

Vale comentar, ainda, a carga de afetividade - efeito patemização, em que se articulam as “tópicas” da *antipatia*, na figura da indignação, e da *repulsa*, nas figuras da aversão e do desprezo (CHARAUDEAU, 2010) – no sintagma “velha hedionda”, que apresenta o adjetivo substantivado “velha”, qualificado pelo adjetivo subjetivo afetivo “hedionda” (KERBRAT, 1980), ainda que posposto.

h) *Exaustos de forças, fatigados a mais não poder* deitaram-se na relva... (1904, p.44)

No excerto (h), observam-se os adjetivos, em sequência, “exaustos” e “fatigados” (palavras “mais transparentes” em relação ao conteúdo emocional que veiculam, segundo Charaudeau, 2010), em função predicativa (sintaticamente funcionam como predicativos do sujeito). A seleção lexical, por conseguinte, é precisa ao revelar, por meio das expressões – “de forças”, “a mais não poder”, respectivamente, o estado em que as crianças se encontravam.

Palavras finais

Neste trabalho, partindo da discussão sobre a “classe dos nomes” – substantivos e adjetivos, procuramos analisar, sem obviamente pretender esgotar o assunto, algumas particularidades dessas classes de palavras, considerando não só os aspectos gramaticais, mas, sobretudo, os semântico-pragmático-discursivos, comprometidos com a articulação linguagem/sentimento. Tomamos como base, para a exemplificação, narrativas de contos infantis, neste caso, o conto João e Maria, dos irmãos Grimm.

A peculiaridade da pesquisa se deveu ao fato de a mesma história ser focalizada em dois recortes temporais distintos, com intervalo de cem anos entre uma e outra publicação – 1904 e 2004 – sendo nossa proposta averiguar se a esses diferentes recortes temporais corresponderiam escolhas lexicais também diferentes.

Chegamos à conclusão de que há leves diferenças entre uma e outra edição, no que tange à escolha dos nomes. Parece-nos que, na edição antiga, as palavras são mais transparentes em relação à emoção que veiculam, mais “carregadas” de subjetividade e é mais prolixo o texto. Já na edição contemporânea, o texto parece ser mais leve, as palavras não denotam um mundo tão assustador.

Se considerarmos que o léxico é o componente linguístico responsável pela representação e pela expressão do mundo, observar as escolhas lexicais empreendidas pelo enunciador para designar e qualificar o universo criado pode ser uma maneira de percebermos a proposta comunicativa desse enunciador, já que a imagem com a qual se pretende que o destinatário se identifique está diretamente relacionada a elementos construídos pelo imaginário social (ideolo-

gias, representações sociais e estereótipos), sendo esses elementos explicitados pela seleção vocabular.

É, sobretudo, por meio do léxico que as línguas evidenciam as transformações socioculturais, abrindo-se à criação e aos empréstimos de termos que atendam a uma sociedade em movimento. O léxico atesta, portanto, a intervenção do homem no contexto psicossocial e vice-versa.

Minha história terminou. Entrou por uma porta, saiu pela outra, quem quiser que conte outra.

Referências

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 44ª. ed., São Paulo: Saraiva, 1999.
- BECHARA, E. *Moderna gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CARNEIRO, Agostinho Dias. Atualização discursiva dos nomes próprios. In: SANTOS, Leonor Werneck dos (org.). *Discurso, coesão, argumentação*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.
- _____. O adjetivo e a progressão textual. In: *Letras & Letras*. Uberlândia, 8 (1) 31-36, junho de 1992 (publicado em dezembro de 1993)
- CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E. e MACHADO, I. L. (orgs.) *As emoções no discurso* (vol. II). Campinas: Mercado das Letras, 2010.
- _____. Uma análise semiolinguística do discurso. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (orgs.). *Da língua ao discurso – reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- _____. Une analyse sémiolinguistique du discours. In: *Langages, les analyses du discours en France*, nº 117. Paris, Larousse, mars 1995. _____ . *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CHAROLLES, Michel; PEYTARD, Jean. *Langue française - Enseignement du récit et cohérence du textes*. Paris: LAROUSSE, mai, 1978.
- Contos de fadas: edição comentada e ilustrada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

- FIGUEIREDO PIMENTEL. *Contos da Carochinha* – livro para crianças contendo escolhida coleção de sessenta e um contos populares, Moraes e proveitosos, de vários paízes, traduzidos e recolhidos diretamente da tradição oral. Rio de Janeiro: Livraria Editora Quaresma, 18ª edição, 1920 [1ª ed., 1904].
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente*. São Paulo: Contexto, 2006.
- INDURSKY, F *Da anáfora textual à anáfora do discurso*. Anais do 1 Encontro do CelSul, vol. 2, Florianópolis, 1997
- JODELET, Denise. *Representações sociais*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris: Colin, 1980.
- LAPA, Rodrigues M. *Estilística da língua portuguesa*. 9ªed. revista e acrescentada, Coimbra: Coimbra Editora limitada, 1977.
- MACEDO, Walmírio. *Elementos para uma estrutura da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Presença, 1976.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MATTOSO CÂMARA JÚNIOR, Joaquim. *Estrutura da língua portuguesa*. 25ª ed., Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.
- MONNERAT, Rosane S. Mauro. Adequação vocabular – por que “negro” e não “preto”? In. MONNERAT, R.S.M; JÚDICE, Norimar; BITTENCOURT, Terezinha. *Português em debate* – Encontros UFF – comunidadeNiterói: EdUFF, 1999.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.
- PERINI, M. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2000.
- PINILLA, Maria Aparecida de. Classes de palavras. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.
- POTTIER, Bernard. *Linguística geral – teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença: Universidade Santa Úrsula, 1978.
- QUIRK, Randolph *et alii*. *A comprehensive grammar of the English language*. London: Longman, 1985.

- RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. 10^a ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & C. , 1911.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 32^a ed., retocada e enriquecida, Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- SAUTCHUK, Inez. *Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática*. 2^a ed., São Paulo: Manole, 2010.
- TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação*. São Paulo: Cortez, 1997.

Enviado em 21 de março de 2018.

Aceito em 7 de maio de 2018.

MARCADORES DISCURSIVOS DE BASE PERCEPTIVO-VISUAL:
UMA ABORDAGEM CONSTRUCIONAL

DISCOURSE MARKERS BASED ON VISUAL PERCEPTIVE :
A CONSTRUCTIONAL APPROACH

Mariangela Rios de Oliveira
Universidade Federal Fluminense
mariangelariosdeoliveira@gmail.com

Vânia Rosana Mattos Sambrana
Universidade Federal Fluminense
v_rosana@oi.com.br

RESUMO:

Investigamos a construção marcadora discursiva formada por verbo perceptivo-visual e afixoide, constituinte do esquema $[V_{pv}(X)]_{dm}$, com base em *constructos* no português brasileiro contemporâneo. Fundamentados na Linguística Funcional Centrada no Uso, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), entre outros, detectamos subesquemas e microconstruções desse esquema maior, com foco em seu nível de vinculação semântico-sintática e produtividade. Constatamos que *olhar* e *ver* são as bases verbais, as subpartes centrais que instanciam tais usos, como *olhe* e *veja*, enquanto a segunda subparte, quando preenchida, o faz por intermédio de afixóides locativos ou focalizadores, em *types* como *olha só* ou *vê lá*.

PALAVRAS-CHAVE:

Marcadores discursivos; construcionalização; uso linguístico; mudança linguística.

ABSTRACT:

We investigate the discourse marker construction formed by visual perceptual verb and affixoid, constituent of the scheme $[V_{vp}(X)]_{dm}$, based on constructs in contemporary Brazilian Portuguese. Taking the Usage-Based Functional Linguistics as theoretical support, in terms of Traugott and Trousdale (2013), among others, we detected subschemas and microconstructions of this larger scheme, focusing on its level of semantic-syntactic linkage and productivity. We found out that *olhar* (*to look*) and *ver* (*to see*) are the verbal bases, the central subparts that instantiate such uses, as *olhe*

(*look*) and *veja* (*see*), while the second subpart, when filled, does it through locative or focalizer affixoids, in types as *olha só* or *vê lá*.

KEYWORDS:

Discourse markers; constructionalization; language usage; linguistic change.

Introdução

Neste artigo, tomamos como objeto de investigação uma construção gramatical específica, formada por verbo de base perceptivo-visual, base esta que pode admitir complementação por outro constituinte de natureza locativa ou focalizadora. Essa construção atua no nível da marcação discursiva e doravante será apresentada a partir de uma configuração esquemática formada por duas subpartes: verbo perceptivo visual (V_{pv}) e uma segunda subparte (X), de caráter opcional, que pode ser preenchida por constituintes como *aqui*, *ai*, *só* ou outros. Tal esquema é margeado por colchetes, na demonstração da vinculação simbólica das duas subpartes, é acompanhado por registro de sua função maior ($_{md}$), a marcação discursiva, e se encontra assim representado: $[V_{pv}(X)]_{md}$. Estamos nos referindo a instâncias de uso¹ como as destacadas a seguir, em fragmentos extraídos de um de nossos bancos de dados:

(1) - *ai às vezes eu “olhe - não dá vamos sair - vamos sair vamos ali: vamos ali no bar tomar uma cerveja ou: vamos sentar ali na praça” - uhm - e começo a conversar com ele - “rapaz olha é: assim assim assim assim” coloco tudo pra ele - veja só eu eu eu tenho aqui um caderno de anotação às vezes eu fico até policiando ele anotando sabe? - todos os deslizes - durante um dia - entendeu?* (CP, séc. XX, oral, Recife, inq. 340)

(2) *No último degrau, se aproximou dele, risonha, e recomendou: - Olha lá, hein! Aquilo é segredo. Aonde andaria ela naquele momento? Olhou para fora, de novo. A penumbra do porão envolvia-o como uma carícia.* (CP, séc. XX, Fic, Br, Francisco I. Peixoto, Chamada Geral)

¹ Como a construção é uma entidade virtual e abstrata, quando recrutada para o uso linguístico, nos referidos a sua *instanciação*. Na hierarquia construcional, o uso efetivo corresponde ao nível do *constructo*, ao *token* empiricamente atestado, nos termos de Traugott (2012), considerado também etapa inicial para a mudança linguística.

Como podemos observar, os elementos destacados se encontram em função marcadora do discurso, fora do nível sintático estrito, uma vez que não são partes constitutivas dos constituintes sintáticos básicos, como sujeito e predicado. Nas instanciações da $[V_{pv}(X)]_{md}$ destacadas em (1) e (2), as duas subpartes – V e X – se encontram destituídas de alguns de seus traços categoriais básicos, como o sentido físico de percepção-visual e marca adverbial, respectivamente, em prol da articulação de um sentido geral, uno, de cunho mais abstrato e virtual, no nível pragmático da língua, voltado para a negociação de sentidos, a chamada de atenção, a defesa de pontos de vista, a condução da interpretação do ouvinte, entre outros, por parte dos interlocutores.

Observados ambos os contextos de uso, constatamos que (1) e (2) são sequências marcadas por intersubjetividade, nos termos de Traugott e Dasher (2002). Nesses fragmentos, as instanciações da $[V_{pv}(X)]_{md}$ ocorrem em trechos de discurso direto, em que o locutor atua de modo mais efetivo sobre o interlocutor (“*olhe - não dá vamos sair; rapaz olha; veja só eu eu eu tenho aqui um caderno de anotação; Olha lá, hein! Aquilo é segredo*”). Outras marcas linguísticas contribuem para a intersubjetividade generalizada desses contextos, como a prosódia exclamativa e a interrogativa, o uso de vocativos, bem como a articulação de outros marcadores discursivos (*uhm, sabe?, entendeu?, hein!*), além de outros recursos.

Nosso objetivo, além de caracterizar a referida construção como instanciada em (1) e (2), é o de levantar, descrever e analisar sua instanciação em fontes do português contemporâneo² do Brasil. Partimos da hipótese de que $[V_{pv}(X)]_{md}$ faz parte de uma rede funcional hierarquizada e interligada, distribuída em dois subesquemas, conforme a base verbal ocupante da posição V – *olhar* ou *ver*. A partir desses dois subesquemas, alinham-se construções mais específicas, que se agregam ou afastam uma das outras em termos formais e funcionais.

Para dar conta de nossos objetivos, fundamentamo-nos na Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU), nos termos de Traugott e Trousdale (2013) e Bybee (2010; 2015), entre outros. Essa vertente teórica constitui tendência mais recente do Funcionalismo de orientação norte-americana e resulta do diálogo com a abordagem construcional da gramática, de cunho cognitivista. Como um dos pontos de distinção face ao Funcionalismo clássico, a LFCU incorpora, de modo mais efetivo e explícito, o componente estrutural, ou formal, a suas análises, reequilibrando a díade *função forma*. No Brasil,

² Na terceira seção deste artigo, as referidas fontes são informadas, bem como os respectivos links para o acesso eletrônico.

Oliveira e Cezario (2017), Bispo e Furtado da Cunha (2017) e Rosário e Oliveira (2016) são fontes representativas da LFCU.

Na pesquisa dos padrões de uso e da produtividade da $[V_{pv}(X)]_{md}$, empreendemos análise sincrônica do português brasileiro, a partir de bancos de dados representativos da língua em uso no país durante o século XX. Procedemos ao levantamento de instanciações da $[V_{pv}(X)]_{md}$ em quatro *corpora*: *Corpus Discurso e Gramática (D&G)*³; Projeto Norma Linguística Urbana Culta (NURC)⁴; *Corpus do Português (CP)*⁵; Programa de Estudos do Uso da Língua (PEUL)⁶.

Este artigo se encontra dividido em três seções maiores. Na primeira, apresentamos os fundamentos teóricos da LFCU, segundo os três eixos centrais que caracterizam esse campo de investigação: a abordagem construcional, o viés cognitivo e as motivações de natureza pragmático-discursiva. Na segunda seção, caracterizamos nosso objeto de pesquisa, a construção $[V_{pv}(X)]_{md}$ e destacamos a marcação discursiva como sua função precípua. Na terceira seção, dedicamo-nos ao tratamento empírico das instanciações da $[V_{pv}(X)]_{md}$ nos *corpora* selecionados e, com base nesses dados, chegamos ao estabelecimento da hierarquia construcional da $[V_{pv}(X)]_{md}$, seus subesquemas e microconstruções. Por fim, tecemos algumas considerações finais, com destaque não só para os resultados de pesquisa a que chegamos como também para o promissor campo de investigação da gramática do português com base na LFCU.

1. Bases teóricas da LFCU

Na virada do século XX para o século XXI, resultante da aproximação dos estudos funcionalistas praticados na Costa Oeste dos Estados Unidos, inspirados em Traugott, Thompson, Bybee, Givón, Hopper, entre outros, com a perspectiva construcional assumida pelo Cognitivismo, na linha de Goldberg, Croft e outros, surge uma recente tendência de investigação dos usos linguísticos, a que nomeamos *Linguística Funcional Centrada no Uso* (OLIVEIRA, ROSÁRIO, 2015; CEZARIO, FURTADO DA CUNHA, 2013). Como ponto distintivo em relação aos estudos funcionalistas mais tradicionais, a LFCU passa a conjugar, de modo mais holístico e efetivo, a dimensão da função e da forma,

³ Disponível em www.discursoegramatica.letas.ufjf.br/download/

⁴ Disponível em www.letas.ufjf.br/nurc-rj/main.htm

⁵ Disponível em www.corpusdoportugues.org/

⁶ Disponível em www.letas.ufjf.br/peul/

equilibrando, por assim dizer, esses dois vieses em prol de uma abordagem de pesquisa mais integradora.

Tal redimensionamento tem como motivação básica a assunção da perspectiva construcional, na linha de Goldberg (1995; 2006) e Croft (2001). De acordo com tal concepção, tal como se encontra em Traugott e Trousdale (2013) e Bybee (2010; 2015), os usos linguísticos são interpretados como resultantes de pressões de ordem estrutural, cognitiva e pragmático-discursiva, assim referidos:

1. Ordem estrutural: esquemas moldam as formas linguísticas, com base na concepção da língua como rede de construções;
2. Ordem cognitiva: processos de ordem geral impactam a configuração da gramática, destacados em Bybee (2010), como: categorização, *chunking*, memória enriquecida, analogização e associação transmodal;
3. Ordem pragmático-discursiva: fatores intralinguísticos e extralinguísticos, como gênero discursivo, sequência tipológica, perfil dos interlocutores e seu nível de habilidade, propósito comunicativo, tempo, espaço, entre outros, como referidos em Oliveira (2012; 2015), concorrem para a regularização do uso linguístico.

De acordo com a LFCU, a língua é uma rede de construções interconectadas em seus diferentes planos, por relações de natureza diversa, e a gramática é motivada e regulada por fatores estruturais, cognitivos e sociocomunicativos, daí o estudo da língua com base nesses fatores. Nesse sentido, as propriedades da estrutura linguística devem ser descritas e explicadas em termos da aplicação de processos cognitivos gerais, e a emergência e a mudança linguísticas são atribuídas à aplicação repetida desses processos.

Nas subseções a seguir, são detalhadas as três pressões aqui referidas.

1.1 A língua como uma rede de construções

O conceito de *construção* dá conta de um grande número de unidades linguísticas, dispostas num *continuum*, de modo que a distinção entre tais constituintes é gradiente e não discreta. Conforme definida pelo Cognitivismo, a construção é o pareamento convencional *forma-função* e a língua é concebida como um conjunto de construções (GOLDBERG, 2006; LANGACKER, 2008). Na perspectiva construcional, todas as unidades da língua são construções: morfemas simples (*-s* de plural), expressões idiomáticas (*boca de siri*),

estruturas sintáticas (SN, SV) e mesmo padrões textuais (GOLDBERG, 1995; ÖSTMAN, FRIED, 2005). Portanto, nosso objeto de pesquisa, a $[V_{pv}(X)]_{md}$, também é assumido como construção, integrante da classe dos marcadores discursivos do português.

A convencionalidade do pareamento *forma-função* e suas propriedades são detalhadas a seguir, com base em Croft (2001, p. 18):

Considerando que construções são "fundamentalmente unidades simbólicas", Croft (2001, p.18) representa a estrutura simbólica de uma construção.

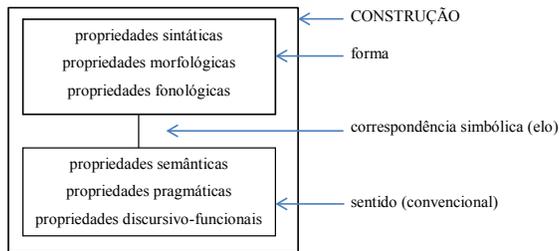


Figura 1: Elo de correspondência simbólica construcional

Como podemos observar na Figura 1, Croft (2001) considera o eixo da forma integrado por propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas, enquanto vincula propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais ao eixo do sentido. Ambos os eixos se encontram integrados, em menor ou maior grau, de modo que o sentido construcional é atingido pela correspondência entre ambos, sendo esse sentido distinto da mera soma de cada subparte componente da construção.

A distinção entre construções lexicais e construções gramaticais está no grau de complexidade interna de cada uma e no tipo de sentido articulado (respectivamente, mais conteudístico ou procedural), sendo essa fronteira por vezes difusa. Em nosso caso específico, a $[V_{pv}(X)]_{md}$, trata-se de uma construção gramatical, de conteúdo procedural, em estágio mais avançado, já que se situa no nível pragmático da língua. Classifica-se ainda como estruturalmente complexa, dado que comporta duas subpartes – V e X, que, integradas, concorrem para a configuração do sentido geral.

Na abordagem da LFCU, a língua é concebida como uma *rede de nós ligados por elos*, e as associações entre esses nós (ou construções) tomam a forma de hierarquias de herança. Assim posto, a língua é assumida como

uma rede construcional, ou seja, como um sistema hierárquico organizado em níveis. Os esquemas são generalizações de nível mais abstrato, distribuídos em subesquemas, como grupos específicos do esquema mais alto, ligados ao significado central da construção; por fim, as microconstruções representam tipos individuais de cada subesquema. As microconstruções são instanciadas por construtos (*tokens*), ocorrências empiricamente atestadas, instâncias de uso em uma ocasião particular, produzidas por um falante particular com um propósito comunicativo particular. Tal hierarquia está representada a seguir:

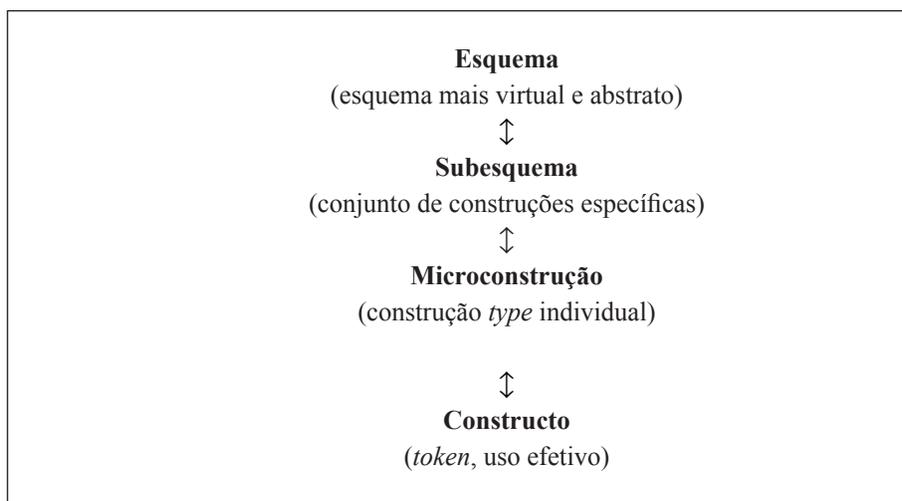


Figura 2: Hierarquia construcional (Oliveira, 2015, p. 25)

Na Figura 2, a seta dupla entre cada nível representa dois movimentos: no sentido de baixo para cima, constitui o processo de construcionalização, pelo qual novos pareamentos de forma e sentido são criados na língua, via contextos de uso específicos, conforme se encontra em Traugott e Trousdale (2013); no sentido de cima para baixo, destaca a analogização, como referida em Fischer (2009), em que, a partir de um modelo ou esquema já fixado, a comunidade linguística elabora novos usos, ampliando o próprio esquema. No caso específico da construção aqui pesquisada, a $[V_{pv}(X)]_{md}$, podemos considerar que se trata de um subesquema, uma família específica, integrada por verbos perceptivo-visuais (*olhe lá, veja aí*), do esquema maior $[V(X)]_{md}$, que abriga também subesquemas formados por verbos de movimento (*vamos lá, vá lá*), de cognição (*sei lá*), de volição (*quero lá*), entre outros, como demonstra Teixeira (2015).

Construções também se distinguem por conta de outras três propriedades gradientes: *esquematicidade*, *composicionalidade* e *produtividade*. A esquematicidade é propriedade atinente à categorização que envolve abstração. Assim, o esquema é a generalização mais avançada das categorias taxonômicas e é mais geral do que o subesquema, que, por sua vez, é mais geral do que a microconstrução, uma vez que se trata esta do nível virtual mais específico. Há na língua construções mais esquemáticas, como $[SVO]_{ot}$ ou $[VLoc]_{md}$, e outras mais idiossincráticas, como frases feitas ou itens lexicais. Quanto mais esquemática uma construção, maior sua frequência *type* e mais abstrato seu sentido. No caso específico da $[V_{pv}(X)]_{md}$, trata-se de uma construção de alto grau de esquematicidade, em que ambas as subpartes – V e X – constituem *slots*⁷ que podem ser preenchidos por elementos diversos.

A composicionalidade se refere ao grau de transparência entre forma e significado no nível das subpartes de uma construção, à relação entre combinação semântica e sintática interna à construção. Essa propriedade tem estreita relação com esquematicidade, uma vez que, quanto mais composicional, menos esquemática é uma construção. Construções lexicais, em geral, exibem maior composicionalidade do que as gramaticais, como a $[V_{pv}(X)]_{md}$.

Já a produtividade constitui propriedade gradiente relativa aos parâmetros de frequência, tanto em termos do *type* (do pareamento construcional instanciando), quanto em termos do *token* (do uso efetivo, do constructo). Conforme Bybee (2010; 2015) e Traugott e Trousdale (2013), consideramos que a formação de novas construções, na perspectiva da mudança linguística, envolve aumento de produtividade, uma vez que se rotinizam práticas de dizer, que acabam por se regularizar na comunidade linguística. Em termos da $[V_{pv}(X)]_{md}$, assumimos que é maior a produtividade *type* do que *token*.

A metáfora de rede reflete, portanto, o fato de que a língua é um sistema de entidades interconectadas e de que tal concepção se ajusta (i) às afirmações da Linguística Cognitiva de que outros aspectos da cognição também são estruturados como uma rede; (ii) à postura de Bybee (2010), de que a modelagem da língua é parte da nossa capacidade cognitiva de categorizar e estabelecer relações; (iii) à asserção de Goldberg (1995) de que o conhecimento da língua

⁷ *Slots* são lugares esquemáticos de uma construção, passíveis de serem preenchidos e instanciados por distintos constituintes, como V e X; quanto mais esquemática é uma construção, menor sua composicionalidade e maior é a tendência à formação de *types* específicos do mesmo padrão, revelando sua produtividade.

é parte de um sistema de conhecimento que inclui a visão, a música e outras capacidades cognitivas; (iv) à proposição da *direcionalidade* para a mudança linguística, no viés mais recente da LFCU, conforme Traugott e Trousdale (2013).

1.2 Processos cognitivos de domínio geral

De acordo com Bybee (2010; 2015), os seres humanos são dotados, pelo menos, de cinco habilidades cognitivas, fundadas em sua experiência histórico-social, que se manifestam tanto em atividades linguísticas como não linguísticas. Tais habilidades atuam em conjunto, em maior ou menor grau, nos vários setores da vida humana e, de modo especial, nas interações linguísticas.

Dos cinco processos cognitivos de domínio geral, listados no início desta seção, destacamos três, que se apresentam como mais relevantes para a pesquisa da $[V_{pv}(X)]_{md}$. São eles categorização, *chunking* e analogização.

Um dos mais básicos processos cognitivos é a categorização, que diz respeito à similaridade ou à ligação de identidade que ocorre entre membros de uma classe. Pela categorização, as pessoas criam e classificam conjuntos, baseadas em sua experiência e percepção. Linguisticamente, a categorização está expressa, por exemplo, na classificação dos tipos de texto, das funções sintáticas, das classes de palavra, das configurações silábicas, entre outros níveis gramaticais de uma língua.

Na LFCU, a categorização é abordada prototipicamente, ou seja, têm impacto na representação dos membros em termos da classe a que pertencem; quanto mais esses membros portam traços de uma categoria, mais são tomados como exemplares desta. Nesse sentido, consideramos que nosso objeto de pesquisa, a $[V_{pv}(X)]_{md}$, situa-se à margem da classe dos marcadores discursivos, como um novo membro deste grupo, resultante de construcionalização⁸, nos termos de Traugott e Trousdale (2013).

Com relação ao *chunking*⁹, é considerado como habilidade que diz respeito às sequências de unidades que são concebidas como um todo de sentido e estrutura, na formação de outras mais complexas. Nesse sentido, esse pro-

⁸ Em Teixeira (2015), detecta-se o processo histórico de mudança linguística que resultou na formação de um novo membro da classe dos marcadores discursivos do português, a partir de um esquema formado por verbo e pronome locativo. Trata-se de *construcionalização*, conforme Traugott e Trousdale (2013), uma vez que a trajetória da língua resulta num novo pareamento linguístico, um novo nó na rede construcional, com nova forma e função.

⁹ O termo recebe por vezes a tradução para o português como *encadeamento*.

cesso tem a ver com a dimensão gestáltica e holística com que apreendemos e representamos o mundo.

Em termos linguísticos, *chunking* relaciona-se com a concepção das unidades pré-fabricadas (UPF), nos termos de Erman e Warren (2000), pertencentes ao *princípio idiomático* da língua. Conceitos linguísticos como os de texto, parágrafo, período, oração, predicado, sintagma, palavra e sílaba, entre outros, exemplificam o processo cognitivo de encadeamento. As UPF podem ser de tipo lexical, gramatical, pragmático ou reduzido. Podemos interpretar a $[V_{pv}(X)]_{md}$ como uma UPF de tipo pragmático, dado que atua em prol da marcação discursiva, como unidade de forma e sentido, como uma construção que exhibe maior esquematicidade e menor composicionalidade.

De acordo com Traugott e Trousdale (2013), os seres humanos são basicamente analógicos, no sentido de que tendem a criar, com base em padrões já disponíveis, novos usos, que guardam correspondência com o padrão original. Em termos linguísticos, a analogização define-se como habilidade cognitiva referente à criação de novos dizeres com base em outros já existentes, que foram convencionalizados a partir de experiências linguísticas anteriores. Assim posto, membros exemplares de uma dada categoria, justamente por causa de sua exemplaridade, tornam-se modelos para outras criações.

A analogização está presente em distintos níveis da descrição gramático-textual. Na produção de textos, é observada, por exemplo, a partir de certos modelos de redação, com base em estruturas convencionais de natureza dissertativa, narrativa, descritiva, expositiva, entre outras. Na sintaxe, a configuração dos sintagmas fornece também modelo padrão para a criação de novos usos, como a nominalização de verbos (det. + N > *o andar*) e a correlação (*ou X ou Y* > *seja X seja Y*). Na morfologia, novos verbos são criados com base no esquema mais geral e regular da primeira conjugação (base + ar > *deletar, formatar*) e novos substantivos são derivados a partir do uso de afixos não previstos inicialmente (*sofrência, imexível*). Assumimos que nosso objeto de pesquisa, a $[V_{pv}(X)]_{md}$, conforme exposto em Teixeira (2015) e Oliveira e Teixeira (2017), é um subesquema, via analogização, do esquema maior $[V(X)]_{md}$, uma vez que os verbos inicialmente recrutados para esse pareamento, que se tornaram os exemplares a partir dos quais outros passaram a preencher o *slot V*, eram de sentido espacial, como *estar, ir e vir*.

1.3 Motivações pragmático-discursivas

Além da dimensão estrutural e cognitiva, os usos linguísticos, na perspectiva da LFCU, são impactados por pressões de ordem pragmático-discursiva. Assim, é preciso levar em conta o tempo em que foi realizada a interação, seu propósito comunicativo, o perfil e papel dos interlocutores, a modalidade, entre outras motivações que cercam e configuram a cena comunicativa.

Tal consideração leva em conta ainda, e de modo relevante, os aspectos atinentes ao gênero discursivo e ao tipo de sequência textual elaborado, nos termos de Bonini (2005) e Marcuschi (2002; 2008). Assim, trechos marcados por maior abstração e (inter)subjetividade, como os injuntivos, os expositivos e os dissertativo-argumentativos, tendem a favorecer inferências e articulações polissêmicas, numa etapa considerada inicial para a mudança linguística, que deriva em criação de construções na língua. Esse processo tem a ver ainda com a derivação *objetividade* > *subjetividade* > *intersubjetividade*, conforme defendido em Traugott e Dasher (2002). Correlaciona-se também com a proposição da *inferência sugerida*¹⁰, segundo os mesmos autores, na referência ao jogo interacional por intermédio do qual o locutor sugere que o interlocutor compartilhe seus pontos de vista, crenças e atitudes, com base na reutilização de formas já disponíveis (mais concretas e objetivas) para novos fins (mais abstratas e intersubjetivas).

2. $[V_{pv}(X)]_{md}$ e a marcação discursiva

Conforme se encontra em Sambrana (2017), a $[V_{pv}(X)]_{md}$ constitui, no português contemporâneo, um esquema construcional altamente vinculado e parcialmente produtivo, notadamente em interações mais informais e injuntivas, nas quais preponderam pressões intersubjetivas, nos termos de Traugott e Dasher (2002). A íntima vinculação de suas subpartes, com perda acentuada das propriedades típicas de seus constituintes (V e X), contrasta com o modo mais desvinculado com que $[V_{pv}(X)]_{md}$ atua nos textos em que ocorre.

A função precípua dessa construção é pontuar a sequência em que se insere, orientando o foco do interlocutor para o que se intenta destacar; trata-se de um tipo de *inferência sugerida*, nos termos de Traugott e Dasher (2002). Para tanto,

¹⁰ Tradução nossa para o correspondente original do inglês *invited inference*.

são recrutados os verbos *ver* e *olhar*, de semântica perceptivo-visual, que, em contextos marcados por intersubjetividade e abstração, expandem seu sentido, migrando da referência física corporal para a cognitiva. Nas instâncias da $[V_{pv}(X)]_{md}$, o locutor convida o interlocutor a perceber, aconselhar, sugerir, advertir, observar, entre outros efeitos de sentido abstrato, como ilustramos a seguir:

(3) DOC. - *E quando você quer ligar várias coisas numa tomada?*

LOC. - *A gente usa o, ih, benjamim, né?*

DOC. - *É isso mesmo, **olha aqui**, você gosta, você é ligada em roupa?*

LOC. - *Não. Não sou ligada em roupa não.* (NURC-RJ, DID, Inq.14, Loc. 17, 1971)

(4) *Mas depois do almoço, antes de sair, o pai lembrou-me como se lembra a um escritor: - **Vê lá**, Júlia, o artigo é para hoje. Tenho que o levar à noite. Havia um jornal que exigia o meu trabalho. Era como se o mundo se transformasse.* (CP, séc. XX, Br, Fic, João do Rio, *O Momento Literário*, 1907)

Nos fragmentos (3) e (4), as formas em destaque são recrutadas pelos falantes com o objetivo de chamar a atenção dos ouvintes e regular todo o movimento interativo dos interlocutores. Em ambas as sequências, os agentes da interação, por intermédio da instanciação da $[V_{pv}(X)]_{md}$ e do uso de outras estratégias linguísticas e extralinguísticas, regulam suas atitudes, com base nos papéis sociais que cumprem, bem como no desenvolvimento textual e na negociação de sentidos. A distinção verificada entre *olha aqui* e *vê lá* está nos propósitos comunicativos com que é construída a interação, com base na forma pela qual os interlocutores perseguem o cumprimento de seus objetivos. Em (3), o marcador discursivo *olha aqui* aproxima o ouvinte do falante, encurtando o espaço atencional entre os interlocutores e valorizando a informação a ser veiculada. Em (4), o marcador discursivo *vê lá* agrega sentido de repreensão ao contexto, como um tipo de repreensão atenuada, em que o locutor sugere que o interlocutor fique atento, que veja, que perceba (*vê*), para além da distância em que se encontram (*lá*).

Trata-se, portanto, de formações altamente vinculadas e cujo sentido é atingido para além da soma de cada subparte – V e X. Esse sentido maior e mais esquemático é o da marcação discursiva. Entre a distinta conceituação dos marcadores discursivos na literatura linguística, partimos da seguinte, que consideramos contemplar a funcionalidade da $[V_{pv}(X)]_{md}$:

Trata-se de amplo grupo de elementos de constituição bastante diversificada, envolvendo, no plano verbal, sons não lexicalizados, palavras, locuções, e sintagmas mais desenvolvidos, aos quais se pode atribuir homogeneamente a condição de uma categoria pragmática bem consolidada no funcionamento da linguagem. Por seu intermédio, a instância da enunciação marca presença forte no enunciado, ao mesmo tempo em que se manifestam importantes aspectos que definem sua relação com a construção textual-interativa. (RISSO, SILVA, URBANO, 2002, p. 21)

Assim posto, assumimos que a $[V_{pv}(X)]_{md}$ se encontra em ponto avançado na rota de mudança gramatical, dado que a marcação discursiva atua no nível pragmático da língua, para além da dimensão sintática. Em termos construcionais, a menor integridade de conteúdo e forma das subpartes V e X revela a menor composicionalidade e a maior esquematicidade, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), desse pareamento. A subparte X, em papel *afixóide*¹¹, contribui para o sentido construcional, perspectivando V, na formação de um elemento da classe dos marcadores discursivos do português. A depender do preenchimento de X, altera-se a referida perspectiva, como demonstrado em Sambrana (2017), nos exemplos a seguir:

(5) - *Não, doutor, não entenda mal. A gente tem de escrever tudo num papel para o homem entender. Assim mesmo, ele só lê soletrando, palavra por palavra. Rolim começava a impacientar-se. Aquele delegado, que lhe fora tão recomendado, estava lhe saindo um trapalhão, prolixo como Cantinflas, prolixo como os advogados de causas perdidas de que já se julgava livre, prolixo, não, prólixo. Interrompeu o diagnóstico da surdez que Pulmann fazia do velho contínuo da CND: - **Olhe aqui**, delegado, trate de soltar essa gente, porque não há fundamento legal para qualquer prisão. Não tarda a chegar aí um advogado com um habeas-corpus. Responda, agora: já localizou algum dos informantes sobre os quais você mandou*

¹¹ De acordo com Booij (2010; 2013), definimos *afixóide* como uma categoria gradiente, situada no intervalo entre termos lexicais, de conteúdo mais pleno, como nomes e verbos, e termos de maior sentido procedural, de conteúdo abstrato, como afixos e desinências.

manter vigilância? Creio que achá-los será o caminho para encontrar os chefões. (CP, séc. XX, Fic, L. Beltrão, *A Greve dos desempregados*, 1984).

(6) ACM: - *Temos a compreensão de que parlamento é para servir, não para alguém se servir dele; mas creio que se deve remunerar decentemente o parlamentar. Mas sou contra a remuneração indireta, como nomear pessoas sem necessidade e criar cargos para familiares. Isto não honra ninguém.*

Estado: - Que pontos da reforma do judiciário o senhor considera necessários?

ACM: - *Sou a favor da súmula vinculante. **Olha aí**, estou ao lado do ministro Pertence. Não é possível que a Justiça continue julgando coisas já definidas pela Suprema Corte. O efeito vinculante é uma necessidade. O mais grave, porém, é que o pobre não tem acesso à Justiça.* (CP, séc. XX, Br, oral, A. C. Magalhães, 1997)

(7) *Sua mão preta, de unhas brancas, desafivelava, fazia o troco, afivelava - independente do seu olhar, que vagava ao longe, e apenas baixava uma ou outra vez, para conferir. Maria Maruca quis provar aquela comida de pretos. **Olhe lá...** Tome cuidado... - dizia Dentinho de Arroz. Essa gente sabe muita coisa... Podem botar dentro alguma porcaria. Maria Maruca desdenhava: 'Eu lá tenho medo de feitiços' - Sua cara vermelha brilhava ao sol. Amontoaram-lhe no prato o pirão de milho, e viraram-lhe, ao lado, umas colheradas do ensopado de bofe e coração.* (CP, séc. XX, Br, Fic, C. Meireles, *Olhinhos de gato*, 1939)

Nesses três fragmentos, representativos de sequências dialógicas e com forte marca injuntiva, ilustramos a instanciamento da $[V_{pv}(X)]_{md}$ por intermédio do verbo perceptivo-visual *olhar* pareado a distintos pronomes locativos. Observamos, em cada um desses usos, a concorrência da subparte locativa na formação de pareamentos específicos, com base em distinta perspectivização do espaço; nesses contextos, o marcador, em posição inicial de turno, abre declarações de funcionalidade mais específica, para as quais concorre efetivamente. Em (5), o personagem Rolim interrompe rispidamente seu interlocutor com o marcador *olhe aqui*, que abre a declaração maior em tom de ameaça: *trate de soltar essa gente, porque não há fundamento legal para qualquer prisão*; Rolim chama para si a responsabilidade e o destaque de seu ponto de vista, função para a qual concorre efetivamente o afixóide *aqui*, marcador da primeira pessoa do discurso; com esse artifício, Rolim não só atua sobre o delegado (*olhe*) como também veicula uma forte opinião pessoal (*aqui*). Já em (6), numa sequência de entrevista, ACM responde a uma pergunta do repórter com a declaração *Sou*

a favor da *súmula vinculante*. **Olha aí**, estou ao lado do ministro Pertence; o marcador **olha aí** volta-se novamente para o interlocutor, como em (5), mas agora, por intermédio do afixóide **aí**, ACM centra a perspectiva no interlocutor, de onde parte a pergunta, em estratégia altamente intersubjetiva e persuasiva. No fragmento (7), o marcador **olhe lá** abre espaço para o conselho dado a Maria Maruca: *Tome cuidado... Essa gente sabe muita coisa... Podem botar dentro alguma porcaria*; a instanciação de **lá** nessa formação concorre para articulação do sentido de aconselhamento e recomendação de toda a sequência, como se num lugar vago e mais distante (**lá**) estivesse o perigo (*Podem botar dentro alguma porcaria*).

Consideramos que a $[V_{pv}(X)]_{md}$, via analogização, constitui um subesquema do esquema maior $[V(X)]_{md}$. Esse, por sua vez, se origina, na trajetória do português, em contextos oracionais transitivos, formados por verbo de sentido mais referencial, de deslocamento (*ir*; *vir*) ou de estado (*estar*, *ficar*), acompanhado por complemento locativo, tal como demonstrado em Teixeira (2015).

3. A construção $[V_{pv}(X)]_{md}$ no PB contemporâneo – padrões e produtividade

Constatamos que, na instanciação da $[V_{pv}(X)]_{md}$, são recrutados os verbos *olhar* e *ver* para preenchimento da subparte V. No caso de ser preenchida a segunda subparte, há o acréscimo de um advérbio (afixoide) com valor locativo ou focalizador. Assim posto, temos as seguintes microconstruções:

- i) de base verbal perceptivo-visual *olhar* com uma só parte, como: *olha*, *olhe* e *olhem*;
- ii) de base verbal perceptivo-visual *olhar* com duas subpartes, acrescida de um afixoide com valor locativo, como: *olha aqui*, *olhe aqui*, *olha lá*, *olhe lá* e *olha aí*;
- iii) de base verbal perceptivo-visual *olhar* com duas subpartes, acrescida de um afixoide com valor focalizador, como: *olha bem* e *olha só*;
- iv) de base verbal perceptivo-visual *ver* com uma só parte, como: *vê*, *veja*, *vejam*, *vejamos* e *viu*;

v) de base verbal perceptivo-visual *ver* com duas subpartes, acrescida de um afixoide com valor locativo, como: *vê lá* e *veja lá*;

vi) de base verbal perceptivo-visual *ver* com duas subpartes, acrescida de um afixoide com valor focalizador, como: *vê só*, *veja só*, *vejam só*, *vê bem*, *veja bem* e *vejam bem*.

O levantamento de dados nos *corpora* referidos resultou na detecção de 23 microconstruções, sendo 10 *types* de base verbal *olhar* e 13 de base verbal *ver*. Em termos de produtividade, quantificamos as frequências *type* e a *token* por base verbal.

Nos quadros 1 e 2, apresentamos o levantamento referido:

MICROCONSTRUÇÃO		TOKENS	PARCIAL de TOKENS	TYPE VIRTUAL
uma parte	olha	1.719	1.953	olhar(≡)
	olhe	227		
	olhem	7		
duas subpartes	olha aqui	29	97	olhar(loc)
	olhe aqui	19		
	olha aí	16		
	olha lá	11		
	olhe lá	22		
	olha bem	4	84	olhar(foc)
	olha só	80		
TOTAL GERAL	10 microconstruções	2.134 tokens	3 conjuntos de formas	

Quadro 1: Frequência *token* e *type* da base verbal *olhar*. Fonte: Sambrana (2017)

MICROCONSTRUÇÃO		TOKENS	PARCIAL de TOKENS	TYPE VIRTUAL
uma parte	vê	11	373	ver(∞)
	veja	32		
	vejam	5		
	vejamos	5		
	viu	320		
duas subpartes	vê lá	5	12	ver(loc)
	veja lá	7		
	vê só	2	91	ver(foc)
	veja só	25		
	vejam só	6		
	vê bem	2		
	veja bem	50		
	vejam bem	6		
TOTAL GERAL	13 microconstruções	476 tokens	3 conjuntos de formas	

Quadro 2: Frequência *token* e *type* da base verbal *ver*. Fonte: Sambrana (2017)

Comparados os quadros 1 e 2, observamos que a frequência *token* das formas de base verbal perceptivo-visual *olhar* é mais produtiva, por conta do expressivo número de ocorrências, na formação de um conjunto de 2.134 dados levantados, contra 476 registros de *ver*. Assim posto, a frequência *token* das formas de base verbal perceptivo-visual *ver* é considerada menos produtiva. De outra parte, ambos os quadros permitem constatar que a frequência *type*, que é a regularidade de apresentação das formas do padrão, se mantém estável nas duas bases verbais: nas microconstruções da $[V_{pv}(X)]_{md}$, ou temos somente a subparte verbal e suas possíveis flexões (*veja, vejam vejamos*, etc), ou a essa subparte é acrescido um afixóide de natureza adverbial locativa ou focalizadora (*veja lá, veja bem, vê só*, etc). Como podemos observar a partir dos quadros 1 e 2, a variabilidade de microconstruções instanciadas pela $[V_{pv}(X)]_{md}$ não é aleatória ou fortuita; trata-se de *types* que exibem padrão de regularidade.

Na consideração de que a língua é uma rede construcional, assumimos que a $[V_{pv}(X)]_{md}$ integra o português, como nó específico, a classe dos marcadores discursivos de base verbal $[V(X)]_{md}$. Esse esquema, por sua vez, tem um su-

besquema formado por verbos perceptivos de variada natureza, como auditivos (*escuta aqui*), táteis (*pega aí*) e visuais (*olha lá, veja bem*). Nosso objeto de pesquisa, assim posto, integra uma dessas subfamílias. Em termos específicos, $[V_{pv}(X)]_{md}$ configura-se como um esquema composto por subesquemas e por construções individuais, ou microconstruções, interconectadas em linha vertical e horizontal. Em perspectiva horizontal, estabelecem-se relações de *degeneração*¹², nos termos de Van de Velde (2014, p. 141).

Na Figura 3, representamos essa visão hierárquica e interconectada da classe dos marcadores discursivos de base verbal, com destaque para a $[V_{pv}(X)]_{md}$:

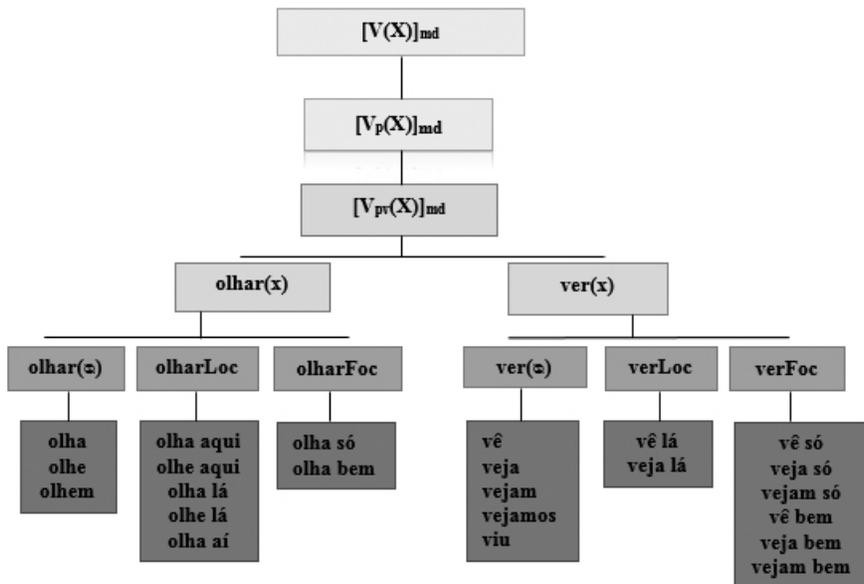


Figura 3: Distribuição dos níveis de esquematicidade da $[V_{pv}(X)]_{md}$. Fonte: Sambrana (2017)

Conforme podemos detectar pela Figura 3, no nível mais alto de esquematização, situa-se a $[V(X)]_{md}$, que engloba todas as construções de marcação

¹² O autor utiliza o termo *degeneração*, tomado da área da biologia evolutiva, para se referir às relações associativas, no nível horizontal, na rede de construções, relações essas que têm a ver com competição pelo uso ou variação, uma vez que os pareamentos alinhados horizontalmente apresentam funções mais ou menos correspondentes.

discursiva de base verbal do português, passíveis de serem sucedidas por outros constituintes. No nível imediatamente abaixo, destaca-se o subconjunto desse pareamento formado por verbos perceptivos em geral, a $[V_p(X)]_{md}$. A $[V_{pv}(X)]_{md}$ localiza-se abaixo desse subconjunto, como construção a partir de verbos perceptivo-visuais, distribuída em dois subesquemas – os da base *olhar* e os da base *ver*, que, por sua vez, são compostos por microconstruções, como *types* específicos.

Constatamos, assim, que a rede construcional ilustrada na Figura 3 é formada por dois tipos de nível de relação. No nível vertical, referente à hierarquia de constituintes, verificamos pareamentos mais esquemáticos e convencionais, como a $[V(X)]_{md}$, a $[V_p(X)]_{md}$ e a $[V_{pv}(X)]_{md}$, e, de outra parte, pareamentos mais específicos, no nível microconstrucional. Já no plano horizontal, as relações são nomeadas de *degenativas* (VAN DE VELDE, 2014), uma vez que os pareamentos podem se associar e mesmo competir por instanciação, dado que nesse nível o eixo da função guarda correspondência; tal viés associativo e competitivo é responsável por variação, tanto no âmbito da própria rede construcional (como no caso das microconstruções *vê* e *veja*, pertencentes ao mesmo subesquema), como entre redes distintas (como no caso de *vê* e *preste atenção*), tal como se defende em Oliveira (no prelo).

Tanto as relações verticais quanto as horizontais atestam a expansão *host-class*¹³, nos termos de Himmelmann (2004). De acordo com o referido autor, a partir da formação de uma construção, esta pode se ampliar, tanto vertical quanto horizontalmente, fazendo crescer as possibilidades de preenchimento de suas subpartes, tal como verificamos no caso dos esquemas $[V(X)]_{md}$, $[V_p(X)]_{md}$ e $[V_{pv}(X)]_{md}$. Assim, a rede se expande na base de um padrão que ganha traços mais específicos, mantendo o esquema mais alto.

Considerações finais

Ao longo das seções anteriores, identificamos e descrevemos a $[V_{pv}(X)]_{md}$ com destaque para sua função marcadora discursiva em sequências textuais do PB contemporâneo. Tais sequências são marcadas por intersubjetividade, nos termos de Traugott e Dasher (2002), ou seja, por estratégias que fazem os interlocutores negociarem sentidos, crenças e pontos de vista na interação, agindo uns sobre

¹³ Termo traduzido para o português como *classe hospedeira, matriz ou principal*.

os outros. Assim, sequências injuntivas, expositivas e argumentativas, não raro em discurso direto, são o lócus preferencial para a instanciação da $[V_{pv}(X)]_{md}$.

A $[V_{pv}(X)]_{md}$ é um esquema gramatical, dado que articula sentido procedural, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), atuando no nível pragmático da língua. Trata-se de uma construção complexa, exibindo alto grau de esquematicidade, com suas subpartes altamente vinculadas em termos de sentido e forma. No que concerne à estruturação interna, constatamos que *olhar* e *ver* são os elementos recrutados para preencher o *slot* V na construção pesquisada, com a formação de dois subesquemas a partir das duas bases verbais. Com base em Bybee (2003; 2015), constatamos que o subgrupo formado por *olhar* apresenta-se como o mais produtivo em termos de frequência *token*, em termos do número de usos efetivos, ou *constructos*; já a frequência *type*, que controla o padrão de ocorrência, mostra equilíbrio em ambos os subesquemas.

Com relação à segunda subparte, o *slot* X, quando preenchida, recruta advérbios locativos ou focalizadores para tal. Tanto a flexão de V quanto a natureza adverbial de X são traços fundamentais para o pareamento de sentido e forma específico de cada uma das 23 microconstruções levantadas nos *corpora* pesquisados.

Como, na LFCU, a concepção de língua como rede construcional se coaduna e complementa com o foco nos usos linguísticos, podemos relacionar ambas as dimensões no tratamento de nosso objeto de pesquisa. Ao situarmos a $[V_{pv}(X)]_{md}$ em perspectiva de rede, constatamos que se trata de uma subfamília da $[V_p(X)]_{md}$, que, por sua vez, integra o esquema maior $[V(X)]_{md}$; a abordagem da $[V_{pv}(X)]_{md}$ nessa perspectiva permite investigá-la tanto em termos hierárquicos, ou verticais, quanto em termos relacionais/associativos, ou horizontais. A arquitetura da rede, de outra parte, é fixada a partir dos *constructos*, dos usos linguísticos como evidência de instanciação da $[V_{pv}(X)]_{md}$. É pelos dados de uso, pelo levantamento de *constructos*, tal como observamos na terceira seção deste artigo, que chegamos à fixação de esquemas, subesquemas e microconstruções.

Os resultados a que chegamos ensejam a continuidade da pesquisa, que, agora, passa a assumir viés histórico, a fim de que sejam identificados os contextos iniciais da mudança linguística que derivou na $[V_{pv}(X)]_{md}$, tal como instanciada hoje no PB. Outra vertente de investigação é, a partir de pesquisa empírica, dar continuidade à fixação, hierárquica e relacional, de construções lexicais e gramaticais do português, concorrendo para que mais e melhor possamos vislumbrar os esquemas linguísticos de nossa língua.

Referências bibliográficas

- BISPO, E. B; FURTADO DA CUNHA, M. A (orgs). *Revista Odisseia*, v. 2, edição especial. Contribuições do Funcionalismo à pesquisa linguística, 2017.
- BONINI, A. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L, BONINI, A; MOTTA-ROTH, D (orgs). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 208-236.
- BOOIJ, G. Morphology in Construction Grammar. In: HOFFMANN, T.; TROUSDALE, G. (eds.). *The oxford handbook of construction grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 255-273.
- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In JOSEPH, B.; JANDA, R. (orgs.). *A handbook of historical linguistics*. Blackweel, 2003.
- _____. *Language, Usage and Cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- _____. *Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CEZARIO, M. M; FURTADO DA CUNHA, M. A. (org). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2013.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DIEWALD, G; SMIRNOVA, E. “Paradigmatic integration”: the fourth stage in an expanded grammaticalization scenario. In: DAVIDSE, K. at al (eds). *Grammaticalization and language change – new reflections*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2012, p. 111-131.
- ERMAN, B; WARREN, B. The idiom principle and the open choice principle. In: *Linguistic – an interdisciplinary journal of the language sciences*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, n. 2, 2000, p. 29-62.
- FISCHER, O. Grammaticalization as analogically driven change? In: *Vienna English Working Papers*, vol. 18, n. 2, 2009, p. 3-23
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- _____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HIMMELMANN, N. P. Lexicalization and grammaticalization: Opposite or orthogonal? In: Bisang, Himmelmann & Wiemer (eds.). *What makes grammaticalization? A look from its fringes and its components*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

- LANGACKER, R. W. *Cognitive Grammar: a basic Introduction*. New York: OUP, 2008.
- MARCUSCHI, L. A.. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A; MACHADO, A; BEZERRA, M. A (orgs) *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 19-36.
- _____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.
- OLIVEIRA, M. R. Tendências atuais da pesquisa funcionalista. In: SOUZA, E. R. (org). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 133-152.
- OLIVEIRA, M. R. Contexto: definição e fatores de análise. In: OLIVEIRA, M. R; ROSÁRIO, I. C. (orgs.). *Linguística centrada no uso - teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2015, p. 22-35.
- OLIVEIRA, M. R. Arquitetura construcional e competição pelo uso. In: BISPO, E; FURTADO DA CUNHA, M. A; SILVA, J. R. (orgs). *Variação e mudança em perspectiva construcional*. Natal: Edufrn, (no prelo).
- OLIVEIRA, M. R; CEZARIO, M. M. (orgs). *Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes*. Niterói: Eduff, 2017.
- OLIVEIRA, M. R; ROSÁRIO, I. C. (orgs). *Linguística centrada no uso - teoria e método*. 1. ed. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2015.
- OLIVEIRA, M. R; TEIXEIRA, A. C. Padrões construcionais de base locativa na perspectiva do texto e da gramática do português. In: LUQUETTI, E. C. F; MOURA, S. A. (org). *Linguística em perspectiva: cognição e ensino de língua e literatura*. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017, p. 74-91.
- ÖSTMAN, J-O; FRIED, M. (eds.). *Construction grammars: cognitive grounding and theoretical extension*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.
- RISSO, M. S; SILVA, G. M; URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. V. (org). *Gramática do português falado*. 2^{ed}. São Paulo: Unicamp, v. VI, 2002, p. 21-57.
- ROSARIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa: Revista de Linguística* (UNESP. Online), v. 60, 2016, p. 233-259.
- SAMBRANA, V. R. M. *Marcadores discursivos formados pelos verbos perceptivo-visuais olhar e ver: uma abordagem construcional*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem. Área de Concentração: Linguística) – Instituto de Letras, UFF, Niterói, 2017.

- TEIXEIRA, A. C. *A construção verbal marcadora discursiva VLoc_{md}: uma análise funcional centrada no uso*. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem. Área de Concentração: Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, UFF, Niterói, 2015.
- TRAUGOTT, E. *Toward a coherent account of Grammatical Construciona-lization*. Draft for a volume on historical construction grammar edited by Elena Smirnova, Jóhanna Barðdal, Spike Gildea, and Lotte Sommerer, March 2nd, 2012.
- TRAUGOTT, E; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- TRAUGOTT, E; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- VAN DE VELDE, F. Degeneracy: the maintenance of constructional networks. In: BOOGAART, R; COLLEMAN, T; RUTTEN, G. (eds). *Constructions all the way everywhere: the extending scope of construction grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2014, p. 141-179.

Recebido em 26 de fevereiro de 2018.

Aceito em 7 de março de 2018.

PRONOMINALIDADE VARIÁVEL DE VERBOS INACUSATIVOS
EM PORTUGUÊS E ITALIANO

UNSTABLE PRONOMINALITY OF INACCUSATIVE VERBS
IN PORTUGUESE AND ITALIAN

Dmitry Gurevich

Universidade Estatal de Moscou Lomonossov
dmtrgrvch@gmail.com

Liubov Zholudeva

Universidade Estatal de Moscou Lomonossov
l.zholudeva@gmail.com

RESUMO:

Esta pesquisa pretende analisar o fenômeno da reflexividade instável, característica de vários verbos de mudança de estado em português e italiano (a maioria dos verbos analisados são verbos inacusativos). Referindo-se aos dados dos dicionários da língua e dos corpora, que refletem o estado atual da língua, os autores põem em dúvida a teoria que explica a relação do uso pronominal/não pronominal com o valor aspectual \pm event. Em alguns casos, embora pouco sistematizados, o marcador reflexivo serve para distinguir sentido próprio e sentido metafórico do verbo. O fenômeno de reflexividade instável parece estar sujeito à redução em italiano, no entanto que o português mostra uma tendência oposta.

PALAVRAS-CHAVE:

verbos anticausativos, verbos pronominais, hipótese inacusativa, PB, Italiano

ABSTRACT:

This paper deals with unstable reflexive use typical of certain verbs (mainly anticausative) in Portuguese (PB) and Italian. On the basis of the data from dictionaries and corpora reflecting modern patterns of usage the authors call into question the hypothesis that the reflexive / non-reflexive opposition can convey aspect meaning (\pm event). In a number of cases, though not consistently, the reflexive marker helps to distinguish between metaphoric and non-metaphoric meanings. In Italian unstable reflexives seem to be gradually reduced, while in PB the tendency is quite the opposite.

KEYWORDS:

anticausative verbs, pronominal verbs, unaccusative hypothesis, Brazilian Portuguese, Italian

1. Hipótese inacusativa

Na onda do interesse da linguística moderna pela interligação da sintaxe e a semântica nas últimas décadas ganhou considerável popularidade a hipótese inacusativa (Unaccusative Hypothesis, doravante UH), formulada primeiramente por (PERLMUTTER, 1978) que mais tarde foi aplicada com maior detalhamento para as línguas românicas em (BURZIO, 1986) e outras pesquisas. UH propõe uma interpretação semântico-estrutural das diferenças no uso morfológico e sintático dos verbos intransitivos nas línguas com a chamada «intransitividade cindida» (split intransitivity). Essas diferenças, além do problema vigente para algumas línguas românicas que consiste na escolha do verbo auxiliar, envolve um vasto espectro de particularidades estruturais como: a possibilidade de uso do particípio como adjunto do nome e, principalmente, em construções absolutas, a possibilidade de participar nas transformações com pronome *ne/en*, algumas regularidades que operam a ordem de palavras na frase e outras mais. No entanto, UH continua sendo atual não só para italiano ou francês mas também para as línguas que não conhecem o problema da escolha do verbo auxiliar.

No âmbito da teoria da UH, a oposição entre os verbos inacusativos e inergativos consiste no seguinte: ao nível da estrutura sintática interna o sujeito do verbo inacusativo tem traços comuns com o objeto do verbo transitivo, e o sujeito do verbo inergativo tem traços comuns com o sujeito do verbo intransitivo (VAN VALIN, 1990; LEVIN & RAPPAPORT Hovav, 1995), é esse o fenômeno que explica as diferenças nas possíveis realizações sintáticas. Desde que as particularidades estruturais acima mencionadas foram estudadas pelos pesquisadores que trabalham dentro da teoria UH, foi colocada uma nova série de questões que dizem respeito, em particular, à semelhança (e à dessemelhança) da manifestação do fenômeno da intransitividade cindida em várias línguas. A pesquisa cujos resultados estão apresentados neste artigo foi realizada exatamente desde o ponto de vista de estudos comparados, com a base de duas línguas românicas – português e italiano, – com o levantamento do material linguisticamente moderno, de preferência, coletado dos corpora (<http://www>.

corpusdoportugues.org/ и <http://www.corpusitaliano.it/>)¹. Para completar o estudo nós recorreremos também aos dados dos dicionários da língua².

Nas pesquisas realizadas sobre a semântica e o comportamento sintático dos verbos intransitivos presta-se muita atenção às regularidades da escolha do verbo auxiliar nos tempos verbais compostos nas línguas que dispõem de dois verbos auxiliares (SORACE, 2000; TELVE, 2007; CENNAMO, 2008; ARANOVICH, 2007). O ponto comum para as pesquisas mencionadas é constituído pela procura das regularidades do parâmetro sintático e/ou semântico que visem explicar porquê uns verbos escolhem, sem vacilar, o verbo auxiliar do tipo «ser», outros escolhem o verbo do tipo «ter/haver» e os demais, cuja lista varia de língua para língua, mostram uma instabilidade. Um dos modelos explicativos que foi chamado como princípio da seleção hierárquica do verbo auxiliar (Auxiliary Selection Hierarchy, doravante ASH; cf. SORACE, 2000; CENNAMO & SORACE, 2007; CENNAMO, 2008) representa a intransitividade como um campo contínuo: os verbos que vacilam na escolha do verbo auxiliar ocupam uma posição central no entanto que os verbos que escolhem univocamente os auxiliares do tipo «ser» ou «ter/haver» ocupam dois polos opostos (q.v. as tabelas em (SORACE, 2000, p. 863; CENNAMO, 2008, p. 129, 132). De acordo com essa teoria, os verbos inacusativos prototípicos são os verbos de mudança de locação (change of location), isto é os verbos de movimento direcional («chegar/partir», «entrar/sair»), e os verbos inergativos prototípicos são os verbos de atividade controlada («trabalhar»; «dançar»). A posição mediana é ocupada pelos verbos que descrevem vários tipos de estado (mudança de estado – «nacer»; estado persistente – «permanecer»; estado existente – «existir») ou os verbos que representam processos incontrolados («dormir»).

2. Verbos inacusativos e reflexividade pleonástica

Existem pesquisas que têm sido realizadas nessa vertente e estão orientadas para o português nas quais a inacusatividade/inergatividade também se

¹ Quanto aos dados relacionados com o português foram analisados usos somente marcados pelo *corpus* como os do português brasileiro.

² Foram usados os dicionários: Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Dicionário Aurélio da língua portuguesa (portugês); Il Sabatini Coletti, Grande Dizionario Hoepli Italiano di Aldo Gabrielli (italiano).

apresenta como um campo contínuo. Como o problema da escolha do verbo auxiliar não tem relevância para o português a inacusatividade/ineratividade é distinguida com a aplicação de outras provas gramaticais (CIRÍACO & CANÇADO, 2004). Os traços principais da inacusatividade para os verbos portugueses são pertinência à classe aspectual achievements, uso do particípio como adjunto do nome, impossibilidade de formar substantivos agentivos em -or, possibilidade da posposição do sujeito (CIRÍACO & CANÇADO, 2004; CAMBRUSSI, 2009; NASCIMENTO, 2014). A descrição sistemática das particularidades sintático-semânticas dos verbos intransitivos ficou produtiva não só na comparação das línguas na sincronia, mas também na descrição da dinâmica do surgimento do fenômeno da «intransitividade cindida» nas línguas românicas (CENNAMO, 2008). Do nosso ponto de vista, a aplicação da escala de inacusatividade pode ser útil na interpretação do fenômeno que nos interessa nessa pesquisa: pronominalidade instável dos verbos inacusativos nas línguas românicas.

O fenômeno da «reflexividade pleonástica» dos verbos inacusativos, não determinada pela diátese³, foi tema de múltiplas pesquisas (CENNAMO, 1995, 1999, 2000; LO CASCIO & JEZEK, 1999; SORACE, 2000), inclusive no que diz respeito às funções pragmáticas das estruturas pronominais (MASINI, 2012). M. Cennamo (cf. mencionados trabalhos) analisa o uso de formas reflexivas «pleonásticas» em latim tardio e nos primeiros períodos de formação das línguas românicas, segundo seus dados, no período histórico estudado, a distribuição das formas do pronome reflexivo estava relacionada com uma tendência de oposição gramaticalizada entre os verbos inergativos e inacusativos. Os dados publicados mostram uma tendência para pronominalização dos verbos latinos inacusativos com a forma do pronome reflexivo em dativo (*sibi*), no entanto que os verbos inergativos se combinavam com a forma em Acusativo (*se*) (CENNAMO, 2000, p. 46-47). No período posterior, i.e. nos séculos VIII-IX, deu-se uma convergência das formas *se* e *sibi* (CENNAMO, 2000, p. 48) o que levou a uma neutralização da oposição morfossintática inicialmente marcada.

Em português moderno e italiano moderno a forma pronominal não determinada pela diátese pode ser encontrada nos verbos intransitivos de dois grupos diferentes.

Primeiro, trata-se de verbos reflexivos inerentes (*vergognarsi*, *addormentarsi*; *arrepender-se*, *queixar-se*); muitos verbos que pertencem a este grupo

³ Não analisamos neste artigo o uso de *se* em português como marcador de voz média, este tema é desenvolvido em (CYRINO, 2007).

têm sujeito [+animado], denotam um estado psíquico ou um processo mental, podem ter uma estrutura biargumental e também podem ter como objeto um sintagma preposicional (*innamorarsi di; queixar-se de*). O pronome reflexivo para os verbos deste grupo ocorre como resultado de uma lexicalização das construções pronominais com *verba sentiendi* do latim tardio estudadas em (CENNAMO, 1995, 1999, 2000). Em (ROSEN, 2012) aparece uma comprovação estrutural da cristalização e fixação dos verbos desse grupo desde o ponto de vista de «Relational Grammar»: são estes verbos que, em contraposição aos verbos do grupo seguinte, são exemplos de reflexividade inerente verdadeira porque não admitem o fenômeno de «multiple attachment» / «multiattachment» que consiste na presença simultânea de duas características do argumento verbal, as características do sujeito e as de objeto.

Segundo, existem os assim chamados verbos anticausativos⁴ –, que são verbos intransitivos derivados dos verbos transitivos (CAMBRUSSI, 2009, p. 53). Uma parte desses verbos no sentido intransitivo têm só uma forma quanto à pronominalidade, sendo ora reflexiva: *irritare (v.t.) – irritarsi (v.i.), ricordare (v.t.); - ricordarsi (v.i.); irritar (v.t) – irritar-se (v.i), alegrar (v.t) – alegrar-se (v.i)*; ora não reflexiva: *affondare (v.t; v.i.); aquecer (v.t.; v.i.)*. Nos caso das formas reflexivas dos verbos causativos, o clítico *se* às vezes pode ser entendido como uma marca formal da transformação do verbo transitivo em verbo inacusativo com «adsorção» do argumento externo (este ponto de vista é analisado em ARANOVICH, 2007, p. 7-8, GUREVICH, 2011, p. 76-77). Outra parte de verbos inacusativos no uso intransitivo pode ter tanto uma forma reflexiva, como não reflexiva: (v.i.: *chiudere / chiudersi, bruciare / bruciarsi; quebrar / quebrar-se*): *La porta chiude mal / La porta si chiude; O vidro quebrou / O vidro se quebrou*.

Em (LO CASCIO & JEZEK, 1999; SORACE, 2000; ARANOVICH, 2007, p. 15) a pronominalidade de verbos intransitivos, sem ser o objetivo principal da pesquisa, é estudada no contexto de oposições aspectuais que determinam seu comportamento sintático. Para os verbos intransitivos que podem ter as duas formas (pronominal e não pronominal) o pronome reflexivo pode ter função de uma espécie de marcador aspectual que indica o valor aspectual de evento («event») (*La porta si chiude male*), já a falta do pronome reflexivo pode dar lugar a um entendimento ambíguo: como evento e como hábito (*La porta chiude male*) (LO CASCIO & JEZEK, 1999, p. 263-264, 268). Em (SORACE, 2000,

⁴ A tradição de fixação desse subgrupo de verbos intransitivos vem de L. Tesnière que colocou em oposição a diátese reflexiva e a recessiva (TESNIÈRE, 1969, p. 272).

p. 272) a pronominalidade é mencionada na parte dedicada aos verbos anticausativos e é interpretada como marcador do traço de telicidade: a forma reflexiva do verbo (por exemplo *se ramollir* – «amolecer») leva uma ideia de atingir a meta, no entanto que a forma não reflexiva só denota um processo como tal (*ramollir* – «estar ficando mole»). Mas temos que ressaltar uma vez mais que a variação pronominal/não pronominal dos verbos intransitivos não constitui o tema principal das pesquisas acima mencionadas. Desde o nosso ponto de vista, a reflexividade instável que apresentam alguns verbos anticausativos e que à primeira vista pode parecer uma particularidade puramente formal, parece-nos um fenômeno bastante interessante e merece uma análise mais detalhada.

A variação entre várias línguas e dentro de uma mesma língua, se está relacionada com a escolha da forma reflexiva ou não reflexiva de verbo inacusativo, parece facilmente explicável se levarmos em consideração os dados diacrônicos. Considerando que a tendência para a pronominalização dos verbos inacusativos em latim era bastante tardia (cf. pesquisas mencionadas de M. Cennamo) e tendo em conta que essa tendência não fez com que fosse formada uma oposição morfossintática sistemática e obrigatória dos verbos inacusativos e inergativos, não é difícil supor que a lista de verbos reflexivos inerentes e verbos anticausativos coincide em várias línguas românicas só parcialmente.

3. Análise de dados

Para nossa pesquisa foi escolhido um grupo de verbos anticausativos, verbos de estado e verbos de mudança de estado, todos de alta frequência, que ocupam uma posição mediana na escala de inacusatividade (SORACE, 2000) e que admitem uso reflexivo ou não reflexivo, não existindo diferenças semânticas evidentes. Os verbos foram escolhidos em função de critérios seguintes: frequência representativa nos corpora analisados; vasto sentido da palavra o que implica seu uso amplo e uma combinação variada.

Foram analisados os seguintes verbos (A) portugueses (29 verbos) e (B) italianos (18 verbos):

A

acordar; amarelar; aquecer; arder; arrefecer; avermelhar; azular; embranquecer; crescer; congelar; corar; derreter; emagrecer; empobrecer; esfriar; engordar; engrandecer; enriquecer; ferver; florescer; gelar; levantar; morrer; mudar; nascer;

romper; sentar; verdejar; virar.

B

alzare; arricchire; bruciare; cambiare; gelare; impoverire; ingiallire; ingrassare; morire; mutare; nascere; piegare; raffreddare; riscaldare; rompere; sciogliere; sedere; svegliare.

O desequilíbrio quantitativo que diz respeito ao número de verbos analisados se explica pelo fato de que para os verbos italianos *alzare; ardere; arricchire; bollire; bruciare; cambiare; crescere; dimagrire; fiorire; gelare*, que têm equivalentes portugueses da mesma raiz, não foi registrado uso pronominal nem nos dicionários, nem nos corpora.

Como já dissemos, existe um ponto de vista que relaciona a forma pronominal do verbo inacusativo com o valor aspectual télico («event»). A pesquisa que nós realizamos não confirma essa teoria, pelo menos para alguns dos verbos em questão. Em particular, os verbos portugueses *queimar; romper; quebrar* e os verbos italianos *bruciare; mutare; ingrassare; piegare* mostram uma variação não relacionada com valor aspectual:

1. Tente você mesmo trocar a lâmpada que faz tempo **se queimou** e você não acha quem substitua. [+event]; A lâmpada do quarto **queimou** e não tinha ninguém para trocar só eu e minha mãe que morre de medo. [+event]
2. eu e o meu namorado tivemos relações sexuais, protegidos mas o preservativo **rompeu**, mas ele disse que não tinha entrado nada. [+event]; Mantive relação no dia 05/11 com meu marido, onde o preservativo **se rompeu**, tomei a pilula do dia seguinte. [+event]
3. Quem **se queima** no verão e gela no inverno? [-event]; O carvão quando **queima** também libera substâncias cancerígenas. [-event]
4. A corda sempre **rompe** do lado do mais fraco. [-event]. Quando **se rompe a corda** do pára-quadras? [-event]
5. e lì la Fenice **brucia** completamente ma da questa combustione si genera un uovo. [+event]; A Freddie, nel frattempo, **si brucia** il computer, si tingono i pantaloncini bianchi di rosa. [+event]
6. Ma il cavallo **si muta** in un poderoso unicorno. [+event]; Questa situazione **mutò** radicalmente grazie a Sophie Germain. [+event]
7. Il carbone poi **brucia** in uno strato più profondo e non richiede particolari accorgimenti [-event]; Gabrielle che va ad esplorare il

mondo, mentre Nicolas **si brucia**, distruggendosi, sul palcoscenico del teatro. [-event]

8. Varie sono le tipologie adottate e le varianti in essere ma la cosa che non **muta** fra tutte le varietà di cassaforma rampante è il materiale a perdere. [-event]; Poi fu l'oro, un metallo che non **si muta**, non si corrode, non si consuma e non diminuisce mai. [-event]

Para alguns verbos o uso variado (pronominal/não pronominal) pode ter alguma regularidade e pode ser relacionado com a modificação do sentido lexical da palavra, às vezes para formar um sentido metafórico:

9. Pois se o preço não compensar, sua empresa **quebra** (sentido metafórico)
10. Uma vez que uma morena **se quebra**, seja por causa duma avalanche, terremoto, aquecimento ou outro acontecimento (sentido próprio)
11. (...) um rapaz aparece andando de bicicleta emparelhado com sua linda namorada também de bicicleta, ela **se derretendo** em sorrisinhos para seu amado (sentido metafórico)
12. O gelo nas bordas da Antártica está **derretendo** ou se partindo em icebergs mais do que está nevando no interior. (sentido próprio)
13. Invece di reprimervi Cofferati dovrebbe ringraziarvi, perché Bologna **si ingrassa** grazie a voi. (sentido metafórico)
14. I vari ragazzi reagiscono in modo differente: un bambino **ingrassa** smodatamente, un altro peggiora il proprio rendimento a scuola. (sentido próprio)
15. Mi tremano le gambe e il sangue mi **si gela**. (sentido metafórico)
16. Un periodo insolitamente lungo che portò il fiume Po a **gelare**, consentendo il passaggio sul ghiaccio a persone e carri. (sentido próprio)

Quanto ao número de verbos que têm alternância na reflexividade, segundo mostram as listas (A) e (B), o português parece ter mais verbos com a reflexividade instável. Pode ser que isso se deva ao fato de que as línguas românicas durante o período de formação realizassem de uma maneira diferente as possibilidades que tinha o latim tardio no uso dos verbos com pronominalização pleonástica (cf. lat. tard. *vacabant se; sibi ambulabat*). Se compararmos o português e o italiano com o espanhol fica evidente que nessa língua o uso pleonástico do pronome é mais usual e fica cada vez mais frequente, parece

que é um processo vivo em espanhol moderno.

17. El libro (se) cayó del estante.
18. Las venas (se) brotan.

Durante a análise foi descoberta uma curiosa particularidade que consiste na discrepância dos dados que apresentam os dicionários, por um lado, e os corpora, por outro lado, no que diz respeito ao uso pronominal ou não pronominal dos verbos estudados. Para o italiano o uso duplo (pronominal e não pronominal) é registrado antes pelos dicionários mas não se encontra tanto no corpus, i.e. no uso real da língua. Em particular, os verbos *cambiare*, *ingiallire*, marcados pelo dicionário como possivelmente reflexivos, aparecem no corpus só em forma não pronominal; para o verbo *rompere*, se usado como verbo intransitivo, foram encontrados contextos sempre com *si* reflexivo; o mesmo acontece com os verbos *impoverire*, *arrichire*, *riscaldare*. Para o português a correlação dos dados lexicográficos parece um pouco diferente: o uso pronominal, não marcado pelos dicionários, aparece no corpus como uma tendência para vários verbos (às vezes com índice de frequência elevado, por exemplo para o verbo – *crescer*). Assim, os verbos *arder*; *crescer*; *corar*; *nascer*; *virar* (=converter-se, transformar-se) que são marcados pelos dicionários como não pronominais, não raramente se encontram nos contextos como pronominais.

19. La sua esperienza italiana si arricchisce grazie alle stagioni passate al Brescia, Parma e Lazio. (Cf. Il Sabatini Coletti *arricchire giocando in Borsa; si è arricchito rapidamente; la città si arricchisce di spazi verdi*)
20. Dopo la conversione l’Innominato cambia completamente e coglie al volo l’occasione per fare del bene. (Cf. Il Sabatini Coletti *come ti sei cambiato!; la situazione cambiò all’improvviso*)
21. Ma in questo modo la cultura si impoverisce sempre più; Capitalizzazione della banca scende (se la banca si impoverisce) passando dall’ 8% al 4%. (Cf. Il Sabatini Coletti *a causa della guerra molte persone impoveriscono; la mia famiglia si è impoverita rapidamente*)
22. e como toda cidade que se cresce, tem como principal característica, o caos em o trânsito (Cf. Dicionário Houaiss *a população mundial está crescendo muito*)

23. O que pode mascarar um pouco essa prática é que Pelés, Maradonas, Messis e Neymares não se nascem todos os dias. (Cf. Dicionário Houaiss não *o menino nasceu logo (de cesariana)*)
24. Depois de isso, se vira um martírio danado para os Botafoguenses e para os lusitanos (Cf. Dicionário Houaiss não *virou uma linda mulher quando cresceu*).

Os casos da discrepância entre os dicionários e os dados dos corpora, para o italiano, podem ter explicação na tradição lexicográfica italiana. Entre os textos que formam a base ilustrativa dos dicionários italianos podem ser encontrados alguns deles escritos há centenas de anos (cf. a palavra *morire* para a qual o dicionário Il Sabatini Coletti cita o uso reflexivo com um exemplo retirado do texto de Guido Cavalcanti; o dicionário Hoepli ilustra o mesmo uso com um exemplo de Torquato Tasso). Também é possível explicar o fenômeno da discrepância «dicionário» *versus* «corpus» com uma tendência para a redução da variação «pronominal/não pronominal», uma tendência que faz com que, na língua moderna, seja mais freqüente um só uso do verbo intransitivo, seja este uso pronominal ou não pronominal.

Os casos da discrepância entre os dicionários e os dados dos corpora, para o português, podem ser explicados pelas particularidades internas da língua, porque a tradição lexicográfica portuguesa e brasileira não é a mesma que existe na Itália, e a base ilustrativa dos dicionários por nós analisados abrange os textos criados, como máximo, na segunda metade do séc. XIX, isto é que os dicionários correspondem ao estado atual da língua. É notável que para vários verbos que são marcados nos dicionários como não pronominais e que aparecem nos corpora como pronominais também os contextos do uso pronominal muitas vezes são do português europeu (por exemplo, veja-se o uso do verbo *cair-se*). A maior freqüência do uso pronominal em português europeu em comparação com o português brasileiro pode ser explicada com o caráter arcaizante do português do Brasil, que guardou alguns traços típicos da língua portuguesa do período mais arcaico. Já mencionado o uso mais freqüente das formas pronominais dos verbos inacusativos em espanhol (igual que em português), em comparação com o italiano, pode ser explicada por uma tendência geral para o uso pronominal em variante europeia das línguas ibero-românicas que desenvolvem o pronome *se* como uma marca formal de inacusatividade (assim chamado «*se inacusativo*»).

Conclusão

Segundo as pesquisas (CENNAMO, 1999, 2000; SORACE, 2000) os verbos anticausativos e outros verbos que ocupam uma posição central na escala de inacusatividade/iergatividade mostram alternâncias em vários parâmetros: em latim tardio a variação estava relacionada com a forma do caso do pronome reflexivo *sibi/se*; atualmente nas línguas com dois verbos auxiliares (ser/haver) a variação está relacionada com a escolha do verbo auxiliar; ao nível de lexemas concretos a variação se dá no comportamento gramatical e/ou semântico das formas pronominais ou não pronominais. Se para os anticausativos o problema da escolha do verbo auxiliar está relacionado, pelo menos em teoria, com a possibilidade da interpretação transitiva do verbo, a reflexividade instável, na nossa opinião, não pode ter uma explicação única. Já mencionado o ponto de vista que visa relacionar a pronominalidade com o valor aspectual «±event» não tem confirmação sistemática que, talvez, seja determinada pelas características do lexema concreto em uma língua concreta, o que mais uma vez ressalta a tese de que não existe uma relação estável entre o marcador da reflexividade e o conjunto de significados que ele pode representar. A oposição das formas pronominais/não pronominais pode ser um meio de contraposição de sentido metafórico e sentido próprio em alguns verbos.

No entanto, segundo os nossos dados essa regularidade também não tem caráter sistemático. A comparação dos dados dos dicionários e dos corpora demonstra uma incompatibilidade no uso das formas pronominais/não pronominais: para o italiano existe uma tendência para a redução de número de verbos com a pronominalidade instável; já para o português verifica-se uma tendência contrária. Resumindo pode-se supor que a pronominalidade supérflua, no estado atual da língua, representa uma parte instável do sistema linguístico: o marcador da pronominalidade não tem significado fixo e regular e pode ter funções diferentes dependendo de cada lexema concreto. Esta instabilidade funcional é confirmada, por um lado, com os dados desiguais quanto ao uso das formas pronominais em corpora português e italiano que se baseiam em textos modernos, e por outro lado, pela interpretação ambígua das formas pronominais/não pronominais em contextos nos quais, ao nosso ver, a variação é livre.

Referências

- ARANOVICH, R. Split auxiliary selection from a cross-linguistic perspective. In: ARANOVICH, R. (ed.) *Split Auxiliary Systems*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2007. p. 1-23.
- BURZIO, L. Italian syntax: *A government-binding approach*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1986.
- CAMBRUSSI, M. F. *Alternância causativa de verbos inergativos no português brasileiro*. Unpublished doctoral dissertation, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brazil. 2009.
- CENNAMO, M. Late Latin Pleonastic Reflexives and the Unaccusative Hypothesis. *Transactions of the Philological Society*, v. 97, n. 1, p. 103-150, May 1999.
- CENNAMO, M. Patterns of ‘Active’ Syntax in Late Latin Pleonastic Reflexives. In: *Historical Linguistics 1995*. Volume 1: General issues and non-Germanic Languages. Selected papers from the 12th International Conference on Historical Linguistics, Manchester, August 1995. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2000. p. 35-55.
- CENNAMO, M., SORACE, A. Auxiliary selection and split intransitivity in Paduan. In: ARANOVICH, R. (ed.) *Split Auxiliary Systems*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2007. p. 65-99.
- CENNAMO, M. The rise and development of analytic perfects in Italo-Romance. In: EYTHÓRSSON, T. (ed.) *Grammatical change and linguistic theory: The Rosendal papers*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2008. p. 115-142.
- CIRÍACO, L., CANÇADO, M. Inacusatividade e inergatividade no PB. *Cadernos de estudos linguísticos*, v. 46, n. 2, p. 207-225, 2004.
- CYRINO S. M. L. Construções com SE e promoção de argumento no português brasileiro: uma investigação diacrônica. *Revista da ABRALIN*, v. 6, n. 2, p. 85-116, jul.-dez. 2017.
- GUREVICH, D.L. Morfema *se* kak sredstvo vyrazheniya vnutrennego objekta u neperehodnyh glagolov [The morpheme *se* as means of expressing inner object of intransitive verbs]. In: SNETKOVA, M.S. (ed.) *Voprosy iberoromanistiki* [Issues of iberoromance philology], v. 11. Moscow: MAKSPress. 2011. p. 72-77. (Em russo).
- LEVIN, B., RAPPAPORT HOVAV, M. *Unaccusativity: At the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge, London: MIT press, 1995.

- LO CASCIO V., JEZEK, E. Thematic-role assignment and aspect in Italian pronominal verbs. In: MEREU, L. (ed.) *Boundaries of morphology and syntax: Amsterdam studies in the theory and history of linguistic science*, Series IV, Current issues in linguistic theory. Amsterdam: John Benjamins, 1999, p. 253-270.
- MASINI, F. Costruzioni verbo-pronominali ‘intensive’ in italiano. In: BAMBINI, V., RICCI, I., BERTINETTO, P. M. (eds.) *Atti del XLII Congresso internazionale di studi della Società di linguistica italiana (SLI)*, Pisa, 25-27 settembre 2008. Roma: Bulzoni. 2012, II.C.2. Disponível em: < http://francescamasini.caissa.it/Publications_files/masini_atti_SLI2008.pdf>. Acesso em 23 de mar. 2018.
- NASCIMENTO, S. H. L. DO Os verbos inacusativos do Português Brasileiro: uma proposta de categorização. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 30, n. 2, p. 327-256, 2014.
- PERLMUTTER, D. M. Impersonal passives and the unaccusative hypothesis. *Annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*, v. 4, p. 157-190, 1978.
- ROSEN C. G. Dal giardino della sintassi: *Florilegio grammaticale italiano*. Pisa: ETS, 2012.
- SORACE, A. Gradients in auxiliary selection with intransitive verbs. *Language*, v. 76, n. 4, p. 859-890, 2000.
- TELVE, S. Essere o avere? Sull’alternanza degli ausiliari con i modali “potuto”, “voluto” (e “dovuto”) davanti a infiniti inacusativi in italiano antico e moderno. In: DELLA VALLE, V., TRIFONE, P.(a cura di). *Studi linguistici per Luca Serianni*. Roma: Salerno Editrice, 2007. p. 313-325.
- VAN VALIN, R. D. *Semantic Parameters of Split Intransitivity*. *Language*, v. 66, n. 2, p. 221-260, 1990.

Recebido em 31 de março de 2018

Aceito em 8 de julho de 2018.

COLABORADORES DESTES NÚMERO

CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA é Professor Emérito e Professor Titular de Linguística da Universidade Federal Fluminense. Membro fundador da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) e membro titular da Academia Brasileira de Filologia (ABRAFIL). Foi homenageado com a miscelânea *Entre as fronteiras da linguagem* (2006). Escreveu numerosos artigos, em vários periódicos e miscelâneas, além de capítulos de livros. Autor de *A Linguística e o ensino de Português* (1991), *O ensino de gramática: caminhos e des-caminhos* (em segunda edição revista e atualizada, 2016), *A linguagem: teoria, ensino e historiografia* (2008), *Sobre o ensino da análise sintática: história e redirecionamento*. Organizador dos *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* (em terceira edição revista e ampliada, 2004).

CLAUDIA SOUSA ANTUNES possui Doutorado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atualmente é Professora Adjunta da Universidade da Força Aérea (UNIFA) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Aeroespaciais (NEICA). Tem experiência nas áreas de Letras, com ênfase em Análise do Discurso, em Defesa e em Metodologia da Pesquisa, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do discurso, identidade, ethos, ethos militar, estudos de gênero, enunciação, semiótica e ensino.

CRISTINA ALTMAN é professora titular do Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, onde atua desde 1983. Possui graduação em Letras pela Universidade de São Paulo (1977), mestrado em Linguística pela Universidade de São Paulo (1986) e doutorado em Linguística pelas Universidades Católica de Louvain (Leuven, Bélgica) e de São Paulo (1993). Realizou estágios pós-doutorais na Universidade de Harvard e no M.I.T. (1999); na Universidade de Amsterdam (2006); no Instituto Iberoamericano de Berlin (2009 e 2014) e na Tokyo University of Foreign Studies (2010). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Pragmática, e trabalha principalmente em torno dos seguintes temas: historiografia linguística, linguística brasileira, gramáticas coloniais sul-americanas, estruturalismo linguístico.

DMITRY GUREVICH é doutor em Estudos Românicos pela Universidade Estatal de Moscou Lomonossov. É professor associado do Departamento de Línguas Ibero-românicas da mesma universidade e atua na graduação e pós-

-graduação em estudo das línguas portuguesa e espanhola. Desenvolve pesquisa na área da gramática funcional, sociolinguística, teoria variacionista.

GERDA HASSLER studied Romance and Slavic Philology at Martin Luther-Universität Halle-Wittenberg. She received a doctor's degree in 1978 and she was qualified as a professor in 1984. In 1985 she became a professor at the institute of Romance languages in Halle, 1992 at the University of Dresden. In 1993 she was appointed to the chair of linguistics at the institute of Romance languages at Potsdam University which she holds until now. She is the author of five books and more than 300 articles on Romance linguistics and history of linguistics.

JOSÉ CARLOS DE AZEREDO é doutor em Letras (1988) pela UFRJ, onde exerceu atividades docentes de 1970 a 1996, e pesquisador bolsista do CNPq. É professor associado de língua portuguesa do IL/UERJ, onde coordenou o Mestrado em Língua Portuguesa no biênio 1999-2000. É autor de *Iniciação à sintaxe do português* (Zahar), *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (Publifolha) e *A linguística, o texto e o ensino da língua* (Parábola).

LEONOR LOPES FÁVERO é titular de Linguística da Universidade de São Paulo (USP) e Titular de Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Fez doutorado na PUC/SP, livre-docência na USP e pós-doutorado na Universidade de Paris VII, sob supervisão de Sylvain Auroux. Desenvolve e orienta pesquisas em Linguística Textual, Análise da Conversação, História das Ideias Linguísticas e Ensino e Aprendizagem da Língua materna. Autora de diversos livros, além de inúmeros capítulos de livros e artigos publicados em periódicos no Brasil e no exterior.

LIUBOV ZHOLUDEVA é doutora em Estudos Românicos e Germânicos pela Universidade Estatal de Moscou Lomonossov. É professora adjunta do Departamento de Línguas Românicas da mesma universidade e atua na graduação e pós-graduação em estudo da língua italiana. Desenvolve pesquisa na área da gramática funcional, sociolinguística e linguística histórica.

MÁRCIA ANTONIA GUEDES MOLINA é mestre em Língua Portuguesa pela PUC/SP; doutora em Linguística pela USP e pós-doutora em Língua Portuguesa também pela PUC/SP. Atualmente é professora de Linguística no Bacharelado

Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Trabalhou na Universidade Santo Amaro (UNISA), onde atuou em cadeiras ligadas à Língua Portuguesa e Linguística. Foi professora de cursos de pós-graduação e coordenou licenciaturas presenciais e a distância. É autora de duas obras: *As concepções Linguísticas no Século XIX: a gramática no Brasil*, em coautoria com a Profª Dra. Leonor Lopes Fávero e *Cancioneiros Urbanos*, em coautoria com o Prof. Dr. Expedito Leandro Silva; e artigos publicados em veículos nacionais e internacionais.

MARIA APARECIDA LINO PAULIUKONIS é professora titular de língua portuguesa da Faculdade de letras da UFRJ. Desenvolve pesquisas e tem publicações em semântica lexical, linguística do texto e análise do discurso de base comunicacional. Coordena o laboratório de pesquisa ciad- rio (Círculo Interdisciplinar de Análise Do Discurso) e é líder do grupo de pesquisa em análise do discurso certificado pelo CNPq.

MARIA CARLOTA ROSA é doutora em Letras (Linguística) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nessa mesma Universidade é Professora Titular do Departamento de Linguística e Filologia, lecionando para turmas de bacharelado e licenciatura, e do Programa de Pós-Graduação em Linguística, em que atua em duas áreas: Leitura e Historiografia da Linguística.

MARIA HELENA DE MOURA NEVES é professora emérita pela Unesp, doutora em Letras Clássicas (Grego)- USP, livre-docente (Língua Portuguesa)- Unesp, licenciada em Letras (Português-Grego e Alemão)- Unesp. Atua na PG-Letras na UPM e na Unesp. É bolsista PQ - nível 1A do CNPq e Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Gramática de usos do português” do CNPq. Pesquisa particularmente a teoria funcionalista da linguagem, as relações entre texto e gramática e a história da gramática.

MARIANGELA RIOS DE OLIVEIRA é professora titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem dessa instituição. Pesquisadora 1C do CNPq e líder nacional do Grupo de Estudos *Discurso & Gramática*. Consoelheira da Associação Brasileira de Linguística e sua ex-presidente. Sua produção intelectual é voltada aos estudos funcionalistas em perspectiva construcional, com foco no nível morfossintático do português

MARINA A. KOSSARIK é professora catedrática e chefe do Departamento de Línguas Românicas da Faculdade de Filologia da Universidade Estatal Lomonosov de Moscou. É Diretora da Cátedra Camões da mesma universidade. Tem-se destacado pela publicação de vários textos no campo da lusofonia, com ênfase na gramaticografia do português.

MARLI QUADROS LEITE é professora titular do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, na Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade e Pesquisa (PQ) CNPq. É doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (1996). Tem pós-doutorado pela University of Pennsylvania (EUA) e pela Université de Paris VII - Diderot. É líder de dois Grupos de Trabalho (CNPq): Gramáticas: história, descrição e discurso do qual participam pesquisadores brasileiros, franceses e portugueses, e Projeto NURC/SP-Núcleo USP, no qual atua juntamente com o Prof. Dr. Dino Preti

NEUSA MARIA OLIVEIRA BARBOSA BASTOS é pós-doutor pela Universidade do Porto/Portugal. Concluiu o doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1987. Atualmente, é professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Em suas atividades profissionais, interagiu com 30 colaboradores em coautorias de trabalhos científicos. Dedicou-se à pesquisa nos seguintes campos: língua portuguesa, ensino de língua, linguística aplicada, gramática, gramaticografia, análise do discurso, discurso, historiografia linguística, história da língua e comunicação.

PIERRE SWIGGERS is Research Director of the Flemish Fund for Scientific Research (F.W.O.) and Professor of Linguistics and Romance philology at the universities of Louvain (KU Leuven) and Liège (U. Liège). He has published or edited more than 50 books, and hundreds of articles in scientific journals. His publications are in the field of general linguistics, the historiography of linguistics, historical-comparative linguistics (Romance, Indo-European and Semitic languages), descriptive linguistics, the philosophy of language, and semiotics.

ROGELIO PONCE DE LEÓN ROMEO é professor associado da Universidade do Porto. Concluiu o doutoramento em Filologia no Departamento de Filologia Latina da Universidade Complutense de Madri em 2001. Possui equivalência ao grau de doutor no ramo de conhecimento em Cultura pela Universidade

do Porto (2001). É autor de vários trabalhos no campo da Historiografia da Linguística, da História da Didática das Línguas (séculos XVI-XX), da Crítica Textual, entre outros.

ROLF KEMMLER atualmente é professor auxiliar convidado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD, Vila Real), membro permanente e Secretário do Centro de Estudos em Letras da UTAD. Agregado em Ciências da Linguagem pela UTAD em 9 de abril de 2014, é Doutorando na área das Ciências da Linguagem e da Literatura (Dr. phil.) pela Universidade de Bremen (Alemanha) desde 30 de maio de 2005. Recentemente foi aprovado como doutor pela Universidade de Vigo com uma tese de doutoramento dedicada aos inícios da aprendizagem e do ensino da língua alemã em Portugal; é Sócio Correspondente Estrangeiro da Academia das Ciências de Lisboa desde 15 de Novembro de 2016.

RONALDO DE OLIVEIRA BATISTA é pesquisador na área da Historiografia da Linguística, fez estágio de pós-doutorado na Katholieke Universiteit Leuven, na Bélgica. Doutor em Linguística pela USP, é bolsista produtividade do CNPq. Autor do livro *Introdução à Historiografia da Linguística*, é também organizador do livro *Historiografia da linguística: teoria e método* no prelo.

ROSANE SANTOS MAURO MONNERAT é professora Titular da Carreira do Magistério Superior, é Doutora em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa - pela UFRJ, com Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos pela UFMG. É vinculada ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da UFF, atuando na Graduação e, na Pós-Graduação, como integrante do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF.

VÂNIA ROSANA MATTOS SAMBRANA é mestre em Estudos de Linguagem, subárea Linguística. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF. Docente efetivo da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Estudos *Discurso & Gramática*. Área de interesse: a constituição da morfossintaxe do português em correlação com fatores discursivo-pragmáticos, na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso.

